



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

KARLENE SAYANNE FERREIRA ARAÚJO

**FÁBRICA WILLYS OVERLAND EM JABOATÃO - PE: Discursos,
Embates e Cotidiano Fabril (1966-1973)**

Recife

2020

KARLENE SAYANNE FERREIRA ARAÚJO

**FÁBRICA WILLYS OVERLAND EM JABOATÃO - PE: Discursos,
Embates e Cotidiano Fabril (1966-1973)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: História do Norte e Nordeste do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro

Recife

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

A663f Araújo, Karlene Sayanne Ferreira.
Fábrica Willys Overland em Jaboatão - PE : discursos, embates e cotidiano fabril
(1966-1973) / Karlene Sayanne Ferreira Araújo. – 2020.
219 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2020.
Inclui referências e anexos.

1. Pernambuco - História. 2. Willys-Overland Company (1908-1975). 3. Ditadura militar. 4. Operários. 5. Justiça do trabalho. I. Montenegro, Antonio Torres (Orientador). II. Título.

981.34 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-235)

KARLENE SAYANNE FERREIRA ARAÚJO

**FÁBRICA WILLYS OVERLAND EM JABOATÃO - PE: Discursos,
Embates e Cotidiano Fabril (1966-1973)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para obtenção
do título de Doutor em História.

Aprovada em: 17/07/2020

Banca examinadora

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro (Orientador)

Prof^a. Dr^a. Regina Beatriz Guimarães Neto (UFPE)

Prof^a. Dr^a. Christine Rufino Dabat (UFPE)

Prof. Dr. Márcio Ananias Ferreira Vilela (CAP – UFPE)

Prof. Dr. Marcelo Góes Tavares (UNEAL)

Aos que estiveram comigo nessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos não serão feitos em ordem de importância, nem mesmo posso afirmar que essa ordem existe. Seria injusto comigo e para quem escrevo neste momento. O sentimento de gratidão se estende a todos que, de alguma forma, acompanharam, torceram e emanaram boas energias para a construção deste trabalho.

Agradeço com o coração cheio de alegria ao trabalho de orientação do Professor Antonio Montenegro. Cada reunião, cada texto devolvido e cada palavra de incentivo fizeram grande diferença nessa caminhada. Agradeço ainda pelo convite feito em 2015 para integrar a equipe do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região - LAHM. A experiência de trabalho nesse espaço me proporciona um contínuo crescimento profissional e pessoal.

Aos bolsistas do LAHM, agradeço o carinho, o respeito e o interesse pela minha pesquisa. Fernanda, Patrícia e Diógenes representam os meus agradecimentos a todos os bolsistas que trabalharam no laboratório desde 2015. A Diógenes agradeço ainda a ajuda na realização e transcrição das entrevistas.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em História da UFPE, em especial à professora Regina Guimarães, com quem tenho a honra de aprender a cada novo (re) encontro e pela leitura atenta do meu texto de qualificação e ao professor Antonio Paulo Resende por abordar a história com a leveza da literatura. Aproveito para registrar a minha gratidão por ele ter me apresentado a Valter Hugo Mãe – o escritor que se tornou uma companhia nesses últimos anos. Nos momentos difíceis da minha escrita, as suas histórias foram um pouco de calma. Ao professor Márcio Vilela pelas grandes contribuições ofertadas no exame de qualificação.

Obrigada aos membros da banca de defesa, professora Regina Guimarães, professora Christine Dabat, professor Márcio Vilela e professor Marcelo Góes, que gentil e prontamente aceitaram o convite.

À secretaria do PPGH - UFPE, a Sandra um carinho especial por tratar com humanidade os mestrandos e doutorandos do programa.

À Facepe agradeço a bolsa de pesquisa. Importante ressaltar que nos últimos anos no Brasil, a educação, em especial as pesquisas da área das ciências humanas, vem sofrendo vários ataques políticos e sociais. Em meio a tantos cortes de bolsas de pesquisa de outras agências de fomento, eu recebi a bolsa Facepe para produzir ciência neste país.

Aos entrevistados que me receberam e me contaram suas histórias de trabalho na fábrica Willys de Jaboaão.

Agradeço todos que leram com tanto carinho os meus textos para as discussões nos diálogos com orientandos. Obrigada pelas considerações, críticas e indicações.

Ao professor Celso Castilho, da Vanderbilt University, pela ajuda com as pesquisas e pelo livro de Joel Wolf.

Agradeço aos amigos e amigas de Pernambuco pela acolhida e pela relação afetuosa construída nos últimos cinco anos. Juliana, Humberto, Elisabet, Hélder, José, Ellen, Raquel, Maurício, Iêda, Janaína, Márcia, Soraia, Arthur, Christiane, Camila e Genú obrigada por todos os encontros e por me ouvirem falar tantas vezes da tese, das dificuldades e das alegrias dessa caminhada. Às pequenas Cora e Maria Júlia, pelos abraços, brincadeiras e gargalhadas. A Clarisse e Lucas, por terem dividido a casa e os planos de uma viagem ao México. A Joana e Aryanny por todo afeto e cuidado.

A lista de amigas citada precisa crescer um pouquinho. As minhas piauienses, que são presença diária, Raylena, Juliana, Andreza, Kellyana, Lívia, Mona, Mayra, Camila e Talita. A Bárbara que com amor e paciência leu o trabalho e foi capaz de me ouvir falar dessa jornada por horas a fio.

À minha família todo amor e gratidão. Minha mãe Onesina, minha tia Olga e minha avó Teresinha (em memória), por serem meu exemplo de fortaleza e de trabalho. Ao meu menino Rhenan, agradeço por ser minha leveza, sorriso e sonhos. Obrigada, por todas as vezes que vi o seu olho brilhar quando me perguntava “*tia, foi você que escreveu tudo isso?*”. Obrigada pequeno, por ser luz.

À família que escolhi eu agradeço imensamente pelo apoio, incentivo e compreensão. Dona Fátima, Seu Francisco, Fabiana e Cristina, obrigada por serem lar.

Pablo, obrigada. Escolhemo-nos para viver essa aventura que é dividir vida e “*quem sabe isso quer dizer amor, estrada de fazer o sonho acontecer*”. Obrigada pelo companheirismo desses anos, pelas xícaras de café e pelo abraço de aconchego. Você é amor, força e paz. Encerramos juntos essa etapa, outras incríveis virão.

As horas de pesquisa, de escrita, os dias isolada, tudo teria sido mais difícil sem o apoio de cada um aqui citado. Obrigada.

O último parágrafo deste agradecimento eu escrevi depois da minha defesa que aconteceu no dia 17 de julho de 2020. Gostaria de registrar que desde meados de março de 2020 o mundo entrou em quarentena, em um verdadeiro isolamento social por causa da pandemia causada pelo novo corona vírus e a covid-19. Por conta disso, a finalização deste

trabalho de doutorado e realização da defesa da tese se tornaram ainda mais difíceis. Mais uma vez, obrigada aos membros da minha banca, ao meu orientador, a secretaria do PPGH-UFPE e a todos que estiveram presentes virtualmente.

RESUMO

Esta tese de doutorado estuda a fábrica de automóveis Willys Overland do Brasil construída no município de Jaboatão- Pernambuco. Nosso objetivo é entender as dinâmicas políticas e sociais produzidas com a implantação da primeira fábrica de carros no Nordeste do Brasil, relacionando-as com os discursos de modernização e desenvolvimento colocados em circulação pela ditadura militar pós 1964. Analisamos a participação dos Estados Unidos e de suas alianças políticas com o Estado brasileiro a partir da instalação da Willys em Pernambuco. Os estudos nos permitiram apontar mudanças promovidas por essa nova forma de produção econômica em uma região na qual a força de trabalho era, predominantemente, rural. Tomamos como documentação para contar essa história, jornais, revistas, documentos da SUDENE, censos demográficos, arquivos do Departamento de Estado Norte Americano, entrevistas realizadas com funcionários do escritório e operários da fábrica e processos trabalhistas impetrados na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão, entre 1966 e 1973. Nesses documentos identificamos as lutas e reivindicações por direitos trabalhistas dos operários; apontamos estratégias de controle e exploração aplicadas pela Willys e apresentamos novos disciplinamentos cotidianos impostos ao trabalhador fabril empregado na indústria automobilística, relacionando-os com as leis trabalhistas e as mudanças operadas pela Justiça do Trabalho no período de ditadura militar no Brasil.

Palavras chave: Operários. Willys Overland. Trabalho. Fábrica. Nordeste. Ditadura Militar.

ABSTRACT

This doctoral thesis studies the car factory Willys Overland do Brasil built in the municipality of Jaboatão- Pernambuco. Our objective is to understand how political and social dynamics produced with the implantation of the first car factory in Northeast Brazil, relating them to the discourses of modernization and development in circulation and ongoing development and development that unfolds and develops in circulation by dictatorship emili s scisado part 19. its political alliances with the Brazilian State after the installation of Willys in Pernambuco. Studies allow us to point out changes brought about by this new form of economic production in a region in which the strength of the era of work, predominantly, rural. We take as documents to tell this story, newspapers, magazines, SUDENE documents, demographic censuses, US Department of State archives, verification carried out with employees of the law office and worker, and Board of Accounts and Julament operations between 1966 and 1973. In these documents we identify the struggles and fundamentals for workers' labor rights; we point out Willys implemented control and exploitation and present new daily disciplines imposed on the industrial worker employed in the automobile industry, relating them to labor laws and how to change military des Justas and the changes in the operating system.

Keywords: Workers. Willys Overland. Job. Factory. Northeast. Military dictatorship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1- Inauguração Willys Jaboaão	39
Imagem 2- Jipe Chapéu de Couro.....	42
Imagem 3- Sr ^a Karola Pearce, Dom Helder Camara e o Jipe Chapéu de Couro	44
Imagem 4- Produção de Jipes	46
Imagem 5-Hickman Price Jr. em Caruaru.....	70
Imagem 6- Convite pedra fundamental	94
Imagem 7- Vista do pavilhão principal da fábrica de Jaboaão	99
Mapa 1- Jaboaão dos Guararapes	103
Mapa 2 - Jaboaão dos Guararapes no mapa de Pernambuco	104
Imagem 8- Hierarquia na Justiça do Trabalho.....	128
Imagem 9-Processo Trabalhista.....	152
Imagem 10- Operários na linha de montagem	169
Imagem 11- Operários na linha de montagem	170

LISTA DE TABELA

Tabela 1- Dados do censo demográfico da década de 1970	92
Tabela 2- Dados do censo demográfico da década de 1970	92
Tabela 3- Pessoas economicamente ativas em Jaboatão dos Guararapes	106
Tabela 4- Rescisões de contrato de trabalho.....	179
Tabela5- Média do número de habitantes por carro na década de 1960, no Brasil.....	185

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COBRASMA	Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários
CODECA	Comissão de Desenvolvimento de Caruaru
CODEPE	Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco
COPERBO	Companhia Pernambucana de Borracha Sintética
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FCA	Fiat Chrysler Automobiles
FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
FNM	Fábrica Nacional de Motores
JCJ	Junta de Conciliação e Julgamento
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
SAPPP	Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco
SORPE	Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
WOB	Willys Overland do Brasil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	"POIS QUEM QUISER, PODE IR VER: É HORA DE CONHECER A WILLYS DE JABOATÃO!"	32
2.1	A WILLYS JABOATÃO NA IMPRENSA	34
2.2	DISCURSOS DE POLÍTICOS E EMPRESÁRIOS	47
3	WILLYS EM PERNAMBUCO	60
3.1	NORDESTE: POBREZA E AGITAÇÃO SOCIAL	63
3.2	REPRESENTANTES DA WILLYS EM PERNAMBUCO	68
3.3	O GENERAL CASTELLO BRANCO EM PERNAMBUCO.....	78
3.4	TRAMAS POLÍTICAS	83
4	JABOATÃO: CIDADE FABRIL	88
4.1	WILLYS: OS DISCURSOS E AS PROPAGANDAS.....	88
4.2	A WILLYS VAI FABRICAR CARROS EM JABOATÃO.....	93
4.3	MUNICÍPIO DE JABOATÃO.....	103
4.3.1	Jaboatão dos Guararapes.....	103
4.3.2	Jaboatão na década de 1960	106
5 A	WILLYS, OS OPERÁRIOS E A JUSTIÇA DO TRABALHO	119
5.1	A JUSTIÇA DO TRABALHO	126
5.2	A FÁBRICA NO DISCURSO DOS OPERÁRIOS.....	131
5.3	OS OPERÁRIOS: BUSCA PELOS DIREITOS TRABALHISTAS.....	145
5.3.1	A Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão	145
5.3.2	Cotidiano fabril nos processos trabalhistas	147
5.3.3	Horas extras	152
5.3.4	FGTS e a estabilidade	157
5.3.5	Insalubridade	166
6	FIM DO VÍNCULO TRABALHISTA	174
6.1	HOMOLOGAÇÕES.....	177
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
	REFERÊNCIAS.....	199
	GLOSSÁRIO.....	214
	ANEXO A - Fotografia do artista plástico Carybé.....	215

ANEXO B - Willys Overland de Jabotão.....	216
--	------------

1 INTRODUÇÃO

A fábrica norte-americana Willys Overland tinha uma filial na cidade de São Bernardo do Campo, São Paulo¹, quando seus dirigentes escolheram o município de Jaboatão², em Pernambuco, para construir outra fábrica no Brasil.

A inauguração das novas instalações aconteceu no dia 14 de julho de 1966. O local escolhido para a construção foi as margens da Br 101, a rodovia federal que liga os estados do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul. A construção e o funcionamento da primeira fábrica de automóveis do Nordeste, no estado de Pernambuco, provocaram a produção de diversos discursos que anunciaram o empreendimento como ponto de partida para a modernização do estado e para o desenvolvimento econômico da região. Os jornais noticiavam “o início de uma grande arrancada nordestina”.³

Em 1967, Willys Overland foi vendida para a Ford, outra indústria automobilística norte-americana. Os carros foram produzidos em Pernambuco até o final da década de 1970, depois a fábrica passou a produzir chicotes elétricos⁴. Foi a partir de então que as mulheres começaram a trabalhar como operárias, antes elas eram admitidas apenas no setor administrativo. Atualmente, as instalações da fábrica pertencem a Fiat Chrysler Automobiles - FCA - e continuam produzindo chicotes elétricos.

O projeto inicial da fábrica de Jaboatão definiu a produção de dois modelos de carros, o Jipe e a Rural Willys. O Jipe foi criado para ser um carro de guerra. Com a missão de atender as necessidades dos soldados norte americanos na Segunda Guerra Mundial, o Jipe militar deveria enfrentar qualquer tipo de terreno, “além de atuar como batedor, restabelecer comunicações e ainda transportar armamentos, comandantes, soldados e feridos.”⁵ O primeiro Jipe sem equipamentos militares data de 1945, o modelo CJ-2A. Por sua vez, a Rural

¹ Inaugurada em 1954

² Em 1989 o município de Jaboatão passou a ser chamado de Jaboatão dos Guararapes.

³FÁBRICA WILLYS DE JABOATÃO É O INÍCIO DE UMA GRANDE ARRANCADA NORDESTINA. **Diário de Pernambuco**. 16 e 17 de julho de 1966. p.6, segundo caderno.

⁴ “chicote elétrico”: “sistema de distribuição elétrica de um veículo, sendo responsável pela interligação elétrica dos diversos dispositivos, equipamentos, atuadores, sensores e unidades de controle existentes em um automóvel. [...] Esta interligação é realizada por meio de um conjunto de cabos, terminais metálicos, emendas de cabos, tubos de proteção, conectores, presilhas e fitas adesivas, dentre outros componentes que são agrupamentos para atenderem a diversas funções.” RIBEIRO, Luís Antônio Torres. **Otimização de máquinas de corte em fábricas de chicotes elétricos**. Dissertação apresentada na Universidade Federal de Pernambuco. Departamento de engenharia de produção. 2013. P.21

⁵ SONNERWEND, Márcio Antonio. **Jeep** (Série Clássicos do Brasil). São Paulo: Editora Alaúde. 2013. P. 6

Willys era um carro utilitário, grande, espaçoso e pensado para a família. Ambos fabricados inicialmente nos Estados Unidos.

A fábrica Willys de Jaboatão foi projetada pelos arquitetos Maurício Castro e Reginaldo Esteves.⁶ A execução da obra ficou a cargo da Construtora Norberto Odebrecht. A mão de obra foi contratada na própria região e qualificada no local de trabalho. Jornais e relatos orais de memória de operários afirmavam que a fábrica pagava os melhores salários da região. Esse fato atraiu, provavelmente, muitos trabalhadores em busca de melhores condições de vida. O historiador Antônio Luigi Negro diz que um dos aspectos básicos da Willys Overland do Brasil - WOB - era o fato da fábrica pagar altos salários, permitindo que o trabalhador consumisse os seus produtos.⁷ Não localizamos indícios de que os operários da Willys de Jaboatão compraram carros da empresa, mas sabemos que cada gerente e o tesoureiro tinham direito a um novo carro da Willys todo ano.⁸

Disputas, interesses políticos e econômicos entre as prefeituras de Caruaru, Olinda, Recife e Jaboatão marcaram o processo de escolha da nova sede da nova fábrica da Willys. Com o apoio do governador Paulo Guerra,⁹ da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, do Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco - CODEPE e da Prefeitura Municipal de Jaboatão, em 1965, iniciou-se a construção das instalações em Jaboatão. Informavam os jornais locais que já no primeiro ano de funcionamento a fábrica obteve grande sucesso. Três meses após a inauguração, atingiu a marca de 1.000 jipes produzidos em Pernambuco.¹⁰

A Willys se apresentava como símbolo de modernização para o estado. Os discursos de modernização eram usados pelo governo dos militares pós 1964. Lançava-se um projeto de modernização aliado a ideia de progresso, industrialização e desenvolvimento econômico.

⁶ Castro foi figura de destaque no cenário arquitetônico de estado. Nasceu em Recife, em 1930. Aos 24 anos projetou uma dependência da Faculdade de Medicina. Em 1960 participou do projeto da Biblioteca Central da UFPE. Os arquitetos Maurício Castro e Reginaldo Esteves fundaram a Sociedade Castro & Esteves em 1964. Foram responsáveis por vários projetos arquitetônicos na década de 1960 em Pernambuco, como da fábrica Pirelli, e do prédio da CHESF. O prédio da SUDENE, 1968, tem a assinatura de Maurício Castro. OLIVEIRA, Adriana Freire de. **A consolidação do Moderno: análise da obra do arquiteto Maurício Castro**. 2º Seminário DOCOMOMO N-NE. Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia Salvador, 04 a 07 de junho de 2008.

⁷ NEGRO, Antonio Luigi. **FORD WILLYS década de 1960: Sistema Auto de dominação e metalúrgicos do ABC**. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: São Paulo. 1999

⁸ POZZAS, Flérida Cortizo. Entrevista realizada no dia 8 de julho de 2016. Cidade de Jaboatão dos Guararapes. Pesquisadora: Karlene Araújo

⁹ Paulo Guerra foi eleito vice-governador de Miguel Arraes nas eleições de 1962. Em 1964, com o golpe civil-militar e a prisão de Arraes, Paulo Guerra assumiu o governo de Pernambuco.

¹⁰ JIPE NÚMERO 1.000. **Diário de Pernambuco**. 30 de novembro de 1966. P.8. Primeiro caderno.

Esses discursos não eram uma novidade do novo governo. Era uma apropriação e ressignificação do que já se propunha para o Brasil desde a presidência de Juscelino Kubitschek. Identificamos que os discursos de progresso, de modernização e de industrialização circularam amplamente nos jornais e nos documentos oficiais do governo durante as décadas de 1960 e 1970 no Brasil. Anunciavam as transformações pelas quais o país passaria. Grandes fluxos migratórios do campo para as cidades, mudanças de projetos de vida e estruturas familiares, o trabalhador rural sendo absorvido pelo trabalho urbano fabril. A economia também passou por muitas fases, criando expectativas a partir dos discursos de crescimento e “milagres” econômicos. “Esse era um país agrário, acanhado, fechado sobre si mesmo, ainda um arquipélago, em larga medida. Integrou-se, urbanizou-se [...]”¹¹

Contamos uma história da Willys Overland e Ford em Jaboatão entre os anos de 1966 e 1973. Seguimos os rastros e ligamos os fios em uma narrativa que discute desde a promessa de modernização da cidade de Jaboatão, do desenvolvimento econômico do estado, a proposta de valorização da força de trabalho do “homem nordestino” até a discussão das relações de trabalho que foram estabelecidas entre a Willys e seus operários. Refletimos como as ideias de progresso integraram uma forma de governança dos militares, autoritária sobre o espaço urbano/rural e seus trabalhadores em Pernambuco. Analisamos ainda como os operários se mobilizaram em meio às estratégias de controle do governo ditatorial – greves postas na ilegalidade¹² - e de exploração da Willys – muitas horas extras trabalhadas. Assim, recorreremos aos processos trabalhistas impetrados na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão. No primeiro ano de funcionamento da fábrica, a Willys já aparecia ora como reclamada, ora como reclamante em 11 processos trabalhistas.

Narramos também uma história da cidade de Jaboatão. Localizada em uma região marcada historicamente pelas greves e reivindicações dos trabalhadores rurais e pela presença e atuação dos comunistas. Tornou-se conhecida como Moscouzinho.¹³ Segundo o historiador Diego Carvalho, era uma referência a Moscou e aos comunistas. Destacamos que em Pernambuco, entre os anos de 1966 e 1973, o governo do estado foi chefiado por três políticos da ARENA. Paulo Guerra¹⁴ ocupou o poder de 1964 a 1967. Nilo Coelho foi seu sucessor,

¹¹ REIS, Daniel Aarão. E assim se fez um país... In: **Modernização, Ditadura e Democracia 1964-2010**. Coordenação Daniel Aarão Reis. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. P.285

¹² Em 1º de junho de 1964, o presidente Castello Branco sancionou a lei 4.330 que regulamentava o direito de greve no Brasil. O decreto estabelecia tantas regras para a realização de greves que na prática ficava impossível e por isso ficava conhecida como a lei antigreve. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4330.htm

¹³ Ver: SILVA, Diego Carvalho da. **Partidos e alianças políticas na “Moscouzinho do Brasil”**: os comunistas e as eleições municipais de outubro de 1947 em Jaboatão –PE. 1 ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2017.

¹⁴ Gestão de 2 de abril de 1964 a 31 de janeiro de 1967

permanecendo até 1971 e Eraldo Gueiros até 1975. Foi com essa representação política que Pernambuco recebeu a fábrica de automóveis.

Jaboatão, à época da construção da fábrica de carros, guardava muitas características do trabalho rural. A presença dos engenhos, a produção da cana de açúcar, a moradia predominante na zona rural e a existência de vacarias no perímetro urbano eram apontadas em jornais como marcas do modo de vida e trabalho do município. Então, recuperamos alguns aspectos da história do município de Jaboatão na primeira metade da década de 1960 para compreendermos o cenário das práticas sociais, políticas e econômicas no qual a fábrica de automóveis foi instalada.

Entendemos que a construção da nova fábrica foi resultado de escolhas e embates de forças políticas e econômicas. O Jipe e a Rural Willys passaram a fazer parte do cotidiano de trabalho de centenas de operários.¹⁵ A Willys se fez conhecer em Pernambuco por meio dos jornais, da televisão e dos seus carros que circularam pelas ruas e estradas do estado.

Nesta tese de doutorado a produção de carros da fábrica Willys em Jaboatão dialoga com a ideia do automóvel como símbolo de conexão rodoviária do país, fator de união dos quatro cantos da nação pensado pelos militares, em um momento no qual as estradas e o sistema rodoviário, como a rodovia Transamazônica, foram eleitos como opção de integração do país.¹⁶

Assim, dividimos esta tese de doutorado em 6 capítulos. O primeiro é esta introdução.

No capítulo 2, estudamos a Willys representada nos discursos da imprensa, de políticos e empresários. A festa de inauguração é o ponto de partida para a discussão. Nosso objetivo é entender como mobilizaram discursos e práticas que colocaram a fábrica como a promotora do desenvolvimento econômico da região e da valorização da mão de obra local.

No capítulo 3 analisamos como os discursos produzidos sobre a região Nordeste, de atraso, da fome e das reivindicações dos trabalhadores rurais, foram utilizados pela Willys no sentido de qualificar a construção da fábrica. Nesse capítulo também investigamos as tramas políticas que desde o final da década de 1950 disputaram a construção da nova filial. Nosso foco é analisar como se deram as disputas políticas em torno da escolha do local da sede para

¹⁵ Ressaltamos que na documentação a palavra Jipe também aparece com a escrita Jeep, ambas se refém ao mesmo carro. Por isso, em nosso trabalho ora escrevemos jipe, ora jeep. O mesmo acontece com a sigla do Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco. Ora encontramos CONDEPE, ora CODEPE.

¹⁶ NETO; Thiago Oliveira. **Rodovia Transamazônica: falência de um grande projeto geopolítico**. Revista Geonorte, Edição Especial 3, V.7, N.1, p. 282-298, 2013. (ISSN – 2237-1419)

a nova fábrica. Quais e como as narrativas políticas foram mobilizadas para justificar essa escolha.

O capítulo 4 apresenta Jaboaão como uma cidade que se pretendia fabril. Construimos uma narrativa sobre uma história de Jaboaão e da Willys a partir das propagandas e dos discursos divulgados para a sociedade – enquanto mercado consumidor e oferta da mão de obra -, os políticos e empresários.

Nos capítulos 5 e 6 contamos histórias e lutas por direitos trabalhistas de operários registradas nos processos da Justiça do Trabalho. Apontamos ao longo desses dois capítulos como a Willys adotou estratégias de controle e exploração da força de trabalho dos seus operários. No capítulo 5, narramos uma história das memórias dos operários e da luta silenciosa que travaram na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboaão contra a fábrica. Dialogamos com a legislação vigente e os discursos propostos pelos militares no período estudado. No capítulo 6, privilegiamos analisar as homologações de rescisão de contrato como fio condutor do texto. Nesse capítulo, observamos como a Willys adotou novas estratégias de disciplina e coerção dos seus operários ao impetrar processos trabalhistas que firmavam o fim do vínculo trabalhista.

DOCUMENTOS

Para o período de 1967 a 1973, localizamos 92 processos trabalhistas que envolveram a Willys e seus operários. Quase duas centenas de operários foram registrados nesses processos. Identificamos rescisões de contrato de trabalho e reclamações trabalhistas – FGTS, Horas Extras, Insalubridade, Aviso prévio, 13º salário, indenizações por tempo de serviço, férias. Operários e fábrica impetraram processos trabalhistas na JCJ de Jaboaão.

Na escrita da tese, além dos processos trabalhistas, analisamos reportagens, propagandas e notícias do *Jornal Diario de Pernambuco*, *Jornal do Commercio*, *Jornal A Última Hora*, *Jornal Correio da Manhã – RJ*, *Jornal O Pequeno*, *Jornal da Câmara*, *The New York Times*, *Wall Street Journal*, *Revista Quatro Rodas*, *Revista das Classes Produtoras*, *Revista O Cruzeiro*, *Revista Realidade*, *Revista Marítima Brasileira*, *Relatórios da diretoria da Willys*, *diários do Congresso Nacional*, *dossiês e documentos oficiais da SUDENE*. Confrontamos ainda as entrevistas realizadas, por meio da metodologia da História Oral, com operários e funcionários do setor administrativo da Willys.

Na documentação estudada, a Willys foi produtora de discursos, propagandas e práticas que a colocaram como responsável por alavancar a economia do estado, promover

melhores condições de moradia, de atendimento de saúde, de salário e de trabalho aos seus operários. A Willys, em sintonia com o discurso do governo militar, promoveria no Nordeste o que nomearam de “revolução de paz.”

Nos relatos de memória dos operários entrevistados, a Willys ganhou a forma de uma fábrica acolhedora, atenta às demandas dos seus “trabalhadores”. Lembrada por ações assistencialistas e pelo fácil e feliz cotidiano de trabalho. Na documentação analisada não foi possível localizarmos greves, mobilizações dos operários dentro da fábrica Willys de Jaboaão ou paralisações da produção em defesa dos direitos trabalhistas não atendidos. Entretanto, os conflitos existiram. A arena de disputas foi a Justiça do Trabalho. A luta pelos direitos trabalhistas foi travada na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboaão. Os processos trabalhistas impetrados registraram as reclamações e insatisfações trabalhistas. Entre táticas e estratégias traçadas pelos funcionários e operários da fábrica na busca pelo cumprimento dos seus direitos no local de trabalho, a fábrica se cercou de um aparato jurídico para usar as leis vigentes a seu favor. As práticas da Willys de Jaboaão apontaram para a disciplina, exploração e controle dos seus empregados.

Desde os anos de 1960 e com mais intensidade na década de 1970, os historiadores passaram a se debruçar sobre as fontes judiciais e usá-las na construção da historiografia do país. Sobre a importância desse tipo de documento para a história do Brasil, o historiador Sidney Chalhoub diz que é possível analisar comportamentos, práticas costumeiras entre os trabalhadores, relações entre patrões e empregados.¹⁷ O autor destaca ainda a importância da preservação dos documentos da Justiça do Trabalho, sem o qual ele não acredita ser possível a construção de uma sociedade democrática, que tem o direito a memória e a história do país.¹⁸

Ângela de Castro Gomes e Fernando Teixeira afirmam que o uso pelos historiadores dos documentos produzidos pela Justiça do trabalho é um exercício acadêmico novo, mas capaz de produzir inesgotáveis histórias sobre o Brasil.¹⁹ Para o historiador Alexandre Fortes, o debate acadêmico pautado nas questões do trabalho e os estudos sobre o conceito de classe social estão relacionados, nas décadas de 1970 e 1980, ao cenário político e social no Brasil. Para Fortes, “o final da década de 1970 foi marcado pelo fenômeno do ‘novo sindicalismo’,

¹⁷ CHALHOUB, Sidney. **O conhecimento da História, O direito à memória e aos arquivos judiciais**. Junho, 2005. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/O_conhecimento_da_historia%252C_o_direito_a_memoria_e_os_arquivos_judiciais.pdf

¹⁸ CHALHOUB, Sidney. **Ações cíveis envolvendo escravos no séc. XIX**. Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho. Câmara Brasileira do Livro: Campinas - São Paulo. 2008

¹⁹ GOMES, Ângela de Castro; Da Silva, Fernando Teixeira. **A Justiça do Trabalho e sua História**. Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 2013.

que se desdobrou posteriormente num protagonismo de lideranças gestadas nos movimentos de trabalhadores na política nacional.”²⁰

Nos estudos recentes realizados pelo historiador Alisson Droppa sobre a temática, o foco das discussões são “as relações entre sindicatos, Estado, trabalhadores e patrões, em uma arena de disputas envolvendo a mobilização nos locais de trabalho, mas também nas ruas e nos tribunais”.²¹

Os processos trabalhistas nos permitem conhecer o local onde os trabalhadores moravam, se em propriedade própria ou do patrão, em vilas operárias, por exemplo, como eram as jornadas diárias de trabalho, qual a sua função na fábrica, o valor salário e como ele era pago. Ainda é possível discutir o acesso dos trabalhadores à Justiça do Trabalho. A ação dos juízes do trabalho é outro ponto nos documentos que pode ser analisado. Quem eram os juízes, como julgavam as impetrações, quantos processos foram conciliados, quantos julgados procedentes para os trabalhadores, quantos julgados improcedentes. A leitura desses processos nos abre um leque de possibilidades de estudar a vida daqueles trabalhadores e construir a narrativa histórica, recuperando tramas, relações e redes sociais. Sobre a narrativa histórica, Carlo Ginzburg diz que o papel do historiador é construir argumentos críveis da realidade, destacando a importância da narrativa para história, pois é ela que leva a crer, assim, é o que e como o historiador conta a história que interessa.²²

Larissa Côrrea escreve sobre a forma como a ditadura civil militar instaurada em 1964 impactou na atuação da Justiça do Trabalho e relata a diminuição do poder de decisão dos juízes nesse período. Segundo Corrêa, com os militares no poder, o direito à greve e o poder normativo da Justiça do Trabalho passaram a ser alvo de pressões e cerceamentos por parte do Poder Executivo.²³

Esta tese de doutorado conta mais uma história do Brasil no período ditatorial, dos anos de 1966 a 1973. Escrevemos sobre as relações, as disputas e as tramas que envolveram uma fábrica e seus operários em Pernambuco. Apresentamos então uma narrativa sobre o trabalho urbano fabril. Acreditamos ser mais uma contribuição à historiografia produzida

²⁰ FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59, p. 587-606, setembro-dezembro 2016.

²¹ DROPPA, Alisson. O poder normativo e a consolidação da justiça do trabalho brasileira: a história da jurisprudência sobre o direito coletivo do trabalho. IN: **Revista Tempo**. (Niterói, online) vol. 22 n. 40. P.220-238, mai-ago, 2016

²² GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. IN: NOVAIS, Fernando Antonio; FORASTIERE, Rogerio. (orgs) **Nova História em perspectiva**. Cosacnaify. 2011

²³ CORRÊA, Larissa Rosa. A “Rebelião dos índices”: Política salarial e a Justiça do Trabalho na ditadura civil-militar (1964 – 1968) In: GOMES, Ângela de Castro; TEIXEIRA, Fernando. **A justiça do Trabalho e sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil**. Campinas – SP: Editora da Unicamp. 2013

sobre Pernambuco que oferece uma ampla produção sobre o mundo rural, seus sujeitos e as suas questões. Por ser um grande produtor de açúcar e por historicamente ser palco de lutas dos trabalhadores rurais, muitos historiadores e historiadoras, como Antonio Montenegro, Pablo Porfírio, Christine Rufino Dabat e Socorro Abreu, dedicaram-se às pesquisas sobre esse tema. Pensamos ainda essa tese de doutorado como uma contribuição à historiografia do país. Oferecemos uma nova leitura sobre a atuação da Willys Overland no Brasil. Estudos como o de Antonio Luigi Negro falam de outro *modus operandi* da Willys no país. O pesquisador apresenta a fábrica de São Bernardo do Campo e as mobilizações políticas e sociais dos seus operários. Identificamos, na fábrica de Jaboatão, novas experiências de trabalho e a constituição de uma nova definição para o operário da Willys que passara a ser chamado de “trabalhador da Willys”.

A construção deste trabalho apresenta ao longo da narrativa um esforço de dialogar com pesquisadores, como Ângela de Castro Gomes, Fernando Teixeira, Jorge Ferreira, Daniel Aarão Reis, Regina Guimarães, sobre a temática do trabalho, da ditadura militar no Brasil e o uso dos processos trabalhistas na construção da história.

Nesta tese de doutorado, pensamos que a história é escrita a partir da relação de conflito entre patrões e empregados. A historiadora Ângela de Castro Gomes fala de uma história social do trabalho. Uma área nova. Uma área na qual os estudos vão para além dos muros de uma fábrica ou de uma empresa. A história social do trabalho “envolve os trabalhadores no seu lugar de moradia, nas suas formas de lazer e evidentemente também nos seus movimentos, seu engajamento político especialmente.”²⁴ É neste campo de pesquisa e escrita que se insere esta história sobre a fábrica Willys Overland do Brasil construída no município de Jaboatão – Pernambuco – e inaugurada em 1966.

Ainda pensando nesse diálogo, sobre o cenário social, político e econômico que privilegiamos estudar, nesta tese, o Nordeste do Brasil tem sido alvo de inúmeras pesquisas de historiadores e historiadoras, especialmente nos últimos 15 anos. Não por coincidência, os estudos nesta área aumentaram em Pernambuco desde a salvaguarda dos quase 200 mil processos trabalhistas no Laboratório História e Memória da UFPE e TRT/6ª região, advindos das diversas Juntas de Conciliação e Julgamento de Pernambuco, das décadas de 1940 a 1980.

²⁴ GOMES, Angela de Castro. Entrevista. **Labuta #11 O que é história social do trabalho?**. Parte 1. Disponível em: https://lehmt.org/2020/04/12/labuta-11-o-que-e-historia-social-do-trabalho-entrevista-com-angela-de-castro-gomes-parte-1/?fbclid=IwAR2U3mCKqIVk0E4RcIRPrJ8_uoIe061nOa-Wm4fiQnQzx2kfnmrygp9IUM4 Acesso em: 13 de abril de 2020.

²⁵ Esses documentos ganham novos usos, manuseios e acessos ao chegarem ao Lahm. Antes, pertencentes ao Arquivo Geral do TRT. Os processos trabalhistas,

Não apenas passam a ocupar um novo espaço físico, mas transformam-se em textos com registros que possibilitam narrar histórias do trabalho, dos (as) trabalhadores (as) rural e urbano, da Justiça do Trabalho, dos patrões, da legislação trabalhistas e a sua aplicabilidade, das condições de vida nos engenhos, usinas e industriais, além da análise dos discursos e práticas comuns a determinados períodos históricos, entre outros temas e abordagens historiográficas.²⁶

Nesse sentido, destacamos o livro *História de Trabalhadores e da Justiça do Trabalho*²⁷ organizado pelos professores Marcelo Góes Tavares e Antonio Torres Montenegro. O livro é fruto do esforço coletivo em sistematizar e apresentar os estudos recentes sobre os trabalhadores, rurais e urbanos, no Nordeste e as ações da Justiça do Trabalho ao julgar e/ou conciliar as disputas trabalhistas entre patrões e empregados. Outro ponto de destaque no livro é a discussão e a reflexão sobre as políticas e metodologias de arquivamento no Brasil. Os estudos de onze pesquisadores reunidos neste livro contemplam os processos trabalhistas como documentos que permitem, junto com o diálogo como outros documentos, contar as suas histórias e estabelecer conexões com as discussões políticas, sociais e econômicas do Brasil.

Não temos o intuito de organizar uma revisão bibliográfica nesse momento. Como dissemos anteriormente os diálogos com a historiografia é realizada ao longo deste trabalho. Entretanto, gostaríamos de destacar mais um livro que reúne pesquisas e histórias de trabalhadores, trabalhadoras e a Justiça do Trabalho que nos ajudaram a pensar esta tese de doutorado. *A Justiça do Trabalho e a sua História*, organizado pela historiadora Ângela de Castro Gomes e Fernando Teixeira, de 2013, se “constitui numa das primeiras experiências de associação de pesquisadores” interessados na construção de uma história a partir da análise da

²⁵Ver: GUIMARÃES Neto, Regina Beatriz; Montenegro, Antonio Torres. Processos Trabalhistas: mobilização social, arquivamento e historiografia. In: TAVARES, Marcelo Góes; MONTENEGRO, Antonio Torres (orgs). **Histórias de Trabalhadores e da Justiça do Trabalho**. Arapiraca: Eduneal, 2018.

²⁶ GUIMARÃES Neto, Regina Beatriz; Montenegro, Antonio Torres. Processos Trabalhistas: mobilização social, arquivamento e historiografia. In: TAVARES, Marcelo Góes; MONTENEGRO, Antonio Torres (orgs). **Histórias de Trabalhadores e da Justiça do Trabalho**. Arapiraca: Eduneal, 2018.

²⁷ TAVARES, Marcelo Góes; MONTENEGRO, Antonio Torres (orgs). **Histórias de Trabalhadores e da Justiça do Trabalho**. Arapiraca: Eduneal, 2018.

documentação produzida pela Justiça do Trabalho.²⁸ Neste livro, também, onze pesquisadores e pesquisadoras apresentam ao leitor um

Entrelaçamento de temas relacionados à Justiça do Trabalho, que remetem as experiências de gênero; condições de trabalho; conjunturas políticas e econômicas diversas; organização do movimento operário e dos trabalhadores rurais; disciplina fabril e repressão; constrangimentos do mercado de trabalho salarial; sociabilidade operária dentro e fora dos locais de trabalho, além, é claro, das concepções que os trabalhadores e seus representantes legais e sindicais tinham da legislação do direito e da Justiça.²⁹

Nos estudos apresentados no livro *A Justiça do Trabalho e a sua História*, o texto de Benito Schmidt nos apresenta histórias do trabalho de uma fábrica de calçados, localizada em Novo Hamburgo (RS). A disciplina de trabalho, processos trabalhistas, práticas patronais e as lutas da operária Therezia pelo direito de amamentar durante o horário de trabalho são questões analisadas e narradas pelo historiador.³⁰

Essas leituras nos permitiram analisar os caminhos percorridos e as metodologias adotadas pelos pesquisadores e pesquisadoras ao se debruçar sobre os processos trabalhistas e os ritos da Justiça do Trabalho para contar uma história do Brasil a partir das lutas por direitos dos trabalhadores e operários.

BREVE DIÁLOGO

No período de escrita deste trabalho de doutorado, no qual se discute a luta dos operários por direitos trabalhistas e os processos da Justiça do Trabalho como um documento para a história, fomos atingidos por uma proposta e aprovação de reforma trabalhista no país. Julgamos ser pertinente uma breve apresentação dessa reforma trabalhista como uma forma

²⁸GOMES, Ângela de Castro; Da Silva, Fernando Teixeira. **A Justiça do Trabalho e sua História**. Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 2013.

²⁹GOMES, Ângela de Castro; Da Silva, Fernando Teixeira. Os direitos sociais e humanos dos trabalhadores no Brasil: a título de apresentação. In: GOMES, Ângela de Castro; Da Silva, Fernando Teixeira. **A Justiça do Trabalho e sua História**. Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 2013. P.36

³⁰SCHMIDT, B. B.. A sapateira indisciplinada e a mãe extremosa: disciplina fabril, táticas de gênero e luta por direitos em um processo trabalhista (Novo Hamburgo-RS, 1958-1961). In: Ângela de Castro Gomes; Fernando Teixeira da Silva. (Org.). **A Justiça do Trabalho e sua história**. 1 ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2013.

de diálogo entre os estudos desenvolvidos sobre as décadas de 1960 e 1970 e o cenário político que se apresenta nos últimos anos da década de 2010 no Brasil.

A proposta da reforma trabalhista foi apresentada pelo governo do Presidente Michel Temer em 2017.³¹ Justificada como necessária para modernizar as relações de trabalho no Brasil e melhorar a condição de vida dos trabalhadores.³² O discurso da modernização mais uma vez foi apropriado e utilizado como propagador de benefícios para a vida do trabalhador. Modernizar aparece, nesse cenário, como cortina que esconde uma série de medidas que são aplicadas no sentido de retirar dos trabalhadores direitos trabalhistas já garantidos. Em 1966, com a construção da fábrica Willys em Pernambuco, os discursos de modernização também eram propagados. Falava-se que o novo venceria o velho, o moderno deixaria no passado o atraso e modernizaria a região e a nova forma de trabalho também traria benefícios para os seus operários.

A reforma apresentada em 2017 propôs alterações na legislação trabalhista, tais como a flexibilização da jornada de trabalho, mudanças nas formas de contratação dos trabalhadores e de pagamentos dos salários, alterações nas normas de saúde e segurança no trabalho, limitação das ações dos sindicatos, do acesso dos trabalhadores à Justiça do Trabalho e de poder de atuação dos juízes trabalhistas.

A reforma foi amplamente discutida no meio acadêmico e nas mídias sociais. Argumentos a favor e contra a reforma foram apresentados. Entretanto, essa discussão atingiu um público pequeno se levarmos em consideração o pouco acesso de grande parte da população a esses produtores de conhecimento e informação. Historiadores, como Ângela de Castro Gomes e Fernando Teixeira³³ e desembargadoras do Trabalho, como Dr^a Eneida Melo,³⁴ apontam que as mudanças aprovadas no Senado beneficiam os empregadores e diminuem os direitos dos trabalhadores. Segundo pesquisadores e estudiosos sobre o novo tema, com a reforma, aos trabalhadores cabem a precarização do trabalho, da vida social, da saúde física e mental.³⁵

³¹ Foi aprovado no Senado brasileiro o Projeto de Lei – PLC 38/2017 em 11 de junho de 2017. Enquanto tramitou pela Câmara dos Deputados o projeto correspondeu ao PL 6.787/2016.

³² ALBERT CAMUS, CORONAVÍRUS E A JUSTIÇA DO TRABALHO. *Jornal do Commercio*. 29 de março de 2020. P.12. Escrito por Eduardo Pugliese, desembargador do TRT 6ª região.

³³ Ver: GT Reforma Trabalhista CESIT. IE/UNICAMP. **Dossiê (em construção): Reforma Trabalhista**. Campinas, 2017.

³⁴ Fala proferida no VII SEMINÁRIO TRT 6º Região / UFPE e II CARAVANA ANPUH-PE. Dia 22/11/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=druCvi5usHQ>

³⁵ Ver:

O governo justificou as mudanças nas leis trabalhistas afirmando existir uma necessidade de modernização das relações de trabalho, uma vez que a Consolidação das Leis Trabalhistas não atendia às demandas trabalhistas contemporâneas. Com o intuito de explicar esse último ponto, o texto da reforma afirma que a CLT foi criada em 1943, momento no qual predominava no Brasil uma população e trabalhos eminentemente rurais, enquanto, hoje tanto a moradia quanto o trabalho são predominantemente urbanos.³⁶

Essa população rural a qual se refere o texto da reforma não teve seus direitos trabalhistas automaticamente garantidos com a criação da CLT na década de 1940. Os trabalhadores rurais continuaram na luta por seus direitos. Foi na década de 1960, com o Estatuto do Trabalhador Rural, que esses direitos começaram a ser reconhecidos e consolidados. A historiadora Clarisse Pereira afirma que, no final da década de 1970 e começo de 1980, os trabalhadores rurais da Zona da Mata Norte de Pernambuco ainda impetravam processos trabalhistas nas JCS em busca de ter seus direitos assegurados. Os trabalhadores rurais lutavam por melhores condições de vida, trabalho e salário. A pesquisadora analisa como os trabalhadores rurais de Goiana- PE mobilizaram a súmula 57 nos tribunais, visando garantir melhorias salariais e de vida.³⁷

A criação da CLT visava atender uma série de demandas e realidades conflitantes. Na década de 1940 a luta dos trabalhadores rurais era conhecida, reprimida e invisibilizada pelo estado. As greves dos trabalhadores urbanos que resultavam em conflitos sociais e lutas políticas tomavam mais espaço no país. Pensamos que os conflitos de forças levaram a CLT a responder, nas primeiras décadas após a sua consolidação, as reivindicações dos trabalhadores urbanos.

O discurso das melhorias de vida dos trabalhadores que chegariam com a reforma trabalhista proposta pelo governo de Michel Temer devem ser analisadas. Poderíamos nesse momento destacar diversos artigos e/ou leis que pontuassem especificamente as mudanças propostas pela reforma. Como exemplo a *Lei 13.429/17* que trata do contrato temporário. Antes esse contrato era de até 90 dias e com a nova lei se estende até 270 dias. A *Lei 6.019-*

GALVÃO, Andréia; CASTRO, Bárbara; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **Reforma Trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo**. Cad. CRH vol.32 no.86 Salvador May/Aug. 2019 Epub Oct 10, 2019.

SILVA, Pollyanna Cristina da Assumpção; ARAÚJO, Hellom Lopes. A Reforma Trabalhista e a Precarização do Trabalho da Mulher. **Revista Pensar Direito**, Vol. 9, No.2, JUL/2018

³⁶ GOMES, Ângela de Castro. **O Desmonte da Proteção Social dos Trabalhadores no Brasil**. CECINE UFPE. 15 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xiGbc7seDs>. Acessado em 22 de maio de 2020.

³⁷ PEREIRA, Clarisse dos Santos. **Precarização e resistência: a vida dos trabalhadores rurais nos processos trabalhistas (goiana, 1979-1980)**. Dissertação. 2017. Programa de Pós-graduação em História – UFPE.

art. 4^oc e art. 5^oc sobre a terceirização ou o art 59^o que permite as jornadas de 12 horas seguidas de trabalho e folga de 36 horas para todas as áreas, o que pode acarretar em diversos problemas de saúde para quem trabalha com atividades repetitivas, como na linha de produção de uma fábrica.

Para esses trabalhadores, que são submetidos ao trabalho repetitivo diariamente, as mudanças na legislação podem gerar uma grande probabilidade de acidentes mais frequentes e um maior número de adoecimento. Nesse contexto, ressaltamos que as novas leis trabalhistas isentam os empregadores de culpa ou de responsabilidade por qualquer acidente ou doença provocadas ao trabalhador no ambiente de trabalho, seja pelos longos períodos de esforços repetitivos, seja por algum acidente durante o exercício da sua função.³⁸

Destacamos mais dois pontos defendidos na Reforma Trabalhista. O acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho e as regras que limitam o poder decisório dos juízes do trabalho. Sobre o primeiro ponto, a reforma acaba com o direito à gratuidade dos processos uma vez que o trabalhador pode ser condenado a arcar com à custa do processo.³⁹ O segundo ponto, sobre a ação dos juízes trabalhistas, nos faz lembrar a tese defendida por Larissa Corrêa. Para a autora, os juízes no período da ditadura militar no Brasil, tiveram seus poderes cerceados e vigiados.⁴⁰ Com a reforma, o poder da negociação prevalece sobre o poder decisório do juiz trabalhista.

Uma das reclamações apresentadas pelos propositores da mudança na legislação é a demora de tramitação dos processos, apontando o grande número de processos trabalhistas à espera de julgamento. As estatísticas mostram que em 2016 as principais causas de impetrações de processos trabalhistas foram em busca de pagamento de rescisão contratual e pagamento de horas extras. Segundo a procuradora Dr^a Débora Tito, 70% dos processos trabalhistas não existiriam se os patrões pagassem corretamente os direitos dos trabalhadores.⁴¹ Para a procuradora, o excesso de demandas trabalhistas no Brasil é uma consequência do descumprimento dos direitos dos trabalhadores por parte dos seus empregadores. A Reforma Trabalhista enfraquece o que se constitui como Direito do

³⁸GT Reforma Trabalhista CESIT. IE/UNICAMP. **Dossiê (em construção): Reforma Trabalhista.** Campinas, 2017.

³⁹GT Reforma Trabalhista CESIT. IE/UNICAMP. **Dossiê (em construção): Reforma Trabalhista.** Campinas, 2017.

⁴⁰CORRÊA, Larissa Rosa. A “Rebelião dos índices”: Política salarial e a Justiça do Trabalho na ditadura civil-militar (1964 – 1968) In: GOMES, Ângela de Castro; TEIXEIRA, Fernando. **A justiça do Trabalho e sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil.** Campinas – SP: Editora da Unicamp. 2013

⁴¹ TITO, Débora. Fala proferida no VII SEMINÁRIO TRT 6^o Região / UFPE e II CARAVANA ANPUH-PE. Dia 22/11/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=druCvi5usHQ>

Trabalho e do espaço de reivindicação do trabalhador. A Justiça do Trabalho assume apenas a função homologatória, ou seja, de validar o acordo feito previamente entre patrão e empregado.⁴²

Para especialistas em Direito do Trabalho, após um ano da implementação da Reforma Trabalhista⁴³ houve uma queda na demanda judicial, como previsto quando ainda se discutia o projeto. A Reforma proporcionou celeridade no andamento dos processos além de gerar uma economia para a Justiça do Trabalho, entretanto afirma-se que o registro da baixa demanda judicial trabalhista está relacionado ao fato de que o empregado pode ser condenado a pagar os honorários periciais e advocatícios.⁴⁴ Segundo esses especialistas, as novas leis trabalhistas possibilitam ainda uma discussão entre empregados e empregadores, sobre questões que antes da Reforma eram indiscutíveis, pois eram questões asseguradas pela lei, como por exemplo, a quantidade de horas trabalhadas seguidas e intervalo de descanso. A Reforma garante que o negociado (entre patrões e trabalhadores) prevaleça sobre o legislado.⁴⁵

Poderíamos justificar a apresentação da reforma trabalhista neste trabalho por diversos pontos, entretanto destacamos dois deles. Sentimos a necessidade de contextualizar o momento no qual este trabalho foi desenvolvido. As questões sobre trabalho, direitos dos trabalhadores, deveres dos empregadores e atuação da Justiça do Trabalho têm sido veiculadas em diversos meios de comunicação, estão em pauta nas redes sociais, no meio acadêmico e dialoga com a proposta desta tese. Como segundo ponto, ressaltamos a importância dos estudos acerca destas questões. Esse é um passado que não passou. Os direitos trabalhistas e alguns direitos sociais no Brasil ainda são alvo de estratégias políticas que os negam para uma parte considerável da população. Essa negação forma uma cidadania precária para a sociedade. Esse é um processo histórico e deve ser estudado. Reiteramos o quanto importante são para a historiografia brasileira os trabalhos que se debruçam sobre a história do trabalho e dos trabalhadores do Brasil. As fontes pesquisadas, com destaque para as fontes judiciais, têm permitido que os historiadores analisem conceitos e escrevam sobre

⁴² GT Reforma Trabalhista CESIT. IE/UNICAMP. **Dossiê (em construção): Reforma Trabalhista.** Campinas, 2017.

⁴³ Em novembro de 2018, completou-se o primeiro ano de aplicação nas relações trabalhistas das mudanças firmadas pela Reforma Trabalhista.

⁴⁴ Programa Palavra aberta, dia 13/11/2018. Tv Assembléia PI. Entrevista com a advogada Kally Duarte. Especialista analisa primeiro ano da Reforma Trabalhista. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=U-NIw6LBP_w, acesso em 14/11/2018 às 16:00 horas.

⁴⁵ Programa Palavra aberta, dia 13/11/2018. Tv Assembléia PI. Entrevista com a advogada Kally Duarte. Especialista analisa primeiro ano da Reforma Trabalhista. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=U-NIw6LBP_w, acesso em 14/11/2018 às 16:00 horas.

lutas, resistências, ações e movimentações no que foi denominado por pesquisadores de *mundos do trabalho*.⁴⁶

BREVES CONSIDERAÇÕES

Esta tese de doutorado sobre a Willys Jaboatão apresenta como atuaram as forças políticas e econômicas que viabilizaram a construção de uma fábrica de automóveis no Nordeste do Brasil, particularmente em Pernambuco, em um cenário de Guerra Fria e ditadura militar no Brasil. Como os discursos de modernização e de progresso, que procuraram produzir sentido para sua instalação, construíram o agenciamento de novos disciplinamentos para trabalhadores rurais transformados em operários urbanos. Um deles, adiantamos, seria o abandono das atividades sindicais dos operários, classificadas como subversivas. O que indicaria para uma descaracterização desse operário enquanto ser político. A Willys tentou construir a identidade de “trabalhadores da Willys”. Pensamos como uma fábrica, de automóveis, moderna, norte americana, em sintonia com o discurso do governo militar brasileiro apresentou estratégias que tentaram retirar o protagonismo de luta dos trabalhadores em Pernambuco.

Além disso, interessou pensar o acontecimento da construção da Willys em Pernambuco como chave para várias leituras. Refletir, por exemplo, os discursos propagados pelo governo militar e sua aproximação com os discursos produzidos pelo governo dos Estados Unidos sobre essa região do Brasil. Entender que com sua ação, o governo norte americano, imperialista, classificava os moradores do Nordeste do Brasil como incapazes de sair do estado de penúria e por isso necessitavam ser salvos.⁴⁷ Foi sob esse signo que a

⁴⁶ Sobre essa discussão julgamos importante destacar o trabalho realizado no arquivo da Justiça do Trabalho da 6ª região, localizado no prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE. Uma parceria entre o Departamento de História e o Tribunal Regional do Trabalho viabilizou a guarda de cerca de 200 mil processos trabalhistas de Pernambuco. Projetos financiados por programas de fomento permitem que equipes de bolsistas, leiam, higienizem, digitalizem, cataloguem e atualizem no site <http://memoriaehistoria.trt6.gov.br/> para que os processos fiquem à disposição da comunidade em geral. Paralelamente a esse trabalho que é coordenado pelo Prof. Antonio Torres Montenegro, a equipe composta hoje (ano de 2020) por 7 bolsistas, além de uma equipe técnica que reúne professores renomados de diversas Universidades do país, realiza entrevistas com juízes do trabalho, advogados, vogais e trabalhadores, rurais e urbanos, cujos nomes são encontrados nos processos trabalhistas. O trabalho desenvolvido no arquivo nos permite entender a construção de relações de trabalho e lança novas leituras de um passado recente do Brasil.

⁴⁷ Edward Said apresenta importante estudo sobre a relação entre a cultura e o imperialismo. Ao discorrer sobre a “arrogância paternalista do imperialismo” relaciona a dependência estabelecida entre os Estados Unidos e os países do sul americanos. Ele diz que as ações desses países passam pela avaliação dos Estados Unidos. São eles

construção da Willys Overland do Brasil foi propagada e é necessário entender quais práticas foram criadas para os trabalhadores e operários da região.

A Willys produziu discursos e estratégias de ação em Pernambuco, que em sintonia com os discursos dos militares, se colocou como a redenção econômica, política, social e do trabalho na região. Produziria uma “revolução de paz”. Uma “revolução” sem armas, sem conflitos, sem mobilizações políticas e reivindicatórias de seus operários. Uma “revolução” que tentou produzir um corpo disciplinado para o trabalho urbano, fabril e moderno. Uma “revolução de paz” que buscou disciplinar a fala dos operários. Mas, não anulou a luta por direitos, deslocada para o campo da Justiça do trabalho. Entre a Willys e os operários da fábrica registraram-se relações de poder.

Operacionalizamos ao longo da tese o conceito de biopolítica de Michel Foucault para entender como a produção de discursos empresariais e governamentais e a mobilização de estratégias pela Willys tentaram controlar, disciplinar e explorar os operários, produzindo novas práticas, ações, comportamentos, novas formas de reivindicar direitos, de viver e de trabalhar desse grupo social. Dialogamos de diversas formas com Foucault e entendemos que os diálogos estão imbricados no texto. Então, contaremos uma história que foi construída nas relações políticas, empresariais e econômicas. Uma história que é lugar de confronto.⁴⁸

Acionaremos ainda a ideia de dispositivo apresentada por Giorgio Agambem a partir da leitura de Michel Foucault. Pensamos a modernização defendida pela Willys e pelos militares como um dispositivo que “tem função eminentemente estratégica [...] que trata de uma intervenção racional e combinada das relações de força”. A modernização tecnológica e social promovida pela fábrica, representada sobretudo pelo seu produto, o automóvel, foi uma estratégia para intervir nas relações de força política que era o Nordeste dos anos 1960. Uma relação na qual os operários avançavam na sua organização e reivindicação por direitos. A modernização como dispositivo discursivo, institucional, legal e repressivo, ou seja,

que aprovam ou não, construindo a relação de dependência e o discurso salvacionista ditado pelos norte americanos. Ver: SAID, Edward w. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. P.19

⁴⁸ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

FOUCAULT, Michel. A “Governamentalidade”. In: *Michel Foucault, Estratégia, poder-saber. Coleção ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a Genealogia, a História. In: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Coleção ditos e escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. O que são Luzes? . In: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Coleção ditos e escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

heterogêneo, que busca orientar as relações políticas na região e bloquear determinadas ações e discursos. Sobre isso, versa a tese que apresentamos.⁴⁹

⁴⁹ AGAMBEM, Giorgio. **O que é contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó – SC: Argos, 2009. P.29 e 30

2 "POIS QUEM QUISER, PODE IR VER: É HORA DE CONHECER A WILLYS DE JABOATÃO!"

Duas histórias foram registradas pela imprensa sobre o dia 14 de julho de 1966 em Jaboatão. O município localizado a 18 km de Recife foi notícia no *Diario de Pernambuco* na edição daquele dia e do seguinte. Festas, crimes, fábrica, referências ao urbano e ao rural, representações do novo e do velho e tantos personagens caminharam pelas linhas, entre as palavras, e deram vida as narrativas do jornal. Aquele 14 de julho ficou gravado na imprensa e nas lembranças de muitos moradores de Jaboatão e cidades vizinhas.

A nossa primeira história é de Amaro Florêncio. Como era de costume, ele saiu de casa logo após os primeiros raios de sol surgirem na manhã daquele dia, em direção ao trabalho no eito.⁵⁰

Amaro era um agricultor de 62 anos, casado, e residia no engenho Megaype de Cima.⁵¹ O caminho percorrido já era conhecido, mas aquele dia lhe guardava uma surpresa. O trabalhador foi atacado violentamente por um desconhecido que conseguiu fugir logo após o crime, sem deixar pistas. Caído nas margens da estrada, Amaro foi encontrado por colegas que também seguiam para a labuta diária. Os muitos ferimentos, um deles profundo na região da cabeça, levaram-no a ser atendido no pronto socorro em Recife. O autor do crime não foi localizado e o motivo do crime não foi apontado.⁵²

Se o ataque violento ao trabalhador rural marcou, segundo o jornal, a manhã daquele dia em Jaboatão, motivos alegres teriam ocupado o período da tarde e foram registrados. Dessa vez, por Jaboatão sediar uma grande festa que aconteceria em outra parte do município. A segunda história narra a inauguração da fábrica que produziria os carros Rural e Jipe. As duas histórias contadas no *Diario de Pernambuco* apontam para as construções imagéticas que pretendiam sobre a região.

O município era o mesmo, Jaboatão. Uma região marcada pela presença de grandes engenhos, de usinas, do trabalho rural, das plantações de cana⁵³, da produção de açúcar e

⁵⁰ ANCIÃO ESBODOADO A GOLPES DE CACÊTE: CRIMINOSO FUGIU. *Diario de Pernambuco*. 15 de julho de 1966. Primeiro caderno. P.7

⁵¹ O engenho Megaype de Cima está localizado na Muribeca - município de Jaboatão dos Guararapes.

⁵² ANCIÃO ESBODOADO A GOLPES DE CACÊTE: CRIMINOSO FUGIU. *Diario de Pernambuco*. 15 de julho de 1966. Primeiro caderno. P.7

⁵³ **JABOATÃO:** Histórias, Memórias e Imagens. Jaboatão dos Guararapes: Fundação YApotan. Companhia editora de Pernambuco. 1966.

agora seria reconhecida também pela produção de carros e pelo discurso da modernização que alcançaria o município e todo o estado de Pernambuco.

À tarde, nas margens da BR 101, próximo à praia de Candeias, foi inaugurada uma nova fábrica de automóveis da Willys Overland do Brasil.

A inauguração contou com a presença de quase três mil pessoas, segundo relatos nos jornais do estado. O evento foi lembrado como “digno de primeiro mundo”, pela ex-funcionária da fábrica Flérida Cortizo.⁵⁴ Na ocasião, o primeiro Jipe produzido em Pernambuco foi apresentado a clientes, autoridades políticas, religiosas, jornalistas, militares e operários. O carro produzido em Pernambuco ganhou um logotipo e um nome: Jipe Chapéu de Couro. Um distintivo com um chapéu de couro fixado em sua lataria era a única diferença entre os jipes produzidos em São Bernardo do Campo⁵⁵ e os produzidos na nova filial.

A festa é lembrada até hoje por muitos que participaram da solenidade. Ocupou várias páginas dos jornais e revistas do Brasil.⁵⁶ Os discursos ressaltavam o início de uma nova era, urbana, moderna e civilizada que sobreporia a arcaica cidade rural, pobre e violenta que era Jaboatão. O município passaria a ser noticiado pelas conquistas do “chapéu de couro”. Histórias como a do agricultor Amaro Florêncio não teriam mais visibilidade nas publicações.

É sobre a festa promovida no dia 14 de julho de 1966 em Jaboatão e seus personagens que este capítulo trata. Nosso objetivo é analisar os discursos e práticas da Willys Overland do Brasil. Entender como ela se colocou como geradora do desenvolvimento econômico e social do Nordeste e promotora de uma “revolução de paz” e do trabalho para a região. E como os dirigentes da fábrica conseguiram se articular com representantes do governo, da

⁵⁴ POZZAS, Flérida Cortizo. Entrevista realizada no dia 8 de julho de 2016. Cidade de Jaboatão dos Guararapes. Pesquisadora: Karlene Araújo

⁵⁵ A fábrica foi instalada em 1952 em São Paulo. O historiador Antonio Luigi negro afirma que “Willys São Bernardo foi a maior fábrica automobilística do país entre 1957 e 1962, sendo superada pelo êxito da Volkswagen e do seu popularíssimo “fusquinha”. NEGRO, Antonio Luigi. **Ford Willys anos 60: sistema auto de dominação e metalúrgicos do ABC**. 1994. P.11 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em:

<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281399>

⁵⁶ ver:

Jornal do Comercio. Manaus, no dia 14 de julho de 1966. P.4

POEMA. **Diario de Pernambuco**. 14 de jul de 1966. P.9. Primeiro caderno.

O JIPE SUBSTITUI O JUMENTO: REVOLUÇÃO SÔBRE 4 RODAS. **O Cruzeiro: Revista (RJ)**. 9 de ago de 1966. P.40. Reportagem de Arlindo Silva, Jean Solari e Clodomir Bezerra. (p.40 e 41)

ENTUSIASMO GERAL NO NORDESTE PELA INAUGURAÇÃO DA FÁBRICA WILLYS. INAUGURAÇÃO DA FÁBRICA WILLYS EM JABOATÃO. Noticiário. **Revista Marítima Brasileira (RJ)**. Ano 1966. P. 190. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=008567&pesq=willys%20jaboat%C3%A3o&pasta=ano%20196>

Igreja e de outros setores da indústria para produzir sentidos para o funcionamento do novo empreendimento. Os discursos faziam referências ao que denominaram de “povo nordestino”. Uma referência ao seu mercado consumidor e a sua força de trabalho. As presenças registradas em fotografias e os discursos proferidos dão indícios das relações de poder mobilizadas pela Willys em Pernambuco. Dom Helder, por exemplo, teve sua fotografia com o primeiro jipe amplamente divulgada na imprensa, ao passo que nenhuma fala sua foi localizada como registro nos jornais. O que nos leva a pensar que Dom Helder não teve o direito de se pronunciar naquela solenidade. O discurso do religioso parece não ter sido de interesse da Willys ou da imprensa, entretanto ter sua imagem fotografada ao lado da primeira dama da fábrica, Carola Pearce, parecia ser importante.

2.1 AWILLYS JABOATÃO NA IMPRENSA

Os jornais de Pernambuco publicaram propagandas da construção da nova fábrica de automóveis e vários convites para que o seu público participasse da festança de inauguração. No *Diario de Pernambuco* localizamos essas matérias logo nos seus primeiros cadernos.

Na edição do dia 14 de julho do jornal ⁵⁷, um poema apresentou o personagem João Grilo ⁵⁸ como o contador de uma grande novidade que fez o Nordeste inteiro festejar.

Riachão estava cantando
 Na cidade de Açú
 Quando ali chegou João Grilo
 -Chegado de Caruaru-
 E contou uma novidade
 Que mexeu com toda cidade
 Mais que pá mexendo no angu.

"já vi tatu dançar frevo,
 vi cobra fumar cigarro.
 Salomão narrou prodígios,
 Prodígios também eu narro.
 Acabo de ver ó gente!
 Um engenho diferente,
 Que, em vez de açúcar, faz carro!"

Todo mundo protestou:

⁵⁷ POEMA. *Diario de Pernambuco*. 14 de jul de 1966. P.9. Primeiro caderno.

⁵⁸ Provavelmente João Grilo é uma referência a personagem de mesmo nome criado por Ariano Suassuna.

"Eita, João Grilo! Essa não!
 Onde é que fica essa usina
 Com tamanha perfeição?!"
 "Pois quem quiser, pode ir ver:
 é hora de conhecer a
 Willys de Jaboatão!"

De Aracaju a Fortaleza
 A notícia deu no pé.
 Até os bichos comentam
 Fazendo um baita banzé.
 O caranguejo Filipe
 Diz que vai comprar um "Jeep"
 só pra andar de marcha à ré!

E a viúva lagartixa,
 que sofre e se sente mal
 pra chegar até Juazeiro,
 na romaria anual,
 já contou pra o surubim
 que, em louvor ao "meu Padrim"
 vai comprar uma Rural.

Todo o Nordeste está em festa
 com a festa de Jaboatão.
 E a Willys "chapéu de couro"
 dando impulso à região,
 transforma o 14 de Julho
 em dia de fé e orgulho
 nos destinos da nação! ⁵⁹

O poema⁶⁰ narrou a viagem de João Grilo, que estava em Caruaru, Pernambuco e foi para Açú, no Rio Grande do Norte. Nesta cidade ele contou sobre a grande novidade: a fábrica Willys de Jaboatão. Foi comparada a um engenho e depois a uma usina. A nova fábrica produziria carro no lugar de açúcar. A referência aos engenhos, usinas e a produção de açúcar, nesse caso, parecia estar relacionada ao próprio município, visto que em Jaboatão na década de 1960 predominavam as atividades de trabalho rural.

Segundo o narrador do poema, a notícia se espalhou, “deu pé”. Açú, Caruaru, de Aracaju a Fortaleza circulou a notícia sobre a chegada da fábrica de carro em Jaboatão. Até a Viúva Lagartixa ajudou a novidade a se espalhar, visto que tratou de contar ao Surubim. Ela já contava até que teria um carro Willys para ir à romaria em Juazeiro do Padrim- se referia Padre Cícero, conhecido entre os fiéis católicos como Padrim Padre Cícero- Juazeiro do

⁵⁹ POEMA. **Diário de Pernambuco**. 14 de jul de 1966. P.9. Primeiro caderno.

⁶⁰ Destacamos que o poema também foi publicado em sua íntegra no **Jornal do Comercio** em Manaus, no dia 14 de julho de 1966. P.4

Norte-Ceará. O poema mencionava ainda os dois carros a serem produzidos na nova fábrica. O Caranguejo Filipe diz que vai comprar o *Jeep*, a Viúva Lagartixa queria mesmo a *Rural*.

O poema apareceu no jornal como uma forma de contar uma novidade, bem como fazer o convite para a inauguração "Pois quem quiser, pode ir ver: é hora de conhecer a Willys de Jaboatão!".⁶¹ Uma parte do Nordeste estava em festa, essa notícia havia circulado. Era emprego sendo gerado e carros sendo produzidos, representando o desenvolvimento da região.

O texto do poema também permite identificar um ponto que servirá como base discursiva para significar a nova instalação da Willys. Refere-se à ideia de progresso e modernização da região, agora ligados à indústria automobilística. As fábricas instaladas em Jaboatão (e na região metropolitana do Recife) na década de 1960, como a fábrica de ônibus Caio Norte (1966), chegavam com o status de indústria moderna.⁶² Uma fábrica moderna, símbolo do progresso e de desenvolvimento, já não era mais a usina, que no início década de 1960 era relacionada ao atraso e ao subdesenvolvimento. No poema, identifica-se um discurso de que o Nordeste progredirá da produção de açúcar para o de automóvel, símbolo do novo, do moderno, da tecnologia e elemento que promoveria a conexão com outras partes do país. O que aponta para um processo de ampliação do processo de industrialização no estado.

Vale destacar que os discursos sobre modernização e industrialização circulavam em Pernambuco desde o século XIX, quando os maquinários das usinas começaram a ser instalados no campo.⁶³ Entendemos que esses discursos são próprios e específicos de cada momento histórico. Para a historiadora Camila Melo “a modernização na indústria sucro alcooleira pode ser compreendida como uma forma dos usineiros reterem cada vez mais o poder sobre os meios de produção e dos seus produtos finais”⁶⁴, na medida que as usinas compram os engenhos e os donos de engenhos passaram ao status de fornecedores de cana. O discurso do novo atua nas relações de poder intra-elite. Como apontou Peter Einsenberg, os melhoramentos das técnicas não promoveram mudanças sociais profundas em Pernambuco,

⁶¹ POEMA. *Diário de Pernambuco*. 14 de jul de 1966. P.9. primeiro caderno.

⁶² Ver: BORELLO, Jose Antonio. **An evaluation of SUDENE's industrialization program: The case of Pernambuco (Brazil), 1960—1975**. Thesis presented to the University of Ottawa. Department of Geography. Ontario, Canadá. 1984. University Microfilms International, 300 N. Zeeb Road Ann Arbor, MI 48106. Order Number 1330997.

⁶³ MELO, Camila Maria de Araújo. **Entre dois senhores: o patrão e a fome – as greves dos trabalhadores rurais no cabo de Santo Agostinho – PE, 1966 – 1968**. *Dissertação*. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. 2018.

⁶⁴ MELO, Camila Maria de Araújo. **Entre dois senhores: o patrão e a fome – as greves dos trabalhadores rurais no cabo de Santo Agostinho – PE, 1966 – 1968**. *Dissertação*. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. 2018. P. 28

mesmo no momento pós-abolição da escravidão.⁶⁵ O uso do termo não era novo, a experiência histórica, contudo, ganhou outros significados e contornos.

Para o caso da Willys em Jabotão foi dito que a modernização civilizaria. Esse discurso foi ressignificado para sua época. O historiador José Ricardo Ramalho apontou essa questão em seu estudo sobre a Fábrica Nacional de Motores. A FNM foi construída em 1940, na baixada fluminense, Rio de Janeiro, e era uma fábrica estatal gerida pelos militares até 1947. O “controle personalizado e militarizado” e uma “formação para o trabalho” eram características da fábrica.⁶⁶ A escolha do local mais afastado do perímetro urbano, para a construção da fábrica de motores, foi segundo Ramalho, fator que dificultou a atração da mão de obra, embora existisse uma vila fabril e um forte assistencialismo, analisado pelo historiador como formas de controles sobre os trabalhadores. Os discursos que justificavam a construção da fábrica e tentavam atrair os trabalhadores apontavam que “as explicações mais recorrentes se referem às concepções de progresso da época, de vitória do homem sobre a natureza, de transformação do ‘não civilizado’ em ‘civilizado’”.⁶⁷ A disciplina do trabalho fabril civilizaria e disciplinaria.⁶⁸

O outro ponto sobre o poema de João Grilo diz respeito ao nacionalismo, com destaque para a última estrofe “dos destinos da nação”. No texto e nos discursos sobre a Willys de Jabotão, o nacionalismo era agenciado como chave de leitura para dar sentido à instalação da fábrica, reproduzindo assim, um discurso do governo militar que prometia transformar um país rural e agrário em urbano e industrializado, inserindo-se no capitalismo industrial. Segundo Herbert S. Vidal e Francisco V. Luna, “em 1960, o Brasil era ainda uma sociedade predominantemente rural, com altas taxas de mortalidade e de natalidade e de perfil demográfico pré-moderno, tradicional. A população era jovem e, em sua maioria, analfabeta.”

⁶⁵ EISENBERG, Peter Louis. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora da Unicamp, 1977

⁶⁶ RAMALHO, José Ricardo. **O estado-patrão e a luta operária: O caso FNM.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. P.29

⁶⁷ RAMALHO, José Ricardo. **O estado-patrão e a luta operária: O caso FNM.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. P.31

⁶⁸ A FNM permaneceu sob a administração do militares até 1947 quando um engenheiro civil assumiu a gestão da fábrica. Sob a administração civil, José Ramalho destaca que “foi nessa fase da fábrica que começaram as gestões para o seu aproveitamento na montagem de caminhões, o que de fato ocorreu e transformou a FNM na principal empresa montadora de veículos pesados do país. A FNM, na verdade, tem sua história intimamente ligada a história da indústria automobilística brasileira” p. 85. A fábrica viveu momentos áureos no início da década de 1960 e foi vendida em 1968 para a Alfa Romeo/Fiat. Ver: RAMALHO, José Ricardo. **O estado-patrão e a luta operária: O caso FNM.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

⁶⁹ Existiam, no Brasil, segundo os autores, poucos centros urbanos considerados modernos, grande parte da população vivia em moradias precárias, sem água, sem saneamento básico, não tinham acesso a instalações médicas necessárias. ⁷⁰ O nacionalismo interditava diversos discursos políticos, sobretudo os ligados ao comunismo, e projetava uma utopia de desenvolvimento. Os militares criaram uma gramática política e técnica nacionalista para o país, controlando o debate e censurando outros enunciados.

Ainda em relação à festa de inauguração, o *Diário de Pernambuco*, na edição única de 14 e 15 de julho de 1966, dedicou 6 de suas 34 páginas para informações sobre a Willys. A reportagem trouxe, além do texto, uma seqüência de imagens, nas quais podemos identificar nomes representativos do cenário político. A revista *O Cruzeiro*, com edição semanal e de grande circulação no país, também publicou ampla matéria, com fotografias sobre o acontecimento.

A festa foi carregada de simbolismos e significados. As fotografias produzidas na ocasião e reproduzidas nos meios de comunicação por todo país ajudaram a construir esses novos sentidos. Pensamos essas imagens como um espetáculo, elas apresentam um ritual da festa. A entrada e saída de cada ator social, cada personagem, as encenações e discursos da inauguração foram registrados. Inclusive o *Jipe*, o símbolo da modernização e integração do país, teve sua passagem nesse rito.

⁶⁹ KLEIN, Herbert S; LUNA, Francisco Vidal. População e Sociedade. In: *Modernização, Ditadura e Democracia 1964-2010*. Coordenação Daniel Aarão Reis. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.p. 31

⁷⁰ KLEIN, Herbert S; LUNA, Francisco Vidal. População e Sociedade. In: *Modernização, Ditadura e Democracia 1964-2010*. Coordenação Daniel Aarão Reis. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.p. 31

Imagem 1: Inauguração Willys Jaboaão



Srs. Min. Gonçalves de Souza, Gov. Paulo Guerra, William Max Pearce e Robin Hough inauguram a fábrica Willys em Jaboatão, PE.

Fonte: *O Cruzeiro: Revista* (Rio de Janeiro)⁷¹

Os jornalistas Arlindo Silva, Jean Solari e Clodomir Bezerra publicaram no dia 9 de agosto na revista *O Cruzeiro*, uma reportagem de duas páginas sobre o dia da inauguração da fábrica. A imagem 1 apresentava o momento do corte da faixa, simbolicamente, a abertura

⁷¹ O JIPE SUBSTITUI O JUMENTO: REVOLUÇÃO SÔBRE 4 RODAS. *O Cruzeiro: Revista (RJ)*. 9 de ago de 1966. P.40. Reportagem de Arlindo Silva, Jean Solari e Clodomir Bezerra. (p.40 e 41)

oficial da fábrica. “Neste momento, uma sirene tocou e todos os departamentos da fábrica entraram em funcionamento.”⁷²

A partir da leitura da imagem podemos destacar, em primeiro plano, o Ministro da Coordenação dos Organismos Regionais, Gonçalves de Souza; o Governador de Pernambuco, Paulo Guerra e os representantes da fábrica William Max Pearce e Robin Hough.⁷³ Ainda estavam presentes outras autoridades; Domingos Alvarez, representante do Presidente da República, Humberto Castello Branco; o representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Senador Ruy Carneiro; Euclides Aranha Neto - integrante da Willys; o prefeito de Jaboatão, Vicente Carício; além do presidente do Sindicato Nacional da Indústria automobilística, Oscar Augusto de Camargo; representantes da SUDENE, CODEPE⁷⁴ e Banco do Nordeste do Brasil. Também se encontrava na festividade o Cônsul Geral dos Estados Unidos, Edward Rosewell.⁷⁵ Não localizamos representação do sindicato dos trabalhadores.

A *Revista Marítima Brasileira (RJ)*⁷⁶ também fez uma publicação sobre a inauguração e os personagens presentes. Destacou na sua reportagem a presença de outras personalidades, principalmente nomes com cargos militares:

Do comandante do 4º Exército, general Francisco Damasceno Portugal; do representante do ministro da aeronáutica e comandante da 2ª Zona Aérea, brigadeiro Manuel Vinhaes; do comandante da 7ª região militar, general Antonio Carlos Muricy; dos Almirantes Edir Carvalho e Nelson Fernandes; do general Aurélio Lyra Tavares, do diretor do departamento de produção e Obras do Exército; do Sr. Alberto Tangari, secretário executivo do GEIMEC e representante do Almirante Lucio Meira; do diretor do Imposto de Renda, Sr. Orlando Travancas [...]⁷⁷

⁷² ENTUSIASMO GERAL NO NORDESTE PELA INAUGURAÇÃO DA FÁBRICA WILLYS. INAUGURAÇÃO DA FÁBRICA WILLYS EM JABOATÃO. Noticiário. *Revista Marítima Brasileira (RJ)*. Ano 1966. P. 190. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=008567&pesq=willys%20jaboat%C3%A3o&pasta=ano%20196>

⁷³ O JIPE SUBSTITUI O JUMENTO: REVOLUÇÃO SÔBRE 4 RODAS. *Revista O Cruzeiro*. Rio de Janeiro. 9 de agosto de 1966. P. 40 -41

⁷⁴ Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco

⁷⁵ ENTUSIASMO GERAL NO NORDESTE PELA INAUGURAÇÃO DA FÁBRICA WILLYS. *Revista Marítima Brasileira (RJ)*. Ano LXXXV. janeiro, fevereiro e março de 1966. Nº 1, 2 e 3. P.189-192

⁷⁶ A revista é uma publicação da Marinha do Brasil. Está em circulação desde o final do século XIX.

⁷⁷ ENTUSIASMO GERAL NO NORDESTE PELA INAUGURAÇÃO DA FÁBRICA WILLYS. INAUGURAÇÃO DA FÁBRICA WILLYS EM JABOATÃO. Noticiário. *Revista Marítima Brasileira (RJ)*. Ano 1966. P. 190. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=008567&pesq=willys%20jaboat%C3%A3o&pasta=ano%20196>

Ainda sobre a imagem 1, destaca-se em segundo plano da fotografia, a presença do Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Camara ⁷⁸. A fotografia, ao registrar as autoridades políticas, administrativas, religiosas, locais e nacionais, representava o evento como significativo, carregado de importância política, social e econômica. Projetava a imagem do início de uma nova era e de seus atores sociais e políticos. Como alerta Cora Gamarnik, as fotografias têm o poder de destacar, condensar e simbolizar os fatos e assim se transformam em instrumentos privilegiados de produção de sentido.⁷⁹ As imagens produzidas da inauguração da Willys Jaboação são analisadas no cenário de estabelecimento de um novo governo a partir de 1964, pós golpe civil-militar, e de outro Nordeste, onde o discurso propagava a superação dos conflitos sociais da região. Anunciavam que o desenvolvimento não se daria pela luta política entre grupos sociais, mas pelo trabalho, pelo esforço do homem do Nordeste e pela paz. A fotografia, imagem 1, apresentava duas importantes ações para produzir esse sentido: a inauguração de uma “nova era” e a união da nação, representada pela união dos seus agentes públicos e personagens representativos do período.

⁷⁸ Dom Helder tomou posse na arquidiocese de Olinda e Recife em 11 de abril de 1964. Ver: DOM HÉLDER PREGA UNIÃO DOS LATINOS PELA JUSTIÇA SOCIAL. *Tribuna (RJ)*. 13 de setembro de 1967. P.2

⁷⁹ GAMARNIK, Cora. El fotoperiodismo y La guerra de Maldivas: uma batalha simbólica. In: MAUAD, Ana; MRAZ, Jonh. *Fotografia e história*. Montevideo: CFD Ediciones, 2015. P.226

Imagem 2: Jipe Chapéu de Couro



*O Cruzeiro: Revista (Rio de Janeiro)*⁸⁰

Tais significados - inauguração de uma “nova era” e a união da nação- apareceram na imagem 2, cuja legenda afirmava: “povo e autoridades frente ao primeiro jipe lançado em Jaboatão”. No enquadramento feito pelo fotógrafo, o automóvel era o ponto central da fotografia, o eixo primordial, o elemento que unia, fazia dialogar os representantes do Estado na parte superior e o povo na parte inferior da imagem, onde se pode, inclusive, identificar uma cruz, que nos aponta a presença de religiosos na festa. Nessa fotografia, o carro era a própria indústria. A participação do “povo” nessa imagem e na inauguração deveria se dar

⁸⁰ O JIPE SUBSTITUI O JUMENTO: REVOLUÇÃO SÔBRE 4 RODAS. **O Cruzeiro: Revista (RJ)**. 9 de ago de 1966. P.41. Reportagem de Arlindo Silva, Jean Solari e Clodomir Bezerra. (p.40 e 41)

pelos representantes da riqueza econômica, empresários convidados, e da força de trabalho, os operários.

Vários discursos foram proferidos na ocasião da inauguração. Mrs. Pearce, como diretor da Willys, também falou aos convidados. O *Diário de Pernambuco* destacou que seu pronunciamento apontava para um novo momento de crescimento, desenvolvimento e geração de empregos para a região. Mrs. Pearce enfatizou que, na construção da fábrica e na linha de montagem dos carros, os trabalhadores empregados eram da própria região, referindo-se a eles como o “brilhante” material humano.

Ao usar, em seu discurso na inauguração, o termo revolução, o diretor da Willys marcou uma posição no cenário político e também atuou na construção de um significado para o momento. A “revolução da paz” feita pelo desenvolvimento industrial e pelo trabalho se alinhava ao discurso de revolução proposto pelo governo militar e se opunha à ideia de revolução que teria sido defendida pelas esquerdas no pré-1964 no Brasil. Setores da imprensa dos Estados Unidos e do Brasil classificaram, para aquele período, as ações dos líderes de esquerda como promotores da barbárie, que agiam por meio da violência revolucionária.⁸¹

O discurso das autoridades na imprensa afirmava que o funcionamento da Willys Overland em Jaboatão contribuiria para promover a mudança pacífica na região e construir uma nova “civilização nordestina”. A ideia de civilidade e desenvolvimento relacionava-se com o dito progresso promovido pelo avanço técnico/industrial. Ao estudar Londres no séc. XIX, Maria Stella Bresciani aponta que o avanço técnico e industrial após a primeira revolução industrial mudou a forma de ver, ler e viver a cidade. Novos conceitos surgiram a partir do movimento dos operários, do “espetáculo da pobreza produzida pela própria sociedade do trabalho”⁸² e das novas configurações no mundo do trabalho industrial. Interessa-nos pensar as novas formas e leituras que os discursos apresentaram como avanços técnicos e industriais.

A Willys de Jaboatão entregou, no dia da inauguração, o primeiro carro produzido na nova fábrica. Um jipe Chapéu de Couro que foi doado para obras de caridade de Dom Helder Camara, Arcebispo de Olinda e Recife. Era a Igreja e o Estado juntos aos representantes do capital.

⁸¹ VER: PORFIRIO, Pablo. **Medo, Comunismo e Revolução**. Recife: Editora da UFPE. 2009.

⁸² BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 10ª reimpressão da 1ª edição. São Paulo: Brasiliense.p. 108

Imagem 3: Sr^a Karola Pearce, Dom Helder Camara e o Jipe Chapéu de Couro



Ponto culminante da inauguração

foi a entrega, pela Sra. Karola Pearce, do jipe n.º 1 a Dom Hélder Câmara, em benefício das obras assistenciais "Operação Esperança".

*O Cruzeiro: Revista (Rio de Janeiro)*⁸³

“O ponto culminante da inauguração foi a entrega, pela Sra. Karola Pearce, do jipe n.º 1 a Dom Helder Camara”⁸⁴, apresentado na imagem 3. Foi Dom Helder “quem benzeu a fábrica”⁸⁵ e, segundo a imprensa, abençoou os novos rumos prometidos pela Willys. Não tivemos acesso a benção proferida por Dom Helder. Os jornais e revistas não a registraram. Mas, o discurso imagético foi registrado. Os atos simbólicos, que envolveram o momento, representados por essa fotografia, marcavam tanto o início do trabalho fabril como uma nova proposta de relação entre o desenvolvimento do estado e a população. A doação do primeiro

⁸³ O JIPE SUBSTITUI O JUMENTO: REVOLUÇÃO SÔBRE 4 RODAS. **O Cruzeiro: Revista (RJ)**, 9 de ago de 1966. P.41. Reportagem de Arlindo Silva, Jean Solari e Clodomir Bezerra. (p.40 e 41)

⁸⁴ O JIPE SUBSTITUI O JUMENTO: REVOLUÇÃO SÔBRE 4 RODAS. **O Cruzeiro: Revista (RJ)**, 9 de ago de 1966. P.41. Reportagem de Arlindo Silva, Jean Solari e Clodomir Bezerra. (p.40 e 41)

⁸⁵ POZZAS, Flérida Cortizo. Entrevista realizada no dia 8 de julho de 2016. Cidade de Jaboatão dos Guararapes. Pesquisadora: Karlene Araújo

Jipe realizada pela esposa do presidente da Willys Overland do Brasil beneficiaria as ações da “Operação Esperança”.⁸⁶

Dom Helder sorridente dava a ler uma conexão entre o Brasil industrializado e moderno e a Igreja Católica Apostólica Romana, parceira dos novos rumos políticos que vinham se estabelecendo com o golpe de 1964. Isso indica como o apoio da Igreja Católica era importante para o reconhecimento público do empreendimento.⁸⁷ Em 1965, a figura do Arcebispo de Olinda e Recife ganhou destaque na imprensa de Pernambuco ao liderar as ações em prol dos atingidos por uma grande enchente que afetou principalmente Recife e outras cidades localizadas próximas ao rio Capibaribe.⁸⁸

Na fotografia, imagem 2, ao lado de Dom Helder estava Karola Pearce, exercendo a ação da prática de caridade. Ela representava ainda a ideia do primeiro damismo no Brasil, um modelo político que ganhou visibilidade a partir da década de 1940 com Darcy Vargas. A figura política de primeira dama devia atuar junto à assistência social, atenta as necessidades sociais de parte da população, marcando, assim, um espaço político.⁸⁹

As imagens das autoridades presentes na inauguração podem ser lidas como índice de que a Willys tinha apoio do Estado, da Igreja, de outros setores da indústria e que se apresentava conectada às necessidades da população – ao doar o primeiro jipe as obras de caridade.

⁸⁶ Operação Esperança foi organizada em junho de 1965, visava ajudar as famílias desabrigadas pelas cheias do rio Capibaribe. O objetivo era proporcionar melhores condições no que se refere as necessidades básicas e a moradias das comunidades atingidas pelas cheias. O projeto contou com incentivos financeiros da Sudene. VER: CAVALCANTI, Geane Bezerra. **A atuação da Igreja Progressista junto aos Conselhos de Moradores do Recife: do Regime militar à redemocratização (1964 – 1985)**. Disponível em:

<http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/2413/1540>, acessado em 04/02/2020

CONDINI, Martinho. **Educar para a liberdade: a construção da educação libertadora de Dom Helder Camara à luz da pedagogia freiriana**. Doutorado em educação. São Paulo. PUC, 2011. Disponível em: <http://www.paulus.com.br/loja/appendix/3819.pdf>

⁸⁷ O historiador Márcio Vilela pesquisou sobre a Igreja Presbiteriana do Brasil, apontando práticas e discursos outras igrejas durante os anos de ditadura militar no país. Ver: VILELA, Márcio Ananias Ferreira. **Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: Diálogos entre religião e política**. Recife: Editora UFPE. 2015

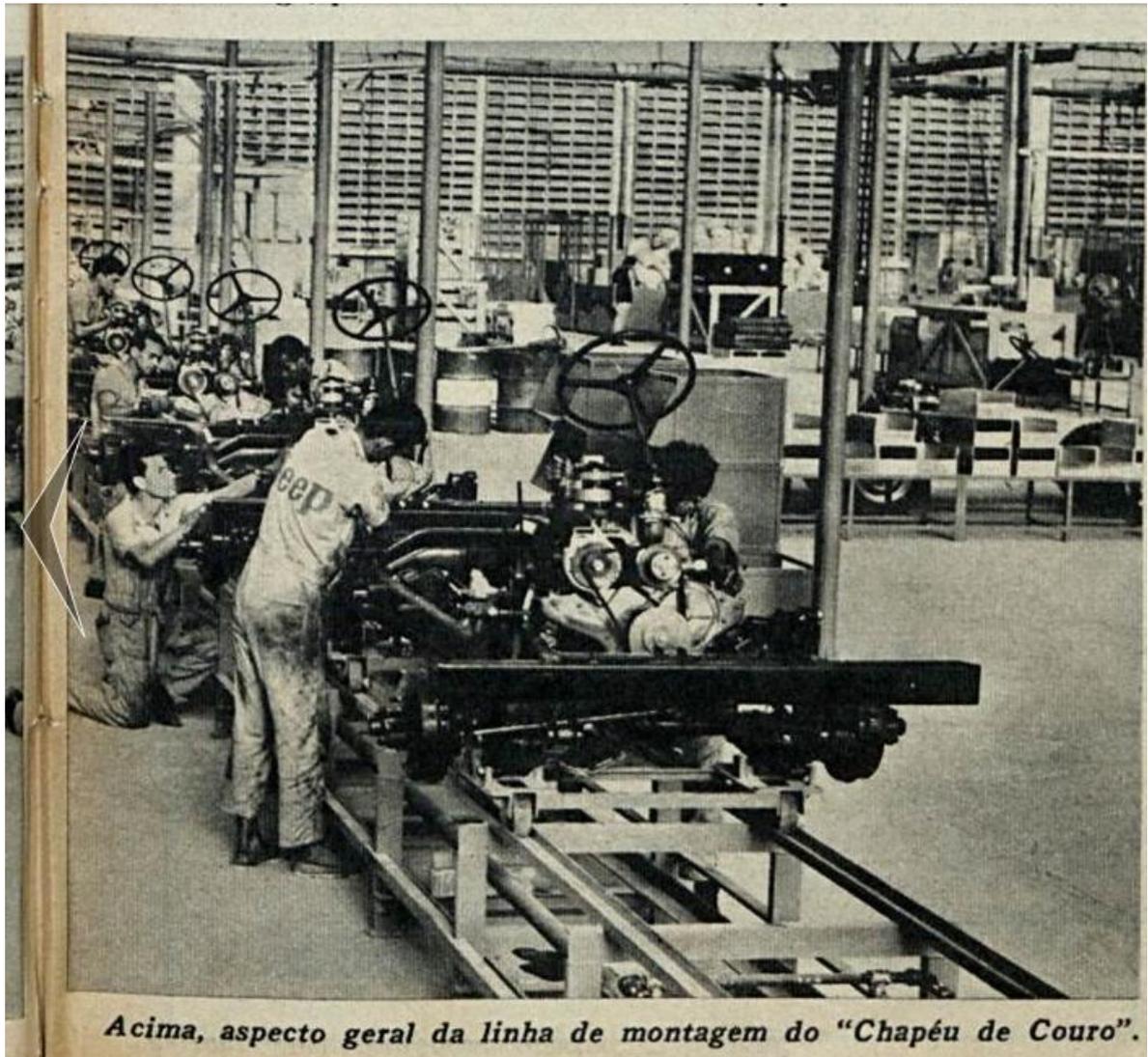
⁸⁸ Ver: DOM HÉLDER EXPLICOU NA CÂMARA AS DIRETRIZES DA “OPERAÇÃO ESPERANÇA”. **Diário de Pernambuco**. 1 de julho de 1965. P.7. Segundo caderno.

OPERAÇÃO ESPERANÇA. **Diário de Pernambuco**. 2 de setembro de 1965. P.4. Primeiro caderno.

PAPA ENVIA DINHEIRO A FLAGEDOS. *Correio da Manhã (RJ)*. 14 de julho de 1966. P.10. Primeiro caderno

⁸⁹ RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite. Assistencialismo, Primeiro-Damismo e Manipulação Social: A Atuação de Lúcia Braga no estado paraibano na década de 1980. **História e Cultura**, Franca, v. 6, n. 2, p.178-198, ago-nov. 2017.

Imagem 4: Produção de Jipes



*O Cruzeiro: Revista (Rio de Janeiro)*⁹⁰

Essa outra fotografia (imagem 4) mostrava o setor da linha de montagem. É possível contar pelo menos 10 trabalhadores. Destacamos que somente homens eram operários da fábrica até o ano de 1977, quando as atividades de montagem foram encerradas e passou a se produzir apenas componentes automotivos, como luvas e chicotes. Para que o primeiro carro estivesse pronto no dia da inauguração, uma equipe de seis trabalhadores foi enviada a fábrica Willys de São Bernardo do Campo para treinamento. A equipe voltou à cidade de Jaboaão com a responsabilidade da produção de carros e formação técnica da mão de obra.⁹¹

⁹⁰ O JIPE SUBSTITUI O JUMENTO: REVOLUÇÃO SÔBRE 4 RODAS. *O Cruzeiro: Revista (RJ)*. 9 de ago de 1966. P.41. Reportagem de Arlindo Silva, Jean Solari e Clodomir Bezerra. (p.40 e 41)

⁹¹ Destacamos os seis trabalhadores que formaram a equipe: Gilberto P. do Rego Barreto, Maurício Bruno Burkhardt, José Maurício de Paula, Humberto Alves Pequeno, Mateus Abram Neto e Milton do Rêgo Costa. Ver:

A partir do dia 14 de julho de 1966, o jipe chapéu de couro e a Rural Willys passaram a andar pelas ruas e as estradas de Pernambuco; ocuparam as páginas dos jornais, as colunas policiais e as propagandas; e ganharam a gratidão de inúmeros operários que, de acordo com alguns relatos de memória, viveram anos gloriosos de trabalho fabricando os carros. A linha de produção passara a operar com toda velocidade que era possível e no terceiro mês após a inauguração os jornais publicaram felicitações pela marca de mil jipes produzidos em Pernambuco.⁹²

As várias reportagens divulgadas nos meios de comunicação apresentavam a Willys Overland como impulsionadora e investidora que acreditava no potencial da região. Segundo esses discursos, “Jaboatão, em Pernambuco, já pode figurar dentro do parque industrial automobilístico do país, com a responsabilidade de ter sido, o marco de onde surgirá a alavanca propulsora para a redenção econômica e social de uma vasta região.”⁹³

Sobre a Willys de São Bernardo do Campo, o historiador Antonio Luigi Negro destacou que “ampla cobertura foi dada à estréia. Pois Willys era ciosa em registrar e difundir seu pioneirismo na fronteira da industrialização acelerada.”⁹⁴ Ao fazer um paralelo com a Willys Jaboatão entendemos ser prática da fábrica promover grandes coberturas de suas realizações, seus carros e da sua importância para o desenvolvimento do país. A fábrica Willys “dizia, com orgulho, que crescia com o Brasil e o povo brasileiro.”⁹⁵

2.2 DISCURSOS DE POLÍTICOS E EMPRESÁRIOS

Para os diretores da Willys Overland do Brasil, o empreendimento industrial no Nordeste, pensado em 1962 como uma cooperação com as autoridades governamentais, assumiria “uma importante posição no desenvolvimento econômico da região”.⁹⁶ Naquele ano, o relatório da diretoria descreveu como “um marcante exemplo do êxito da livre

EQUIPE WILLYS PARA O NORDESTE. **Jornal do Brasil (RJ)**, 24 e 25 de abril de 1966. 5º caderno. Seção Automóveis. Capa. Reportagem de Waldyr Figueiredo.

⁹² JIPE NUMERO 1.000. **Diário de Pernambuco**. 30 de novembro de 1966. P.8. Primeiro caderno.

⁹³ GRANDE SIGNIFICAÇÃO PARA O NORDESTE A FÁBRICA WILLYS. **Diário de Notícias (RJ)** 24 de julho de 1966.P.5. Suplemento de automobilismo.

⁹⁴ NEGRO, Antonio Luigi. **Linhas de Montagem**: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978). São Paulo: Boitempo, 2004. P.140

⁹⁵ NEGRO, Antonio Luigi. **Linhas de Montagem**: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978). São Paulo: Boitempo, 2004. P.140

⁹⁶ RELATÓRIO DA DIRETORIA. Ineditorial. Willys Overland do Brasil S.A Indústria e Comércio. Setembro de 1962. Referente ao exercício encerrado em 30 de junho de 1962. P.117

iniciativa e da conjugação de capitais privados, brasileiros e estrangeiros, operando juntos para o desenvolvimento econômico do país.”⁹⁷

Representantes da Willys, das indústrias instaladas em Jaboatão e do Estado construíram seus discursos interligando quatro eixos que justificavam a construção da nova fábrica, apresentando sintonia com as práticas dos militares. Os discursos de união, paz, integração e a valorização do homem seriam os eixos. Este último, comumente adotado pela Willys do Brasil ao se referir aos seus operários e divulgado em diversos veículos de comunicação. Em 1963, a *Revista das Classes Produtoras*, ao se reportar a WOB de São Bernardo do campo, destacou que “a influência mais profunda exercida pela implantação da fábrica foi da valorização do elemento humano, através de sua integração em padrões de vida substancialmente elevados, graças a ordenados condignos e a uma assistência social atuante”.

⁹⁸ A Willys anunciava que o seu operário era um patrimônio de alto valor. Os salários pagos e o assistencialismo social que proporcionados aos seus operários seriam dispositivos presentes em algumas memórias de funcionários e operários até os dias de hoje.

A divulgação de notícias sobre a fábrica de Jaboatão nos permitiu construir um painel dos discursos, que foram veiculados na imprensa de todo o País, sobre a nova filial e sobre o Nordeste.

Quatorze anos depois de a Willys lançar no sul a semente do que seria, depois, o grande parque industrial automobilístico do Brasil, repete-se agora, em Pernambuco, idêntico acontecimento. Entre as sombras dos coqueirais nordestinos surge, sob os aplausos de milhões de brasileiros daquela região, [...] empreendimento que irá modificar profundamente a paisagem e própria vida econômica daquela imensa área do país. [...] Dessa forma, o jipe, substituindo o jegue, promoverá no nordeste uma verdadeira revolução. O progresso marcha no Nordeste, sôbre quatro rodas⁹⁹

Sobre a fundação desta nova fábrica da Willys, em Pernambuco, registrada na revista *O cruzeiro*, podemos refletir com a discussão construída por François Dosse. Segundo o historiador, para ser um acontecimento é necessário que exista um sujeito que elabore uma reflexão sobre ele. O acontecimento é o resultado de um fazer, de uma fabricação. Assim, o

⁹⁷ RELATÓRIO DA DIRETORIA. Ineditorial. Willys Overland do Brasil S.A Indústria e Comércio. Setembro de 1962. Referente ao exercício encerrado em 30 de junho de 1962. P.117

⁹⁸ WILLYS DO BRASIL. **Revista das Classes Produtoras**. Março de 1963. Ano XXV. Nº 945. P. 53

⁹⁹ O JIPE SUBSTITUI O JUMENTO: REVOLUÇÃO SÔBRE 4 RODAS. **O Cruzeiro: Revista (RJ)**. 9 de ago de 1966. P.40. Reportagem de Arlindo Silva, Jean Solari e Clodomir Bezerra. (p.40 e 41)

“acontecimento é aquilo que ele se torna”, segundo as reflexões de Michel de Certeau e nas quais Dosse se inspirou na sistematização desse conceito. Se pensarmos no acontecimento como vestígios, rastros e fios soltos “de maneira não linear no interior dos múltiplos ecos de seu só-depois”¹⁰⁰, então ele é constantemente presente. Deste modo, o acontecimento pode ser relido, reconstruído e ter seus fios religados a novos acontecimentos, gerando assim, novas configurações, leituras, tramas e narrativas.

A Willys Jaboaão foi construída dentro de uma narrativa imagética e discursiva como um acontecimento, capaz de mudar as feições da região Nordeste e dos seus indivíduos. Um acontecimento, assim como defendido por Philippe Joutard, é também uma construção da memória coletiva.¹⁰¹

A festa de inauguração foi repleta de enunciados e imagens que visavam construir esse acontecimento e torná-lo como um marco na história do país. Nesse sentido, destacamos que os discursos de políticos e de empresários sobre a nova fábrica da região defenderam e reafirmaram a união, a paz, a integração do país e a valorização do homem. A inauguração teria sido assim um marco da ruptura do tempo, como seria próprio de uma revolução, no caso em tela, “da paz”.

William Marx Pearce, diretor da Willys Overland, ao discursar para os presentes à inauguração ressaltou a qualidade e o empenho dos homens do Nordeste, afirmando que “nossa fábrica de veículos em Jaboaão é uma prova da determinação e da força de vontade dos nordestinos, que não aceitam mais o papel de simples testemunha do progresso do Brasil.”¹⁰² O representante da Willys se referia ao progresso que se dava principalmente nas regiões Sul e Sudeste do país. Um progresso na forma de avanços em relação ao acesso à saúde, escola e universidades, promovido pela forte presença das indústrias, com destaque para a indústria metalúrgica no ABC paulista¹⁰³. Na década de 1960, enquanto as regiões Sul e Sudeste se tornavam cada vez mais urbanas e fabris, o Nordeste, a segunda região mais populosa do Brasil, era vista como sinônimo de atraso. Alguns economistas faziam a leitura do Brasil naquele momento como “a nação de Belíndia - com o Nordeste apresentando

¹⁰⁰DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**: Um desafio para o historiador: entre a esfinge e a fênix. São Paulo: Editora UNESP.2013. P.339

¹⁰¹ DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**: Um desafio para o historiador: entre a esfinge e a fênix. São Paulo: Editora UNESP.2013. P.10

¹⁰² FÁBRICA WILLYS DE JABOATÃO É INÍCIO DE UMA GRANDE ARRANCADA NORDESTINA. **Diário de Pernambuco**. 16 e 17 de julho de 1966. (sábado e domingo). P.6. Segundo caderno.

¹⁰³ Região industrial do estado de São Paulo. ABC faz referência as cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano.

condições de vida similares às da Índia, enquanto o Sul e Sudeste se equiparavam a Bélgica.”

104

A fábrica de carros assinalaria, segundo era noticiada no período, o marco na mudança e na integração do país. O “novo Nordeste” e a “nova civilização nordestina” seriam ligados ao restante do Brasil. Ainda para Marx Pearce,

A saída do primeiro jipe da linha de montagem em Jaboatão assinala um novo capítulo nesta formidável revolução – uma revolução de paz e trabalho – que começou ao ser ligada a primeira turbina de Paulo Afonso e que dia a dia abre novos horizontes, estabelecendo as bases em que há de se apoiar a nova civilização nordestina.

[...] Jaboatão que acaba de se inaugurar é um símbolo de nossa linha de conduta em que o presente e o futuro se sobrepõem no planejamento de nossos objetivos. [...] viemos para o Nordeste e chegamos primeiro que os outros porque acreditamos no nordeste e sabemos que o nordeste não mais se conforma em ser uma eterna promessa. Sabem que a fábrica do “chapéu de couro”, com seus jipes marcados pelo símbolo rústico dos vaqueiros das caatingas sertanejas, há de ser o marco inicial de uma grande arrancada nordestina. Sabem que Jaboatão será para Recife, o que São Bernardo do Campo é hoje para São Paulo, um celeiro de trabalho, uma sementeira de fábricas, de máquinas, de empregos.

[...] Foram homens do nordeste que tornaram possível essa fábrica ao traçarem as diretrizes que permitiram a grande união entre as autoridades, as classes dirigentes, os empresários e os trabalhadores na busca dos objetivos comuns de desenvolvimento, trabalho e progresso. Sem a energia do São Francisco esta fábrica não teria sido possível. Sem os estímulos da Sudene esta fabrica não teria projetada. Sem o apoio do Banco do nordeste não a teríamos ousado fazer. Sem a ajuda do Govêrno do Estado dificilmente a levaríamos a diante. Sem a colaboração da Prefeitura de Jaboatão, das classes produtoras e dos fornecedores nordestinos ainda hoje estaríamos longe dos nossos objetivos. E, principalmente, sem contar com o trabalho e o entusiasmo dos homens do nordeste, do técnico, do trabalhador, do estudante, jamais teríamos ousado sequer começar o grande empreendimento. Foi a união de todos esses braços, de todas essas cabeças que nos deu condições para levantar as paredes da fábrica Willys de Jaboatão. Para os cétricos essa era uma grande loucura. Abençoada loucura que nos trouxe lágrimas nos olhos ao ver a emoção de um operário pernambucano que ontem operava o ultimo parafuso do primeiro automóvel fabricado em sua terra.¹⁰⁵

¹⁰⁴ KLEIN, Herbert S; LUNA, Francisco Vidal. População e Sociedade. In: **Modernização, Ditadura e Democracia 1964-2010**. Coordenação Daniel Aarão reis. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.p. 31

¹⁰⁵ FÁBRICA WILLYS DE JABOATÃO É INÍCIO DE UMA GRANDE ARRANCADA NORDESTINA. **Diário de Pernambuco**. 16 e 17 de julho de 1966. (sábado e domingo). P.6. Segundo caderno.

O discurso de Pearce nos remete, num primeiro momento, a uma imagem da salvação. Era a imagem construída pelos dirigentes. Segundo Pearce, já não se viveria de promessas e a fábrica era o ponto de partida rumo ao emprego abundante e ao trabalho fabril. A presença e a importância dos “homens do nordeste” também foram frisadas. Isso porque para o empresário foi esse sujeito que uniu autoridades e empresários. Foi esse homem que somado às questões naturais e institucionais – energia elétrica, a SUDENE, banco do Nordeste, governo do estado e prefeitura de Jaboatão - proporcionaram a instalação da fábrica em Jaboatão. O apelo do dirigente era para o homem e a sua força de trabalho, para o homem e o seu orgulho, o homem e suas emoções. No discurso de Pearce, há uma re-fundação do sujeito intitulado “homem do nordeste” que se afastava das lutas políticas e se aproximava da técnica, sem esquecer daquilo que seria a sua essência, o “chapéu de couro”.

O jipe chapéu de couro foi apontado por Pearce como símbolo do desenvolvimento. Esse discurso também foi proferido por outras autoridades. Para o Ministro João Gonçalves de Sousa, os carros produzidos em Pernambuco eram

Os novos cavalos do vaqueiro de chapéu de couro, que vão andar pelas estradas levando a civilização ao <<hinterland>> aludindo ainda ao símbolo <<chapéu de couro>>, antigamente adotados pelos cangaceiros e que hoje traduzindo nova realidade, marca todos os veículos do estabelecimento pioneiro na região. Frisou que agora o Nordeste já não é a pátria do <<pau-de-arara>>, mas uma região de negócios, revelando que, em recente reunião com o presidente Castello Branco, o ministro do Planejamento e o ministro da Fazenda, responderam a uma pergunta do chefe do Govêrno, dizendo que o Nordeste está capacitado a absorver todos os recursos que lhe sejam destinados.¹⁰⁶

Com uma linguagem mais popular, o ministro buscou fazer comparações entre o jipe e personagens conhecidos, que faziam parte do imaginário das pessoas presentes na inauguração. Um discurso que buscava se aproximar do povo. Os cavalos saíam das ruas e dariam lugar aos carros. Eram estes que levariam a civilização. O político fez uma referência ao chapéu de couro usado por vaqueiros e cangaceiros. Estes, personagens históricos classificados de bandidos subversivos. Agora, o chapéu de couro pertencia ao carro. Era um símbolo que representaria um passado recuperado e ressignificado. Tentava-se suplantar a ideia de violência, de uma revolução de luta de classes por uma “revolução de paz e trabalho”. Ao mesmo tempo criava-se uma continuidade entre o Nordeste arcaico, rural e o

¹⁰⁶ CHAPÉU DE COURO É A MARCA DE CARRO PARA O PROGRESSO. **O Jornal (RJ)**. 17 de julho de 1966. P.6. Terceiro caderno.

desenvolvimento, técnico e industrial. Esse era mais um ponto de comunhão entre os discursos proferidos naquela tarde de 14 de julho de 1966. Para o ministro João Gonçalves de Sousa, o Nordeste já não era a terra do pau-de-arara. Homens e mulheres não precisavam viajar em carrocerias de caminhões em busca de emprego e moradia em outra região do país. Segundo o ministro, o Nordeste era uma região de negócios apta a receber todos os investimentos possíveis. Tornando-se assim, terra promissora de emprego abundante e trabalho fabril, como destacou Marx Pearce.

Em pesquisa realizada pelo historiador Antonio Luigi Negro, o chapéu de couro foi “um ‘bandido social’, ex-dirigente de Liga Camponesa em Sirinhaém (PE).”¹⁰⁷ Negro diz que, na imprensa, chapéu de couro era registrado como um cangaceiro foragido da polícia. Seria o discurso do ministro João Gonçalves de Sousa uma referência a esse personagem? Segundo Negro, o “chapéu de couro” provavelmente foi Antonio Joaquim Medeiros, descrito na documentação como um homem pacato até entrar para as ligas camponesas, receber ensinamentos de Francisco Julião, se tornar integrante do PCB e como “cangaceiro” passar a “saquear engenhos” em Pernambuco.¹⁰⁸ Não sabemos se a fala do ministro foi uma referência ao ex-integrante das Ligas. De todo modo, havia uma engrenagem discursiva movimentada pelos presentes na inauguração, na qual o passado de subversão e de agitações sociais estava superado.

O “feito” de Marx Pearce foi reconhecido por Edgar Kaiser, um dos maiores acionistas da Willys. Os cumprimentos pela abertura da nova fábrica foram publicados na *Revista Marítima Brasileira*, do Rio de Janeiro.

Foi para mim um privilégio ter participado 17 meses passados, do começo desta aventura pioneira. Eu desejaria que me fosse possível poder está hoje novamente com você, nesta sua orgulhosa realização. Esta nova fábrica de automóveis, que você está se dedicando, é a maior realização, criando novas oportunidades de emprego e melhor estreitamento da economia não só em Pernambuco, mas também em todo Brasil. As indústrias Kaiser estão orgulhosas de serem associadas neste empreendimento e orgulhosa também que a empresa privada possa juntar com os líderes do governo federal e estadual para escrever este novo capítulo arrojado da história brasileira. O futuro do nordeste Brasileiro depende não somente do trabalho em

¹⁰⁷ NEGRO, Antonio Luigi. A fome a vontade de comer. Opções de desenvolvimento e conflitos sociais e políticos In: **História: Cultura e Sentimento. Outras história do Brasil.** MONTENEGRO, Antonio Torres (orgs). Recife: Editora Universitária; Cuiabá: Editora da UFMT. 2008. P.323

¹⁰⁸ NEGRO, Antonio Luigi. A fome a vontade de comer. Opções de desenvolvimento e conflitos sociais e políticos In: **História: Cultura e Sentimento. Outras história do Brasil.** MONTENEGRO, Antonio Torres (orgs). Recife: Editora Universitária; Cuiabá: Editora da UFMT. 2008.

colaboração do governo e empresa privada, mas também da coragem e determinação do povo da região. Estou confiante que você terá sucesso na grande tarefa porque eu sei que o povo tem fé e força tão necessárias para abrir novas fronteiras, florescendo novas cidades para uma vida mais intensa para ambos, o povo e seu país. Felicidades e o desejo que tudo corra bem.

109

Edgar Kaiser havia participado do lançamento da pedra fundamental da fábrica. Registros em fotografias mostraram o momento da cerimônia, no qual o acionista simbolicamente empilhou alguns tijolos e cimento como se erguesse um pequeno muro. Por isso afirmou que estava com Pearce há 17 meses. Kaiser falou do orgulho de participar da “aventura pioneira” e disse que a base política e econômica do Nordeste foi o determinante para a instalação da nova filial. Ao frisar a parceria entre empresa privada e as instituições públicas, fazia possivelmente, uma referência à SUDENE.

A mensagem enviada por Kaiser, por não estar presente na inauguração da fábrica, foi muito além de uma congratulação. Era a afirmativa de que a anunciada nova história do Nordeste seria escrita pelo capital investidor estrangeiro. Nesse período o Brasil era apresentado na imprensa dos Estados Unidos como o único país no mundo a oferecer uma sensação de potencial inexplorado. Destacava-se no cenário mundial o desenvolvimento do país em setores como o aço, o petróleo, o automobilístico e o têxtil. Noticiavam-se então as grandes vantagens de investir o capital norte americano no Brasil. Para o investimento ocorrer no Nordeste, por exemplo, as empresas teriam uma dedução de 50% no imposto de renda.¹¹⁰ Era a terra prometida, esperando o investidor norte americano. Ao destacar na sua mensagem que a fábrica promovia um estreitamento entre o capital norte americano e o Brasil, Kaiser afirmava o próprio interesse de investimento. O grupo Kaiser, do qual Edgar era um dos donos, já tinha negócios na Austrália, Inglaterra, Alemanha, Canadá, Espanha, Índia, Gana, além da matriz nos Estados Unidos. Conhecidos pelos investimentos nos setores de aço, alumínio e cimento, passou a investir também no setor automobilístico. Edgar Kaiser dizia que o Brasil era “o país do futuro. A imensidade das suas riquezas, mas, sobretudo, a vitalidade da sua gente, [eram] garantia para isso.”¹¹¹

¹⁰⁹ INAUGURAÇÃO DA FÁBRICA WILLYS EM JABOATÃO. Noticiário. **Revista Marítima Brasileira (RJ)**. Ano 1966. P. 189 e 190. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=008567&pesq=willys%20jaboat%C3%A3o&pasta=ano%20196>

¹¹⁰ INVEST IN BRAZIL. **New York Times** (1923-Current file); Jan 28, 1966; ProQuest Historical Newspapers: The New York Times. pg. 76.

¹¹¹ KAISER: HOMEM FAZ O PROGRESSO. **Correio da Manhã (RJ)**. 14 de fevereiro de 1965. P.12. Reportagem de Janos Lengyl.

Os temas repetidos nos discursos publicados nos jornais faziam parte de um esforço de construção permanente dos representantes da Willys em apresentar-se como a grande promessa de modernização e desenvolvimento para o Nordeste. Desde a importância do material humano para a construção e dos acionistas com o investimento financeiro, até a política de industrialização que viabilizaria a assistência aos problemas do povo e do país.

Euclides Aranha Neto, diretor da Willys, apontou os principais pontos defendidos pela fábrica ainda no dia do lançamento da pedra fundamental, em 1965. Na mesma solenidade da qual participou Kaiser. Foi destaque no anúncio do diretor, sobre a Willys de Jabotão, o planejamento governamental por meio da SUDENE e como a produção de carros visava solucionar problemas nacionais.

O empreendimento da Willys teve por base a planificação governamental da SUDENE, mas foi realizada por vontade dos nossos acionistas, com os nossos técnicos, para produzir veículos procurando deixar clara a nossa visão otimista na solução dos problemas nacionais e desejando atender, na medida de nossa capacidade técnica e de nossos recursos financeiros ao anseio o progresso que percorre tôda a nação. [...] procuramos com a nossa política de industrialização assistir aos problemas do nosso povo e do nosso país. Jabotão era, assim, um imperativo que começa a ser realizado, no sentido de alcançar o desenvolvimento que todos desejamos.¹¹²

O discurso acionou uma linguagem própria do meio empresarial. O diretor afirmou estar ciente dos problemas nacionais e que desejava atender aos anseios de progresso da nação. Não citou quais problemas eram, mas seriam assistidos pela política de industrialização e desenvolvimento colocada em prática em Jabotão.

Esse desenvolvimento foi discutido em março de 1966 em uma reunião no auditório da Federação das Indústrias de Pernambuco com os investidores da Willys em Jabotão.

Realidade que desponta e marca uma nova época do desenvolvimento do Nordeste. É ela bem o resultado da conjugação de esforços de homens de empresa e de organismos governamentais com a visão das necessidades presentes e futuras, sob o impulso do legítimo anseio de modificar o panorama econômico do nordeste. Esta revolução, que começa na mente de cada um, hoje atinge objetivamente esta zona geo-econômica, que tem igual direito aos benefícios da civilização da nossa era. [...] A fábrica Willys é, dessa forma, uma conquista industrial econômica e social do Nôvo Nordeste. A promessa de um novo estilo de vida. A grandeza de um povo, baseada no

¹¹² COMEÇA A INDUSTRIALIZAÇÃO NO NORDESTE: WILLYS LANÇA A PEDRA FUNDAMENTAL EM PE. **O Jornal (RJ)**. 9 de fevereiro de 1965. P.4. Primeiro caderno.

trabalho e anseio de progresso. [...] nossas congratulações ao Nordeste, que desperta para uma nova vida, nesta fase de industrialização, que há de ser, juntamente com a agricultura fator de melhores dias para todos, com conforto e bem estar social.¹¹³

A citação acima foi reproduzida no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro. O discurso de uma nova época e de um novo tempo para o Nordeste chegava com o desenvolvimento industrial. Com a união da iniciativa privada e do governo. A mudança no panorama econômico da região marcava a visão de presente e futuro. Era o direito à civilização. A Willys apresentada como conquista do novo Nordeste. A grandeza do povo estava baseada no trabalho e vontade de progresso. O Nordeste despertava para uma nova vida em que industrialização e agricultura trariam conforto e bem estar social. As melhorias de vida que a Willys proporcionaria estavam diretamente ligadas à ideia de um novo que era lançada e repetida a cada discurso e propaganda da Willys. Mas, a matéria do jornal carioca trazia a singular ideia de revolução que começava na mente e que estaria ligada a mudança econômica da região. Ou seja, novos significados deveriam ser apreendidos para se ler o novo Nordeste.

A inauguração da fábrica também contou com um discurso do governador Paulo Guerra que destacou a Willys como gigante, pioneira e integrante de um processo amplo que buscava industrializar Pernambuco:

Considero dos mais significativos para assinalar a fase desenvolvimentista que atravessa o nosso Estado e tóda a região nordestina, êste acontecimento, que é a inauguração da fabrica Willys em Pernambuco. A implantação da indústria automobilística no nordeste é uma definitiva expressão de que estamos saindo de uma fase acentuadamente marcada pelo subdesenvolvimento, para entrar num estagio de progresso social e de bem estar para a nossa gente. Vão, assim, ficando para trás, como imagem do passado as manifestações de pessimismo que nos tornaram prisioneiros do atraso e dificultaram nossa a integração no processo de industrialização do país. Criou-se uma nova mentalidade no nordeste, através de lutas incessantes nos mais diversos setores de ação. Com o advento da SUDENE foram eliminadas as tendências de desequilíbrio e improvisação e rasgaram-se novos horizontes para o progresso da região nordestina. Nosso estado soube acompanhar essa marcha para oferecer uma visão perfeita do trabalho que há dois anos se realizam em Pernambuco no sentido de seu desenvolvimento industrial. Não citarei apenas a criação de um órgão, com estas finalidades específicas, como é o COMPER, e a simples concessão de

¹¹³ WILLYS OVERLAND VAI PRODUZIR CARROS EM PERNAMBUCO ÊSTE ANO. *Jornal do Brasil (RJ)*. 19 de março de 1966. P.6. caderno de automóveis.

incentivos fiscais, nem faríamos referências às obras de infra-estrutura que vêm sendo realizada. Pediria permissão para esclarecer que dos 109 projetos aprovados pela SUDENE no ano passado, Pernambuco participou com 36% do total de todo o Nordeste. Dos 138 bilhões de cruzeiros aplicados, nos referidos projetos, 65 bilhões destinaram-se às indústrias deste Estado. Podem, dessa forma, avaliar o interesse e o entusiasmo com que participo desta solenidade. Sei do alto investimento feito pela Willys - Overland do Brasil para lançar aqui este marco de progresso tão valioso que tornou possível a ampliação do nosso mercado de trabalho. Quando se sabe que ele foi realizado num prazo tão curto e que nada teria sido feito senão fosse a capacidade dos empresários e a confiança de que hoje desperta o nordeste Brasileiro, em nome do Governo e do povo de Pernambuco, tenho a honra de saudar os diretores da Willys, enaltecendo sua patriótica iniciativa e exaltando sua notável contribuição para o desenvolvimento econômico e social de Pernambuco e do nordeste.¹¹⁴

O caráter repetitivo dos discursos aponta uma estratégia de ação da Willys junto ao poder público de se fazer presente, necessária e “revolucionária” no cenário econômico, político e social na região Nordeste. As falas publicadas indicavam para uma sequência discursiva, recorrente nos anos de 1965 e 1966, interligando os acontecimentos promovidos pela Willys – do lançamento da pedra fundamental à festa de inauguração da fábrica.

Para o governador Paulo Guerra a indústria automobilística retiraria o Nordeste do subdesenvolvimento e o colocaria num estado de progresso e bem estar social. O discurso do governador apontava o alto investimento dos recursos da SUDENE para a industrialização de Pernambuco. Outras realizações do governo, que concretizadas ou não, foram ditas no discurso. A nova mentalidade sobre o Nordeste também foi destacada pelo governador. Outro aspecto abordado diz da imagem do passado, representado pelas manifestações de pessimismo. No final do seu discurso, o governador afirmou que o Nordeste inspirava confiança. Ora, as afirmativas se completavam. Há uma referência que liga o Nordeste ao discurso de atraso da região. O novo Nordeste deixara para trás a desconfiança e o medo de que se transformasse em uma Cuba. Havia a tentativa de construir a ideia no imaginário coletivo de que a Willys seria o ponto de divisão entre o novo e o velho, a confiança e a desconfiança. Na fala do governador, a inauguração produziu um discurso de uma expectativa de novos tempos de prosperidade e de abundância, um novo tempo histórico para a região.

¹¹⁴ DISCURSO DO GOVERNADOR PAULO GUERRA, DE PERNAMBUCO, NA INAUGURAÇÃO DA FÁBRICA WILLYS, NO NORDESTE. Noticiário. **Revista Marítima Brasileira (RJ)**. Ano 1966. P. 191. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=008567&pesq=willys%20jaboat%C3%A3o&pasta=ano%20196>

Paulo Guerra finalizou o seu momento de fala enaltecendo a patriótica iniciativa da Willys, uma empresa estrangeira. Recorria ao maleável conceito de nacionalismo.

Destacamos mais um discurso. Domingos Alvarez, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI, disse

Repete-se, em pleno século XX, a histórica e surpreendente ação dos jornais suficientemente elogiados bandeirantes brasileiros que nunca mediram sacrifícios nem estimaram perigos para doar às gerações futuras não só a dureza material de seu trabalho, mas, sobretudo o valor incomensurável do ideal. Instala-se aqui, em pleno Nordeste, uma indústria basicamente brasileira que se confia ao eficiente carinho dos brasileiros. [...] o complexo administrativo da Willys planta hoje uma árvore que se nos afigura fruto de semente promissora, pois estamos assim participando da fase final do <<ciclo de retirantes>>¹¹⁵

O discurso de Domingos Alvarez foi proferido na Federação das Indústrias de Pernambuco. Nesta ocasião destacou e parabenizou a Willys pela inauguração da sua nova fábrica. A solenidade aconteceu poucos dias depois da festa promovida no dia 14 de julho em Jaboatão. Disse que para marcar a mudança no Nordeste, a Willys ofereceria aos trabalhadores e às suas famílias o trabalho perfeito, moradia digna, acesso à saúde e à escola e poria assim um fim no ciclo dos retirantes. O trabalhador ficaria na sua terra. Teria a oportunidade de sair para trabalhar e voltar para o seio da família após o fim do expediente.

A produção dos carros Willys chegaria como a salvação para Jaboatão, assim foi noticiada na *Revista Quatro Rodas* em 1966. “O problema é tão sério que o vigário de Jaboatão, padre Crespo, de tanto pensar nêle virou líder sindical e fica fazendo apêlo pela TV para que a industrialização chegue logo. Do contrário, afirma, pode explodir. O prefeito também se preocupa porque a arrecadação não chega para as despesas do município. Só industrializando.”¹¹⁶

Em 1964, a Prefeitura chegou a [arrecadar] 470 milhões e o GF [Governo Federal] ficou em 357. Êste ano porém o prefeito espera ir a um bilhão 'se a safra for boa'. A União deveria ficar em 800 milhões. Mas vai arrecadar muito mais do que o prefeito, só com a fábrica Willys: cada jipe paga 6 por cento de impôsto de consumo. A produção prevista de julho a dezembro é de

¹¹⁵ OPERÁRIO WILLYS: NORDESTE EM FASE FINAL DO CICLO DE RETIRANTES. **O Jornal (RJ)**. 24 de julho de 1966. p.6 e 7. Terceiro caderno.

¹¹⁶ JIPE ENTRA PRA SALVAR CANAVIAL. **Revista Quatro Rodas**. 1966. P.44

1.350 jipes, isto é, 8 bilhões e 300 milhões aos preços de março, o que equivale a um total de impostos superior a 499 milhões de cruzeiros. No ano que vem, o município mesmo com as isenções fiscais terá um enriquecimento indireto, resultado da dinamização que o comércio ganhará com as novas indústrias.¹¹⁷

A Willys foi apontada como a detentora do poder para resolver o problema de milhares de trabalhadores e da economia do estado, suplantando a tradicional produção de açúcar. Jaboatão era uma região de trabalho predominantemente rural, com muitos trabalhadores assalariados, dos quais, Padre Crespo afirmava ter uma maioria que não ganhava o suficiente nem para comer.¹¹⁸

No início de 1967, o *The New York Times* publicou reportagem sobre o desenvolvimento acelerado do Nordeste e a união entre o governo federal, estadual e norte americano, promovendo a mudança na região que era nomeada de atrasada. Apresentada como uma das regiões “mais problemáticas e explosivas” da América Latina, o Nordeste despontava com o maior crescimento do país. Novas rodovias, barragens, linhas de transmissão de energia eram vistas com entusiasmo segundo o referido jornal dos EUA. Embora a pobreza ainda fosse uma realidade do Recife e dos municípios em seu entorno, o jornalista Juan de Onis, redator da matéria para o *The New York Times*, destacava, por exemplo, que mais da metade da população vivia em favelas e ao lado dessas favelas se instalavam novas fábricas. A Willys era uma delas, produzindo cerca de 450 picapes por mês e gerando muitos empregos.¹¹⁹

Essa era a gramática que produzia significado político e social para a construção de uma fábrica de automóveis em uma das regiões mais pobres do Brasil. Com esse repertório discursivo se pautaram ações e intervenções políticas, no espaço urbano e no cotidiano dos trabalhadores. Os Estados Unidos também participavam das produções de discursos, de atraso e de progresso, sobre o Nordeste. Ressaltamos ainda que a ideia de um novo Nordeste produzido por uma revolução era algo que circulava na região, há alguns anos. Fosse pelos discursos das Ligas Camponesas ou do Partido Comunista, que pregavam uma revolução socialista, fosse pelo desenvolvimento técnico e industrial defendido pela SUDENE desde o

¹¹⁷ JIPE ENTRA PRA SALVAR CANAVIAL. *Revista Quatro Rodas*. 1966. P.44

¹¹⁸ CRESPO, Enes Paulo. **Paulo Crespo (depoimento, 1978)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 1990. 46p. dat.

¹¹⁹ BRAZIL SPEEDING DEVELOPMENT OF NORTHEAST AREA: TAX PLAN BRINGS NEW. By JUAN de ONIS Special to The New York Times. *New York Times (1923-Current file)*; Jan 30, 1967; ProQuest Historical Newspapers: The New York Times. pg. 10

final dos anos de 1950, com destaque para os anos sob a liderança de Celso Furtado. Nenhuma dessas opções se concretizou. O golpe civil-militar de 1964 as derrotou. Mas a ideia do novo Nordeste a partir de uma revolução não deixou de existir. Foi apropriada e passou a funcionar como uma nova engrenagem, impulsionada pelos discursos que apresentamos ao longo deste capítulo. Para várias pessoas que escutavam ou liam na imprensa, a palavra revolução não era estranha. Fazia parte da gramática da época. Dever-se-ia aprender seus novos usos. E para isso, a inauguração da Willys cooperou.

3 WILLYS EM PERNAMBUCO

No dia 12 de março de 1963, Frederico Antonio feriu com disparos de uma arma dois trabalhadores da fábrica de papel Portela,¹²⁰ situada no município de Jaboatão. Ele sofreu agressões que teriam partido dos trabalhadores. O jornal *Última Hora* informou, na sua edição dia do 12, que os trabalhadores da Portela ameaçavam entrar em greve, caso as suas reivindicações trabalhistas não fossem atendidas. Eles lutavam por um aumento de 30% no valor do salário e o pagamento da taxa de insalubridade. Até aquele momento os patrões tinham oferecido 10% de reajuste.¹²¹

Sobre os acontecimentos daquela terça-feira de março, várias versões foram contadas. Tentavam construir uma verdade sobre as agitações sociais que estavam acontecendo na região. Naquele momento, cerca de três mil trabalhadores da fábrica estavam em greve há uma semana.

Uma das histórias contadas diz que Frederico Antonio, superintendente da Portela, chegou dirigindo um ônibus da marca Volkswagen e tentou entrar nas dependências da fábrica, passando por cima dos piquetes organizados pelos trabalhadores grevistas. Para tanto, abriu fogo contra os manifestantes, ferindo dois deles.¹²²

Outra versão diz que o superintendente chegou à frente do portão e buzinou para que o vigia abrisse. Nesse momento, os grevistas agarraram o vigia e começaram a espancá-lo. O superintendente tentou ajudá-lo, mas também se tornou alvo das agressões. Então teria sacado a arma e disparado contra os trabalhadores, atingindo dois deles. Nesse caso, alega-se que ele agiu em legítima defesa.¹²³

O superintendente foi levado à delegacia e só depois encaminhado para o hospital. Essa remoção não foi fácil. Uma multidão havia bloqueado o caminho. A passagem pela barreira só aconteceu quando o deputado Cláudio Braga pediu que o deixassem passar.¹²⁴ Segundo a documentação, Cláudio Braga era um político pró-comunista e se referia ao superintendente como “cão”. Para o deputado, com a passagem liberada não poderiam acusar

¹²⁰ Cia Indústrias Brasileiras Portela. Localizada na cidade de Jaboatão.

¹²¹ RONDA: OPERÁRIOS DO PAPEL. *Última Hora*. 12 de março de 1963. P.2

¹²² DEPARTMENT OF STATE, **AIRGRAM**. A-92 CONFIDENCIAL. 21 de março de 1963. P.2 e 3.

¹²³ DEPARTMENT OF STATE, **AIRGRAM**. A-92 CONFIDENCIAL. 21 de março de 1963. P.2 e 3.

¹²⁴ VER: DEPARTMENT OF STATE, **AIRGRAM**. A-92 CONFIDENCIAL. 21 de março de 1963. P.2 e 3.

os trabalhadores de terem matado Frederico Antonio, caso não resistisse aos ferimentos. Os três feridos ficaram em estado crítico de saúde. A greve durou mais dois dias.¹²⁵

A história do superintendente e dos outros dois trabalhadores da fábrica feridos durante esta greve foi contada em um documento produzido pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos. As páginas receberam o carimbo de confidencial.¹²⁶ O documento destacava que na semana na qual ocorreu a greve na Fábrica Portela existiram outras mobilizações políticas em Jaboatão.

Os trabalhadores da construção civil de Jaboatão aderiram à greve e pararam todas as obras, incluindo a da Companhia Pernambucana de Borracha Sintética - COPERBO.¹²⁷ Os jornais sinalizaram que houve enfrentamentos, mas que ainda não era possível relatar o desfecho daquele evento. Na área rural de Jaboatão¹²⁸ e Vitória de Santo Antão – no relatório do Departamento de Estado Norte Americano diz apenas Santo Antão - os trabalhadores encenaram uma movimentação ruidosa. O protesto era contra a demissão de colegas de trabalho.

No documento confidencial ainda constava uma solicitação de Constâncio Maranhão à Secretaria de Segurança Pública para uma audiência, que lhe foi negada, com o fim de denunciar novas invasões nas suas terras. O latifundiário reclamou que camponeses do engenho Galiléia estavam invadindo suas terras e incitando seus trabalhadores à violência.¹²⁹ A invasão referia-se, provavelmente, a ocupação do engenho Coqueiro. De acordo com o

¹²⁵ DEPARTAMENT OF STATE, **AIRGRAM**. A-92 CONFIDENCIAL. 21 de março de 1963.

¹²⁶ DEPARTAMENT OF STATE, **AIRGRAM**. A-92 CONFIDENCIAL. 21 de março de 1963. P.2 e 3.

¹²⁷ O jornal *Última Hora* registrou uma greve de 900 trabalhadores que trabalhavam na construção da COPERBO em dezembro de 1962. A reclamação era do não pagamento do 13º salário. Ver: COBERBO EM GREVE. *Última Hora*. 23 de dezembro de 1962. P.2

¹²⁸ Ameaças de greve em Jaboatão foram registradas no *Diario de Pernambuco*, em janeiro de 1963. Os trabalhadores rurais lutavam pelo direito de receber o 13º salário. Ver: TRABALHADORES RURAIS QUEREM RECEBER 13º E AMEAÇAM GREVE. **Diario de Pernambuco**. 30 de janeiro de 1963. P.2. Primeiro caderno.

Greve na Usina Jaboatão com incêndios nos canaviais também foi registrada. Ver: A DRAMÁTICA SITUAÇÃO EM PERNAMBUCO. MUNICÍPIO DE JABOATÃO. **Diario de Pernambuco**. 10 de abril de 1963. P.9. Primeiro caderno.

¹²⁹ O engenho Galiléia ficou famoso no estado pela desapropriação de suas terras em 1959 e por ter sido o berço das Ligas Camponesas. O engenho era propriedade de Oscar Beltrão e estava localizado no município de Vitória de Santo Antão. Constâncio Maranhão foi um grande latifundiário, dono de engenhos também no município de Vitória de Santo Antão. Também era conhecido pela criação de bois, sendo dono de um dos maiores abatedores do estado, localizado em Olinda. Foi também Deputado Estadual.

Ver:

PORFIRIO, Pablo. Histórias, fotografias e trabalhadores do Brasil. In: OLIVEIRA, Rodrigo Perez; SILVA, Daniel Pinha (orgs). *Tempos de Crise: ensaios de história política*. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2020.

PORFIRIO, Pablo. **Medo, Comunismo e Revolução**. Recife: Editora da UFPE. 2009.

historiador Pablo Porfírio, a ação contou com a participação de 1500 trabalhadores rurais, liderados pelas Ligas Camponesas, armados e famintos, exigindo reforma agrária. Porfírio aponta que “os camponeses procuravam demonstrar que tinham força para ocupar os engenhos e exigir a reforma agrária, inclusive utilizando para isso de armas brancas e de fogo.”¹³⁰

O documento Airgram dos Estados Unidos relatou os incidentes registrados como as últimas manifestações das crescentes greves e mobilizações no município. Para Eugene Delgado, Cônsul geral da América que assinou o documento, o fato era ainda mais perturbador já que a polícia estadual não parecia agir no sentido de proteger a propriedade e de prevenir outros surtos de violência.¹³¹

As agitações sociais e greves de trabalhadores, rurais e fabris, foram alvo de muitas reportagens nos jornais durante a primeira metade da década de 1960, antes do golpe civil militar de 1964. Essas lutas políticas e sociais dos trabalhadores, sobretudo da zona rural de Pernambuco, foram noticiadas também na imprensa dos Estados Unidos e em documentos governamentais.

Nesse cenário de mobilizações e greves, inseriu-se o debate sobre a construção da Willys Overland em Jaboatão e se arquitetou a justificativa de que a instalação da fábrica era fundamental para o combate às agitações sociais e políticas dos trabalhadores da região. Para o historiador Antonio Luigi Negro, a construção da Willys nessa área dizia do interesse político dos Estados Unidos para que as ameaças de greves dos canavieiros não fossem concretizadas.¹³²

¹³⁰ PORFIRIO, Pablo. *Medo, Comunismo e Revolução*. Recife: Editora da UFPE. 2009. P.129

¹³¹ DEPARTAMENT OF STATE, AIRGRAM. A-92 CONFIDENCIAL. 29 de março de 1963. P.3

¹³² NEGRO, Antonio Luigi. A fome a vontade de comer. Opções de desenvolvimento e conflitos sociais e políticos In: *História: Cultura e Sentimento. Outras história do Brasil*. MONTENEGRO, Antonio Torres (orgs). Recife: Editora Universitária; Cuiabá: Editora da UFMT. 2008.

3.1 NORDESTE: POBREZA E AGITAÇÃO SOCIAL

O Nordeste do Brasil ocupou o debate político nacional e as manchetes da imprensa a partir do final da década de 1950. A seca de 1958 impulsionava novas reportagens com os velhos discursos sobre a pobreza promovida pela ausência de água e os migrantes forçados a abandonarem suas casas e terras para não morrerem de fome e de sede.

No final da década de 1960, o jornal norte americano *The New York Times* ainda publicava que,

A vida no sertão semi-árido é primitiva e precária. Cavaleiros vestidos, com chapéu e calçados em couro bovino galopam através da espinha do gado magricela que eles têm por séculos. Suas famílias vivem em pequenas casas de barro e de pau-a-pique e subsistem raquíticos de milho, feijão, raiz de mandioca e queijo de leite de cabra. Secas frequentes os levam à fome nas cidades. Em 1958, 300 mil pessoas estavam em socorro. ¹³³

A matéria do *The New York Times* fazia referência ao ano de 1958 e a grande seca que acometeu o Nordeste. O jornal descrevia o modo de vida precário no qual famílias inteiras viviam na região. Segundo dados levantados pelo jornal, 300 mil pessoas precisavam de ajuda. Essa imagem da pobreza e da seca no Nordeste do país tornou-se hegemônica durante o século XX. O historiador Durval Muniz estudou como se deu a produção, seleção e circulação dessas imagens que passaram a construir um significado quase único para essa região. ¹³⁴ A pobreza e a miséria social também foram exploradas no documentário *Brazil: The troubled Land (1964)*, ¹³⁵ quando se selecionou imagens dos pobres canavieiros em Pernambuco como predominante da região e ao mesmo tempo signo de perigo por facilitar a expansão do comunismo. As ideias de pobreza e perigo estavam em sintonia com o discurso do governo dos Estados Unidos, no início da década de 1960, para o qual o avanço do comunismo na região Nordeste acontecia por três eixos principais. Pelas propagandas políticas de setores das

¹³³BRAZIL SPEEDING DEVELOPMENT OF NORTHEAST AREA: TAX PLAN BRINGS NEW. By JUAN de ONIS Special to The New York Times. *New York Times (1923-Current file)*; Jan 30, 1967; ProQuest Historical Newspapers: **The New York Times**. pg. 10

A tradução foi feita do trecho: “Life in the harst, semiarid backlands is primitive and precarious. Horsemen clothed, hatted and shod in cowhide gallop through the thornbush after scrawncattle as they have for centuries. Their families live in little mud and wattle houses and subsist on stunted corn, beans, manioc root and goat's milk cheese. frequent droughts drive them in hunger to the towns. In 1958, 300,00 people were on relief”

¹³⁴ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

¹³⁵ Ver: *Brazil: The troubled Land*. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=o4reXhCCF54>

esquerdas, representadas na figura do líder camponês Francisco Julião; pela presença de uma classe, política, social e economicamente, dominante, atrasada e não civilizada, representada por Constâncio Maranhão que no documentário retirou sua arma da cintura e faz vários disparos ao mesmo tempo em que dizia: “essa é a lei aqui, decide tudo. Não [é] qualquer polícia ou lei, mas a minha arma”¹³⁶; e pelas míseras condições de vida, moradia e trabalho impostas aos trabalhadores rurais de Pernambuco.

No final da década de 1950, o jornalista Antônio Callado foi enviado ao Nordeste para produzir uma série de reportagens sobre as condições políticas e sociais da região. Publicadas pelo *Correio da Manhã* – RJ -, as matérias denunciaram como o dinheiro público era mal utilizado no combate aos efeitos da seca, beneficiando um restrito grupo da elite política e social. Era a indústria da seca. Ao mesmo tempo, Callado identificou na região um movimento social, organizado por trabalhadores e moradores do Engenho Galileia, localizado no município de Vitória de Santo Antão, Zona da Mata de Pernambuco, e liderado pelo advogado e deputado estadual, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Francisco Julião. Referia-se às Ligas Camponesas e ao seu principal líder, com quem Callado teve a oportunidade de conversar ao visitar Pernambuco em 1959.¹³⁷ Callado fez relatos sobre as lutas dos trabalhadores e moradores do engenho Galileia. As pesquisas realizadas pelo historiador Antonio Montenegro informam que, na década de 1950, 150 famílias de trabalhadores rurais ocupavam as terras do engenho, viviam da cultura de subsistência e pagavam um foro – aluguel - pelo uso da terra. Com um aumento do valor do foro passaram a enfrentar dificuldades em quitar esse pagamento. Para enfrentar a situação criaram a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), de objetivo assistencialista e ajuda mútua. A região e as lutas dos trabalhadores rurais também foram marcadas pela presença de comunistas. Zé dos Prazeres, dirigente da “Liga Camponesa da Boa Ideia” de 1946 a 1947, e Paulo Travassos, militante do PCB, foram nomes de comunistas destacados por Antonio Montenegro.¹³⁸

¹³⁶ *Brazil: The troubled Land*. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=o4reXhCCF54>

¹³⁷ MONTENEGRO, Antonio. As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964. Projeto História. **Revista do Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP**. São Paulo, nº 29, tomo 02, 2004. p. 399.

¹³⁸ MONTENEGRO, Antonio. Ligas camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília (Orgs.). **O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. Recurso digital. Formato epub.

As reportagens de Callado alcançaram ampla repercussão. Foram ponto de debate no Congresso Nacional. O deputado federal Fernando Ferrari afirmou, à época: “considero tais reportagens um dos mais preciosos testemunhos acerca da grave situação daquela região.”¹³⁹

Antônio Callado viajou ao Nordeste atendendo também ao pedido do seu amigo, economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Celso Furtado. O paraibano Furtado tentava instituir uma nova política econômica e social para o Nordeste. As denúncias de corrupção de Callado em torno da questão da seca e sua repercussão no meio político abriram um espaço de debate para uma nova agenda política sobre a região.¹⁴⁰

O Presidente Juscelino Kubitschek recebeu um conjunto de sugestões por parte de Furtado. Aproveitando-se da opinião pública favorável à elaboração de novas medidas no combate a seca e a pobreza, Celso Furtado sugeriu a formação de uma nova autarquia federal, que seria responsável pela política de desenvolvimento do Nordeste. Criou-se, então, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – sendo Celso Furtado indicado a ser o primeiro superintendente. As novas estratégias para o desenvolvimento do Nordeste, a ser comandado pela SUDENE, recebeu o nome de Operação Nordeste.¹⁴¹

Na década de 1950, a região já tinha a presença de algumas indústrias, com destaque para as instaladas no Recife.¹⁴² O historiador Flávio Weinstein ressalta que a formação de pequenas fábricas, oficinas e algumas indústrias no Recife e regiões vizinhas remontam ao final do século XIX. Na metade do século seguinte, o Recife contava com um razoável parque industrial. Segundo o autor, faltava em Recife mais recursos técnicos, linhas de crédito que pudessem ampliar sua produção e formas de comunicá-la com outras áreas do país. Assim, indicava-se que um dos problemas a serem superados pelo desenvolvimento industrial local era o de integrar-se aos centros produtivos do centro-sul e com isso romper o isolamento e garantir seu caráter nacional. Esse isolamento ou essa necessidade de integração ganhou sentido de urgência após os resultados eleitorais de 1958 e as mobilizações de trabalhadores rurais com as Ligas Camponesas.¹⁴³

¹³⁹ PORFÍRIO, Pablo. **Medo, Comunismo e Revolução**. Recife: Editora. da UFPE. 2009.p. 39.

Sobre essa discussão ver também: MONTENEGRO, Antonio. Ligas camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília (Orgs.). **O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. Recurso digital. Formato epub.

¹⁴⁰ PORFÍRIO, Pablo. **Medo, Comunismo e Revolução**. Recife: Editora. da UFPE. 2009.p. 38.

¹⁴¹ PORFÍRIO, Pablo. **Medo, Comunismo e Revolução**. Recife: Editora. da UFPE. 2009.p. 38.

¹⁴² Gostaríamos de destacar os estudos de José Sérgio Leite Lopes sobre os operários das Usinas de Açúcar de Pernambuco que resultaram na publicação do Livro *Vapor do Diabo: O trabalho dos operários do açúcar*.

¹⁴³ TEIXEIRA, Flávio W. **O Movimento e a linha**: presença do Teatro do Estudante e do Gráfico Amador no Recife (1946-1964). Ed. UFPE: Recife, 2007. pp.50-51.

A vitória do usineiro Cid Sampaio, com o apoio dos comunistas integrantes da Frente do Recife ¹⁴⁴, colocou em atenção parte da elite agrária do Estado. Os comunistas haviam formado a Frente do Recife durante as eleições municipais do Recife de 1955. Era liderada pelo PCB e PSB. ¹⁴⁵ Era uma frente de esquerda que congregava partidos e setores progressistas. Em Pernambuco, nas eleições de 1955, os comunistas utilizaram a estratégia de forma uma frente ampla política e apoiar a candidatura de Pelópidas da Silveira para a Prefeitura do Recife. Essa aliança ficou conhecida como a Frente do Recife. A estratégia foi repetida e ampliada nas eleições para o governo do Estado de Pernambuco em 1958, na qual os comunistas, integrantes da Frente do Recife, apoiaram o usineiro e candidato Cid Sampaio, filiado a União Democrática Nacional, UDN. Ainda integravam a Frente do Recife o Partido Socialista Brasileiro, PSB, o Partido Comunista do Brasil, PCB, na ilegalidade, e o Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, que apresentava um discurso nacionalista. ¹⁴⁶ O avanço da mobilização de trabalhadores, com destaque para o episódio da desapropriação do Engenho Galileia, em 1959, foi representado – nos textos de Antonio Callado, por exemplo – como a possível ante-sala de um processo de convulsão social. Nos discursos do governo, o Nordeste tornara-se explosivo, seu isolamento e a não integração às políticas desenvolvimentistas contribuiriam para isso.

Celso Furtado alertava que “o Nordeste é socialmente mais explosivo que a maioria das regiões subdesenvolvidas. Como modificar o curso do processo histórico que está socavando a unidade deste grande País, ao mesmo tempo que permite a formação [...] de uma área que poderá vir a constituir um problema para todo o hemisfério?”¹⁴⁷.

Essa leitura de Celso Furtado ganhou repercussão, inclusive no governo dos EUA. Ela foi apresentada ao presidente John Kennedy, em visita que o então Superintendente da

¹⁴⁴ PORFIRIO, Pablo. **Medo, Comunismo e Revolução**. Op. Cit. pp. 100-101. Para um estudo detalhado sobre a Frente do Recife, SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo do Arraes: Nacionalismo em crise – 1955 / 1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças Políticas em Pernambuco: A(s) Frente(s) do Recife (1955-1964)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. CFCH. História, 2009.

¹⁴⁵ SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças Políticas em Pernambuco: A(s) Frente(s) do Recife (1955-1964)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. CFCH. História, 2009.

¹⁴⁶ PORFIRIO, Pablo. **Medo, Comunismo e Revolução**. Op. Cit. pp. 100-101. Para um estudo detalhado sobre a Frente do Recife, SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo do Arraes: Nacionalismo em crise – 1955 / 1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças Políticas em Pernambuco: A(s) Frente(s) do Recife (1955-1964)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. CFCH. História, 2009.

¹⁴⁷ Citado TEIXEIRA, Flávio W. **O Movimento e a linha: presença do Teatro do Estudante e do Gráfico Amador no Recife (1946-1964)**. Recife: Ed. UFPE, 2007. p.54.

SUDENE fez a Washington em 1961. A Aliança para o Progresso¹⁴⁸, programa instituído pelo governo Kennedy, “era responsável por elaborar e executar ações que visavam oferecer auxílio para o desenvolvimento das áreas mais pobres da América Latina.”¹⁴⁹

O Nordeste do Brasil passou a ser uma das regiões prioritárias para ser atendida pelo programa da Aliança para o Progresso. Tornou-se ainda objeto de discursos e práticas reformista-modernizadora, defendidos por grupos estrangeiros, como o governo dos EUA, ou nacionais, como a SUDENE e parte da elite política e econômica que incorporou a retórica da modernização como solução para a região-problema do país. O objetivo era inserí-la “dentro de um novo padrão de incorporação à nação, em sintonia com o emergente discurso nacional-desenvolvimentista.”¹⁵⁰

Na década de 1950, o Nordeste era visto como uma região problema, pobre e subdesenvolvida: não-industrializada, sem progresso técnico, em um estágio pré capitalista. Para a Confederação Nacional da indústria – CNI, a região tinha as suas potencialidades subaproveitadas. No plano de desenvolvimento da CNI era preciso somar esforços no combate a miséria social, o problema do nordeste passava então a ser pensado por uma abordagem econômica e não mais pela abordagem hídrica.¹⁵¹

Nesse cenário, estudos apontavam que entre os estados da região, Pernambuco apresentava a maior renda per-capita. Na década de 1960, o Nordeste se destacava no cenário nacional no debate sobre o desenvolvimento econômico. Com a elevada taxa populacional, a pobreza econômica se tornava ainda mais latente. Somado a isso, as secas periódicas, o êxodo rural e reivindicações sociais, segundo Paulo Feldhus, aumentavam a potencialidade subversiva na região canavieira onde, “a concentração populacional sob condições

¹⁴⁸ Para maiores estudos e análises sobre a Aliança para o Progresso:

BARROS, Arthur Victor Gonçalves de. **“A pobreza como estopim da revolução”**: a Aliança para o Progresso em Pernambuco (1959-1964). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, 2017. PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve**: o Nordeste do Brasil (1955-1964). Rio de Janeiro: Editora Record, 1972. SANTIAGO, Vandek. **Pernambuco em chamas**: a intervenção dos EUA e o golpe de 1964. Recife: CEPE, 2016.

¹⁴⁹ PORFÍRIO, Pablo. **Francisco Julião**: em luta com seu mito. Golpe de Estado, Exílio e redemocratização do Brasil. PACO Editorial: Jundiaí, SP, 2009. p. 29.

¹⁵⁰ TEIXEIRA, Flávio W. **O Movimento e a linha**: presença do Teatro do Estudante e do Gráfico Amador no Recife (1946-1964). Recife: Ed. UFPE, 2007. p.54.

¹⁵¹ FELDHUS, Paulo Raphael Pires. **A Confederação Nacional da Indústria e o nordeste brasileiro: o desenvolvimento nas páginas de Desenvolvimento & Conjuntura. (1957-1964)**. Tese. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Brasília. 2014

economicamente precárias fazia-se motivo de freqüentes agitações, chegando mesmo ser alvo de matéria de capa do jornal *The New York Times*.”¹⁵²

3.2 REPRESENTANTES DA WILLYS EM PERNAMBUCO

Além da seca, da pobreza e das agitações sociais no final dos anos de 1950, também foram motivo de registros na imprensa as visitas de representantes da fábrica automobilística Willys Overland do Brasil a Pernambuco.

As recepções festivas proporcionadas por políticos eram relatadas, por vezes, em páginas inteiras dos jornais. As fotografias faziam a composição das reportagens sobre as solenidades e os seus participantes. As festividades de boas vindas eram pano de fundo das reuniões de interesses políticos e econômicos entre representantes da Willys e do governo. As visitas dos dirigentes registradas nos jornais se revelam como importantes fios na trama construída pela Willys em Pernambuco.

Hickman Price Jr. pousou com sua comitiva em Recife no dia 9 de outubro de 1957. Recepcionados no aeroporto por industriais, comerciantes, jornalistas, concessionários jipe, “o desembarque foi festivo e amigável, numa demonstração de simpatia ao ilustre itinerante, hoje nome ligado ao progresso nacional”¹⁵³, sendo os cumprimentos estendidos aos demais presentes, Mario Câmara¹⁵⁴, o deputado Ademar Carvalho e o diretor da Willys Waldemar Geoffroy.

A primeira parada do visitante foi o Palácio do Governo. Uma prolongada conversa com o então governador Cordeiro de Farias, cujo assunto tratado não foi divulgado nos jornais. A comitiva seguiu para a Associação Comercial de Pernambuco. A última parada do dia foi em um jantar oferecido pelo deputado Ademar Carvalho em sua residência, na Rua do Progresso (no bairro da Boa Vista - Recife), com a presença do governador.

¹⁵² FELDHUS, Paulo Raphael Pires. **A Confederação Nacional da Indústria e o nordeste brasileiro: o desenvolvimento nas páginas de Desenvolvimento & Conjuntura. (1957-1964)**. Tese. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Brasília. 2014

¹⁵³ AINDA A CHEGADA, ONTEM, AO RECIFE, DO PRESIDENTE DA WILLYS OVERLAND DO BRASIL. **Diário de Pernambuco**. 10 de outubro de 1957. P. 7

¹⁵⁴ Foi ministro da Fazenda entre os anos de 1955 e 1956. Em 1957, “Mário Câmara foi vice-presidente da comissão que reestruturou a Rede Ferroviária Federal”. Depois foi eleito diretor da Willys Overland do Brasil. Morreu em 1967.

Ver: <https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mario-leopoldo-pereira-da-camara>

No 11 de outubro de 1957, o *Jornal do Commercio* publicou ampla reportagem da visita do presidente nacional da Willys Overland à cidade de Caruaru. Naquela ocasião, Hickman Prime Júnior e o então deputado federal do PSD¹⁵⁵ Cunha Bueno, eleito por São Paulo, foram recepcionados pelo prefeito, Sizenando Guilherme de Azevedo ¹⁵⁶, por banqueiros, comerciantes e pelo juiz da Primeira Vara. O jornal informou ainda que “não somente compareceu ao encontro o mundo financeiro, social e econômico da cidade, mas também a numerosa classe dos motoristas.” ¹⁵⁷

As notícias afirmaram que houve uma grande festa em Caruaru naquele dia, “mostrando aos que vinham de outras paragens o que somos dentro de uma região que não despreza os seus bacamarteiros, quem mantém viva a tradição das zabumbas, dos vaqueiros e dos seus cantadores populares.” ¹⁵⁸

As fotografias produzidas com representantes da Willys, em suas diversas ações políticas e sociais, constituíram importante forma de produção de sentido para os seus discursos. Na Imagem 05, Hickman Price Jr se deixou fotografar com um chapéu de couro na cabeça. O objeto, anos mais tarde, batizaria o jipe produzido em Jaboatão.

¹⁵⁵ O Partido Social Democrático foi fundado em 1945 e extinto em 1965.

¹⁵⁶ Prefeito de Caruaru, entre 1955-1959. Eleito. UDN.

¹⁵⁷ DE CARUARU. **Jornal do Commercio**. 11 de out de 1957. Acervo DOPS. Prontuário Fábrica Willys.

¹⁵⁸ CARUARU. INSTALAÇÃO DO P. SOCORRO: A CÂMARA APELA PARA O GOVERNADOR. NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DOS CARGOS- SÔBRE A RECEPÇÃO AO PRESIDENTE DA WILLYS – CARUARU E LIMOEIRO EM SENSASIONAL ENCONTRO, HOJE, À TARDE. **Diário de Pernambuco**. 12 de outubro de 1957. P. 12

Imagem 5: Hickman Price Jr em Caruaru



Fonte: *Jornal do Commercio*.¹⁵⁹

Ficou registrado no *Diario de Pernambuco* que em Caruaru a recepção foi no Clube do Internacional. Ainda nesta fotografia identificamos Price Júnior com o chapéu de couro na cabeça e o deputado Cunha Bueno com o bacamarte nas mãos. O bacamarte aproximava a sua figura aos presentes. Fazia parte da tradição local.¹⁶⁰ O chapéu de couro, usado pelo homem

¹⁵⁹ DE CARUARU. **Jornal do Commercio**. 11 de out de 1957. Acervo DOPS. Prontuário Fábrica Willys.

¹⁶⁰ A tradição dos bacamarteiros está ligada a guerra contra os holandeses em Pernambuco, no séc. XVII. Os agricultores festejam a independência com uma “dança” de tiros da arma chamada riúna. A tradição tinha forte ação no cenário político de Caruaru. Em 1978, o *Diario de Pernambuco* publicou uma reportagem quase de página inteira sobre os bacamarteiros do município. Na publicação, registraram-se dois eventos que envolveram a Willys e os bacamarteiros em Caruaru nos anos de 1962 e 1963. O primeiro registro é sobre a inauguração de uma concessionária Willys na cidade. Na ocasião o presidente nacional da Willys (não tem o nome citado) recebeu em sua homenagem uma apresentação de 730 bacamarteiros. O segundo registro do jornal, data do ano seguinte a essa homenagem. No evento, o comandante dos bacamarteiros de Caruaru, acompanhado de 280 homens, recebeu “das mãos do presidente da Willys Nacional um inesperado presente: galões de ouro da cavalaria do Exército. A partir desse momento, Ferreira da Silva passou a ser conhecido como Major Emídio, comandante – em – chefe dos 51 batalhões existentes em Caruaru”. Os dois eventos aconteceram na fazenda de

pobre da região, também cumpria o papel simbólico de pertencimento do presidente da WOB a Pernambuco. O jornal publicou o discurso proferido pelo general Agnaldo de Oliveira¹⁶¹ na ocasião.

Sr. Presidente da Willys Overland do Brasil:

Nós desejamos, com entusiasmo e sinceridade, que o contato de V.S., com o nosso meio rural alcance uma eficiência satisfatória; para que o jeep da Willys tenha uma função mais ampla, atingindo assim, eficientemente, os seus objetivos dentro do nosso meio rural. Há necessidade de um preparo educacional do nosso homem do campo, para que ele aprenda a lição do jeep na fazenda, e se convença da sua ajuda na melhoria do seu transporte pessoal e [de] carga e das práticas agrícolas de acordo com a nossa topografia e solo.

Acreditamos que a Willys Overland do Brasil S.A participante da nacionalização da produção, poderá acomodar o seu jeep ao nosso poder aquisitivo, quando da completa nacionalização dos produtos da mesma.

Exteriorizamos a nossa completa confiança, de que a Willys trabalhe cada vez mais, dentro do espírito científico, pelo progresso da nossa agro-pecuária, para a formação de mais fontes de riqueza para a nossa região, que tanto delas precisa para o levantamento do 'standart' de vida de nossa gente.¹⁶²

O pronunciamento do general apresentou a região, ressaltando a figura do trabalhador rural e a pecuária. Colocou a Willys como personagem que assumiria papel de educadora de um novo viver e de um novo trabalhar no campo, utilizando o jipe. Já se construía no final da década de 1950 as bases do discurso, difundido com mais intensidade na década de 1960, de que a Willys formaria um novo homem e Pernambuco passaria a viver uma nova era de prosperidade. O Jipe aparecia como elemento de conexão entre o vivido e o novo começo, apesar do termo revolução não estar presente nos discursos dos anos de 1950 sobre a construção da nova fábrica Willys. Ao refletir com o conceito de horizonte de expectativa de

Jacques Mastroiani (não conseguimos localizar maiores informações sobre o dono da fazenda). A reportagem do *Diário de Pernambuco* não dá mais indícios sobre os desfechos dos dois eventos. BACAMARTEIROS, UMA SOCIEDADE ABERTA ÀS MULHERES (ARMADAS, É CLARO). **Diário de Pernambuco**. 18 de junho de 1978. P. B-6

¹⁶¹ Figura política de destaque em Caruaru. Participou da criação da Comissão de Desenvolvimento de Caruaru – Codega. Ver: <https://www.acicaruaru.com/Livro-Acic-90-Anos.pdf>

¹⁶² CARUARU. INSTALAÇÃO DO P. SOCORRO: A CÂMARA APELA PARA O GOVERNADOR. NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DOS CARGOS- SÔBRE A RECEPÇÃO AO PRESIDENTE DA WILLYS – CARUARU E LIMOEIRO EM SENSACIONAL ENCONTRO, HOJE, À TARDE. **Diário de Pernambuco**. 12 de outubro de 1957. P. 12

Reinhart Koselleck,¹⁶³ pensamos que a Willys trazia uma ruptura com o passado e ainda não se sabia desenhar o que seria vivido, pois era um novo momento, em novas configurações históricas.

Cinco meses após a visita em Caruaru, no ano de 1958, outra ação importante para as relações econômicas, políticas e institucionais lançadas naquele dia foi noticiada nos jornais. Desta vez, uma comitiva saiu do Recife “para assistir a inauguração da Jeep Willys”¹⁶⁴ em São Paulo.

A convite da Willys Overland do Brasil e por intermédio do deputado Ademar Carvalho, seguiu para São Bernardo Campo: Petronilo Santa Cruz, Secretário da Agricultura do Estado; Arnaldo Barbalho, Secretário de Viação; Clélio Lemos, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado; Florisval Silvestre Neto, diretor do D.E.R; Vicente Faelante da Câmara, como representante da Cooperativa dos Usineiros e do Sindicato da indústria do Açúcar; Fernando Perez, representante do Sindicato da Indústria têxtil; o banqueiro Beroaldo de Lucena e Melo, acompanhado de sua esposa; o vereador Ademar Lopes Maia; Dr. José Cavalcanti Neves, presidente da Ordem dos Advogados de Pernambuco; o desembargador Dirceu Borges, presidente do Tribunal de Justiça Eleitoral de Pernambuco; o jornalista Esmaragdo Marroquim, diretor do *Jornal do Commercio*, Sisenato Guilherme Azevedo, prefeito de Caruaru, e Julio Valença, presidente da Câmara Municipal de Caruaru.¹⁶⁵

As relações políticas, econômicas e sociais entre os representantes da fábrica e o governo de Pernambuco, que começaram na década de 1950, ganharam novo status nos primeiros anos da década de 1960 quando a imprensa anunciou a construção de uma fábrica de automóveis Willys Overland no estado.¹⁶⁶

Entendemos a Willys como uma peça integrada a várias outras. Não devemos perder de vista, neste período, as dinâmicas políticas da Guerra Fria que influenciaram diversas leituras no cenário. As tensões políticas brilhavam em diversas partes do mundo. Todos estavam de olhos abertos e atentos para cada novo brilho que acendia, apagava e aos que permaneciam, naquele momento. O mundo vivia sob o signo da Guerra Fria, que já durava mais de uma década. Cada brilho pode ser entendido como um confronto. Para Tony Judt

¹⁶³ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

¹⁶⁴ PARA ASSISTIR A INAUGURAÇÃO DA JEEP WILLYS. **Diário de Pernambuco**. 6 de março de 1958. P.16

¹⁶⁵ PARA ASSISTIR A INAUGURAÇÃO DA JEEP WILLYS. **Diário de Pernambuco**. 6 de março de 1958. P.16

¹⁶⁶ LINHA DE MONTAGEM “WILLYS” NO RECIFE: BOAS PERSPECTIVAS. **Jornal do Commercio**. 7 de junho de 1961. Acervo DOPS. Prontuário Fábrica Willys.

aconteceu “um bom número de confrontos preocupantes.”¹⁶⁷ Ainda segundo o historiador, na América Latina, a Guerra Fria foi muito mais que uma questão ideológica, ela foi um confronto de impérios. Discordando da ideia de que o “terceiro mundo” teria sido coadjuvante nessa guerra, Judt diz que “lá centenas de milhares de figurantes”¹⁶⁸ foram mortos.

A questão é importante uma vez que para os Estados Unidos, “a espionagem, a subversão e a ascensão do comunismo”¹⁶⁹, sobretudo na primeira década da Guerra Fria, eram vistos como uma ameaça direta ao modo de vida norte americano. Durante a Guerra Fria, o alinhamento do Brasil ao bloco liderado pelos Estados Unidos não foi automático. Conflitos a cada novo governo brasileiro aproximavam ou não esse alinhamento. Em 1945, por exemplo, Getúlio Vargas estabeleceu relações diplomáticas com a URSS. Em 1947, o governo Dutra rompeu essas relações, em razão, segundo Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, de um processo de deterioração que vinha ocorrendo entre os dois governos.¹⁷⁰ O Partido Comunista do Brasil havia sido considerado ilegal também em 1947, o que contribuiu, na década seguinte, para consolidar o alinhamento com os norte-americanos.¹⁷¹ A aproximação entre Brasil e Estados Unidos se dava desde a Segunda Guerra Mundial, passando por realinhamentos a cada novo governo brasileiro.¹⁷²

Durante a presidência de Jânio Quadros, em 1961, houve mudanças na política externa brasileira. Nesse momento, acontecia a virada socialista em Cuba. A Revolução Cubana ocupava as atenções políticas na América Latina. “O governo brasileiro tratava [...] de buscar, numa conjuntura mundial complexa e tensa, uma melhor posição para o Brasil.”¹⁷³ Jânio procurou ocupar uma posição de neutralidade política em meio à polarização de Guerra Fria. Entretanto, não foi bem sucedido. Em agosto de 1961, o presidente condecorou o Che Guevara, então ministro cubano, com a medalha da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Na

¹⁶⁷ JUDT, Tony. De quem é esta história? A Guerra Fria em retrospecto. In: **Reflexões sobre um século esquecido, 1901-2000**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2010. P.409

¹⁶⁸ JUDT, Tony. De quem é esta história? A Guerra Fria em retrospecto. In: **Reflexões sobre um século esquecido, 1901-2000**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2010. P 413

¹⁶⁹ JUDT, Tony. De quem é esta história? A Guerra Fria em retrospecto. In: **Reflexões sobre um século esquecido, 1901-2000**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2010. P 417

¹⁷⁰ CERVO, A.L.; BUENO, C.. **História da política exterior do Brasil**. Brasília : Editora da UnB, 2002.

¹⁷¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. O Brasil no mundo In: **Modernização, Ditadura e Democracia 1964-2010**. Coordenação Daniel Aarão Reis. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

¹⁷² CERVO, A.L.; BUENO, C.. **História da política exterior do Brasil**. Brasília : Editora da UnB, 2002.

¹⁷³ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. O Brasil no mundo. In: **Modernização, Ditadura e Democracia 1964-2010**. Coordenação Daniel Aarão Reis. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. P. 135

solenidade, disse ser um propósito do governo brasileiro “estretar relações econômicas e culturais” com o governo e o povo cubano.¹⁷⁴

Em meio às efervescências políticas, no início da década de 1960 existiu terreno fértil para o desenvolvimento do país. Havia oportunidades de crescimento econômico, com possibilidades de investimentos do capital estrangeiros em todo país. Para o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva a abertura de novos mercados e o enfraquecimento da política externa regida pelos princípios da Guerra Fria foram base para essas possibilidades.¹⁷⁵ Entre os anos de 1961 e 1964, o governo do presidente João Goulart foi responsável por essa ampliação das relações diplomáticas do Brasil, com uma política externa mais independente.¹⁷⁶

Em 1964 “o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil”¹⁷⁷ diz de um novo momento na história do Brasil. A truculência direcionada aos críticos do governo, o cerceamento da liberdade civil, as perseguições políticas, o arrocho salarial, o “milagre econômico”, as grandes obras de integração do país e o aparato militar constituíam a nova maquinaria de poder.

O governo militar, de forma rápida, desordenada e sem preparo para atender as novas e crescentes demandas sociais do país, alterou profundamente a estrutura social do Brasil. A industrialização, a consolidação do mercado interno, o aumento da produção e do consumo dos bens duráveis proporcionaram a construção de um mercado de massas e de uma crescente formação de classe trabalhadora. A industrialização aliada a um acelerado processo de urbanização provocou uma mobilidade social no país. Processos migratórios foram registrados em todo país. Do Nordeste em direção a Amazônia foi um deles.¹⁷⁸

¹⁷⁴ JANIO CONDECORA GUEVARA. **Folha de S. Paulo**. 20 de agosto de 1961. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_20ago1961.htm

¹⁷⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. O Brasil no mundo. In: In: **Modernização, Ditadura e Democracia 1964-2010**. Coordenação Daniel Aarão Reis. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

¹⁷⁶ A política externa independente foi inaugurada no governo de Jânio Quadros. Nesse primeiro momento o país adotou uma postura mais neutra e buscava a preservação da paz. No governo de João Goulart essa política ganhou novos contornos. A ênfase passou a ser a questão do desenvolvimento e o eixo norte-sul o norteador dos conflitos da política externa.

A política externa independente durante o governo João Goulart. https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_politica_externa_independente

¹⁷⁷ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

¹⁷⁸ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar. 2014.

Logo, os grandes problemas sociais eclodiram nas diversas áreas do Brasil. Habitação e saneamento precários. Formação de favelas nas áreas periféricas dos centros urbanos, o que provocou um grande desordenamento das metrópoles. Pobres urbanos cada vez mais jogados para as franjas dessas cidades. Exclusão e expulsão dessas pessoas das áreas visíveis das elites sociais, econômicas e políticas puderam ser sentidas em diversas partes do país. Paralelamente ao Brasil do progresso e da industrialização crescia também o Brasil da periferia, dos morros, das favelas e da pobreza urbana.¹⁷⁹

Na economia, segundo Klein e Vidal Luna, as turbulências e instabilidades eram sentidas desde o governo de Jânio Quadros. Com o golpe, os militares formularam um programa de estabilização e reformas apoiado no caráter autoritário imposto pelo novo governo. Ainda para os autores citados, o “milagre econômico” (1967-1973), por exemplo, “ocorreu na fase mais reacionária do regime militar. Não se admitiam críticas, nem as imparciais, que apontassem erros na política econômica.”¹⁸⁰

Os militares lançaram planos de desenvolvimento e modernização para o país que foram aplicados e vivenciados de formas distintas nas diversas regiões.¹⁸¹ Em Teresina, os discursos de modernização da cidade estavam em sintonia com os anúncios do governo militar. Os processos dessa modernização foram vividos com mais intensidade na década de 1970. Apontavam para uma mudança que seria grandiosa e transformaria a capital em uma cidade bonita, limpa, higienizada e moderna para apagar o estereótipo de pobreza e atraso que recaía sobre o estado do Piauí. Grandes obras públicas e privadas fizeram parte do plano de desenvolvimento da cidade. Abertura de ruas e avenidas, a construção do estádio de Futebol “O Albertão”, a reforma no palácio de Karnak – sede do governo do estado- foram símbolos dessa forma de entender o moderno. Apagar o velho e instalar o novo era narrativa comum

¹⁷⁹ ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira. **TERESINA (IN) DESEJADA E PULSANTE: Pobreza, Modernização e Memórias da capital na década De 1970.** Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

¹⁸⁰ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar. 2014.

¹⁸¹ ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar. 2014.

nos jornais que circularam em Teresina naquele momento. Práticas de controle do trabalho e disciplina dos corpos civis também tiveram ação forte na capital.¹⁸²

Na região amazônica do país, desde o final da década de 1960, o plano de desenvolvimento se deu pelos projetos de colonização de grandes áreas de terra a partir da iniciativa privada e com a coordenação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, provocando grandes fluxos migratórios para a região, principalmente de trabalhadores rurais saídos do Nordeste em busca de terra, trabalho e sobrevivência.¹⁸³ Nessa empreitada os se associaram a grandes empresas privadas, inclusive nas propagandas que circularam nos jornais.¹⁸⁴ Regina Beatriz Guimarães destaca o movimento do capital nesta região,

O sul do Pará e o Nordeste de Mato Grosso se tornam alvo do estabelecimento de agropecuárias, responsáveis pela demanda de mão de obra, predominantemente, não qualificada. Empresas que, tradicionalmente, são ligadas ao setor industrial e financeiro, como a Volkswagen, Bamerindus, Banco de Crédito Nacional-BCN, passam a investir na aquisição de terras e gado [...]¹⁸⁵

Em Pernambuco, a industrialização do estado, que significaria desenvolvimento e modernização, também se aproximava das propostas dos militares para o país. Este processo encontrou um estado de produção açucareira anunciada como formadora de identidade por pensadores como Gilberto Freyre. Os discursos definiam uma essência, fosse econômica, social, política ou cultural para a região.

¹⁸² Ver: FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira. *TERESINA (IN) DESEJADA E PULSANTE: Pobreza, Modernização e Memórias da capital na década De 1970.* Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

¹⁸³ Ver: PEREIRA, Airton dos Reis. *A LUTA PELA TERRA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ migrações, conflitos e violência no campo.* Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2013.

¹⁸⁴ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Amazônia, território em movimento: vidas precárias. *História Unisinos.* Vol 21. N 1. P.38-50, Janeiro/Abril 2017. Unisinos – doi: 10.4013/htu.2017.211.04.

¹⁸⁵ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Amazônia, território em movimento: vidas precárias. *História Unisinos.* Vol 21. N 1. P.38-50, Janeiro/Abril 2017. Unisinos – doi: 10.4013/htu.2017.211.04. p.43

Em meados da década de 1960, uma crise atingiu a agroindústria açucareira ¹⁸⁶ e foi discutida na imprensa juntamente com o processo de desenvolvimento pela industrialização moderna. Noticiava-se, em 1965, que a situação em Pernambuco era grave e poderia gerar uma média de 40 mil desempregados. ¹⁸⁷

A produção de açúcar havia enfrentado outras crises. Na maioria das vezes eram superadas com o apoio político e financeiro dos governos. A criação de políticas públicas, órgãos do governo, como o Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, e linhas de crédito salvavam os plantadores de açúcar e usineiros sem retornos na melhoria da produção ou nas condições de vida do trabalhador.

Em 1967, Ricardo Pessoa de Queiroz, presidente da cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, declarou que o açúcar ainda correspondia a 50 % da economia do estado naquele período. ¹⁸⁸ Recomendava-se a necessidade de união entre esse setor da economia e o Estado para superação do problema. Com o intuito de enfrentar a crise pela qual passava o setor, buscou-se apoio junto ao Presidente do Brasil, o Marechal Costa e Silva. O governo militar inclinou apoio a iniciativa privada no sentido de restabelecer a economia açucareira de Pernambuco. ¹⁸⁹

O cultivo exclusivo de um tipo de cana com maturação tardia, a forma de comercialização do produto, a descapitalização das empresas e engenhos, baixos índices de produtividade e técnicas rudimentares desenvolvidas nas lavouras eram apontadas como o gatilho da crise. Acreditava-se que de um modo geral, as usinas estavam bem equipadas, mas que não conseguiam suprir as outras deficiências encontradas ao longo do processo de produção do açúcar. ¹⁹⁰ Esses eram argumentos e justificativas da imprensa. A ineficiência e a crise não pareciam uma exceção, mas sim algo inerente ao setor, sua forma de agir e faturar.

Nos anos 1970, a imprensa falava da superação da crise que tomou forma na década anterior. A revista *Realidade* publicou:

¹⁸⁶ GOVÊRNO E EMPRESÁRIOS DEVEM SOMAR ESFORÇOS PARA SUPERAR A CRISE DO AÇUCAR. **Diário de Pernambuco**. 8 de dezembro de 1966. Primeiro caderno.p. 5

¹⁸⁷ COMO VAI O BRASIL. **Revista Manchete**. Rio de Janeiro.Nº 689. 1965. P.39

¹⁸⁸ NILO E EMPRESARIADO UNIDOS EM DEFESA DA AGRO-INDÚSTRIA AÇUCAREIRA DE PE. **Diário de Pernambuco**. 18 de abril de 1967. Primeiro caderno. P. 3

¹⁸⁹ AÇUCAR MARCHA PARA SOLUÇÕES CERTAS E DEFINITIVAS, DIZ ANTIÓGENES. **Diário de Pernambuco**. 18 de abril de 1967. Primeiro caderno. P. 3

¹⁹⁰ TÉCNICO DIZ QUE A DERROCADA DO AÇUCAR COMEÇOU EM 1940: MEIOS DE SUPERAR A CRISE. **Diário de Pernambuco**. 3 DE OUTUBRO DE 1965. PRIMEIRO CADERNO. P. 8

A retomada do açúcar pernambucano aos caminhos do desenvolvimento exigiu sacrifícios, visão empresarial, empenho em vencer condições adversas, inclusive o processo político subversivo deflagrado e sentido com intensidade ímpar em todo o Brasil, nos canaviais de Pernambuco; persistência em corrigir as distorções de imagem e levar ao País a verdadeira posição dessa economia e o que representa como a maior engajadora de mão de obra da região-cerca de 130 mil empregos diretos - como responsável pela quase totalidade da renda de 40 municípios¹⁹¹

A revista apresentava o que seriam novos tempos para Pernambuco e para o restante do país. A imprensa afirmava ter sido superado “o processo político subversivo” e o estado dirigia-se a caminho do desenvolvimento com o início do chamado “milagre econômico”.¹⁹²

Em meio a esse cenário de Guerra fria, golpe militar, projetos de modernização e crise na produção do açúcar, os representantes da Willys Overland avançaram com suas negociações para criar as condições favoráveis à construção da fábrica em Pernambuco.

3.3 O GENERAL CASTELLO BRANCO EM PERNAMBUCO

Poucos meses depois de assumir a Presidência da República, o General Castello Branco desembarcou em Pernambuco. A visita de junho de 1964 foi acompanhada e documentada por jornalistas do *Diário de Pernambuco*. A íntegra do discurso do Presidente, pronunciado na SUDENE, foi reproduzida na edição do jornal de 07 de junho.¹⁹³ O texto foi marcado pelo tom otimista, animador e justificado pelo que seria o início de uma nova Era. Para tanto, fez menção a fatos negativos do passado recente da região Nordeste para realçar as mudanças que estariam em processo.¹⁹⁴

Denunciava a ineficiência da gestão de Miguel Arraes, governador de Pernambuco deposto dois meses antes, bem como da SUDENE, que não havia conseguido, segundo o

¹⁹¹ O MAIOR ENGAJADOR DE MÃO DE OBRA. **Realidade**. Edição Nordeste. Novembro de 1972. Ano VII. Nº 80.

¹⁹² O MAIOR ENGAJADOR DE MÃO DE OBRA. **Realidade**. Edição Nordeste. Novembro de 1972. Ano VII. Nº 80.

¹⁹³ CASTELLO: NORDESTE É PRIORITÁRIO E SUDENE TERÁ TODO APOIO FINANCEIRO. **Diário de Pernambuco**, 07 de junho de 1964. Capa e Primeiro caderno. p. 08.

¹⁹⁴ O pronunciamento intitulado *Problemas do Nordeste* também está disponível no site da biblioteca da Presidência da República. No site: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1964-1/41.pdf/view>

Presidente, aplicar os recursos disponíveis para as ações de desenvolvimento da região. Era uma crítica direta à capacidade de ação da SUDENE, que, segundo Castello Branco, teria aplicado 17 bilhões de cruzeiros do total possível de 42 bilhões.¹⁹⁵ A crítica a SUDENE se estendia à figura de Celso Furtado e ao seu período como diretor da superintendência. Ele teve seus direitos políticos cassados logo após o golpe militar. Partiu para o exílio, retornando ao Brasil em 1968.¹⁹⁶

O Presidente também abordou a questão da terra. Anunciou que o seu governo preparava o “Estatuto da Terra” – lançado em novembro de 1964 – que estabeleceria regras para a reforma agrária. “Não seria um documento demagógico de subversão nem de ameaça aos que deram à terra, herdada ou adquirida, adequada utilização, tornando-a fonte de riqueza de progresso e de bem-estar.”¹⁹⁷

A maior parte do discurso foi no sentido de qualificar o Nordeste como a região mais problemática do Brasil e do continente, e por isso prioritária no planejamento estatal. Outra parte foi para apresentar as ações planejadas pelo governo. Castello Branco retomava a imagem de uma população pobre, castigada pela seca e incapaz de promover seu desenvolvimento. Precisava ser auxiliada por instituições do centro-sul do país e internacionais. Era necessário direcionar as mudanças e assim incorporar a região ao restante do Brasil. Segundo o presidente, “não é possível e não será possível, continuarem existindo, lado a lado, e habitado pela mesma gente, dois Brasis, um subdesenvolvido e outro em plena fase de enriquecimento”¹⁹⁸.

A solução apontada como imediata seria a industrialização da região. Não fez menção a presença das indústrias que existiam no Nordeste. O presidente invocava a ideia de Gilberto Freyre para dizer que a região era caracterizada pela “terra gorda e de ar oleoso que é o da cana de açúcar; e aquele que forma os sertões de areia seca rangendo debaixo dos pés.”¹⁹⁹ Qualificava o atraso, produzindo o esquecimento sobre as indústrias têxteis e usinas, existentes desde final do século XIX.

¹⁹⁵ CASTELLO: NORDESTE É PRIORITÁRIO E SUDENE TERÁ TODO APOIO FINANCEIRO. **Diário de Pernambuco**, 07 de junho de 1964. Primeiro caderno. P. 08.

¹⁹⁶ <http://www.sudene.gov.br/quem-foi-celso-furtado>

<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/celso-furtado/>

¹⁹⁷ CASTELLO: NORDESTE É PRIORITÁRIO E SUDENE TERÁ TODO APOIO FINANCEIRO. **Diário de Pernambuco**, 07 de junho de 1964. Capa.

¹⁹⁸ CASTELLO: NORDESTE É PRIORITÁRIO E SUDENE TERÁ TODO APOIO FINANCEIRO. **Diário de Pernambuco**, 07 de junho de 1964. Primeiro caderno. P. 08.

¹⁹⁹ CASTELLO: NORDESTE É PRIORITÁRIO E SUDENE TERÁ TODO APOIO FINANCEIRO. **Diário de Pernambuco**, 07 de junho de 1964. Capa.

Os termos utilizados por Castello Branco para a definição do Nordeste foram os mesmo usados por Gilberto Freyre. Apesar de aparecerem no jornal transcrito entre aspas, não há qualquer referência ao sociólogo no discurso. No livro *Nordeste: Aspectos da Influência da Cana Sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*, publicado em 1937, Gilberto Freyre utilizou as expressões “terra gorda e ar oleoso” para definir a região da cana-de-açúcar e “areia seca rangendo debaixo dos pés” para representar o espaço do sertão.²⁰⁰

Gilberto Freyre acompanhou o Presidente em diversos momentos daquela visita a Pernambuco. Apareceu em fotografias junto ao General no palanque montado para que pudessem assistir ao desfile das tropas do exército, marinha e aeronáutica, na Avenida Guararapes, no centro do Recife.²⁰¹ Ficou registrado no jornal que Freyre permaneceu ao lado do General “com quem palestrou longamente, no palanque.”²⁰² Depois estive no almoço oferecido pelo governador Paulo Guerra ao visitante. Teria Gilberto Freyre participado da produção do discurso lido por Castello Branco no último dia de sua visita? Haveria o presidente lido o livro *Nordeste* e por isso invocado a referência do sociólogo? Não sabemos. Mas, deve-se registrar que diversos documentos da época atestam uma relação próxima entre Castello Branco e Gilberto Freyre.²⁰³ Sobre a visita, Freyre declarou à imprensa que “Pernambuco recebe com tão ilustre acontecimento e novo e decisivo alento para o seu desenvolvimento e progresso.”²⁰⁴

Ainda em seu discurso na SUDENE, Castello Branco anunciou que o novo governo “revolucionaria” o futuro dessa população. Investiria em produção e distribuição de energia elétrica e construção de estradas, fundamentais para o processo de industrialização. A

²⁰⁰ FREYRE, Gilberto. **Nordeste: Aspectos da Influência da Cana Sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

²⁰¹ O PRESIDENTE E O DESFILE. **Diário de Pernambuco**, 06 de junho de 1964. Capa.

²⁰² CASTELLO RECEBEU CONSAGRADA MANIFESTAÇÃO. *Diário de Pernambuco*, 06 de junho de 1964.P.9

²⁰³ Em 1963, Castello Branco, comandante do IV Exército sediado em Recife, participou de um seminário sobre reforma agrária promovido pelo Instituto Joaquim Nabuco. Provavelmente, foi o “Seminário Sobre Reforma Agrária na Zona Canavieira de Pernambuco, maio 1963. Conferencistas: Francisco Julião, Padre Melo, Caio Amorim Pontual e Gustavo Colaço Dias”. O Instituto foi uma criação de Gilberto Freyre, enquanto deputado Federal em 1946. Talvez, Castello Branco e Gilberto Freyre tenham se encontrado durante o seminário. Pode ser um indício que os dois já se conheciam. Ver: BRUNO, Regina; CARVALHO, Abdias Vilar de. *Entrevista: José Gomes Da Silva. Estudos Sociedade Agricultura*, 6, julho 1996: 36-48.

GASPAR, Lúcia; BARBOSA, Virgínia. (orgs) **Fundação Joaquim Nabuco 60 Anos: Fontes Para A Sua História, 1949-2009**. Fundação Joaquim Nabuco. 2009. Disponível em:

https://www.fundaj.gov.br/images/stories/biblioteca/inventarios/Fundaj_60_ANOS_15_julho_2009.pdf

http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=272&Itemid=1

²⁰⁴ GILBERTO FREYRE: DECISIVO ALENTO PARA PERNAMBUCO. **Diário de Pernambuco**, 06 de junho de 1964. Capa.

SUDENE era fundamental para o projeto, junto com os recursos do governo federal e da Aliança para o Progresso.

Em crítica a atuação da SUDENE até 1963, Castello Branco afirmou que o governo dos EUA havia disponibilizado 37 milhões de dólares para serem investidos na região, sendo, entretanto, aplicados apenas 2,6 milhões de dólares, pois “segundo a própria confissão da SUDENE, faltaram aos órgãos executores, especialmente ligados às administrações estaduais, condições para tornarem efetivos os convênios realizados.”²⁰⁵

À reunião ocorrida no dia 06 de junho na sede da SUDENE, além do presidente, se fizeram presentes os governadores de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte. Na ocasião foi assinado um novo convênio entre a Superintendência e a Aliança para o Progresso, representada por Jack Kubish.

A visita do presidente Castello Branco a Pernambuco também foi registrada pelo Cônsul-Geral do EUA Edward J. Rowell. As análises e as informações de Rowell foram enviadas ao Departamento de Estado norte-americano via *Airgram*, datado de 11 de junho de 1964 e assinado por Rowell. O Cônsul iniciou seu relatório informando que estava “inteiramente preocupado” com a visita do Presidente do Brasil nos dias 5 e 6 de junho a Recife. Passou, então, a descrever os acontecimentos, destacando a Parada Militar que recebeu o governante e a concessão dos títulos de cidadão recifense e pernambucano ao General. O diplomata ficou impressionado com o que classificou como a “seriedade, pensamento claro e firmeza do novo mandatário do país.”²⁰⁶

Assim como informado na imprensa, a Aliança para o Progresso foi um dos pontos de pauta da visita do Presidente. Segundo o Cônsul-Geral norte-americano, Castello Branco teria “endossado calorosamente a Aliança para o Progresso.”²⁰⁷ Na reunião com o Conselho da SUDENE, dia 6 de junho de 1964, o representante do governo dos Estados Unidos era Jack Kubish, o responsável pela USAID, órgão que aplicaria os recursos financeiros oriundos da Aliança para o Progresso. Na ocasião, de acordo com o relatório do Cônsul Edward Rowell, foi assinado um empréstimo de 15 milhões de dólares para a construção ou melhorias de 400 quilômetros de estradas pavimentadas no Nordeste do Brasil. Em outro trecho do seu texto, E. Rowell informou a assinatura de outro acordo entre a SUDENE e a USAID para a concessão

²⁰⁵ CASTELLO: NORDESTE É PRIORITÁRIO E SUDENE TERÁ TODO APOIO FINANCEIRO. *Diário de Pernambuco*, 07 de junho de 1964. Primeiro caderno. p.08.

²⁰⁶DEPARTMENT OF STATE, AIRGRAM. A-184. CONFIDENCIAL. 11 de junho de 1964.p. 01.

²⁰⁷DEPARTMENT OF STATE, AIRGRAM. A-184. CONFIDENCIAL. 11 de junho de 1964p. 02.

de 215 milhões de dólares que deveriam ser aplicados nas perfurações de poços de água na região.

Não foram especificados os termos em que se dariam essas concessões. Sabe-se, contudo, que o governador de Miguel Arraes, em 1963, logo após sua posse, criou um Grupo de Trabalho para investigar os termos dos acordos da USAID / Aliança para o Progresso com o estado em Pernambuco. O relatório final foi apresentado em 1º de maio de 1963 e publicado em formato de livro de bolso pela Editora Brasiliense.²⁰⁸ Nas recomendações finais, o Grupo de Trabalho, presidido pelo professor Germano Coelho, destacou que um dos principais problemas da celebração e execução dos acordos referia-se ao risco à soberania nacional. Alertava-se que os tratados firmados diretamente entre a USAID e as unidades federativas do Brasil, como Pernambuco, feriam o princípio constitucional pelo qual ficava restrito à União estabelecer acordos com outros Estados Nacionais.

A soberania também estava ameaçada, segundo o relatório, pois os órgãos administrativos do Estado de Pernambuco estavam alienados para as ações da Aliança para o Progresso e comandados por representantes de entidades norte americanas. Ressaltava-se, então, “o uso indiscriminado e dirigido, com objetivos políticos, de vultosos recursos por parte de órgãos de governo norte-americano – a USAID/Brazil - sem qualquer controle do governo brasileiro, subordinando às diretrizes do Departamento de Estado a política econômica e administrativa de alguns governos locais”²⁰⁹. Talvez pela ação desse Grupo de Trabalho e as novas diretrizes adotadas pelo governador Miguel Arraes, em 1963, que criaram obstáculos às atividades dos representantes da USAID, o Presidente Castello Branco, em seu discurso de junho de 1964, falou das dificuldades de aplicação dos recursos dispostos pela Aliança para o Progresso. Para o presidente, era uma incapacidade do então governo.

Ainda segundo o *Airgram A-184* enviado pelo Cônsul dos Estados Unidos para o Departamento de Estado, o representante da USAID na reunião com Castello Branco, na SUDENE, em 1964, Jack Kubish, classificou aquele momento como “um importante passo... para a fase de decolagem da ajuda em grande escala pelos Estados Unidos para esta região do Brasil e nos dá a oportunidade de retomar nosso apoio especial ao desenvolvimento econômico da região.”²¹⁰ Para Jack Kubish, os últimos dois meses podiam ser definidos como “o bom começo”. Ele se referia, exatamente, ao período de tempo entre o início do golpe militar, em março de 1964, e a reunião na SUDENE em 06 de junho.

²⁰⁸ “**Aliança para o Progresso**”: Resultado de Inquérito. São Paulo: Ed. Brasiliense de Bolso, 1963.

²⁰⁹ “**Aliança para o Progresso**”: Resultado de Inquérito. São Paulo: Ed. Brasiliense de Bolso, 1963.P. 80.

²¹⁰ DEPARTMENT OF STATE, **AIRGRAM**. A-184. CONFIDENCIAL. 11 de junho de 1964.p. 04.

Parece que os representantes da USAID / Aliança para o Progresso voltaram a ditar as diretrizes na aplicação dos recursos do programa pelos órgãos administrativos brasileiros com a chancela do Presidente da República. Definiram-se as áreas prioritárias para os investimentos e suas formas de ação. Nesse caso, o item de infra-estrutura escolhido, para receber recursos, foi as estradas do Nordeste, como citado na reportagem do *Diario de Pernambuco* que registrou a visita de Castello Branco. Se havia novas estradas, deveria existir mais veículos. No mesmo relatório de Edward Rowell, seu último item dizia respeito à construção da Fábrica de automóveis Willys em Recife. Não está explícito no texto se esse assunto foi abordado na reunião da SUDENE. Mas há rastros para pensarmos que sim. Anunciava o Cônsul-Geral ao Departamento de Estado norte-americano que a fábrica seria montada em Recife e iniciaria sua operação nos primeiros meses do ano de 1966. Havia três lotes de “100 acres em diferentes localizações suburbanas de Recife” ²¹¹ para serem escolhidos. Dois anos depois daquela reunião na SUDENE, a Willys Overland do Brasil foi inaugurada em Jaboatão, com financiamento da SUDENE.

3.4 TRAMAS POLÍTICAS

As tramas políticas e econômicas registradas nos jornais, desde o final da década de 1950, sobre a instalação da WOB em Pernambuco, e a visita de Castello Branco, demonstrando apoio à construção da filial da fábrica norte americana no estado, cederam espaço para as reportagens sobre as disputas entre as prefeituras, de Olinda, Recife e Jaboatão, pelo direito de receber o empreendimento. A partir de 1964, os jornais passaram a noticiar as ações políticas dos municípios interessados em receber a instalação da fábrica Willys.

É preciso destacar, contudo, que o Deputado Lamartine Távora, representante de Caruaru no Congresso Nacional, havia manifestado em 1961 o desejo da Willys Overland construir a fábrica no município.

Em 19 de agosto de 1961, o pronunciamento destacou a importância da cidade de Caruaru na conjuntura econômica pernambucana. A cidade apresentava um comércio sólido e um parque industrial com cerca de 200 fábricas e isso assegurava a contribuição da cidade para o desenvolvimento do estado.

²¹¹DEPARTMENT OF STATE, **AIRGRAM**. A-184. CONFIDENCIAL. 11 de junho de 1964.p. 06.

Caruaru centraliza em torno de cerca de 20 outros municípios, onde vive uma população de cerca de 500 mil habitantes. Seu nível cultural é dos mais importantes do Brasil, possuindo três escolas superiores, ótimos colégios, além de grandes figuras das letras nacionais, sendo a única cidade brasileira que tem a honra de possuir três filhos eminentes na Academia Brasileira de Letras.²¹²

De início, Lamartini Távora situou a importância econômica de Caruaru para a região. O seu argumento seguiu apontando a cidade como de grande destaque no cenário cultural do país. Ressaltou que eram de Caruaru os acadêmicos da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Athayde e Álvaro Lins.²¹³

Na sequência do discurso, o deputado disse que,

Esse preâmbulo, Sr. Presidente, o fiz para focalizar um assunto que diz bem de perto ao anseio de progresso da gente caruareense, qual seja a da localização na grande cidade nordestina de uma fábrica da Willys Overland do Brasil, destinada a fabricar ou montar jeeps, camionetas, pic-ups, tão necessários ao progresso regional.²¹⁴

Lamartini Távora destacou quatro pontos para justificar a construção da Willys em Caruaru. O primeiro afirmava ser Caruaru um poderoso centro consumidor. O segundo consistia em possuir uma completa rede de comunicação entre todas as regiões do estado e fora dele, destacando a rodovia Rio-Bahia. O terceiro ponto dizia que o salário mínimo da região era de segunda categoria “o que no custo industrial da produção servirá de elemento fundamental para desonerar os produtos manufaturados.”²¹⁵ O quarto ponto enfatizava a alta capacidade técnica e a habilidade inata do operário caruaruense. Lamartini sabia que no jogo da industrialização era fundamental ter mão de obra disponível e barata.

A falta de mais documentos que informem sobre esse pleito de Caruaru para sediar a fábrica Willys de Pernambuco não permitiu avançar nas análises. Porém, entre o discurso do

²¹² DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Estados Unidos do Brasil. 19 de agosto de 1961. Ano XVI. Nº 139. Seção I. p.5923. Biblioteca do Supremo Tribunal Federal.

²¹³ O deputado faz referência a três caruaruenses pertencentes a Academia Brasileira de Letras. No site oficial da academia só foi possível localizar o nome de dois deles, Austregésilo de Athayde e Álvaro Lins. Ver: <http://www.academia.org.br/>

²¹⁴ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Estados Unidos do Brasil. 19 de agosto de 1961. Ano XVI. Nº 139. Seção I. p.5923. Biblioteca do Supremo Tribunal Federal.

²¹⁵ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Estados Unidos do Brasil. 19 de agosto de 1961. Ano XVI. Nº 139. Seção I. p.5923. Biblioteca do Supremo Tribunal Federal.

deputado Lamartine Távora, no ano de 1961, e a visita de Castello Branco a Recife, em 1964, ficou decidido que a fábrica seria construída até 100 km de distância do Recife. Ora, Caruaru está localizada a 160 km do Recife, o que indica o critério utilizado para a exclusão na disputa pela construção da fábrica.

Assim, seguindo na concorrência para a construção da filial da WOB, após 1964, estavam Olinda, Jaboatão e Recife.

Em maio de 1964 o então vereador do Recife, Newton Carneiro, sugeriu a prefeitura que doasse a Willys parte de um terreno e lhe oferecesse isenções fiscais para que a fábrica e residências populares para seus trabalhadores fossem construídas na cidade.²¹⁶

Em novembro do mesmo ano, o jornalista Samir Abou Hana escreveu no *Diario de Pernambuco* sobre o interesse da Prefeitura Municipal de Olinda em receber as instalações da fábrica, pois a cidade já contava com uma distribuidora autorizada dos carros da Willys. Em agosto, o Prefeito de Olinda, Eufrásio Barbosa, já havia encaminhado um ofício à empresa, no qual apresentava uma série de vantagens para que a instalação ocorresse em Olinda. O ofício oferecia

Isenção do Imposto de Transmissão Inter-Vivos sôbre quaisquer bens imóveis adquiridos por essa Empresa e necessários à construção, nesta cidade, da linha de montagem, e, bem assim, doação parcial do terreno para a mesma finalidade. Certos do acolhimento desta nossa sugestão, aqui estaremos sempre à disposição de VV.SS., para quaisquer entendimentos que possam sustentar êste vínculo de mutua compreensão existente entre o Prefeito do Município de Olinda e a Willys Overland do Brasil.²¹⁷

O jornalista Samir Abou Hana afirmava ainda que o Prefeito Eufrásio Barbosa se dispusera a pagar metade do terreno e oferecera cinco anos de isenção do Imposto de Transmissão Inter-Vivo.²¹⁸ Um dos principais interesse da prefeitura de Olinda em receber a fábrica advinha do considerável aumento da arrecadação de impostos para o município, além

²¹⁶ TERRENO DA PREFEITURA PARA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA. *Diario de Pernambuco*. 21 de maio. Primeiro caderno. 1964

²¹⁷ O CASO DA WILLYS – DEFESA DO PREFEITO. *Diario de Pernambuco*. 25 de novembro de 1964. Segundo caderno.

²¹⁸ Imposto de Transmissão Inter-Vivo é um imposto cobrado pelos municípios em todas as “transações imobiliárias que acontecem entre pessoas (físicas ou jurídicas) relativas a imóveis ou na cessão dos direitos deles decorrente”. Disponível em: <http://www.nvalores.com.br/itbi>

do grande número de empregos para a população da cidade. A prefeitura arrecadava com a distribuidora de veículos cerca de 10 milhões de cruzeiros por mês.²¹⁹

O prefeito afirmou ainda que,

Porquanto todos os olindenses sabem das minhas intenções para industrializar Olinda. O que senti foi a ação de forças estranhas, com dedo político, a influir nas altas esferas da administração da Willys. No sentido de que a sua linha de montagem não se localizasse neste município. Grupos políticos influentes em sabotar minha administração.²²⁰

A entrevista do prefeito de Olinda oferece indicativos da disputa política em torno da instalação da Willys. Insinuava-se a intenção de sabotagem da administração municipal. Tal argumento o colocava na condição de vítima e angariava algum capital político para si. Mas falou também da ação de “grupos políticos influentes”, indicando que o fato provavelmente excedia uma concorrência entre municípios.

É difícil precisar, mas podemos apontar alguns fatores que influenciaram a escolha por Jaboatão. Contudo, com o apoio do governador Paulo Guerra,²²¹ da SUDENE, do CODEPE, da Aliança para o Progresso e da Prefeitura Municipal de Jaboatão a construção da fábrica de carros começou em 1965. A propaganda da Willys apareceu nos jornais em forma de convite, “aos amigos da Willys no norte/nordeste” para que fizessem parte do lançamento da pedra fundamental em Jaboatão no dia 8 de janeiro de 1965.

Circularam também discursos de críticas a escolha do local exatamente por ser uma região de “agudo problema social”

Comentário geral sobre a instalação de uma fábrica da Willys em Jaboatão, Pernambuco: o local foi mal escolhido, pois a zona é aquela em que é mais agudo o problema social. Quando surgir qualquer questão de atrito, de sensibilidade nacionalista, vão voltar-se contra a Willys, embora injustificadamente, as iras dos governantes e do povo da região. A Willys está fazendo a festa na bôca do leão (do norte)²²²

²¹⁹ Essa informação foi retirada de: PROVENTO DE PROFESSORAS - SEMANAIS DO ROTARY. **Diário de Pernambuco**. 3 de dezembro de 1964. Segundo caderno.

²²⁰ O CASO DA WILLYS – DEFESA DO PREFEITO. **Diário de Pernambuco**. 25 de novembro de 1964. Segundo caderno.

²²¹ Paulo Guerra foi eleito como vice-governador na chapa de Miguel Arraes em 1962. Em 1964 com o golpe civil-militar e a prisão do governador, Paulo Guerra assumiu o governo de Pernambuco.

²²² PERISCÓPIO. **Diário de Notícias (RJ)**. 14 de fevereiro de 1965. P.7. Primeira seção.

As mobilizações dos trabalhadores e as agitações políticas na região foram usadas, desse modo, com o argumento para aprovar e reprovar o local selecionado.

Entre fatores técnicos, a escolha foi firmada no município de Jaboatão devido à:

Localização da área conveniente em município próximo ao pôrto do Recife, com conseqüente disponibilidade do transporte marítimo, coadjuvado pelos sistemas ferroviário e rodoviário. A fábrica situa-se também em condições geográficas vantajosas para a rápida entrega dos veículos produzidos ao mercado a ser por ela abastecido. A disponibilidade de energia elétrica, num total anual de 6.912 KWH previstos, será fornecido pela Companhia Hidro-Elétrica de São Francisco, e o fato de o rio Jaboatão passar pelos fundos do terreno garantindo- juntamente com os poços artesianos planejados- o fornecimento de 48.000 metros cúbicos de água anualmente, influíram sensivelmente na escolha daquela região.²²³

Vários indícios apontam para o interesse da Willys em construir sua fábrica em Jaboatão. As condições geográficas, águas do rio Jaboatão, energia elétrica, poços artesianos, empenho político do governador Paulo Guerra, as agitações sociais - que para o *Diario de Noticias do Rio de Janeiro* isso era um problema -, ou se pelo interesse “patriótico” em desenvolver e modernizar a região. Várias forças concorreram para que Jaboatão fosse escolhida. São rastros que aparecem nos documentos. Entretanto, é importante afirmarmos que a instalação da fábrica foi ponto de disputa política e de debates que contaram com a participação de autoridades nacionais, talvez o próprio Presidente da República Castello Branco, e dos Estados Unidos.

²²³ WILLYS PROMOVE INDUSTRIALIZAÇÃO DO NORDESTE. *Diario de Notícias(RJ)*. 21 de fevereiro de 1965. P.6. Sexta seção.

4. JABOATÃO: CIDADE FABRIL

Jaboatão foi escolhida. A cidade cortada pelo Rio Jaboatão, limitada pela faixa litorânea das praias de Candeias e Piedade e marcada pelos prédios históricos localizados no centro foi eleita pela Willys para a construção da fábrica. O local ficava longe da movimentação comercial e dos seus habitantes. Foi construída na BR 101, no distrito de Prazeres.

4.1 WILLYS: OS DISCURSOS E AS PROPAGANDAS

A Willys Overland do Brasil começou a se divulgar nos jornais de Pernambuco antes mesmo das especulações de jornalistas ou de negociações de representantes do estado e da empresa sobre a sua instalação em Jaboatão. Não raro, encontramos propagandas com imagens dos jipes e anúncios dos carros à venda. Além dos carros Willys, que andavam pelas ruas das cidades pernambucanas, o nome e os discursos imagéticos da fábrica passariam a ser espalhados entre aqueles que tinham acesso aos jornais.

Nesse momento faremos o recorte temporal da primeira metade da década de 1960, exatamente para entendermos algumas formas de apresentação adotadas pela Willys antes da inauguração da sua filial em Pernambuco.²²⁴

No Jornal *A Última Hora*, por exemplo, data do dia 15 de junho de 1962 a primeira referência (localizada por esta pesquisadora) feita a Willys.²²⁵ No *Diário de Pernambuco*, a Willys Overland do Brasil apareceu em matéria quase de página inteira no sexto dia do mês de janeiro de 1960.²²⁶ Era a saudação de representantes da fábrica para o ano de 1960. Dizia:

1960 se inicia, é o Ano do futuro do Brasil. O ano da completa, total integração do Brasil entre as nações mais felizes e prosperas do mundo. Por isso saúdam-nos os brasileiros, confiantes e alegres, à abertura de novos horizontes, saindo o país do sub-desenvolvimento para uma pátria emancipada e respeitada. [...] Ano da indústria automobilística, atingindo seu maior índice de nacionalização. [...] Ano da Operação Nordeste, fixando

²²⁴ Na década de 1950, localizamos três jornais pernambucanos que trazem alguma referência a Willys Overland: *Jornal Pequeno*, *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*. Os dois primeiros podem ser acessados pela plataforma online da Biblioteca Nacional.

²²⁵ ROTEIRO, CANAL 2. **Jornal A Última Hora**. 15 de junho de 1962.p.6

²²⁶ SAUDAMOS EM 1960 O ANO DO PROGRESSO BRASILEIRO. **Diário de Pernambuco**. 6 de janeiro de 1960.p.9

rumos novos, dias de recuperação de uma grande faixa do território nacional.
227

Na citação acima optamos por destacar questões como a integração do Brasil, os brasileiros confiantes e alegres, 1960 como sendo o ano da indústria automobilística e o ano no qual a Operação Nordeste recuperaria a faixa de território nacional que correspondia ao nordeste brasileiro. Que recuperação era essa? Provavelmente, a propaganda da Willys fazia uma alusão ao cenário de pobreza, fome e seca do Nordeste noticiado nos jornais no final dos anos de 1950 e a necessidade de mudança. Nesse caso, é interessante salientarmos a referência da propaganda à Operação Nordeste, um projeto criado por Celso Furtado em 1959 para o desenvolvimento do Nordeste. Um dos principais objetivos do projeto era a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Para o historiador Pablo Porfírio, a Operação Nordeste foi pensada para intervir e mudar o cenário de pobreza no qual o Nordeste se encontrava.²²⁸

É possível dizermos que a matéria de 1960, cujo título era *saudamos 1960, ano do progresso brasileiro*, foi publicada dentro de um padrão ou lógica discursiva da WOB. A fábrica como sinônimo de progresso, os brasileiros (trabalhadores) felizes e a integração da nação eram elementos sempre presentes. Era o “trabalho, ordem e progresso” defendido pelos diretores da fábrica.

As pesquisas sobre a Willys em Pernambuco indicam que a propaganda televisiva também foi utilizada pela empresa como forma de se fazer presente para o seu mercado consumidor e para o que seria, anos mais tarde, a sua força de trabalho. Na década de 1960, quem tinha acesso a um aparelho televisor em casa? Para quem a propaganda era direcionada? Logo mais traremos dados que nos permitem analisar essas questões.

²²⁷ SAUDAMOS EM 1960 O ANO DO PROGRESSO BRASILEIRO. **Diário de Pernambuco**. 6 de janeiro de 1960.p.9

²²⁸ PORFÍRIO, Pablo. **Medo, Comunismo e Revolução**. Recife: Editora. da UFPE. 2009.

ver também:

GUIMEIRO, Rafael. O Nordeste em dois tempos: a “Operação Nordeste” e a Política de Desenvolvimento Regional do Governo Lula. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Disponível em:

https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36674/1/S2014151_pt.pdf

CABRAL, Renan. 1959. DAS IDEIAS À AÇÃO, A SUDENE DE CELSO FURTADO – OPORTUNIDADE HISTÓRICA E RESISTÊNCIA CONSERVADORA. Cadernos do Desenvolvimento vol. 6 (8), maio de 2011. Disponível em:

http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109201209490.CD8_0_018.pdf

RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 24 /2004. FGV-EAESP/GVPESQUISA. Disponível em:

https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3052/P00290_1.pdf

Segundo registros da imprensa, foi na noite de sexta feira, dia 22 de janeiro de 1965, que a Willys Overland do Brasil estreou na televisão pernambucana. Como patrocinadora da exibição filmes e, eventualmente, por meio da transmissão de algum pronunciamento do diretor nacional da fábrica. O horário televisivo ganhou o nome de “Show Willys 65”. No ano de 1966 também é possível localizar nos jornais os anúncios das exibições de filmes já com o nome de “Show Willys 66”.

O registro feito no *Diario de Pernambuco* anunciava a primeira exibição patrocinada pela Willys. Era o filme *Só por uma noite*.²²⁹ Transmitido pelo *Canal 2, da TV Jornal do Comercio*.²³⁰ As películas iniciavam no horário entre 21h00min e 22h00min, nas sextas-feiras. Eram anunciadas no *Diario de Pernambuco*, junto com a programação do canal de televisão.²³¹ Localizamos neste período, anos de 1965 e 1966, o anúncio da exibição de cerca de 50 filmes.²³² Foi em 4 de fevereiro de 1966 que o Show Willys fez seu ultimo anúncio no *Diario de Pernambuco*.²³³

A propaganda da Willys nas matérias dos jornais e como patrocinadora da exibição de filmes na televisão alcançava um público específico da população em Pernambuco na década de 1960. Para pensarmos nesse grupo que consumia esses filmes e que potencialmente consumia as suas propagandas, recorremos a dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Entendemos que os discursos são dinâmicos, e nesse sentido aqueles produzidos para um público específico podiam circular em outros setores sociais. De todo modo, a Willys se fazia presente no cotidiano e na dinâmica de consumo do estado.

²²⁹ TV JORNAL DO COMMERCIO- CANAL 2. **Diario de Pernambuco**. 22 de janeiro de 1965. sem número de página.

²³⁰ As primeiras emissoras de televisão do Recife surgiram na década de 1960. Vale ressaltar que foi em meados do ano de 1960 que Recife passou a contar com duas emissoras de televisão. Tv Tupi Recife, canal 6, pertencente ao grupo dos Diários associados e Tv Jornal do Comercio, canal 2, do grupo F. pessoa de Queiroz. Ver: LINS, Aline Maria Grego. A TV JORNAL E OS ANOS 60: GLÓRIAS E CRISES DE UMA EMISSORA LOCAL In: II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. UFRGS. Florianópolis, de 15 a 17 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/2o-encontro-2004-1>, acesso em 16/07/2018

²³¹ Cabe ressaltar que foi no Censo demográfico da década de 1960 que o aparelho de televisão passou a fazer parte da investigação e coleta de dados do IBGE. Naquele momento foram investigadas características das Pessoas, das Famílias e dos Domicílios. A televisão fazia parte do último ponto citado, analisando as utilidades domésticas. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t6_pe.pdf

²³² Filmes noticiados nos jornais: *Só por uma noite*; *O laço do carrasco*; *Cêdo demais para morrer*; *Crepúsculo de uma paixão*; *Jejum de amor*; *Joguete da morte*; *Tokyo Joe*; *Fôrça diabólica*; *Resgate de Sangue*; *Reconciliação*; *Os invencíveis*; *Labirintos da Justiça*, *Ilha dos Ressuscitados*; *A precursora*; *O crime não compensa*; *Ódio sangrento*.

No dia 25 de março de 1965, além do filme seria exibida também uma entrevista com o diretor da Willys sobre *O problema dos preços dos automóveis*.

²³³ TV JORNAL DO COMMERCIO- CANAL 2. **Diario de Pernambuco**. 04 de fevereiro de 1966. sem número de página.

Segundo dados levantados pelo IBGE, no censo demográfico da década de 1960 em Pernambuco, de um total de 807.894 domicílios particulares apenas cerca de 0,97% tinham televisão em casa. Esse percentual correspondia a 7.867 domicílios em todo o estado. Os dados nos permitem ainda ressaltar que desse total, 7.613 faziam parte do quadro urbano e suburbano e os outros 253 domicílios estavam localizado na zona rural do estado.

Tomamos também o rádio como objeto de análise. Para esse caso, os números levantados pelo censo da década de 1960 indicava que era um meio de comunicação mais “popular” e alcançava um número muito maior de pessoas. O aparelho de rádio estava presente em 152.343 domicílios, sendo 139.707 do quadro urbano e suburbano e 12.638 do quadro rural do estado.

Por domicílios entende-se “locais de moradia, estruturalmente independentes, formados por um ou mais cômodos”²³⁴. A população urbana e rural:

Considerou-se população urbana a recenseada nas cidades e vilas (quadros urbanos e suburbanos); a população rural constitui-se da recenseada fora dos limites das cidades e vilas. [...] Como quadros urbanos e suburbano entendem-se áreas correspondentes às cidades (sedes municipais) ou às vilas (sedes distritais).²³⁵

Para fins de comparação, a tabela seguinte traz dados sobre o censo demográfico da década de 1970.

²³⁴ CENSO DEMOGRÁFICO 1960. VII Recenseamento Geral Do Brasil, Série Regional, Pernambuco. Volume I - Tomo VI. Fundação Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística, Departamento de Estatísticas de População. P.XIX

²³⁵ CENSO DEMOGRÁFICO 1960. VII Recenseamento Geral Do Brasil, Série Regional, Pernambuco. Volume I - Tomo VI. Fundação Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística, Departamento de Estatísticas de População. P. XI

Tabela 1- Dados do censo demográfico da década de 1970

Instalações e utilidades existentes	Microrregião de Recife	Total de todo estado
Televisão	91.396	109.039
Automóveis	28.377	40.394

Fonte: IBGE.²³⁶

Tabela 2 - Dados do censo demográfico da década de 1970

Instalações e utilidades existentes	Recife	Olinda	Jaboatão	Total da microrregião de Recife
Televisão	71.826	10.084	5.523	91.396
Automóveis	23.359	2.766	1.168	28.377

Fonte: IBGE.²³⁷

O primeiro ponto a ser observado nas tabelas 1 e 2 é o número de domicílios no estado de Pernambuco que tinham acesso a televisão. A tabela 1 traz dados da microrregião do Recife e o total do estado. Na segunda tabela, optamos por destacar Recife, Olinda e Jaboatão como os maiores consumidores da microrregião do Recife.

Entre a década de 1960 e 1970 cresceu exponencialmente o número de aparelhos televisores nos domicílios em Pernambuco. De 7.867 televisões em todo o estado, na década seguinte o número era de 109.039 televisões em todo estado. Os dados nos ajudam, então, a pensar no alcance que as propagandas televisivas da Willys conseguiram entre o ano de 1965 e 1966, ano de exibição do Show Willys. Uma propaganda direcionada. Pensada e lançada para os que podiam consumir seus carros.

²³⁶ CENSO DEMOGRÁFICO 1970. VIII Recenseamento Geral, Série Regional, Pernambuco. Volume I - Tomo X. Fundação IBGE - Instituto Brasileiro de Estatística, Departamento de censos.

²³⁷ CENSO DEMOGRÁFICO 1970. VIII Recenseamento Geral, Série Regional, Pernambuco. Volume I - Tomo X. Fundação IBGE - Instituto Brasileiro de Estatística, Departamento de censos.

O segundo ponto de destaque, nas tabelas 1 e 2, é o início do recenseamento dos automóveis do estado na década de 1970. Exatamente na década seguinte a inauguração da primeira fábrica de automóveis no estado. Nesse recenseamento apenas os carros particulares passaram a ser contados e apareceram na sessão de Instalações e utilidades existentes.²³⁸ Os dados dos censos demográficos dos anos de 1960 e 1970 dão indicativos do poder econômico dos espectadores. Quem tinha poder aquisitivo para comprar uma televisão? E um carro Willys? Esses dados falam do público que a Willys investiu para se fazer presente no seu cotidiano.

Importante ressaltar que as formas de apresentação da Willys, materializadas nas propagandas e anúncios de jornal e nos filmes patrocinados na televisão seguiram uma linha de ação de ressaltar o trabalho, o interesse no Nordeste do Brasil e nesse caso, levar cultura a seus consumidores e sua futura mão de obra.

4.2 A WILLYS VAI FABRICAR CARROS EM JABOATÃO

O Show Willys 65 foi lançado em janeiro de 1965. Um mês depois de patrocinar a exibição de filmes na televisão e em meio a toda a teia de disputas políticas e econômicas, envolvendo empresários e políticos do estado, a Willys lançou a pedra fundamental de construção da fábrica de Jaboatão, em 8 de fevereiro de 1965.²³⁹

A solenidade de lançamento contou com um ato simbólico de empilhar alguns tijolos e com a presença de políticos e empresários. A propaganda do início das obras foi publicada no *Diario de Pernambuco*, de 07 de fevereiro de 1965. Havia uma ação coordenada de publicizar a chegada da nova fábrica em Pernambuco. Propagandas na televisão e jornal local, fotografias, e discursos registrados na imprensa era a Willys desenhando sua presença no estado.

²³⁸Os carros profissionais não fizeram parte do levantamento de dados.

²³⁹ WILLYS-NORDESTE COMPLETA TRÊS ANOS. **Correio da Manhã (RJ)**. 13 de julho de 1969. P. 6. Terceiro caderno.

Imagem 6: Convite Pedra fundamental

Aos Amigos da Willys
No Norte/Nordeste

A Willys Overland S. A. comunica o lançamento da pedra fundamental de sua fábrica no km 19 da BR-11 (estrada do Cabo) em Jaboatão - Pernambuco, que se realizará amanhã, dia 8, ao meio dia.

O ato será presidido por S. Excia., Dr. Paulo Pessoa Guerra, Governador do Estado, com a presença de altas autoridades.

The map illustrates the location of the Willys factory site. It shows the BR-11 highway (Estrada do Cabo) running horizontally. To the left, a square labeled 'Willys' is marked with a circle around it, indicating the factory site. To the right, an airport is shown. Other roads include Avenida, Estrada do Aeroporto, and Rua de Boa Viagem. The area is labeled 'PRAZERES' and 'JABOATÃO'.

FÁBRICA  **WILLYS** NORTE - NORDESTE
IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NA REGIÃO

Fonte: *Diário de Pernambuco*²⁴⁰

A cerimônia de lançamento da pedra fundamental foi presidida pelo governador Paulo Guerra. Diversas reportagens nos jornais que destacaram a informação de que o então governador de Pernambuco buscou junto à direção Willys acordos para construir a fábrica em Jaboatão. Vale ressaltar que os discursos de Paulo Guerra foram para além da busca da instalação desta fábrica no estado. O governador destacava a ideia de que o principal objetivo de seu mandato era proporcionar condições de industrialização em Pernambuco e para isso considerava “que a ação administrativa, nesse sentido, tem que ultrapassar várias etapas,

²⁴⁰ AOS AMIGOS DA WILLYS NO NORTE/NORDESTE. *Diário de Pernambuco*. 7 de fevereiro de 1965. P.15

Ver também: WILLYS COLOCA SOBRE RODAS O PROGRESSO DO NORDESTE. *Diário de Pernambuco*. 14 de fevereiro de 1965. Segundo caderno. P. 2.

como eletrificação, estradas, saneamento, formação de mão de obra qualificada e facilidades de crédito. ”²⁴¹ Segundo Paulo Guerra, o seu governo foi inspirado na promoção do homem, “trabalho em equipe, realizado com base no planejamento técnico e a que não faltou o estímulo do povo pernambucano. E todo êle orientado no sentido do progresso industrial e do desenvolvimento sócio-econômico de Pernambuco.” ²⁴² Logo após as primeiras etapas da construção, os jornais publicavam que a Willys já dava nova fisionomia ao Nordeste.²⁴³

O projeto de edificação encaminhado pelo CODEPE e pelo governo estadual foi apresentado à SUDENE em outubro de 1964, depois, portanto, da visita de Castello Branco a Pernambuco – no mês de junho -, e aprovado em dezembro do mesmo ano.

A célere tramitação do projeto de construção e a rápida aprovação do processo na SUDENE foram motivos de registros no *Diario de Pernambuco*. O governador Paulo Guerra justificou a velocidade dos trâmites legais dentro da SUDENE, afirmando que a Willys faria um investimento da ordem de nove bilhões de cruzeiros e geraria muitos empregos. ²⁴⁴

O projeto apresentado à SUDENE foi sistematizado no processo nº 2.986/64. A requerente Willys Overland do Brasil S/A – Indústria e Comércio (Filial de Jaboatão - PE) - solicitava o reconhecimento da importância da construção da fábrica para o desenvolvimento econômico do Nordeste e por isso se apresentava merecedora de colaboração financeira da instituição. O parecer da SUDENE informava que a instalação da fábrica precisava ser autônoma e não uma filial da fábrica que já existia no Sudeste do país. ²⁴⁵ Essa informação foi fixada na resolução 1.041 de 2 de dezembro de 1964 da SUDENE. ²⁴⁶

A Willys justificou no documento a escolha da área para a instalação de sua filial. A disponibilidade de energia elétrica fornecida pela Chesf, água, boas estradas e proximidade do porto de Recife. A posição geográfica da nova fábrica, segundo consta no documento, visava atingir o mercado consumidor e a mão de obra que diziam ser abundante. No documento registrou-se a previsão de empregabilidade de mais de 400 trabalhadores. A obra contaria também com incentivos financeiros e fiscais do governo municipal, estadual e federal. As

²⁴¹GOVERNO PAULO GUERRA EMPENHADO EM ELEVAR NÍVEL DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE PERNAMBUCO. *Diario de Pernambuco*. 02 de abril de 1965. Primeiro caderno.

²⁴² ALCÂNTARA, Christiane. *Perfil Parlamentar século XX: Paulo Guerra, frases e fases de uma trajetória política*. Assembleia Legislativa de Pernambuco. Recife, 2011.

²⁴³ WILLYS DÁ NOVA FISIONOMIA AO NORDESTE. *Diario de Notícias*. 20 de março de 1966. P.6

²⁴⁴SUDENE BATEU RECORDE AO APROVAR PROJETO DA “WILLYS”. *Diario de Pernambuco*. P. 5. Primeiro caderno.

²⁴⁵PROJETO DA WILLYS É PRINCIPAL ASSUNTO CIA REUNIÃO DA SUDENE. *Diario de Pernambuco*. 8 de janeiro de 1965. P.3. Primeiro caderno.

²⁴⁶SUDENE. **Processo 1.041/64**. 02 de dezembro de 1964. Documento digitalizado e disponibilizado pelo projeto Procondel.

questões sistematizadas no processo nº 2.986/64 justificavam, segundo a Willys, a construção da fábrica em Jaboatão.

Durante a tramitação do processo, Antonio Pereira Pinto, Superintendente adjunto da SUDENE, assinou o primeiro parecer favorável a Willys no primeiro dia de dezembro de 1964. Com a aprovação, segundo documento, liberou-se o valor de Cr\$ 9.800.000 de cruzeiros para a Willys de Jaboatão.

Para assinar a decisão favorável à empresa, o superintendente se apoiou na Lei nº 4.239/63, Art 18, letra “b” do Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste.²⁴⁷ Esta Lei, de 27 de junho de 1963, aprovava a segunda etapa do Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965.

Art 18. A pessoa jurídica poderá descontar do impôsto de renda e adicionais não restituíveis que deva pagar:

b) até 50% (cinquenta por cento) de inversões compreendidas em projetos agrícolas ou industriais que a SUDENE, para os fins expressos neste artigo, declare de interêsse para o desenvolvimento do Nordeste.²⁴⁸

De acordo com Antônio Pereira Pinto, a aprovação da nova sede se deu por atender aos interesses de desenvolvimento da região. A Willys conseguiu também incentivos financeiros com o Banco do Nordeste²⁴⁹. Em março de 1966 o *Diario de Pernambuco* publicou que a empresa havia assinado contrato no valor de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros) com o banco.²⁵⁰

²⁴⁷ SUDENE. **Processo 2.986/64.** 01 de dezembro de 1964. Documento digitalizado e disponibilizado pelo projeto Procondel.

²⁴⁸ <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/110760/lei-4239-63#art-18>

²⁴⁹ O banco foi criado na década de 1950 e visava apoiar o desenvolvimento da região nordeste. Na década de 1960 criou um Programa de Assistência à Pequena e Média Indústria em parceria com a SUDENE e governos estaduais do Nordeste.

Ver: *A história do Banco se confunde com a história da transformação do Nordeste.*

Disponível em:

<https://www.bnb.gov.br/sobre-o->

https://www.bnb.gov.br/sobre-o-bnb?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=%2F%2Fsobre-o-bnb&_101_assetEntryId=50619&_101_type=content&_101_groupId=50268&_101_urlTitle=historico-decada-de-1960&redirect=https%3A%2F%2Fwww.bnb.gov.br%2Fsobre-o-bnb%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_groupId%3D0%26_3_groupId%3D0%26_3_keywords%3D1960%26_3_keywords%3D1960%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_redirect%3D%252F%2Fsobre-o-bnb%26_3_redirect%3D%252F%2Fsobre-o-bnb&inheritRedirect=true

²⁵⁰ WILLYS ASSINA HOJE CONTRATO COM BNB PARA FINANCIAMENTO DE 2 BILHÕES. **Diario de Pernambuco.** 10 de março de 1966. P.5. Primeiro caderno.

Com as aprovações e conquistas de financiamentos as obras de construção da fábrica tiveram início no ano de 1965. O projeto arquitetônico foi concretizado pela Construtora Odebrecht.

O dono da construtora era Norberto Odebrecht. Engenheiro pernambucano formado na Escola Politécnica da Bahia. Em 1943, criou sua empresa. Atuou para o governo da Bahia e empresas do governo federal instaladas no estado. A princípio era basicamente uma atuação local. Na década de 1950, a Odebrecht incrementou suas ações estabelecendo contratos com a Petrobrás, cujo presidente era o baiano Juracy Magalhães. Entre outros empreendimentos, a Odebrecht construiu o prédio sede da empresa estatal na capital baiana, além de refinaria e oleoduto²⁵¹.

Nos anos 1960, a construtora expandiu suas atividades a outros estados. Abriu uma filial em Recife e passou a ter uma atuação mais frequente em Pernambuco. A empresa aproveitava as oportunidades oferecidas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e seus planos nacional - desenvolvimentistas. Segundo Norberto Odebrecht, “os incentivos oferecidos pela SUDENE na região tornaram promissora a investida na área de construção industrial nos municípios próximos a Recife, deixando Salvador como mercado onde operariam principalmente as subsidiárias.”²⁵²

Essa afirmação de Norberto Odebrecht está registrada na revista *O Empreiteiro* de 1974 e reproduzida na tese do historiador Pedro Henrique Campos.²⁵³ É um relato de memória que, em meados da década de 1970, recordava o início da atuação da construtora fora da Bahia. É interessante identificarmos como o empreiteiro, para se referir as suas ações no Recife e áreas circunvizinhas, apresentou como marca da sua memória a imagem da construção industrial. Ou seja, especificava que tipo de construção se destacava na região no início da década de 1960 com os investimentos da SUDENE.

A Construtora foi responsável pela construção do prédio da Willys Overland do Brasil, da Tinta Coral, ambas em Jaboatão, e da Rhodia – fábrica de produção de poliéster – localizada no Cabo de Santo Agostinho. Também foi construído pela Odebrecht o novo

²⁵¹CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A ditadura dos empreiteiros**: empresa nacionais de construção pesada, suas formas associativas, e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social da UFF. Niterói, 2012. p. 113.

²⁵²CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A ditadura dos empreiteiros**: empresa nacionais de construção pesada, suas formas associativas, e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social da UFF. Niterói, 2012. p113-114.

²⁵³CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A ditadura dos empreiteiros**: empresa nacionais de construção pesada, suas formas associativas, e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social da UFF. Niterói, 2012. p114.

prédio sede da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, em Recife, da fábrica Alpargatas Confecções e do parque industrial de borracha sintética da Companhia Pernambucana de Borracha Sintética – COPERBO.²⁵⁴

A Odebrecht teve uma expansão de suas atividades para o cenário nacional a partir de 1969. Na década de 1970 consolidou suas atividades em todas as regiões do país e passou a “participar de projetos de tecnologia especial, como metrô, usinas nucleares, grandes aeroportos e pontes”.²⁵⁵

O prédio construído pela Odebrecht pode ser visto, panoramicamente, nesta fotografia publicada em dois periódicos do Rio de Janeiro, *O Diário de Notícias* e *a Revista O Cruzeiro*.

²⁵⁴ RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2015. *Construtora Norberto Odebrecht*. P.13. Disponível em: https://www.odebrecht.com/sites/default/files/relatorio_sustentabilidade_cno_2015_por_0.pdf

²⁵⁵ RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2015. *Construtora Norberto Odebrecht*. P.13. Disponível em: https://www.odebrecht.com/sites/default/files/relatorio_sustentabilidade_cno_2015_por_0.pdf

Imagem 7: Vista do Pavilhão principal da fábrica de Jaboatão



O Cruzeiro: Revista (Rio de Janeiro) ²⁵⁶

As informações encontradas na documentação estudada permitem afirmar que a fábrica foi pensada a partir de dois grandes eixos; o parque fabril e os serviços de utilidades.

No relato de memória de Flérida Cortizo, funcionária do setor administrativo, a fábrica aparece dividida em pavilhões, “tinha a funilaria, o tratamento de peças, tinha a pintura, tinha a montagem, aí a montagem vinha frizo, teto, porta, vidro depois ia para a montagem de

²⁵⁶ O QUE O CAPITAL ESTRANGEIRO TEM FEITO PELO BRASIL: A ÂNSIA DE CRESCER. *O Cruzeiro: Revista (RJ)*, 28 de agosto de 1966. P.36. Reportagem de José Belém. p.36 e 37

pneus, antes quando ele vinha já pintado tinha os chassis, o motor essas coisas. A linha de montagem era toda certinha aí saía no final pronto, a linha final.”.²⁵⁷

No parque fabril ficava o pavilhão da linha de produção, ocupando 16.120 metros quadrados e subdivido nos departamentos de armazém de peças, funilaria, preparação de pintura de carrocerias, pintura a cor, estufa, montagem de chassis, linha de montagem final e teste.

No Serviço de utilidades estavam a casa de compressores, estação de tratamento de água, reservatório de água, dois poços, estação de tratamento de esgotos, depósitos de inflamáveis, casa das bombas, arejador de águas, torre de resfriamento de água e manutenção de veículos da frota.²⁵⁸

A fábrica ainda tinha um restaurante com capacidade para atender até 500 operários. O ambiente foi dividido em cozinha, dois refeitórios e uma área de utilidades. “Tinha quatro câmaras frigoríficas, uma para carne, uma para peixe, uma para fruta e verdura e outra para o lixo, ia manuseando o lixo e ia jogando na câmara frigorífica, até o recolhimento a tarde, não ficava mosca e mosquito pousando no lixo não, ficava tudo na câmara frigorífica, as câmaras frigoríficas do tamanho de uma sala”.²⁵⁹ Encontramos na página de pequenos anúncios do jornal *Diario de Pernambuco*, no dia 8 de dezembro de 1965, a oferta de emprego para cozinheiro chefe. O candidato devia ter ampla experiência em cozinha industrial e assim que selecionado passaria por um estágio na fábrica Willys de São Bernardo do Campo.²⁶⁰

O artista Carybé²⁶¹ criou um grande painel inspirado nos operários da fábrica e foi fixado na parede externa do restaurante (Ver anexo I). Flérida Cortizo, em suas memórias, relatou que “era um espetáculo, eles colocaram um painel de Carybé”.²⁶² Obras de arte na indústria automobilística não eram uma novidade. Eram uma herança dessa indústria nos Estados Unidos, das obras encomendadas para a cidade fabril de Detroit que foram criadas pelo muralista mexicano Diego Rivera no início do século XX. Nos anos de 1930 Rivera entregou uma série de murais. Em 1933 terminou o mural “a *Indústria de Detroit*

²⁵⁷ POZZAS, Flérida Cortizo. Entrevista realizada no dia 8 de julho de 2016. Cidade de Jaboatão dos Guararapes. Pesquisadora: Karlene Araújo

²⁵⁸ WILLYS INAUGURA SUA FÁBRICA DE VEÍCULOS DO NORDESTE. *Diario de Pernambuco*. 14 de julho de 1966. P. 4. Segundo caderno

²⁵⁹ POZZAS, Flérida Cortizo. Entrevista realizada no dia 8 de julho de 2016. Cidade de Jaboatão dos Guararapes. Pesquisadora: Karlene Araújo

²⁶⁰ PEQUENOS ANÚNCIOS. *Diario de Pernambuco*. 8 de dezembro de 1965. P.6. Segundo caderno.

²⁶¹ O artista plástico Carybé é conhecido também por ilustrar obras de grandes literatos, como Gabriel Garcia Marques e Jorge Amado.

²⁶² POZZAS, Flérida Cortizo. Entrevista realizada no dia 8 de julho de 2016. Cidade de Jaboatão dos Guararapes. Pesquisadora: Karlene Araújo

[...] um trunfo da arte do século XX, a representação visual mais completa [...] do sistema fabril”.²⁶³ Frida Kalho acompanhou Diego Rivera durante esse trabalho e também produziu diversas obras importantes. A sua obra mais conhecida *Henry Ford Hospital* apresenta como plano de fundo o registro da cidade fabril de Detroit.²⁶⁴

Ainda como parte da estrutura da Willys de Jaboatão existia a ala da enfermaria. Reportagens nos jornais informavam que a direção da fábrica teria como uma de suas prioridades a saúde e a segurança dos seus operários. Também localizamos anúncios da Willys no *Diário de Pernambuco* à procura de trabalhadores para este setor da fábrica. Nos dias 5 e 9 de janeiro de 1966 foram anunciadas vagas de enfermeiros diplomados ou licenciados, com amplo conhecimento de ambulatório médico de indústria. O candidato selecionado também passaria por um estágio em São Paulo.²⁶⁵

A partir do lançamento da pedra fundamental, os discursos e imagens criados pelas Willys circularam na imprensa com frequência. Nos jornais, os títulos das reportagens afirmavam *Fábrica Willys de Jaboatão é o início de uma grande arrancada nordestina*²⁶⁶; *Willys em Jaboatão assinala o fim do ciclo dos retirantes*²⁶⁷; *Willys promove a industrialização do nordeste*²⁶⁸.

Os esforços da Willys em divulgar a fábrica em Pernambuco começaram ainda no final da década de 1950. O trabalho dos operários para a construção da fábrica se iniciou naquele fevereiro de 1965. Jornais e revistas publicaram reportagens sobre a obra. Relatos de memórias de operários contam das suas mobilidades diárias para o canteiro de obras. O ônibus da empresa buscava os operários no início do dia e retornavam para casa no final do trabalho. Em 1966, Pernambuco começava então a produzir carros. Jaboatão tornava-se uma cidade fabril, com a presença ainda de diversas fábricas no seu perímetro urbano. Nos primeiros meses de 1966 os jornais comemoravam o desenvolvimento do estado de Pernambuco. Festejou-se a chegada de 41 indústrias na região, dentre elas a Pirelly e Cherry,

²⁶³ FREEMAN, Joshua B. **Mastodontes: A história da fábrica e a construção do mundo moderno.** São Paulo: Todavia. 1ª Ed. 2019. P.167

²⁶⁴ FREEMAN, Joshua B. **Mastodontes: A história da fábrica e a construção do mundo moderno.** São Paulo: Todavia. 1ª Ed. 2019.

²⁶⁵ WILLYS OVERLAND BRASIL S.A **Diário de Pernambuco.** 5 de janeiro de 1966. P.8. Primeiro caderno. ENFERMEIROS. **Diário de Pernambuco.** 9 de janeiro de 1966. P.11. Primeiro caderno.

²⁶⁶ FÁBRICA WILLYS DE JABOATÃO É O INÍCIO DE UMA GRANDE ARRANCADA NORDESTINA. **Diário de Pernambuco.** 16 e 17 de jul de 1966. P.6. Segundo caderno.

²⁶⁷ WILLYS EM JABOATÃO ASSINALA O FIM DO CICLO DOS RETIRANTES. **Diário de Pernambuco.** 29 de julho de 1966. P.7. Segundo caderno.

²⁶⁸ WILLYS PROMOVE A INDUSTRIALIZAÇÃO DO NORDESTE. **Diário de Notícias** (Rio de Janeiro). 21 de fevereiro de 1965

fábricas de condutores elétricos, Coral de tintas, Antártica de cerveja, Firestone de pneus e Monark de bicicletas.²⁶⁹ Em abril daquele ano, cerca de 20 delegados representantes do comércio e indústria dos Estados Unidos circularam por Recife e se encontraram com empresários locais. A pauta da discussão foi os investimentos de empresas norte americanas em Pernambuco. Na ocasião também conversaram sobre a instalação das fábricas Bacardi Rum, Morton Salt e Ray-o-vac.²⁷⁰ O trabalho fabril em Jaboatão passou a fazer parte do cotidiano de centenas de pessoas.

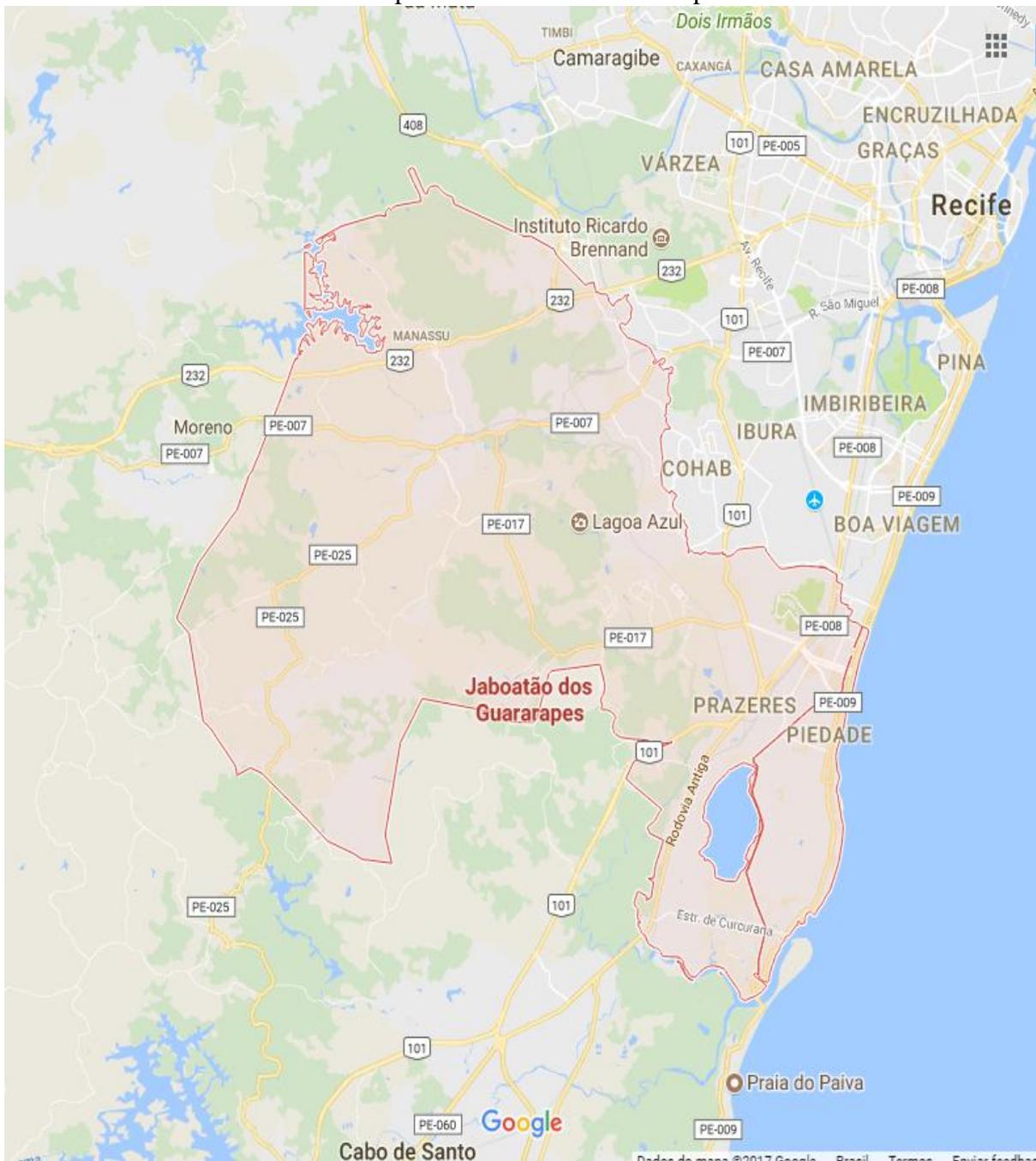
²⁶⁹ 41 INDUSTRIAS SERÃO INSTALADAS OU AMPLIADAS EM PE: INFORMA CODEPE. **Diário de Pernambuco**. 4 de fevereiro de 1966. Sem nº de página.

²⁷⁰ DELEGADOS DOS USA DEBATERAM COM EMPRESÁRIOS POSSIBILIDADES DE INVESTIMENTOS NA REGIÃO. **Diário de Pernambuco**. 01 de maio de 1966. P.13. Primeiro caderno.

4.3 MUNICÍPIO DE JABOATÃO

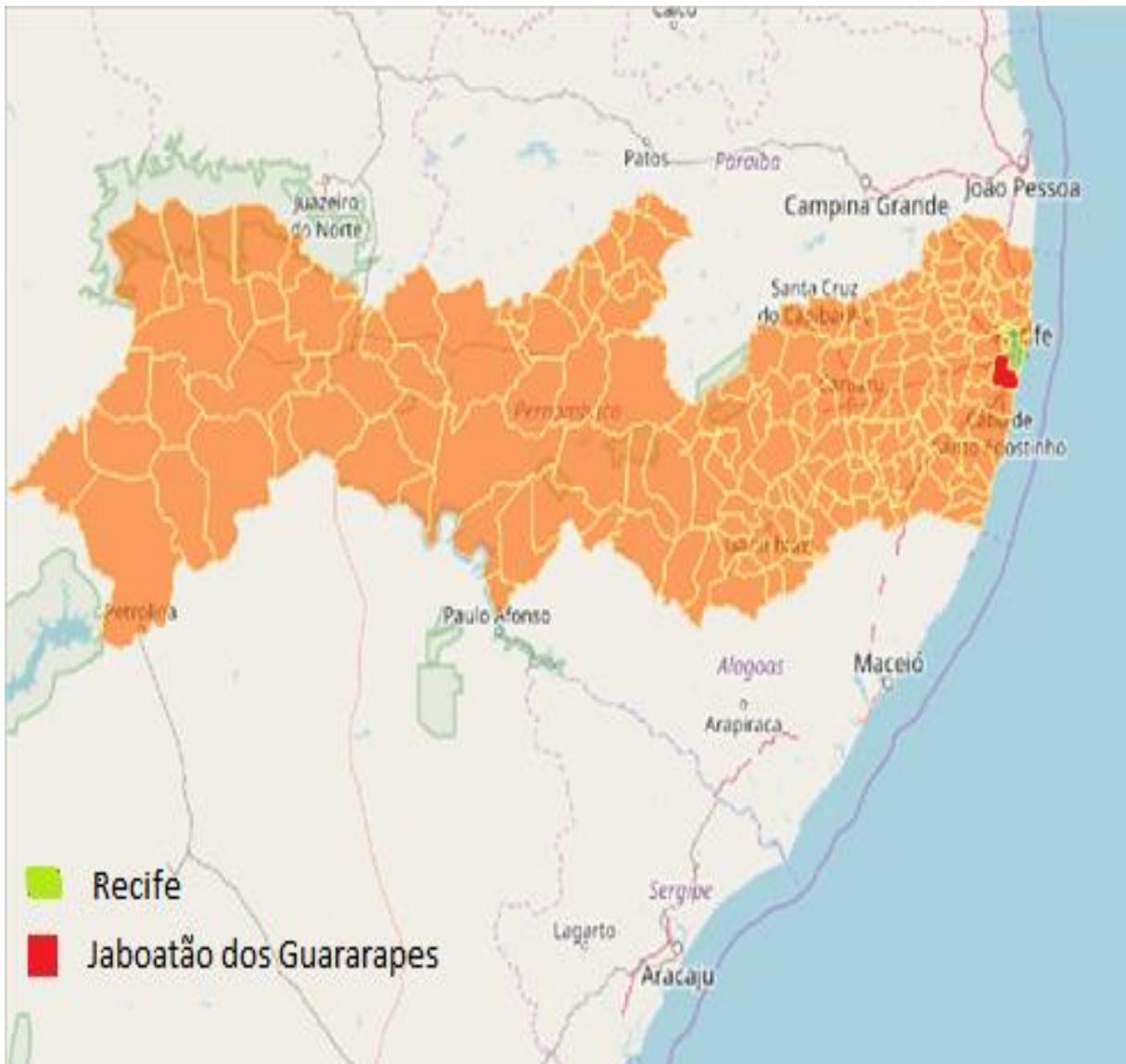
4.3.1 Jaboatão Dos Guararapes

Mapa 1: Jaboatão dos Guararapes



Fonte: Google maps, 2019

Mapa 2: Jaboatão dos Guararapes no mapa de Pernambuco



Fonte: IBGE/Cidades, 2019

Nesse momento da tese, faz-se necessário apresentar Jaboatão ao leitor. Reconhecida como vila em 1593, passou a cidade em 1884. Desde então a sede administrativa do município estava localizada na região conhecida hoje como Jaboatão Velho. Foi a lei Nº 004 de 5 de maio de 1989 que mudou o nome do município de Jaboatão para Jaboatão dos Guararapes, uma referência ao Monte Guararapes. Em 1989 a sede administrativa da cidade foi transferida para o distrito de Prazeres. Jaboatão dos Guararapes faz parte da região metropolitana do Recife, tendo como limites territoriais os municípios de Cabo de Santo Agostinho, Moreno, São Lourenço da Mata e Recife. A cidade tem três praias, Candeias,

Piedade e Barra de Jangada.²⁷¹ Sua extensão territorial é de 258,694 km². Em 2016 a população foi estimada em 691.125.²⁷²

O censo demográfico de 2010 mostra que Jaboatão, atualmente, é um município predominantemente urbano. Os dados censitários foram coletados em um total de 197.047 domicílios particulares permanentes. Deste total, 193.024 estão na área urbana e 4.023 na zona rural. Ainda segundo dados do IBGE, em 2010, 41,4% da população tinham rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo e 45,4% da população tinham saneamento básico adequado.²⁷³

Jaboatão dos Guararapes tem uma parte de sua economia advinda do turismo, do comércio e ainda existem muitas fábricas na região. A Fábrica da Arno, Alpha Plast-Indústria e Comércio, Indústria de Produtos Metalúrgicos - IPM, Fábrica ISIS e fábricas de componentes elétricos e eletrônicos para automóveis- TCA e FCA.

Destacamos mais alguns dados do censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010. Sobre as pessoas economicamente ativas ressaltamos três grupos estudados:

²⁷¹ SILVA, Lywistone Galdino da. **Tipologia das dinâmicas de urbanização na franja rural-urbana em Jaboatão dos Guararapes – Região metropolitana do Recife**. Dissertação (de mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia. Recife: 2010.

²⁷²<http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260790&search=pernambuco|jaboatão-dos-guararapes>

²⁷³<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pe/jaboatão-dos-guararapes/panorama>

Tabela 3 - Pessoas economicamente ativas em Jaboatão dos Guararapes

Pessoas economicamente ativas	Masculino	Feminino
Operadores de instalações de máquinas e montadores	17.049	2.593
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	27.394	27.942
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios.	26.560	1.789

Fonte: Censo demográfico IBGE 2010

Os dados acima mostram que após 50 anos da instalação da Willys, Jaboatão tornou-se um município predominantemente urbano e industrial.²⁷⁴ O crescimento industrial que começou ainda na década de 1960, conseguiu ao longo das últimas décadas diminuir o trabalho no campo, provocando a migração para a cidade e direcionando uma maior mão de obra para setores do comércio e indústrias.

4.3.2 Jaboatão Na Década De 1960

No município de Jaboatão na década de 1960, a economia girava principalmente em torno da indústria açucareira seguida das indústrias têxtil, automobilística, de papel e alimentos, além de serviços e comércio.²⁷⁵

A presença dos engenhos, usinas, dos trabalhadores rurais, da fome e da penúria social dividia espaço com a ação dos grupos comunistas atuantes no município. A cidade

²⁷⁴ <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pe/jaboatao-dos-guararapes/pesquisa/23/22957?detalhes=true&localidade1=261160>

²⁷⁵ ACIOLI, Vera Lúcia Costa; SANTOS, Valéria José da Silva. **Jaboatão hoje, dos Guararapes, da indústria, do comércio e do turismo, revisitado pelas práticas laborais do Jaboatão Velho, das usinas e dos engenhos.** Recife, 2012. Disponível em: <http://memoriaehistoria.trt6.gov.br/cadastros/bibliografias/arquivo/23?>

“moscouzinho”,²⁷⁶ como veio a ser conhecida, viu andar por suas ruas ao longo de sua história diversos integrantes do Partido Comunista do Brasil - PCB.²⁷⁷

Em 1947, assumiu a prefeitura de Jaboatão, pelo PSD, Manoel Rodrigues Calheiros, denominado o primeiro prefeito comunista do Brasil.²⁷⁸ As eleições em Jaboatão normalmente atendiam aos interesses das famílias tradicionais pertencentes à indústria açucareira da região. Com a vitória do prefeito Calheiros, não alinhado a esses interesses, a oposição entrou com pedido de anulação das eleições junto ao Tribunal Regional Eleitoral. Não obtiveram sucesso.²⁷⁹ As resistências ao comunista na chefia da prefeitura continuaram. Em 1948, a Câmara dos Vereadores decidiu por destituí-lo de seu cargo, em uma sessão extraordinária enquanto o prefeito estava em uma viagem a Alagoas. Ao regressar, no dia 21 de fevereiro, por volta das 8 horas da manhã, o prefeito Calheiros

dirigiu-se em companhia do ex-deputado Amaro de Oliveira e de aproximadamente cinquenta outras pessoas, ao prédio da Prefeitura, que encontrou fechado. E arrombou as portas do gabinete com chave de fenda, ali permanecendo durante todo o dia, a despachar o expediente²⁸⁰

No *Diário de Pernambuco*, o prefeito disse ter entrado com um mandato de segurança e voltou as suas atividades normalmente.²⁸¹ Em 1949, o *Jornal Pequeno* de Pernambuco,

²⁷⁶ Ver: SILVA, Diego Carvalho da. **Partidos e alianças políticas na “Moscouzinho do Brasil”**: os comunistas e as eleições municipais de outubro de 1947 em Jaboatão –PE. 1 ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2017.

²⁷⁷ Entre as décadas de 1940 e 1960 o *Diário de Pernambuco* se fere a Jaboatão como “moscouzinho” em quatro matérias.

CAMINHÃO EM DISPARADA MATOU O “BODE CHEIROSO”. *Diário de Pernambuco*. 22 de outubro de 1957. P. 5

CAVILAÇÃO. *Diário de Pernambuco*. 28 de agosto de 1959. P. 4

ACUSADO POR ARRAES, CLEOFAS SE OFERECERAM PARA DEPOR SÔBRE O IBAD. *Diário de Pernambuco*. 25 de agosto de 1963. Primeiro caderno. p.8

JABOATÃO BATEU ARRAES E AGORA PAGA O “CRIME”. *Diário de Pernambuco*. 31 de agosto de 1963. CAPA.

²⁷⁸ Manoel Rodrigues, apesar de ser comunista, estava filiado ao PSD já que o PCB havia sido colocado na ilegalidade.

²⁷⁹ AQUINO, Cely Bezerra. **A educação em Jaboatão nas mãos de um comunista**. (1947-1951). *Dissertação de mestrado*. Universidade federal de Pernambuco. CE. Educação. 2007

Ver também:

SUSTADA A POSE DO PREFEITO COMUNISTA. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 11 de novembro de 1947. Ano XLVII. P.14

²⁸⁰ ENCERRA-SE HOJE A CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA. *Diário de Pernambuco*. 21 de fevereiro de 1948. P.3

²⁸¹ Ver também:

afirmou que o prefeito comunista de Jaboatão estava em maus lençóis caso não conseguisse comprovar as despesas realizadas naquele ano. Uma denúncia havia sido feita na câmara dos vereadores de Jaboatão pelo vereador udenista Bento Ferreira de Carvalho.²⁸² O jornal não apresentou o desfecho dessa história, mas ofereceu diversos indícios das ações contrárias a sua administração. Calheiros resistiu e cumpriu o seu mandato até 1951.²⁸³

A identificação e perseguição aos grupos comunistas em Jaboatão seguiram na década de 1960. O *Diário de Pernambuco* noticiou em abril de 1964 a renúncia dos vereadores taxados como “elementos comunistas” em Jaboatão. Segundo a descrição no jornal, Severino Ferreira de Carvalho e Pedro Justino Rodrigues apoiavam o ex-governador Miguel Arraes e sabiam que esse era um motivo para terem seus mandatos cassados pelo deliberativo de Jaboatão. Diante da situação teriam optado pela renúncia.²⁸⁴

A relação estreita entre o comunismo e as mobilizações sociais da região intensificou o desejo autoritário e repressor de proprietários de terra, donos de engenhos, de políticos brasileiros e estadunidenses. Os Estados Unidos, por exemplo, acreditavam que estava próximo de ocorrer uma revolução, como a cubana. Tinha-se receio de que a pobreza e a fome ganhassem voz e força nos corpos esqueléticos dos trabalhadores rurais. Nos primeiros anos da década de 1960 o país, que vivia um regime democrático, foi palco de várias reivindicações de trabalhadores, com destaque para as ocorridas na região açucareira de Pernambuco. Segundo Joseph Page, “visitantes da região relatavam que milhões de camponeses, vivendo em infinita pobreza, vinham demonstrando evidentes sinais de descontentamento, e que agitadores – políticos, estudantes e os inevitáveis comunistas – eficazmente atizavam as chamas”²⁸⁵, de uma possível revolução.²⁸⁶

PODERÃO PERDER O MANDATO, O PREFEITO E OS VEREADORES COMUNISTAS DE JABOATÃO. **Diário de Pernambuco**. 23 de janeiro de 1948. P.3

NA IMINÊNCIA DE PERDER OS MANDATOS, O PREFEITO E DIVERSOS VEREADORES DE JABOATÃO – ADIADO O PRONUNCIAMENTO DO T.R.E. **Diário de Pernambuco**. 24 de janeiro de 1948. P.3

²⁸² EM MÁUS LENCÓIS O PREFEITO COMUNISTA DE JABOATÃO. **Jornal Pequeno**. Recife. 1 de junho de 1949. p.1

²⁸³ AQUINO, Cely Bezerra. **A educação em Jaboatão nas mãos de um comunista. (1947-1951)**. Dissertação de mestrado. Universidade federal de Pernambuco. CE. Educação. 2007

²⁸⁴ VEREADORES COMUNISTAS DE JABOATÃO RENUNCIARAM. **Diário de Pernambuco**. 17 de abril de 1964. Segundo caderno. P.1

²⁸⁵ PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve: o nordeste do Brasil, 1955-1964**. Rio de Janeiro: Editora Record. Tradução de Ariano Suassuna. 1972. P.11

As lutas e greves dos trabalhadores rurais por seus direitos trabalhistas, poucas vezes, foram alvos de reportagens na imprensa local. Em 1963, trabalhadores rurais assalariados da Usina Jaboatão ²⁸⁷ fizeram greve. Pouca foi a visibilidade para o acontecimento nos jornais. Os trabalhadores, as suas condições de trabalho, de moradia e de vida eram quase invisíveis aos olhos de quem folheava o jornal de produção diária. Uma invisibilidade construída. Para voltar ao trabalho e fazer a Usina Jaboatão funcionar, os trabalhadores rurais assinaram acordo na Delegacia Regional do Trabalho. A usina se comprometia a readmitir os trabalhadores que haviam sido dispensados, pagar as horas de intervalos para as refeições, assinar a carteira profissional dos empregados e estudar com o Sindicato Rural de Jaboatão o pagamento dos salários atrasados. ²⁸⁸

Um mês depois trabalhadores dos engenhos da Usina Bulhões ²⁸⁹ paralisaram as atividades por 48 horas. Reclamava-se o direito de receber pagamentos atrasados referentes às diferenças do salário mínimo de janeiro a junho de 1963, a garantia do repouso semanal remunerado e que os trabalhadores tivessem a carteira profissional anotada. Durante a greve, 4 mil toneladas de cana foram queimadas em dois engenhos, Camaçari e São João. Embora o proprietário da usina tenha dado indicações de incêndio criminoso, nada foi provado. ²⁹⁰ Essa história foi brevemente registrada nos jornais, mas o desfecho da greve não foi relatado.

As reivindicações dos trabalhadores rurais do município de Jaboatão aconteceram ao longo da década. Em 1967, os trabalhadores da Usina Jaboatão voltaram a ser atores sociais principais em uma matéria do *Diário de Pernambuco*. Dessa vez, o Sindicato dos Trabalhadores de Jaboatão havia impetrado uma ação coletiva contra a Usina na Junta de

²⁸⁷ A usina Jaboatão foi criada em 1573 como engenho Suassuna, por causa do Riacho Suassuna. Foi desativada em 1996. Na década de 1960, os trabalhadores da usina tiveram importantes ações na busca por melhores condições de vida e de trabalho.

<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=445296&view=detalhes>

<http://www.jaboataoaguararapesredescoberto.com/2009/06/usina-jaboatao-engenho-suassuna.html>

RAPOSO, Cristhiane Laysa Andrade Teixeira. JUSTIÇA DO TRABALHO NAS USINAS E ENGENHOS DE PERNAMBUCO: RELAÇÕES DE TRABALHO NA ZONA CANAVIEIRA (1964-1965). **Revista Dia-Logos**, v. 12, n. 1, p. 72-90, jan.-jun. 2018. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/40354-146246-1-PB%20(1).pdf

²⁸⁸ ACORDO NO DRT CESSOU GREVE NA 'JABOATÃO': CAMPONESES VOLTAM HOJE AO TRABALHO. **Última Hora**. 24 de setembro de 1963. P.2

²⁸⁹ Fundada em 1573 como engenho São João Batista, pertenceu a Fernão Dias e Ficou de herança para Maria Feijó que casou-se com Antonio Bulhões. Em 1906 assume o status de usina Bulhões.

<http://www.jaboatao.pe.gov.br>

http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404603923_ARQUIVO_ArtigoCBG2014-UsinaBulhoes.pdf

²⁹⁰ HOUVE INCÊNDIO DE CANAVIAIS DURANTE A GREVE NA USINA BULHÕES, JABOATÃO. **Diário de Pernambuco**. 23 de outubro de 1963. Primeiro caderno. P.3

Conciliação e Julgamento. Cerca de 300 trabalhadores, dos 800 empregados na usina, estavam em processo contra a reclamada. Requeria-se o pagamento do 13º salário e férias.²⁹¹

O historiador Diego Carvalho Silva afirma que entre as décadas de 1960 e 1970 existiam 39 engenhos em Jaboatão. A maioria estava sob o controle da Usina Jaboatão e da Usina Bulhões, além da Usina Muribeca.²⁹² É possível localizar entre os anos de 1963 – ano de criação da Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão - até 1969, cerca de 80 processos trabalhistas contra a Usina Bulhões e 91 processos impetrados contra a Usina Jaboatão. Os trabalhadores reivindicam seus direitos de receberem aviso prévio, 13º salário, férias, diferença salarial.²⁹³

Foi nesse cenário de luta por direitos trabalhistas e das precárias condições de vida dos trabalhadores que no início dos anos de 1960, alguns personagens se construíram como importantes nas tramas políticas e sociais em Jaboatão.

Padre Paulo Crespo passou a ser uma figura política de destaque. Natural do município de Bom Conselho – Pernambuco - foi nomeado como Vigário da cidade de Jaboatão, desenvolvendo atividades junto aos trabalhadores rurais em sua primeira paróquia. Como vigário, Padre Crespo disse ter conhecido muitos engenhos e ter encontrado uma realidade “de muita miséria, de muita pobreza, muita fome”.²⁹⁴

Em entrevista o padre recorda que em Jaboatão,

Havia um contingente bastante grande de agricultores. Lá estão duas usinas: a Usina Bulhões, a Usina de Jaboatão. E no meu trabalho, no dia a dia, tive contatos com os agricultores. Fui visitando as capelas, os sítios, os engenhos, ouvindo as confissões dos doentes. Percebi uma grande miséria e sofrimento, muita fome, muita nudez naqueles trabalhadores.²⁹⁵

A partir de 1961, o Padre Crespo passou a coordenar o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco – SORPE. O objetivo desse serviço, apoiado por setores da Igreja Católica, era orientar a fundação de Sindicatos Rurais que competiriam com as Ligas Camponesas na organização dos trabalhadores rurais. O avanço das Ligas Camponesas, sob a liderança do deputado socialista Francisco Julião, que anunciava a radicalização da luta pela terra,

²⁹¹ ESCLARECIMENTOS DO GERENTE. *Diário de Pernambuco*. 28 de julho de 1967. Primeiro caderno. P.8

²⁹² SILVA, Diego Carvalho da Silva. **Partidos e alianças políticas na “moscouzinho do Barsil”**: *os comunistas e as eleições municipais de outubro de 1947 em Jaboatão – Pe*. Dissertação. Rio de Janeiro. UFF, 2015.

²⁹³ <http://memoriaehistoria.trt6.gov.br/site/index#processos>

²⁹⁴ Entrevista com Eneas Paulo Crespo. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1990

²⁹⁵ Entrevista com Eneas Paulo Crespo. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1990

atemorizava a Igreja Católica Apostólica Romana e setores políticos. Estes passaram a apoiar a liberação de cartas sindicais para a fundação de sindicatos no campo. Paulo Crespo foi uma das lideranças nessa atividade. Ele e o Padre Melo²⁹⁶ comandaram a organização de trabalhadores rurais nos municípios de Jaboatão e do Cabo.²⁹⁷

Paulo Crespo lembrou que:

O pessoal, todo ele, se convenceu que a perspectiva sindical era muito mais válida do que a perspectiva das Ligas Camponesas. Agora, o problema das Ligas em Jaboatão foi mais um problema político. Como coincidia que eu era vigário em Jaboatão e orientava de certa maneira todo o movimento sindical, então houve um esforço muito grande para quebrar a liderança justamente em Jaboatão, que na ocasião era o maior sindicato. Era o sindicato mais atuante, mais forte... Então houve esse esforço grande para quebrar essa liderança lá em Jaboatão.²⁹⁸

Padre Crespo relembrava o clima de disputa pela liderança da mobilização dos trabalhadores, destacando a presença das Ligas Camponesas. O padre ressaltava a sua condição de orientador de todo movimento sindical na região, enfatizando que o sindicato de Jaboatão era o maior, mais atuante e forte.

As pesquisas apontam que a ação de Paulo Crespo na região foi financiada também pelos Estados Unidos. Segundo Moniz Bandeira e Joseph Page, o SORPE recebia financiamento da Cooperative League – CLUSA – que repassava verbas oriundas da CIA²⁹⁹.

²⁹⁶ Padre Melo também foi uma figura política importante nas lutas dos trabalhadores rurais em Pernambuco. Segundo a Professora Maria do Socorro Abreu e Lima: “Este padre começou a ficar famoso quando a Companhia Pernambucana de Borracha (COPERBO), tentou expulsar os trabalhadores que moravam nas terras que vendera à Companhia de Revenda e Colonização - CRC, no governo Cid Sampaio. Como a indenização oferecida aos trabalhadores era baixa eles não aceitaram, mas sofreram muitas violências e, nesse embate, foram auxiliados pelo Padre Melo. Após muita mobilização, o governo cedeu e se comprometeu a instalá-los convenientemente.” ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Revisitando o campo: lutas, organização, contradições - Pernambuco 1962-1987**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade federal de Pernambuco. Recife. 2003.

Sobre Padre Melo e Padre Crespo ver também: BARROS, Júlio César Pessoa de Barros. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2013.

MELO, Camila Maria de Araújo. **Entre dois senhores: o patrão e a fome – as greves dos trabalhadores rurais no cabo de Santo Agostinho – PE, 1966 – 1968**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. 2018.

²⁹⁷ Ver também:

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Sindicalismo Rural em Pernambuco nos anos 60: Lutas e Repressão**. Clio Série História do nordeste. Nº22

²⁹⁸ Entrevista com Eneas Paulo Crespo. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1990

²⁹⁹ PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil. 1955 / 1964**. Op. Cit. p. 158. Ver também BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961 – 1964**.

Em sua dissertação de mestrado, intitulada *Relato analítico da trajetória de um militante junto a camponeses em Pernambuco. 1955 – 1990*, Crespo afirmava não saber que o dinheiro recebido pelo SORPE vinha da CIA e ao tomar conhecimento, logo tratou de não aceitar mais.³⁰⁰

Essa breve trajetória de Paulo Crespo permite afirmar que antes de 1964, Jaboatão era um ponto de disputa entre as forças políticas interessadas na organização e mobilização dos trabalhadores. Ligas Camponesas, Sindicatos Rurais e Partido Comunista estavam presentes na região. Mas também, os Estados Unidos participavam daquele cenário, via SORPE, tentando influenciar na forma de organização e direcionamento daqueles trabalhadores rurais. Antes mesmo da chegada da Willys Overland, em 1966, o dinheiro e a interferência norte-americano já se fazia presente em Jaboatão.

Ainda sobre a década de 1960, outro relato de memória destacou a pobreza que acometia a região. A funcionária do escritório da Willys, Flérida Cortizo, ao rememorar sobre a mão de obra empregada na WOB, ressaltou que os operários eram pobres e na sua maioria vinda do campo. Essa migração campo-cidade para o trabalho na Willys também é identificado nos processos trabalhistas impetrados na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão. Na petição inicial do instrumento jurídico consta o endereço desses operários. Uma parte da mão de obra vinha do município do Cabo, principalmente do distrito de Ponte dos Carvalhos. Alguns processos apontavam que os operários ainda moravam nos engenhos da região.

O relato de Flérida Cortizo, sobre os operários da fábrica e a pobreza na qual viviam, trouxe um personagem e sua história. O personagem era Antonio Justolino e falaremos dele com mais detalhe em outro momento desta tese. Na história contada por Cortizo, ao observar os operários no seu cotidiano de trabalho, sua atenção se voltou para Antonio Justolino, por notá-lo cabisbaixo. Chamou-o para uma conversa. Foi então que o operário relatou que estava com o filho pequeno muito doente e que o seu medo era de que a criança morresse ainda nos primeiros anos de vida, já que não sabiam qual doença a acometia e, provavelmente, não tinham acesso a médicos. Segundo Flérida Cortizo, a necessidade desse operário foi repassada para a direção da fábrica. Uma secretária da Willys se encarregou de ajudar o operário e prontamente o encaminhou, junto com seu filho, para um pediatra. O

Op. Cit. p. 84. DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe. 6aed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006. p. 320

³⁰⁰ CRESPO, Enes Paulo. **Comunicação e Libertação. Relato analítico da trajetória de um militante junto a camponeses em Pernambuco. 1955 – 1990**. Dissertação de mestrado em Administração Rural e comunicação Rural, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2003. 144p.

médico constatou que o problema da criança era a água que estava sendo ingerida. Suja e não tratada. A recomendação médica foi simples. Ferver a água para que a criança pudesse beber e para esterilizar os utensílios utilizados por ele, até mesmo a sua chupeta.³⁰¹

A história contada por Cortizo nos remete há algumas questões importantes. Uma, a população pobre, sem acesso a água limpa, tratada e pronta para o consumo e o acesso precário ao serviço de saúde. A Willys foi inserida nesse cenário, segundo o relato de memória, como a salvação que evitou a morte da criança ainda nos primeiros anos de vida. A Willys foi colocada como redentora para a vida dos seus operários. Desde a possibilidade de acesso à saúde até a doação de material escolar para os seus filhos, estabelecendo uma relação paternalista e, como veremos mais a frente nesta tese de doutorado, lançando formas de controle e disciplina sobre os seus operários.

No perímetro urbano de Jaboatão nos anos de 1960, a vida social e política era agitada e no final da década era dita como “uma cidade nervosa. Não há tempo a perder, todos correm, porque - segundo a filosofia da vida moderna – tempo é ouro. Quem vive na cidade não sente o fluxo do progresso. O visitante, porém, observa a presença da vida trepidante da atualidade,”³⁰² destacava a imprensa. Na cena cultural o destaque era o cinema o Samuel Campelo³⁰³. Localizado no centro, ocupava um prédio construído na década de 1940.

Ao mesmo tempo em que signos do progresso e da modernização eram anunciados com a chegada de várias fábricas em Jaboatão, na década de 1960, muitas reclamações estampavam as páginas dos jornais, mostrando que havia vários níveis de experiência e percepção sobre as mudanças vivenciadas no município.

Falta de água nas torneiras e de energia elétrica, água suja e barrenta para beber, falta de segurança e de iluminação pública, até a reclamação do alto custo de vida para quem morava em Jaboatão eram as principais lamentações.

A construção de um novo mercado público era importante para os moradores. Sob a administração do prefeito Humberto Lins Barradas³⁰⁴ a obra foi iniciada e ficou a cargo da

³⁰¹POZZAS, Flérida Cortizo. Entrevista realizada no dia 8 de julho de 2016. Cidade de Jaboatão dos Guararapes. Pesquisadora: Karlene Araújo

³⁰² SENHOR DE ENGENHO FINCOU MARCO DE PROGRESSO QUE FEZ DE JABOATÃO UM PÓLO DE DESENVOLVIMENTO. **Diário de Pernambuco**. 28 de abril de 1968. Terceiro caderno. P.51

³⁰³ O cinema está localizado na parte histórica de Jaboatão, na Avenida Barão de Lucena. Foi construído em 1947, no mesmo lugar onde antes era o teatro Rosa e Silva.

<https://cultura.jaboatao.pe.gov.br/cine-teatro-samuel-campelo/historia/>

<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cultura/artes-cenicas/noticia/2015/12/17/jaboatao-reabre-cine-teatro-samuel-campelo-apos-15-anos-de-reforma-212947.php>

³⁰⁴ Era Dono do Engenho Megaype de Cima em Muribeca. Foi prefeito de Jaboatão em dois mandatos. De 1951 a 1955 e de 1959-1963.

Companhia de Urbanização e Desenvolvimento de Jaboatão. O local escolhido foi onde funcionava o ginásio estadual. Tinha o projeto de abrigar mais de 100 boxes, que a princípio beneficiaria os feirantes que já trabalhavam no local. O mercado público precisava passar por uma mudança na estrutura física e na forma de fiscalização de venda das mercadorias. Embora o início da construção tenha ocorrido, em 1962, no final da década ainda se pedia que fossem retomadas as obras do novo mercado. O local já havia sido alvo de denúncia pela comercialização de carne verde podre.³⁰⁵

Em meio a esse cenário, a construção da fábrica Willys foi significada como algo diferente e por vezes orgânico que traria benefícios e um novo estilo de vida para os trabalhadores pernambucanos.

As raízes lançadas ao se aprofundarem por esta terra quase virgem realizarão o verdadeiro milagre de fixar o nordestino no seu Nordeste, numa integração absoluta e feliz do Homem e da Natureza. [...] Sentimos estar participando do encerramento, com chave de ouro, do antigo e prejudicial ‘ciclo dos retirantes’ que tanto bem fez ao Sul e tanto mal fez ao Norte. Estamos tomando parte neste exato momento numa das maiores ações sociais que a vida econômica pode gerar.³⁰⁶

O discurso acima é de Domingos Alvarez, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Alvarez destacava que ao se fixar e aprofundar raízes no Nordeste, a Willys possibilitaria que o nordestino não migrasse. Em diversas ocasiões, representantes da Willys destacaram a grandeza do povo nordestino e que era esse povo que tinha tornado possível a construção da nova fábrica. Para, um deles, Genard R. Hough, a parceria estabelecida entre a fábrica e o estado era apenas o início de uma reação em cadeia que iria beneficiar acima de tudo o povo.³⁰⁷ Neste percurso da instalação da fábrica em Pernambuco, como já apresentamos, o Estado ofereceu diversos incentivos. Apontamos que apesar da diferença na forma de produção e na relação com o operário – debateremos no próximo capítulo – há uma questão que aproximava a Willys e a indústria do açúcar, ambas se

<http://www.jaboataoguararapesredescoberto.com/2011/04/os-prefeitos-de-jaboatao.html>

³⁰⁵ Ver:

MERCADO PÚBLICO DE JABOATÃO. **Diário de Pernambuco**. 16 de setembro de 1962. Segundo caderno. P.21. Matéria de Elieser Figueiroa.

CARNE PODRE. **Diário de Pernambuco**. 22 de maio de 1964. primeiro caderno. P.7

MERCADO E RUAS. **Diário de Pernambuco**. 18 de abril de 1969. Primeiro caderno. P.8

³⁰⁶ WILLYS EM JABOATÃO ASSINALA O FIM DO CICLO DOS RETIRANTES. **Diário de Pernambuco**. 29 de julho de 1966. P.4. Segundo caderno

³⁰⁷ WILLYS FIRMA CONTRATO DE FINANCIAMENTO: FÁBRICA DE JABOATÃO É O CAPÍTULO NOVO NA HISTÓRIA DO NE. **Diário de Pernambuco**. 12 de março de 1966. P.5. Primeiro caderno.

apresentaram como necessárias para o fortalecimento da economia, desenvolvimento do Estado e geração de empregos. O discurso da crise econômica já era mobilizado há muito tempo pela agroindústria para receber benefícios e incentivos do Estado. A Willys e seus atores políticos, por sua vez, acionaram a imagem da crise civilizatória da região para se colocar como merecedora dos incentivos milionários. Estamos falando de recursos da SUDENE entregues a uma empresa estrangeira, que para justificar o recebimento criou a expectativa do novo que entregaria as melhorias do capital e do bem-estar social. Os governos, estadual e federal, exerciam sua governamentalidade. Diziam oferecer uma possibilidade de melhoria das condições de vida por meio da instalação das indústrias. Atendendo assim a população que aparecia como “sujeitos de necessidade”,³⁰⁸ mas também se constituía como “objeto nas mãos do governo”³⁰⁹. Neste caso, os operários seriam direcionados para determinados fluxos, para determinados comportamentos, que entre outros, os afastariam das mobilizações políticas e sociais reivindicatórias, comuns nos engenhos e usinas.

Os retratos do Nordeste, de seus homens, mulheres, crianças e idosos, de suas paisagens, do clima e da seca são ressignificados de acordo com as configurações históricas de cada período. Em 1972, o jornalista Ruy Fernando Barbosa escrevia “da existência de dois Nordeste: O velho nordeste, místico, miserável, atrasado, faminto, heróico, folclórico, agropecuário, rural. E o novo Nordeste, avançado, rico, atualizado, bem alimentado, feliz, turístico, industrial, urbano.”³¹⁰

A construção da fábrica de carros Willys também foi alvo de leituras e ressignificações operacionalizadas ao longo dos anos. Duas décadas depois da inauguração da fábrica, a Willys foi apontada por políticos como um investimento do poder público que não gerou retorno positivo para o Nordeste. A crítica dizia que a promessa de progresso, modernização e desenvolvimento não foram sentidas pelo nordestino. As tensões e embates sobre a construção da Willys em Pernambuco ainda eram uma arena de conflitos. Discursos políticos, memórias de operários, reportagens de jornais disputam espaços pela memória da primeira fábrica de automóveis do Nordeste e o desenvolvimento econômico da região.

A Willys lembrada e rememorada com muitas felicitações por alguns operários foi a mesma citada como o descaso da região no Congresso Nacional, em junho de 1993. Mais uma

³⁰⁸ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002. P.289

³⁰⁹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002. P.289

³¹⁰ O ENCONTRO DO NOVO E O VELHO. **Realidade (SP)**. Novembro de 1972. P.147. Uma publicação da Editora Abril. Ano VII, nº 80.

vez, era o foco de disputas políticas. No dia 18 de junho de 1993, se discutia entre os senadores no Congresso as ações permanentes que pudessem fazer desenvolver o Nordeste. Três senadores ganharam destaque na discussão proposta. Lavoisier Maia³¹¹, senador pelo Rio Grande do Norte; Beni Veras³¹², senador pelo Ceará e Francisco Rolhemberg³¹³, senador pelo estado de Sergipe.

Naquela ocasião, debatiam-se as muitas obras iniciadas na região Nordeste que foram interrompidas. Por exemplo, os açudes que abasteceriam áreas afetadas pelos períodos de estiagem no estado do Ceará. No Rio Grande do Norte, as reclamações eram sobre o abandono no qual se encontravam os hospitais do estado e também pedia-se a perfuração de poços de água.

Nessa sessão plenária, destacamos que a fábrica Willys de Jaboaão foi citada pelo senador Francisco Rolhemberg em uma fala direcionada a Lavoisier Maia:

Não somos capazes de apresentar idéias novas, capazes de balançar os alicerces da República nas preocupações com o Nordeste. Mudam os enfoques, mudam as questões sociais, mudam as necessidades, antigamente básicas, para as necessidades levadas para a nossa região. Nesses 23 anos que freqüento o Congresso Nacional, não houve vontade política de se fazer algo de concreto pelo Nordeste. Lembro a V. Ex• - talvez V. Ex• fosse Governador à época – o famigerado Decreto n° 3.418. Lembro a V. Ex^a que, àquele tempo, a Willys Overland decidiu instalar em Pernambuco um setor de montagem de jipes e camionetes. Lembro a V.Ex^a que foram fundados inúmeros escritórios de elaboração de projetos que absorviam até 60% do valor. Esses escritórios, instalados no Nordeste e no Sul, retornavam sem que nada fosse empregado na nossa região. E muitos empresários - que não eram do Nordeste, no mais das vezes- , aceitavam o empréstimo, cedendo 60% aos escritórios de planejamento, para ficar apenas com 40%, porque sabiam que não nada iria ser desenvolvido, construiriam um barracão e depois iriam embora para o Sul do País sem pagar coisa alguma. O Nordeste está cansado de assistir a essas coisas, Sr. Senador!³¹⁴

³¹¹ Médico e Político governou o estado do RN entre os anos de 1979 e 1983. Foi senador de 1987 a 1995.

³¹² Foi senador entre os anos de 1991 e 1999. Entre 1994 e 1995 foi Ministro do Planejamento, Orçamento e Coordenação do Brasil.

³¹³ Senador pelo estado de Sergipe entre 1987 e 1995. Nesse período era filiado do PMDB e depois do PMN.

³¹⁴ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. (Seção II). sexta-feira, 18 de junho de 1993. P.5682 e 5683

O discurso de Rollemberg, na década de 1990, dizia que o Nordeste estava cansado das promessas de melhorias que não chegavam à região, mas ao mesmo tempo afirmava não ser capaz de apresentar novas ideias para mudar a situação. Ele atuava há 23 anos no Congresso Nacional. Iniciou a carreira política em 1970, momento no qual a fábrica Willys já havia sido vendida para a Ford, produtora de carros em Pernambuco até o final da década de 1970. Ao que indica a fala de Rollemberg não se referia a esta última década citada e sim a década de 1960 e a construção da fábrica Willys. O discurso proferido no Congresso apontava que os investimentos feitos no empreendimento não deram retorno prometido pela fábrica para atender às demandas sociais da região. A crítica do senador apontava os empresários como os maiores beneficiários das concessões de empréstimos. Poucos foram os investimentos para a população. A fala assinalava uma crítica àquela ideia de fazer o Nordeste se desenvolver a partir de investimento externo. O pronunciamento do senador ainda nos permite puxar outro fio de leitura. Não existiu vontade política de fazer o Nordeste mudar. O discurso do político seguiu o caminho argumentativo segundo o qual o primeiro passo para as mudanças, que ele chamou de concretas, era pela ação do Estado e não das empresas privadas.

O julgamento dirigido a Willys se aplicava também a outras empresas, não nomeadas no discurso, cujo investimento do dinheiro público, via SUDENE, não promoveu melhorias para a região. Para o deputado de Sergipe, o Nordeste do início da década de 1990 era descrito como “miséria, é falta d’água, é sujeira, é cólera, é verminose, é desnutrição, é a pecuária que se acaba, é a agricultura que não progride, é a cultura que não se sedimenta”.³¹⁵ Na leitura do político, essas questões deveriam ter sido superadas com o surto de desenvolvimento e modernização propagados na década de 1960. Nesse caso, a Willys havia construído uma máquina de propagandas e discursos que a colocavam como a grande salvadora da região. Para esses deputados, a fábrica Willys de Jaboatão não cumpriu o que havia prometido, a sua parte no acordo político.

O repertório utilizado para dar sentido e criar identidades para aquele espaço geográfico do estado da Bahia até Maranhão continuava sendo transpassado pela pobreza ainda na década de 1990. A experiência da indústria automobilística apareceu, nesse contexto, como memória no debate político. Nesse caso, memórias que narravam um fracasso e vitimizavam a região e seus habitantes.

Na década de 1990, se recorreu a uma estratégia usada antes, inclusive pela Willys. Destacava-se a crise vivida, ressaltavam-se os fracassos das ações anteriores do Estado e

³¹⁵ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. (Seção II). sexta-feira, 18 de junho de 1993. P. 5683

empresas privadas, invocava-se a população como “sujeitos de necessidade” e assim apresentava-se uma ação de governamentalidade. Não é nosso foco estudá-las para essa década. Mas é interessantes pensarmos que a Willys tornou-se memória e como tal, ainda foi acionada para o debate das formas de governar o Nordeste do Brasil no final do século XX.

5 A WILLYS, OS OPERÁRIOS E A JUSTIÇA DO TRABALHO

Neste capítulo, analisaremos as relações de trabalho estabelecidas entre a Willys e os seus operários. Os fios puxados a partir dos relatos de memória e dos processos trabalhistas

possibilitam contar uma história sobre o cotidiano do trabalho fabril. Entendemos que “vivemos em mundo feito por fábricas. [...] No entanto, a maioria dos países, com exceção dos próprios operários fabris, prestam atenção às instalações industriais das quais dependemos. [...] Os empregos fabris são tidos como bons, com pouco exame do que realmente implicam.”³¹⁶ Assim, discutiremos a construção de narrativas sobre o nomeado “trabalho moderno” em Jaboatão, entre os anos de 1966 e 1973, que foi posto em oposição ao trabalho rural considerado atrasado. Refletiremos ainda sobre a construção de uma ideia de trabalhador rural que organizava mobilizações políticas e sociais sendo contraposta a de operário disciplinado, grato e que não se envolveu em reivindicações sociais.

No meio rural, na produção do açúcar, os trabalhadores rurais de Pernambuco viviam a constante luta por melhores condições de vida, de trabalho e pagamentos de salários dignos. Após o golpe de 1964, além das condições de exploração, os trabalhadores rurais passaram a conviver com o medo acentuado pela violência e a vigilância das forças repressivas do Estado e dos patrões.³¹⁷ Esse medo, que se intensificou, fazia parte do cotidiano desses trabalhadores há décadas. Entretanto, com a instauração do regime ditatorial, o medo ganhou novas características. A partir daquele momento, ser acusado de comunista, de ser integrante das Ligas Camponesas ou apenas ser denunciado como simpatizante das ideias desses grupos era motivo para desqualificação, demissão do trabalhador, perda da moradia, perseguição, tortura e até correr o risco de morte.³¹⁸

Em inúmeros processos trabalhistas, essas práticas podem ser identificadas. Como exemplo, temos o processo nº 76/65 impetrado na Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata. O reclamante, trabalhador rural, Manoel Cosmo da Silva impetrou processo trabalhista contra o engenho Prado, localizado no município de Tracunhaém e propriedade de José Alfredo Coutinho. Consta nos autos do processo, em papel timbrado do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Nazaré da Mata – fundado em 1961 –, que o reclamante era brasileiro, casado e atuava como delegado do sindicato no referido engenho. Havia sido admitido em julho de 1962, “limpava cana, cortava e fazia todo e qualquer serviço exigido

³¹⁶ FREEMAN, Joshua B. **Mastodontes: A história da fábrica e a construção do mundo moderno.** São Paulo: Todavia. 1ª Ed. 2019.

³¹⁷ MELO, Camila Maria de Araújo. **Entre dois senhores: o patrão e a fome – as greves dos trabalhadores rurais no cabo de Santo Agostinho – PE, 1966 – 1968.** *Dissertação.* Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. 2018.

³¹⁸ Processos trabalhistas registraram muitas informações sobre essas questões e podem ser acessados no site do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª Região – LAHM, endereço: <http://memoriaehistoria.trt6.gov.br/>

pelo proprietário”³¹⁹. Segundo Manoel Cosmo, a sua demissão em dezembro de 1964 foi sem justa causa, pois sabia que por ser delegado do sindicato o dono do engenho se desagradava e esse teria sido o motivo de sua demissão.

No processo de 41 páginas constam várias audiências de conciliação e julgamento, com o depoimento de testemunhas de ambas as partes. Para o dono do engenho o trabalhador rural havia abandonado o serviço em razão das atividades desenvolvidas no sindicato. Era uma estratégia do empregador para desqualificar Manoel Cosmo. Essa versão foi confirmada pelas suas testemunhas. O historiador Antonio Torres Montenegro considera que essa linha de ação, de apontar o trabalhador como ameaça por ser líder sindical, ou ser comunista, na Justiça do Trabalho foi adotada por “muitos patrões, senhores de engenhos e proprietários de usinas [...] por meio dos seus advogados, após o golpe de 1964”.³²⁰

Entretanto, a história contada por Manoel Cosmo e suas testemunhas foi outra. Segundo Manoel, o patrão não aceitava que ele fosse delegado do sindicato e por isso tinha sido ameaçado de morte pelo filho do dono do engenho. Essa ameaça foi confirmada no depoimento de uma das testemunhas. Esta afirmou ter ouvido do dono do engenho que caso Manoel Cosmo voltasse ao trabalho ainda sendo delegado do sindicato “mandaria quebrá-lo de pau no barracão”, indicando o vigia que cumpriria a ordem. Depois da ameaça, o trabalhador rural abandonou o engenho, sua esposa registrou a ocorrência na delegacia do município de Tracunhaém e por intermédio da Federação (não explicita se era a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco – FETAPE) também enviou denúncia ao IV Exército.

A reclamação trabalhista tinha como objetivo requerer o pagamento do aviso prévio, indenização, férias e 13º mês de salário. O processo foi julgado procedente em parte. Manoel Cosmo não conseguiu provar na justiça que havia sido demitido por ser delegado do sindicato. Recebeu assim, o pagamento referente às férias de 1962 e 1963.

No decorrer do processo e das histórias contadas pelos vários personagens, observamos que os filhos (não se sabe quantos) de Manoel Cosmo também trabalhavam no engenho Prado e que requeriam, no mesmo processo, receber pelos dias trabalhados. Os filhos

³¹⁹ JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE NAZARÉ DA MATA. 76/65. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

³²⁰ MONTENEGRO, Antonio Torres. **Trabalhadores rurais e Justiça do Trabalho em tempos de regime civil militar**. Disponível em:

<http://memoriaehistoria.trt6.gov.br/cadastros/bibliografias/arquivo/17?>. Acessado em: 29 de janeiro de 2020. P.3

de Manoel Cosmo eram menores de idade e, assim, o trabalho desenvolvido por eles era pago ao pai.³²¹

Prevaleceu no processo nº 76/65 da JCJ de Nazaré da Mata a acusação do patrão de que o trabalhador havia abandonado o trabalho. Diante das ameaças sofridas, Manoel Cosmo afirmou em juízo que não voltaria ao trabalho no engenho Prado. O reclamante continuou morando nas terras do referido engenho, mas passou a trabalhar no Engenho Catunguba, propriedade do pai de João Alfredo Coutinho.

Antes de impetrar reclamação trabalhista contra seus empregadores, na busca pela efetivação dos seus direitos, muitos trabalhadores sofreram as consequências advindas das estratégias dos patrões para não pagar pelos direitos trabalhistas. O processo trabalhista nº 162/71 JCJ de Jaboatão, estudado por Antonio Torres Montenegro, era uma reclamação impetrada por Antonio José da Silva contra Constâncio Maranhão. O trabalhador havia sido rebaixado do cargo de administrador para trabalhador braçal. Esse rebaixamento de cargo era uma represália. O irmão de Antonio e um grupo de trabalhadores acionaram a Justiça do Trabalho contra Constâncio Maranhão. Nesse caso, foi Antonio quem sofreu as penalidades impostas pelo patrão. Montenegro argumentou que a ação trabalhista desse grupo foi julgada pelo patrão como um ato comunista. Esse processo apresentou mais uma estratégia de ação dos donos de engenhos, usinas e empregadores de como agiam no cotidiano e na Justiça do Trabalho diante dos trabalhadores que se reconheciam como sujeitos de direitos e lutavam para garantir essa condição social.³²²

Em Pernambuco, as perseguições a trabalhadores rurais e prisões de líderes sindicais foram registradas em documentos oficiais do governo e nos jornais.³²³ Sobre os trabalhadores urbanos fabris também existiram alguns registros. São greves, acusações de agitações sociais,

³²¹ Ver: PEREIRA, Clarisse dos Santos. **Precarização e resistência: a vida dos trabalhadores rurais nos processos trabalhistas (Goiana, 1979-1980)**. Dissertação. 2017. Programa de Pós-graduação em História – UFPE.

³²² MONTENEGRO, Antonio Torres. **Trabalhadores rurais e Justiça do Trabalho em tempos de regime civil militar**. Disponível em:

<http://memoriaehistoria.trt6.gov.br/cadastros/bibliografias/arquivo/17?>. Acessado em: 29 de janeiro de 2020.

Ver também:

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Direitos trabalhistas e assassinato em tempos de regime militar e civil (1972 – 1973): o indiciamento dos irmãos Barreto**. Disponível em: <http://memoriaehistoria.trt6.gov.br/cadastros/bibliografias/arquivo/19?>. Acessado em: 29 de janeiro de 2020.

MONTENEGRO, Antonio Torres. O TRABALHADOR RURAL NAS BARRAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (1964 – 1974). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 7, n. 1, abr., 2014. Disponível em: <http://memoriaehistoria.trt6.gov.br/cadastros/bibliografias/arquivo/20?>. Acessado em: 29 de janeiro de 2020.

³²³ Ver: Relatório Final da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara

insubordinações. Nada foi registrado, entretanto, na documentação policial ou mesmo na imprensa local sobre operários da Willys de Jaboatão terem sido presos, acusados de agitação social ou comunistas. Também não foram encontrados registros desses operários em organizações ou liderança de qualquer sindicato.

A Willys se posicionava como ponto de inflexão nesse cenário de acusações e lutas sociais. Os dirigentes da fábrica mobilizavam a ideia de uma “revolução da paz”, em sintonia com os anúncios do governo militar. Encontramos registros de que, segundo setores da imprensa e do governo, a nova fábrica contribuiria para promover a mudança pacífica na região e para construir uma nova “civilização nordestina”.

O conceito de revolução foi apropriado pelos militares no pós-64. A única revolução possível e admitida no país era a proposta pelo governo. O medo de uma revolução como a cubana, comunista, que se acreditava espreitar o Nordeste antes de 1964, foi uma das justificativas dos militares para golpe militar. Com isso, uma revolução associada aos movimentos sociais dos trabalhadores foi posta na ilegalidade. Os militares tratavam de criminalizar esses movimentos, seus sujeitos e o conceito de revolução que defendiam. Ressaltamos que o governo ditatorial militar ganhou novos contornos ao longo dos anos. Não foi uma ditadura que se instaurou pronta. Ela foi sendo construída.

A “revolução” também foi apropriada e ressignificada por setores que apoiaram o golpe militar. O historiador Márcio Vilela estudou os discursos e práticas da Igreja Presbiteriana no período ditatorial no Brasil. Vilela aponta que ao fazer referência ao golpe de 1964, setores da Igreja Presbiteriana a denominavam de “revolução gloriosa” ou “revolução redentora”. Para esses setores da igreja, destacou o historiador, “o Golpe civil e militar de 1964 foi encarado como uma ação divina, uma revolução redentora”.³²⁴ Ainda segundo Márcio Vilela, os termos “revolucionários” e “revolução” eram comumente encontrados na documentação produzida pela Igreja Presbiteriana. Esse argumento nos ajuda a pensar que a partir daquele março de 1964 se propôs a instalação de uma nova gramática revolucionária no país. Governo, setores das igrejas, da imprensa, da indústria, dentre outros passaram a operacionalizar novos significados para a revolução. Apropriações e novos usos do termo permitiram dar sentido a uma nomeada “revolução vitoriosa”, da paz, do capital e dos interesses políticos partilhados entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, como apontam os documentos pesquisados.

³²⁴ VILELA, Márcio Ananias Ferreira. **Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política.** Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2014. P. 20

Os militares construíram um discurso no qual se conceituavam revolucionários. Cercados de aparato político e intelectual – vide Gilberto Freyre, por exemplo -, se apropriaram do termo e passaram a dizer o que era a “revolução”. Os discursos desse “novo ato revolucionário” foram amplamente divulgados nos jornais, revistas e propagandas oficiais do governo. Fez parte da gramática usada no período ditatorial.

Entre 1966 e 1973, recorte temporal desta tese de doutorado, encontramos em diversos documentos o termo “revolução de 64”, ou “revolução dos militares”, ou apenas “revolução” como referência ao governo. Existia uma positividade produzida para esse termo pelo governo militar. O uso dessas expressões instituía novos significados que criavam novas leituras do cenário político, no pós golpe.

Arnaldo Sussekind, Ministro do Trabalho, afirmou em 1966 que o país devia “à revolução o clima de harmonia entre o capital e o trabalho e a perfeita tranquilidade social”³²⁵, que segundo ele foram pontos cruciais para os planos de contenção da inflação e de estímulo ao desenvolvimento econômico. Arnaldo Sussekind era mais um intelectual compondo o governo. Ele foi descrito na *Revista Manchete* como “antigo procurador da Justiça do Trabalho, jurista dos mais eminentes e grande estudioso dos problemas sociais, com cerca de 20 livros publicados sobre assuntos trabalhistas, [...] muito antes de ocupar a pasta do trabalho, já tinha concepções próprias sobre as diretrizes da política social que mais convinha ao Brasil.”³²⁶

Na *Revista Manchete*, de 1966, a fala de Arnaldo Sussekind apareceu como uma propaganda do governo. Observamos que as propagandas em revistas e jornais eram mais uma forma de circular as ideias e o termo revolução ditado pelos militares. Outro exemplo é uma propaganda oficial do governo, veiculada em jornal, sobre o Fundo de Garantia por tempo de Serviço, provavelmente do ano de 1966. O texto dizia que o FGTS era uma conquista do trabalhador brasileiro e que só se tornou possível com a “revolução” de março de 1964.³²⁷

³²⁵ A POLÍTICA SOCIAL DO GOVERNO. *Revista Manchete (RJ)*. 14 de agosto de 1966. P.114 e 115. Texto de Caio de Freitas.

³²⁶ A POLÍTICA SOCIAL DO GOVERNO. *Revista Manchete (RJ)*. 14 de agosto de 1966. P.114 e 115. Texto de Caio de Freitas.

³²⁷ A matéria está publicada na íntegra no artigo de André Fontenelle e publicado no site do Senado Federal, mas não foi possível localizar nenhuma referência de publicação da propaganda do governo. Ver: FONTENELLE, André. **Em 1967, FGTS substituiu estabilidade no emprego**. Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/05/em-1967-fgts-substituiu-estabilidade-no-emprego>. Acessado em 15 de novembro de 2019.

A “revolução” narrada pelo governo militar foi irradiada para os diversos setores sociais, econômicos e políticos do país. Tomaremos como exemplo a questão da Reforma Agrária. Não iremos fazer uma discussão sobre a questão, mas destacar a apropriação dos termos feita pelos militares. A socióloga Regina Bruno, em seus estudos sobre o Estatuto da Terra, diz que a Reforma Agrária foi lançada pelo governo de Castello Branco como uma concessão da “revolução”.³²⁸

Ao apropriar-se da bandeira da reforma agrária, o governo Castello Branco deu-lhe uma nova feição. ‘Em seu governo as reformas e a reforma agrária foram tratadas a partir de um compromisso social diferente. Elas se desvincularam de suas origens sociais e passaram a ser uma concessão da ‘revolução’. Neste sentido, ‘sob o regime militar os trabalhadores rurais perderam a iniciativa política. O governo Castello Branco, ao mesmo tempo em que reprimia e intervinha, passou a controlar o que os trabalhadores deveriam discutir e reivindicar.’³²⁹

Importante destacar duas questões. A primeira é sobre a desvinculação entre a reforma agrária e os movimentos sociais. A segunda é a abertura para o desenvolvimento do campo que se dá como concessão da “revolução”. Voltamos assim, ao ponto crucial do debate. Os militares se apropriaram e disciplinaram as ações sociais e políticas que estavam em curso antes do golpe e a “revolução” imposta por eles negava a condição de sujeito político aos trabalhadores.

Para o operário que ganhou visibilidade em Pernambuco nos discursos de desenvolvimento do pós-64, a ideia de uma de “revolução de paz” lhe conformaria o lugar do beneficiário, daquele que receberia os ganhos advindos da modernização promovida pelo Estado em parceria com as empresas. Tal “lugar revolucionário” se opunha ao enfrentamento proposto pela luta de classe do modelo revolucionário defendido pelas esquerdas. Uma “revolução de paz” marcada pelo silenciamento das marchas dos camponeses, com seus machados e foices, e pelo enaltecimento do trabalho fabril ao som das máquinas modernas.

O sociólogo Marcelo Ridenti diz que a “revolução” era uma utopia na década de 1960. Era tida como o grande desejo, “tanto que o próprio golpe designou-se como ‘revolução de

³²⁸BRUNO, Regina. **O estatuto da terra**: entre a conciliação e o confronto. Estudos Sociedade e Agricultura. 5 de novembro de 1995. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/cinco/regina5.htm>

³²⁹BRUNO, Regina. **O estatuto da terra**: entre a conciliação e o confronto. Estudos Sociedade e Agricultura. 5 de novembro de 1995. P. 5. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/cinco/regina5.htm>

1964””.³³⁰ No discurso dos militares, o lugar ideal foi construído a partir da resignificação do que era revolução naquela década.

A ideia de revolução foi construída historicamente no Brasil, afirma o historiador Diogo Cunha.³³¹ Na sua análise, dois pontos corroboram para nossa discussão. A relação entre o conservadorismo, a ideia de revolução e o modelo de sociedade que se pretende instaurar a partir de um ato revolucionário. O autor identifica que entre os anos de 1930 e 1970 as elites políticas e intelectuais conservadoras conceberam a “revolução” como positiva, um evento criador e associado a uma democracia. Criavam assim, uma exposição da ideia revolucionária de destituição do sistema, de ruptura completa. O segundo ponto é consiste em pensarmos qual modelo de sociedade foi instaurado com a “revolução de 1964”. Os militares anunciavam o desenvolvimento e o crescimento econômico dentro de uma ordem. O discurso era de uma nova “revolução”, conservadora e moralizadora. Na estratégia dos militares nomeada de revolucionária, o Estado se apresentava como provedor e pacificador, incluindo o uso da tortura para garantir a ordem e a paz. Essa prática violenta era justificada contra aquele que desejava impedir a “criação revolucionária” de um “novo país”. “Muitas pessoas foram enquadradas nesta prática e sofreram o terror da violência do Estado.”³³² Pensamos o conceito como ligado diretamente ao tempo e espaço e só assim ele faz sentido como sugere Reinhart Koselleck. É nesse sentido que pensamos os usos do termo revolução, ligado a configurações históricas próprias do período estudado.³³³

5.1 A JUSTIÇA DO TRABALHO

³³⁰ RIDENTI, Marcelo. Que história é essa? IN: **Versões e ficções: o seqüestro da história**. Editora Fundação Perseu Abramo. 1997. P.17

³³¹ CUNHA, Diogo. **A revolução faltará ao encontro**. Publicado em Carta Maior, o portal da esquerda. 02 de abril de 2019. Disponível em:
<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-revolucao-faltara-ao-encontro/4/43756>

³³² CUNHA, Diogo. **A revolução faltará ao encontro**. Publicado em Carta Maior, o portal da esquerda. 02 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-revolucao-faltara-ao-encontro/4/43756>

³³³ Ver: KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e História Social In: **Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC- Rio, 2006.
KOSELLECK, Reinhart. História, histórias e estruturas temporais formais In: *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC- Rio, 2006.

Construímos ao longo desta tese de doutorado, chaves de leitura para o período ditatorial pós 1964 no Brasil. A partir das práticas e dos discursos sobre a fábrica Willys instalada em Jaboaão, buscamos vestígios que nos ajudassem a montar um cenário político, social e econômico que se desenhava no país. Pontuamos várias mudanças impostas pelo novo regime. Para a construção deste trabalho, interessa o funcionamento da Justiça do Trabalho nas novas configurações pós-64. Até este momento da narrativa várias práticas discursivas e ações da Willys foram estudadas. Adiante, analisaremos os processos na Justiça do Trabalho e os relatos de memória de um grupo de atores sociais que compõem a nossa narrativa histórica – os operários da Willys de Jaboaão.

A Justiça do Trabalho foi inserida como um fio importante na construção desta narrativa. Destacamos que no período estudado, mudanças também foram impostas a este setor do poder judiciário. No regime ditatorial, o poder de ação e julgamento de juízes, o acesso do trabalhador à justiça e as atividades dos sindicatos passaram por novas formas de intervenção e de controle do Estado. O pesquisador Fernando Teixeira enfatiza que no período pré golpe de 1964 também estavam na mira dos militares as organizações dos trabalhadores, as suas lutas e as suas conquistas dentro das instituições corporativistas, com destaque para os sindicatos e a Justiça do Trabalho.³³⁴

O primeiro acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho se dava pela Junta de Conciliação e Julgamento. As Juntas foram criadas em 1932 e atuavam como a primeira instância. Seu objetivo era a conciliação das questões trabalhistas entre patrões e empregados. Era um órgão colegiado, composto por três membros, um juiz do trabalho e de dois vogais, representantes de patrões e empregados.³³⁵

Em Pernambuco, as primeiras Juntas criadas foram as de Recife em 1941 e Paulista em 1955. A JCJ de Jaboaão foi criada em 1962 e recebia também as reivindicações dos trabalhadores dos municípios de Moreno, Vitória de Santo Antão, Gravatá e Glória do Goitá. Segundo estudo realizado por Antonio Torres Montenegro, entre os anos de 1941 a 1970 existiam doze Juntas de Conciliação e Julgamento no estado. Nesses anos, não houve uma

³³⁴ DA SILVA, Fernando Teixeira. **Trabalhadores no Tribunal: Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964**. São Paulo: Alameda. 2ª Ed. 2019. P.30

³³⁵ CHAVES, Luciano Athayde. **A Emenda Constitucional no 24/99 e o Processo do Trabalho: Mutações infraconstitucionais e ajustes conforme a Constituição**. Revista de Informação Legislativa, Ano 50 Número 197 jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496968/000985740.pdf?sequence=1> . Acessado em 01 de novembro de 2019.

expansão para as cidades do sertão pernambucano. Tal movimento de criação aconteceu na década de 1990 quando as Juntas foram extintas e substituídas pelas Varas do Trabalho.³³⁶

Em 1946, a Justiça do Trabalho foi integrada ao Poder Judiciário. Interligaram-se, assim, as ações das Juntas de Conciliação e Julgamento aos Tribunais Regionais do Trabalho.

337

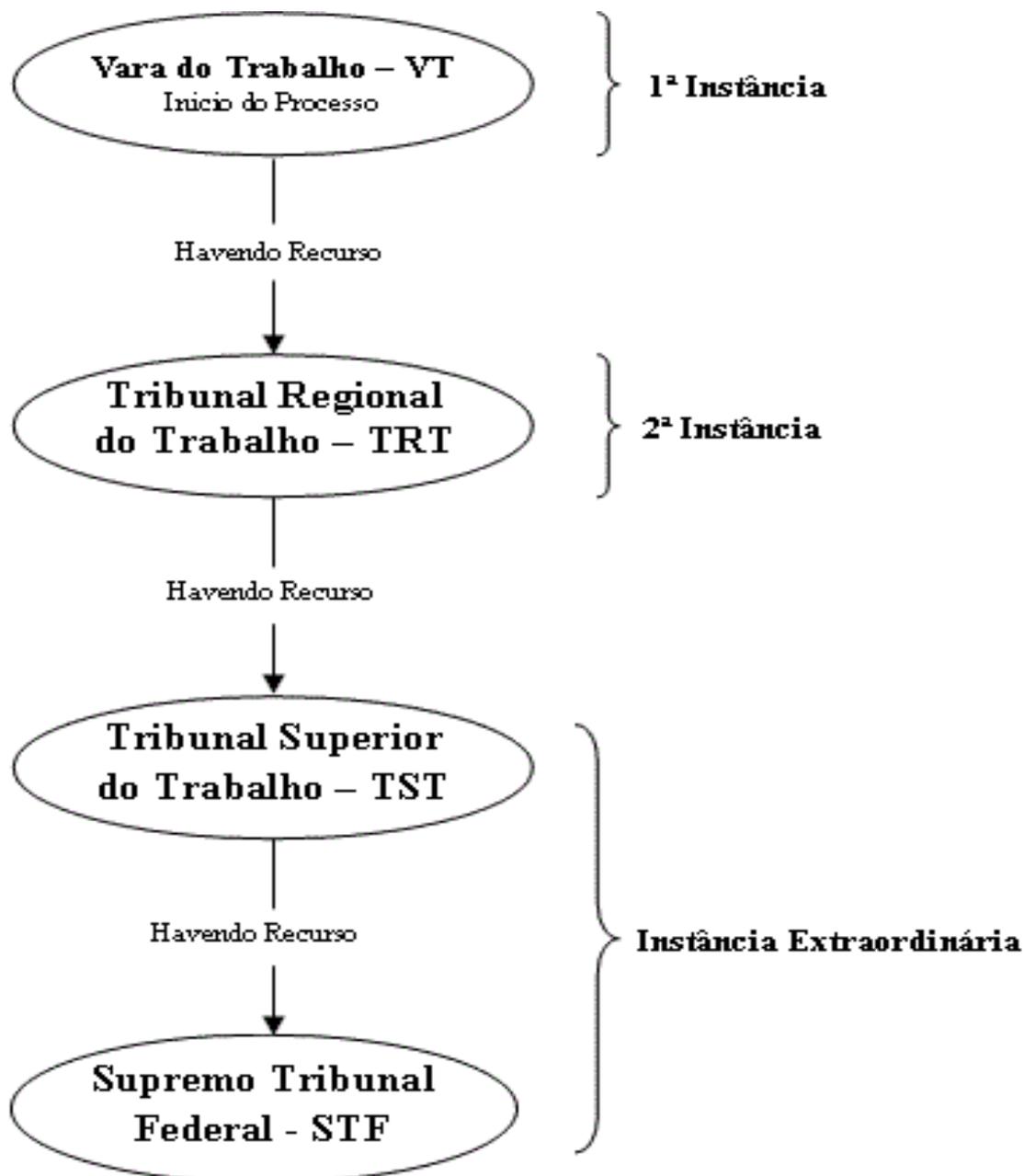
A hierarquia na Justiça do Trabalho é assim organizada:

³³⁶MONTENEGRO, Antonio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Processos trabalhistas:** mobilização social, arquivamento e historiografia. In: TAVARES, Marcelo Góes; MONTENEGRO, Antonio Torres (orgs). Arapiraca: Eduneal. 2018 p. 13-34

³³⁷<https://www.trtsp.jus.br/institucional/gestao-documental/232-institucional/gestao-documental/17947-historico-da-justica-do-trabalho-e-trt-da-2-regiao>

Ver também: PEREIRA, Clarisse dos Santos. **Precarização e resistência:** a vida dos trabalhadores rurais nos processos trabalhistas (goiana, 1979-1980). Dissertação. 2017. Programa de Pós-graduação em História – UFPE. DA SILVA, Fernando Teixeira. **Trabalhadores no Tribunal:** Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964. São Paulo: Alameda. 2ª Ed. 2019.

Imagem 8: hierarquia na Justiça do Trabalho



Fonte: TRT/Guia Trabalhista³³⁸

Na imagem retirada do site do TRT, a Vara do Trabalho aparece como a primeira instância. Basta pensarmos que ela substituiu as Juntas em 1999, mas que todo o processo se dava nessa sequência. O acesso à justiça se dava pela Junta de Conciliação e Julgamento.

³³⁸Disponível em:

http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/processo_trabalho.htm acessado em 01 de novembro de 2019.

Havendo recurso, o processo seguia para o TRT. Caso a decisão do TRT fosse questionada, era impetrado um recurso e o processo seguia para o TST. O Supremo Tribunal Federal era a última instância a ser percorrida caso ainda apresentasse possibilidade de recurso.

Na construção desta tese de doutorado, os processos trabalhistas impetrados nas diversas instâncias da Justiça do Trabalho são tomados, com o devido cuidado metodológico,³³⁹ como documentação que possibilita narrar a história de operários, de sindicatos, de juízes, da constituição do indivíduo como detentor de direitos trabalhistas e da aplicação da Consolidação das Leis trabalhistas. Documentos que também oferecem informações sobre a história do país.³⁴⁰

Os processos nos permitem entender que os direitos dos trabalhadores/operários no Brasil foram construídos a partir de lutas, pelo 13º salário,³⁴¹ por férias remuneradas, por descanso semanal, luta das mulheres pelo direito de amamentar durante o horário de trabalho³⁴². Lutas pelo direito de receber o salário em moeda real e não em vales-brancos. Um exemplo sobre a discussão do pagamento em vales-brancos está presente no proc. 0192/65 impetrado na Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata. No referido processo, vinte e cinco trabalhadores rurais do Engenho Pagi, localizado no município de Vicência, ajuizaram reclamação trabalhista contra Antonio Oliveira Mota. Os trabalhadores reclamavam 13º salário, feriados trabalhados e afirmaram no processo que receberam vales brancos para serem trocados por mercadorias no barracão. A ação foi conciliada.³⁴³ Como apontam os

³³⁹Ver: PEREIRA, Clarisse dos Santos. **Precarização e resistência**: a vida dos trabalhadores rurais nos processos trabalhistas (goiana, 1979-1980). Dissertação. 2017. Programa de Pós-graduação em História – UFPE. GUIMARÃES NETO, Regina B. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, Robson [et al.]. **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Florianópolis/SC: Ed. da UFSC, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. Ponto de vista, perspectiva e temporalidade – Contribuição à apreensão historiográfica da História In: **Futuro passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC- Rio, 2006.

³⁴⁰Sobre a importância da documentação produzida pela Justiça do Trabalho ver: DROPPA, Alisson. Justiça do Trabalho e as conquistas dos direitos: o direito de conhecer a história da Justiça do Trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 3, n. 5, janeiro-junho de 2011, p. 316—320. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/viewFile/18614/19010>

³⁴¹ Ver: PORFIRIO, Pablo. O tal de Natal: Reivindicação por direito trabalhista e assassinatos de camponeses. Pernambuco, 1963. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59. P.745-766, setembro-dezembro 2016.

³⁴² Ver: [SCHMIDT, B. B.](#). A sapateira indisciplinada e a mãe extremosa: disciplina fabril, táticas de gênero e luta por direitos em um processo trabalhista (Novo Hamburgo-RS, 1958-1961). In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA Fernando Teixeira da. (Org.). **A Justiça do Trabalho e sua história**. 1 ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2013, v. 1, p. 157-199.

³⁴³ JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE NAZARÉ DA MATA. **PROCESSO 0192/65**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

estudos realizados pelo historiador Antonio Torres Montenegro, essas lutas foram marcadas por conflitos e, em diversos momentos, por muita violência.³⁴⁴

A Justiça do Trabalho foi a arena de disputas e atuou como mediadora desses conflitos, para fazer cumprir, quando necessário, os direitos adquiridos pela luta dos trabalhadores, com “função ‘expressa e exclusiva’ de conciliar e julgar os dissídios coletivos e individuais entre empregados e empregadores, assim como as demais controvérsias oriundas de relações de trabalho regidas por legislação especial”.³⁴⁵ Nessa arena, nem sempre as reivindicações trabalhistas foram atendidas de forma que resolvesse totalmente as demandas dos trabalhadores. Para que a luta fosse justa, o juiz aposentado José Soares Filho afirmou que precisaria “equivaler ao que seria estabelecido em sentença juridicamente perfeita”.³⁴⁶ Contudo, se o trabalhador precisou impetrar uma ação os seus direitos já foram, de algum modo, burlados e o acordo na Justiça se configura uma estratégia para os empregadores refutarem suas obrigações. “Cinicamente, [os empregadores] deixam de pagar salários [...] para forçar os obreiros a ajuizarem reclamação trabalhista e se sujeitarem, em juízo, a receber por seus direitos quantias inferiores às que lhes são devidas por lei, mediante acordo; regateiam impiedosamente os valores desses direitos, de si já minguados.”³⁴⁷ Assim, a luta travada na Justiça do Trabalho, para o trabalhador, não estabelece uma relação evidente de segurança e pagamento efetivo dos seus direitos.

Neste capítulo, estudamos processos trabalhistas impetrados na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão que trazem como atores a Willys/Ford e seus operários. Analisamos práticas do cotidiano fabril registradas nas disputas judiciais e como o discurso de “revolução de paz” foi mobilizado como estratégia de disciplinamento e exploração dos operários.

³⁴⁴ Ver: MONTENEGRO, Antonio Torres. Ação trabalhista, repressão policial e assassinato em tempos de regime militar. **Topoi**, v.12, n. 22, jan-jun. 2011, p.228 – 249.

MONTENEGRO, Antonio Torres. O trabalhador rural nas barras da Justiça do Trabalho (1964-1974). *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 7, n.1, abril, 2014.

DABAT, Christine Rufino. Uma “caminhada penosa”: A extensão do direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco. **Clio** – Série Revista de Pesquisa Histórica – N. 26-2, 2008.

³⁴⁵ DROPPA, Alisson. O poder normativo e a consolidação da justiça do trabalho brasileira: a história da jurisprudência sobre o direito coletivo do trabalho. IN: **Revista Tempo**. (Niterói, online) vol. 22 n. 40. P.220-238, mai-ago, 2016

³⁴⁶ SOARES FILHO, JOSÉ. Acordo Trabalhista, fator de injustiça. In: **revista LTR**. Ano 50. Nº 7. Julho 1986. P.802

³⁴⁷ SOARES FILHO, JOSÉ. Acordo Trabalhista, fator de injustiça. In: **revista LTR**. Ano 50. Nº 7. Julho 1986. P.803

5.2 A FÁBRICA NO DISCURSO DOS OPERÁRIOS

“Eu fiquei sozinho aqui, fui passando de uma [fábrica] para outra”³⁴⁸, assim rememora Antonio Justolino Barbosa, que começou a executar o trabalho de montar carro em Pernambuco no ano de 1969. Tinha vinte e cinco anos de idade quando foi admitido na Willys. Até então nunca tinha visto ninguém montar um automóvel. O primeiro dia de trabalho foi em 28 de maio. Com a carteira profissional assinada, Antonio iniciava sua relação trabalhista com a Willys. Depois seguiu trabalhando para a Ford. Antonio continua trabalhando no mesmo prédio construído na década de 1960. Hoje, aos 75 anos de idade, segue no setor de montagem, mas agora do componente automotivo chicote elétrico, que é instalado no carro JEEP, produzido na cidade de Goiana - PE. Entre histórias contadas pelo operário, destacaram-se aquelas enaltecidas da Willys e da Ford – Willys presentes em suas memórias.³⁴⁹

Natural de Surubim, cidade localizada a 120 km de Recife, Antonio é filho de trabalhadores rurais. O primeiro emprego que conseguiu na região metropolitana do Recife foi em uma granja, em Jaboatão. Sua função era vender galinhas. Neste emprego conseguiu uma indicação para o trabalho na fábrica. Foi Flérida Cortizo, a funcionária do setor administrativo da Willys, que o recomendou para o novo trabalho. Ela narrou a história sobre Justolino e seu filho, que está no capítulo anterior. Ele foi soldador, lanterneiro, desamassava e retirava qualquer defeito que o carro pudesse ter. O operário começava uma jornada de trabalho muito diferente do que estava acostumado. Seria uma oportunidade de melhores condições de vida e salário.

Antonio Justolino contou que chegava cedo ao trabalho. Segundo relatos, às sete horas da manhã os operários estavam em seus postos para o início de mais um dia de trabalho. Um ônibus da fábrica passava em vários pontos de Jaboatão, Recife e Cabo de Santo Agostinho recolhendo os operários no início da manhã para o trabalho fabril. Antonio rememorou a montagem dos carros que era toda manual,

[...] as peças, o capô vinha uma chapa pronta, aqui eram colocados os reforços nos capôs, os para-lamas vinham só as peças e eram colocados aqui, a buzina era montado aqui, nós tínhamos a prensa para fazer tudo isso, os para-lamas tinham os gabaritos direito ou esquerdo, colocávamos os dois, na

³⁴⁸BARBOSA, Antonio Justolino. Entrevista realizada no dia 27 de março de 2018. Cidade de Jaboatão dos Guararapes. Fábrica TCA. Pesquisadora: Karlene Araújo

³⁴⁹BARBOSA, Antonio Justolino. Entrevista realizada no dia 27 de março de 2018. Cidade de Jaboatão dos Guararapes. Fábrica TCA. Pesquisadora: Karlene Araújo

época que fui para São Paulo era um robô, mas aqui era na base da máquina, a máquina tinha uma mangueira que entrava água, quando se abria aquela água jogava dentro, porque se não esfriasse ele derretia, ponteava até que deixavam o pára-lama pronto, aquele pára-lama ali já estava pronto para colocar no carro e tinha outro setor de preparar cabine do carro, a porta colocava depois, peça por peça, menos o chicote, o chicote vinha de São Paulo. O chassi vinha de São Paulo, aqui tinha uma linha que colocávamos o chassi, colocávamos bateria, volante, tudo, quando a cabine vinha, entrava no fosfato, depois do fosfato, entrava na cabine de pintura, recebia toda uma pintura, tirar toda a impureza daquela peça, depois entrava numa estufa quente para receber a primeira pintura, passava por uma lixa de água para depois entrar em uma outra cabine só de ar, para tirar toda poeira, para depois sair para a pintura final, voltava dentro dos trilhos, aquele carrinho, era pintado, colocava farol, o chicote, colocávamos a porta. As portas vinham da funilaria, outra linha, depois da funilaria, tinha a instalação onde já pegava a carroceria, os pneus e os bancos, tudo aqui ³⁵⁰

Essa fala de Antonio Justolino é carregada de signos e comparações. O operário construiu quase uma atmosfera lúdica para dizer que o trabalho desenvolvido pelos operários de Jabotão era todo manual. Parafuso por parafuso. Ao passo que os operários da fábrica de São Paulo trabalhavam em um ambiente robotizado. A riqueza de detalhes presentes na fabricação de um carro, a partir dos relatos de Antonio, faz-nos questionar que tipo de fábrica moderna foi instalada pela Willys em Jabotão. Os discursos sobre o moderno pareciam ser diferentes. De um lado tínhamos uma fábrica na qual o seu operário precisava instalar peça por peça - porta, tintura, tapeçaria -, do outro lado nos apresentava uma fábrica que já operava com robôs. A propaganda da Willys apresentava uma modernização que deixava pressupor um processo tecnológico. Mas Antonio relata um trabalho manual, quase artesanal. Havia poucas máquinas, diferente da fábrica de São Paulo.

Antonio trabalhou em vários setores da linha montagem. Ao contar sobre o seu dia de trabalho parecia ter todas as etapas da montagem dos automóveis em sua mente. Não se tornou pela sua narrativa de memória, um especialista em apenas uma etapa do trabalho. O seu relato proporciona imaginar a transformação de uma chapa de ferro em um objeto de consumo. Faz pensar que ele se tornou um homem-fábrica, passando de uma fábrica a outra, Willys- Ford- TCA- FCA, assim como os carros em uma linha de montagem.

O trabalho na fábrica começava às sete horas da manhã e terminava às cinco horas da tarde, de segunda a sexta-feira. Nos sábados não havia expediente. O horário de almoço para

³⁵⁰BARBOSA, Antonio Justolino. Entrevista realizada no dia 27 de março de 2018. Cidade de Jabotão dos Guararapes. Fábrica TCA. Pesquisadora: Karlene Araújo

todos os trabalhadores, segundo memórias de Antonio Justino, era às onze horas da manhã. A produção diária era de 35 carros. No final do dia de trabalho, esses carros deviam sair prontos da linha de montagem. Para isso, outros trinta e cinco carros iam para a funilaria. Estes ficavam para o trabalho do dia seguinte. As lembranças de Antonio diziam ainda da presença dos equipamentos de segurança usados pelos operários. Lembrou dos macacões, das luvas, dos óculos, das máscaras e dos aventais usados no cotidiano da fábrica.

Antonio Justolino citou informações que serão importantes para o desenrolar dessa história. São memórias que indicam ações, práticas e discursos construídos no local de trabalho. Dados que nos possibilitam analisar tanto a construção da ideia da fábrica Willys como uma mãe para os seus operários, a partir dos seus relatos de memória, quanto para entendermos uma série de reclamações trabalhistas impetradas pelos operários contra a Willys. Nesse sentido, a historiadora Regina Guimarães diz que

muitas vezes, meras lembranças, reminiscências, que emergem como sinais involuntários – fiapos desgarrados - , mas fundamentalmente plenos em revelações. A riqueza está em poder apreender nas histórias narradas os fios de tensões, as linhas contraditórias, talvez muito mais ambíguas, linhas de fuga que formam um quadro complexo e desafiador para a pesquisa histórica.³⁵¹

Interessam, nos relatos de memória, as histórias contadas, construídas. As histórias que sobreviveram à passagem do tempo. Mas também os fios, aparentemente soltos, os lampejos da memória, os rastros que as histórias não contadas deixam pelo caminho.

Assim, as memórias dos operários e trabalhadores do setor administrativo são estudadas e analisadas como documentos que conta uma história de um passado recente por um testemunho situado em configurações históricas diferentes. Como outras fontes utilizadas no fazer historiográfico, os relatos orais não dispensam avaliações críticas. Para Regina Guimarães, “as recordações não são meras exposições da memória, mas um olhar que atravessa o tempo múltiplo, um olhar que constrói, decifra, revela e permite a passagem de um tempo a outro.”³⁵²

³⁵¹ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração, memória e práticas culturais. Mato Grosso na primeira metade do século XX.** Cuiabá: EdUFMT. 2006. P.56

³⁵² GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração, memória e práticas culturais. Mato Grosso na primeira metade do século XX.** Cuiabá: EdUFMT. 2006. P.48

Antonio Justolino lembrou que o seu contrato de trabalho com fábrica começou quando era Willys- Ford, mas que na prática ainda era chamada apenas de Willys.³⁵³ Ao voltar no tempo e tentar construir uma narrativa para os primeiros anos de trabalho na fábrica, disse que havia em torno de 250 operários diariamente na fabricação dos carros. Outros documentos indicam que no início das atividades foram empregados cerca de 400 trabalhadores diretos. Analisando os dados fornecidos nesses documentos, é possível conectar com as informações sobre as admissões e demissões na fábrica presentes, sobretudo, nos processos trabalhistas de rescisão de contrato. Em torno de 400 trabalhadores foram contratados em 1966. Em 1969, quando Antonio foi admitido, havia cerca de 250. Depois da venda para a Ford, um número expressivo de operários foi demitido. Essas questões serão analisadas com mais detalhes no próximo capítulo.

“Mais de 100 pessoas batem à porta da Willys por dia. E muitos só levam a carteira de trabalho e uma imensa vontade de trabalhar. Não lêem, não escrevem o nome, nunca viram uma empilhadeira. Vêm de longe, atraídos pela notícia de trabalho.”³⁵⁴ Assim, a imprensa registrava a procura por emprego na Willys nos primeiros meses do ano de 1966. Empregos diretos e indiretos começaram a ser oferecidos desde a obra de construção das instalações da fábrica entre 1965 e 1966.

As entrevistas realizadas permitem identificar a produção de uma memória positiva sobre o trabalho na Willys.³⁵⁵ São relatos que delineiam a imagem de uma fábrica-mãe, que acolhia e dava assistência. Para os atores sociais entrevistados, na fábrica se formou uma verdadeira família entre os diretores da Willys e seus operários. Falaram dos bons salários recebidos, das festas, do restaurante. Essa é uma memória produzida sobre o trabalho fabril na Willys, 54 anos depois de sua inauguração.

Essa imagem, de uma boa fábrica para os operários, também foi veiculada nos jornais. As propagandas da Willys diziam do pagamento de bons salários, das boas condições de trabalho, do acesso à saúde e à educação para os filhos dos empregados. Os dirigentes da fábrica, segundo a imprensa e a análise dos relatos orais, teriam criado um envolvimento afetivo da Willys com os seus operários e os seus clientes – para quem as propagandas tanto de jornais quanto televisivas eram direcionadas.

³⁵³ A venda foi em 1967.

³⁵⁴ VÊM DE LONGE. **Revista Quatro Rodas**. 1966. P.47

³⁵⁵ Entrevistadas e entrevistados: Flérida Cortizo que trabalhou na parte administrativa da fábrica. Mathias Filho que trabalhou na área de vendas. Aparecida que trabalhou na parte de finanças já na fábrica FORD. Luís Regueira que trabalhou na parte administrativa. Antonio Justolino foi montador de carro. Arhtur Sentieiro responsável por formar a mão de obra.

Parte dos trabalhadores morava em Jaboatão e Cabo de Santo Agostinho, nas proximidades da fábrica. Muitos operários moravam na área urbana. Uma região que passou a empregar mão de obra, até então, não qualificada para o trabalho fabril. Um emprego que teria possibilitado a Paulo Feliciano³⁵⁶, por exemplo, morar na praia de Candeias, juntamente com toda sua família. A nova moradia do operário e da sua família foi noticiada em reportagem na *Revista Quatro Rodas*. Na matéria da revista foi a Willys que proporcionou melhores condições de vida para eles.³⁵⁷

Os operários da Willys contaram que se sentiam pertencentes à “família Willys”. Eram os jogos de futebol, as festas de final de ano, a distribuição de material escolar para as crianças. Foram criadas formas de pertencimento à fábrica. A busca por criar vínculo com os operários não era uma estratégia particular da Willys. Antonio Montenegro afirma que objetivo parecido tinha sido adotado por outra fábrica norte-americana de automóveis, a Studebaker. Para essa fábrica eram contratados preferencialmente membros da mesma família e se pagava bons salários como estratégia de criar o compromisso dos operários com o trabalho, em razão às péssimas condições de trabalho e exploração que se vivia no cotidiano fabril. Essa ação da empresa criava uma atmosfera de bem estar entre os operários, apesar da jornada extenuante que desenvolviam. Um operário contou que “todos estavam como em casa. Todos eram amigos e tentavam se dar bem.[...] todos eram tão amigos. Todos gostavam de trabalhar na Studebaker. Talvez porque fosse o melhor emprego que se podia encontrar, entende.” Para outro operário, identificado como M. na fábrica “era como trabalhar em família. Era mesmo”.³⁵⁸

Como citamos, no início desta tese de doutorado, na linha de montagem trabalhavam apenas homens. As mulheres desenvolviam atividades no setor administrativo.³⁵⁹ Flérida

³⁵⁶Começou a trabalhar na construção da fábrica e foi demitido em 1967.

³⁵⁷ JIPE CHAPÉU DE COURO REVOLUCIONA JABOATÃO. *Revista Quatro Rodas*. 1966

³⁵⁸ MONTENEGRO, Antonio Torres. *Studebaker, Delco, Guide, general Motors na fala dos operários*. In: **Revista CLIO** – série História do Nordeste – nº 15 – 1994. p. 25

³⁵⁹Encontrei o registro de trabalho de outras quatro mulheres, nos processos trabalhistas 07/68, 1462/69, 1034/69 e 33/70. Todos são processos são de rescisão contratual e não consta qual função desempenhavam na fábrica.

Geralda Clementino de Souza, admitida em 28 de junho de 1966 e demitida em dezembro de 1967.

Lúcia Maria Neves de Albuquerque, admitida em 05 de fevereiro de 1968 e demitida em janeiro de 1970.

Noemia Bezerra Machado, admitida em 19 de abril de 1967 e demitida em 31 de novembro de 1969.

Maria Edilene do Amaral Lopes Lima, admitida em 14 de abril de 1969 e demitida em 31 de julho de 1969.

Ver: JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 07/68**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 33/70**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 1462/69**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

Cortizo, uma de nossas entrevistadas, foi admitida em 1966, a poucos dias da inauguração da Willys. Antes era empregada na Varig, uma companhia aérea. Flérida disse que foi convidada a trabalhar na Willys e seduzida pelo discurso de que a empresa pagava o maior salário no estado de Pernambuco.³⁶⁰

Nascida em dezembro de 1936, filha de pai espanhol e mãe brasileira, Flérida contou que até os 7, 8 anos de idade viveu em Recife. Nesse período da vida, estudou no Colégio São José, localizado no bairro da Boa Vista. Depois a família se mudou para o engenho Catanduba. O pai, Benigno Cortizo Pozas, havia comprado a propriedade localizada em Jaboatão. Nessa nova fase da vida passou a ter aulas particulares em casa com uma professora. Ela se recorda que morou poucos anos no engenho e logo a família passou a residir no centro da cidade. As memórias falam das vivências e das experiências que teve ao longo de sua adolescência morando em Jaboatão. Contou-nos também sobre as idas ao cinema Samuel Campelo.

Como consta em sua carteira profissional, Flérida começou a trabalhar na Willys no dia 1 de julho de 1966. Tinha 29 anos de idade. Ocupava um cargo no setor administrativo da fábrica, tendo contato direto com os dirigentes. Ela foi admitida para desenvolver serviços gerais – como auxiliar administrativa-, atendendo as demandas de toda a gerência. Permaneceu na fábrica mesmo após a venda para a Ford, em 1967. Sob a nova administração, Flérida passou a ocupar o cargo de Chefe de Compras. Tornou-se a responsável pela aquisição de materiais não produtivos para a fábrica.

No jornal *Notícias Ford*, publicado pela empresa, Flérida foi descrita como proprietária de uma conversa fluente, “uma fonte inesgotável de assuntos, talvez por causa de sua vivência, sempre envolvendo muitas viagens, pelo Brasil e exterior, e um amplo conhecimento das coisas do Recife e do Nordeste”³⁶¹. A matéria do jornal destacou a eficiência com a qual desenvolvia o seu trabalho. *Notícias Ford* ressaltou como a menina que cresceu em engenho se tornou a primeira e única mulher responsável pelas compras (de materiais em grande volume) da primeira fábrica de carros do Nordeste.³⁶² Em dezembro de

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 1034/69**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

³⁶⁰ POZZAS, Flérida Cortizo. Entrevista realizada no dia 8 de julho de 2016. Cidade de Jaboatão dos Guararapes. Pesquisadora: Karlene Araújo

³⁶¹ FLÉRIDA: A MENINA DE ENGENHO QUE VIROU UMA COMPRADORA. *Notícias Ford*. Janeiro de 75. Acervo pessoal de Flérida Cortizo.

³⁶² FLÉRIDA: A MENINA DE ENGENHO QUE VIROU UMA COMPRADORA. *Notícias Ford*. Janeiro de 75. Acervo pessoal de Flérida Cortizo.

AS SETE GAROTAS DE PERNAMBUCO. *Notícias Ford*. Janeiro de 72. Acervo pessoal de Flérida Cortizo.

1991, recebeu uma homenagem da empresa em comemoração aos 25 anos de serviço prestado— o papel timbrado do certificado da homenagem é da Autolatina.³⁶³ Foi aposentada como funcionária da Ford em 1993.

A Willys apostou no registro e na projeção da imagem de um operário feliz, grato pelo emprego, empenhado e que pouco (ou nada) reclamava. Essa imagem foi apropriada pelas empresas que assumiram o controle acionário da fábrica ao longo dos anos (Willys- Ford – Autolatina- Tca – Fca). Essa afirmativa é formulada a partir da leitura de documentos e da visita feita por esta pesquisadora à fábrica, hoje propriedade da Fca. Na ocasião, fui recebida pelo diretor de relações trabalhistas. Em passeio guiado pelas instalações, o diretor registrou que ainda seguiam os modelos propostos pela Willys. Todos os “trabalhadores” usavam o mesmo uniforme. Do zelador, do operário até os diretores, todos usavam a mesma roupa. Sem distinção de cargos. Todos almoçavam no mesmo restaurante – inaugurado no período da Willys. Para o diretor, aquela era uma maneira da empresa mostrar ao “trabalhador” que fazia parte de uma família. O trabalhador aparece nesse momento da narrativa entre aspas porque, assim como nos documentos sobre a Willys, o diretor de relações trabalhistas não usa o termo operário, gerente ou zelador para se referir as pessoas que trabalham na fábrica. Usa-se “trabalhadores”. O termo engloba todos e todas que trabalham na empresa.

Localizamos no jornal *Notícia Ford* uma matéria com o título *Jaboatão decidiu: é o “operário padrão”*. A matéria se referia ao concurso nacional promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. João Vicente, 37 anos, horista, admitido na fábrica como servente de manutenção, promovido a supridor na aérea de controle de material, foi eleito pelos próprios operários como representante no concurso. Ganhou também uma competição estadual para concorrer como modelo de operário no concurso nacional. Com esta ação, o SENAI visava “premiar o esforço e a dedicação do operário em sua função profissional, além de sua integração como elemento humano no ambiente de trabalho.”³⁶⁴ Esse é um dos poucos documentos no qual se registrou uma referência ao termo operário da fábrica. As características de operário modelo foram registradas no jornal: “afeito as coisas simples da vida - sua maior alegria é passar horas de folga com a família e pescar 'quando dá na telha' - João Vicente é considerado o tipo de boa gente entre o pessoal da fábrica.” O

³⁶³ A empresa Autolatina foi a fusão entre Ford e a Volkswagen. A parceria foi encerrada em 1996. HOMENAGEM POR TEMPO DE SERVIÇO. AUTOLATINA. Dezembro de 1991. Acervo pessoal de Flérida Cortizo.

³⁶⁴ JABOATÃO DECIDIU: É O “OPERÁRIO PADRÃO”. *Notícias Ford*. Janeiro de 72. Acervo pessoal de Flérida Cortizo.

operário disse: "gosto de fazer amigos e procuro nunca fazer mal a ninguém".³⁶⁵ Encontramos nesse registro o que poderíamos considerar de modelo, ou linhas gerais de uma cartilha do operário da Willys. Uma pessoa ligada à família, aos amigos, tranquilo e que se destacava pelo serviço desenvolvido no trabalho.

Parte dos documentos estudados apontou para a construção da ideia desse operário feliz, que não precisava reclamar nem do trabalho desenvolvido, nem da fábrica e nem mesmo dos seus direitos trabalhistas. Entretanto, um conjunto de processos da Justiça do Trabalho possibilita outras leituras. Os operários faziam suas reivindicações e, em alguns casos, levaram-nas até a Justiça.

Não foi possível localizar registros de reclamações das condições de trabalho fora do espaço jurídico. O emprego na Willys de Jaboaão foi apresentado, de um lado como a oportunidade de produzir um dos símbolos de modernização e paixão do brasileiro – o carro. Por outro, existia a questão de, em parte, os operários terem saído do árduo trabalho rural e incorporados, ensinados e disciplinados ao trabalho fabril. Era a construção da ideia de um “novo trabalhador” - operário, suplantando a imagem do trabalhador rural pobre, maltrapilho, sem instrução e que vivia em míseras condições de vida e de trabalho.

Ao analisar essas construções imagéticas e discursivas entendemos que os operários da Willys passaram por transformações. Ao participarem de reportagens em jornais, por exemplo, davam sinais dessas mudanças. O corpo falava, expressava. Experiências, vivências, sociabilidades escrevem ao longo da vida das pessoas marcas nos seus corpos. Para os operários da Willys, os seus corpos passaram a ser alvo de outras escritas a partir da admissão no novo trabalho. Escritas relacionadas a todas as transformações sociais, econômicas, culturais e de trabalho pelas quais passaram. Apontavam para as novas formas de se colocar no mundo do trabalho ao qual pertenciam.

Sobre o emprego na fábrica, um primeiro ponto a ser observado é quanto ao contrato da mão de obra. Na Willys observamos dois setores de funcionamento da fábrica – o setor administrativo e a linha de montagem. A parte administrativa contava com o trabalho de um grupo maior, oriundo da fábrica de São Bernardo e um grupo menor, de trabalhadores da própria região. Estes trabalharam principalmente nas funções de auxiliares de escritório, subordinados diretamente aos chefes de setores.³⁶⁶ Essa configuração nos permite afirmar que

³⁶⁵ JABOATÃO DECIDIU: É O “OPERÁRIO PADRÃO”. *Notícias Ford*. Janeiro de 72. Acervo pessoal de Flérica Cortizo.

³⁶⁶ FILHO, Luís Regueira Carneiro da Cunha. Entrevista realizada no dia 18 de maio de 2016. Cidade de Jaboaão dos Guararapes. Instituto Histórico de Jaboaão. Pesquisadora: Karlene Araújo

dentro do setor administrativo da fábrica existiu uma divisão regional e hierárquica do trabalho, onde se estabeleciam relações de poder. Os funcionários vindos do sudeste ocuparam os cargos de mais poder. Os assistentes do Nordeste ocuparam, a princípio, as funções de auxiliares. Na linha de montagem os operários eram da própria região.

Flérida Cortizo disse que “a finalidade aqui foi tirar o pessoal da cana [...] foi botar o cortador de cana na indústria.”³⁶⁷ Os operários eram qualificados dentro da fábrica. Esse processo contou com o treinamento oferecido por Arthur Sentieiro, mecânico especializado em manutenção, contratado pela Willys de São Bernardo do Campo em 1957.³⁶⁸ O treinamento dos novos operários ocorreu de fevereiro a julho de 1966.

O segundo ponto a ser destacado é quanto à estrutura de apoio oferecida pela Willys ao operário. A ala da enfermagem, o restaurante, condições de acesso a boa moradia³⁶⁹, o material escolar para os filhos dos operários eram, segundo relatos orais, oferecidos pela fábrica. Enquanto inúmeras crianças trabalhavam junto de suas famílias no corte da cana na zona da mata de Pernambuco³⁷⁰, as crianças, filhos e filhas dos operários da Willys podiam, de acordo com os relatos orais, ir à escola e ter material escolar novo todos os anos.

Ao estudar a fábrica de tecidos de Fernão Velho, localizada em Alagoas, entre os anos de 1943 e 1961, o historiador Marcelo Tavares Góes registrou algumas políticas de controle exercidas pela empresa. Essas políticas eram dirigidas no sentido de disciplinar a vida do seu operário e para assegurar a rentabilidade econômica da fábrica. A construção de “escolas, praça, coreto, ambulatório, de casas para os operários, entre outras ações que despendiam muitos recursos financeiros e de poder”³⁷¹ da fábrica de tecidos apontavam para essas políticas. Marcelo Góes afirma que todos esses elementos, de poder e controle, constituíram cultura fabril de Fernão Velho e as crianças, filhas dos operários, vivenciaram-na. A convivência com os pais, o cotidiano escolar, os grupos de catequese e mesmo o grupo de escotismo, tudo era vigiado pelos patrões. A vigilância sobre a vida dessas crianças se desdobrava num possível emprego anos mais tarde. “Seja mesmo na obediência e resistência

³⁶⁷ POZZAS, Flérida Cortizo. Entrevista realizada no dia 8 de julho de 2016. Cidade de Jaboatão dos Guararapes. Pesquisadora: Karlene Araújo

³⁶⁸ SENTIEIRO, Arthur. Entrevista realizada no dia 16 de junho de 2014. Encaminhada por email. Pesquisadora: Karlene Araújo

³⁶⁹ Importante destacarmos que não existiu uma vila fabril da Willys.

³⁷⁰ No Laboratório História e memória da UFPE e TRT 6ª região é possível acessar inúmeros processos trabalhistas que envolvem crianças e menor de idade no trabalho de produção da cana.

³⁷¹ TAVARES, Marcelo Góes. **DO TECER DA MEMÓRIA AO TECIDO DA HISTÓRIA: Operários, trabalho e política na indústria têxtil em Fernão Velho (Maceió, AL, 1943-1961)**. Tese. Programa de pós-graduação em História – UFPE. P.30

ao que era considerado pelos patrões como bom costume em Fernão Velho. Elas, tão logo completassem 14 anos de idade, poderiam também trabalhar como operários.”³⁷²

Nas pesquisas sobre a Willys encontramos poucos vestígios acerca dos filhos - crianças, das mulheres ou da convivência familiar dos operários. Talvez por não haver existido uma vila fabril não se fez uma cultura fabril como em Fernão Velho. Contudo, desde a sua fase de construção em Pernambuco se tentou produzir a ideia da “fábrica como uma mãe”. Uma fábrica que acolhia e prestava assistência aos seus operários. As ações dos dirigentes da fábrica registradas em jornais, revistas e nas lembranças e narrativas dos operários, permitem ler que essa narrativa foi uma estratégia de controle e de poder da Willys.

Essa ideia de uma “fábrica-mãe” para os trabalhadores e operários também foi discutida por Raquel Uchôa. A pesquisadora estudou a auto-gestão dos trabalhadores na recuperação de fábricas falidas, movimento comum na década de 1990. O estudo é sobre a FACIT, uma fábrica localizada em Juiz de Fora. Raquel Uchôa fez uma série de entrevistas com os operários e usou o termo “empresa família” ao se referir ao suporte oferecido pela fábrica aos seus trabalhadores. Para a autora, “empresa-família” é uma referência, descrita pelos operários, à fábrica voltada para o trabalhador. Era um espaço de convivência e de sociabilidade. Era acolhedora e investia na qualificação e na relação com o trabalhador.³⁷³

Outro estudo que nos ajuda a pensar as estratégias adotadas pela Willys é o de Cecília Sardenberg. Para estudar as lembranças dos operários e das operárias da fábrica Plataforma na Bahia, a pesquisadora fez uma série de entrevistas com esses atores sociais. Embora o foco do trabalho de Sardenberg não seja discutir a ideia de uma “fábrica-mãe”, nos interessa observar como os seus entrevistados contam das relações estabelecidas com a Plataforma. Uma das entrevistadas de Sardenberg disse que a fábrica era vista como uma mãe para os operários. A pesquisadora pontua que era comum ouvir relatos dos trabalhadores classificando a fábrica como uma grande família.³⁷⁴

³⁷²TAVARES, Marcelo Góes. **DO TECER DA MEMÓRIA AO TECIDO DA HISTÓRIA**: Operários, trabalho e política na indústria têxtil em Fernão Velho (Maceió, AL, 1943-1961). Tese. Programa de pós-graduação em História – UFPE. P. 76.

³⁷³FERNANDES, Raquel de Araújo Uchôa. **Entre o chão e a gestão da fábrica**: as trajetórias dos trabalhadores da FACIT. Tese (doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade de Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012. 260f.

³⁷⁴SARDENBERG, Cecilia M B. **O gênero da memória**: lembranças de operários e lembranças de operárias In: E.Passos, I. Alves e M. Macêdo (orgs.) "**Metamorfoses: Gênero na Perspectiva Interdisciplinar**", NEIM/UFBA, 1998. Disponível em: https://www.academia.edu/13171201/O_G%C3%8ANERO_DA_MEM%C3%93RIA_LEMBRAN%C3%87AS_DE_OPER%C3%81RIOS_E_LEMBRAN%C3%87AS_DE_OPER%C3%81RIAS

Ao rememorar o cotidiano de trabalho e as sociabilidades, os operários da Willys deixaram o sorriso no rosto e as gesticulações brandas. Seriam expressões de gratidão pelo trabalho e pelo acolhimento. Em nossa leitura, os operários se apresentaram como “trabalhadores” da Willys. Eles não diziam pertencer à classe trabalhadora ou operária. O sentimento de pertença estava relacionado à fábrica. Talvez as estratégias da Willys tenham sido eficazes em transformar a maneira de pensar e representar as relações de poder e exploração vividas pelos seus operários.

Pensando em todas essas questões sobre a fábrica, seus operários e as relações de trabalho, entendemos que os registros dos processos trabalhistas impetrados na JCJ de Jabotão possibilitam enveredar por outros caminhos. Distintos das trilhas oferecidas pelos relatos orais. Os operários tinham reclamações recorrentes sobre o trabalho na fábrica. Foi nos documentos judiciais que localizamos as suas insatisfações. Eram horas extras trabalhadas diariamente e não pagas. Reclamações de avisos prévios e 13º salários que também não foram pagos. Além disso, pedidos de indenizações e de pagamentos de insalubridade foram registrados por operários. Diante de tantas reclamações trabalhistas, não é possível amparar a ideia construída da “fábrica-mãe” para os seus operários como única narrativa. Apesar de não termos localizado registros de agitações, motins, greves, reuniões, mobilizações sindicais ou reivindicatórias de direitos trabalhistas que envolvessem os operários da Willys, encontramos nos processos trabalhistas as marcas das insatisfações e do sistema de exploração da mão de obra.

Nesse sentido, é importante entendermos o cotidiano na fábrica, os mecanismos de disciplinamentos desses operários e o sistema de exploração imposto pela Willys aos operários.

Frisamos que essas questões são referentes à fábrica de Jabotão. Quanto aos operários da Willys de São Bernardo do Campo, Antonio Luigi Negro diz que eram atuantes no sindicato, apresentaram reivindicações e realizaram greves. As mobilizações e lutas de trabalhadores e operários do Brasil na busca por seus direitos foram objeto de vários estudos. Desde a década de 1930, com a criação do Ministério do trabalho, a luta dos operários se deu no sentido de legitimar e efetivar os direitos trabalhistas. Essas lutas foram vigiadas e, por diversas vezes, reprimidas pelo Governo brasileiro.³⁷⁵ No período privilegiado para estudo desta tese de doutorado, a década de 1960 registrou diversas mobilizações, “os trabalhadores foram a principal parcela da população alvo das perseguições políticas e de diversas medidas

³⁷⁵ Ver: <http://memoriasdaditadura.org.br/operarios/>

tomadas pelo governo ditatorial militar, como ataques aos seus órgãos representativos, sistemáticas prisões, torturas, execuções, desaparecimentos, bem como a implantação de uma série de medidas que levaram ao arrocho salarial e à piora das condições de trabalho”,³⁷⁶ como destaca o relatório da Comissão da Verdade do estado de São Paulo, ao discutir a perseguição aos trabalhadores urbanos e o movimento operário. Após o golpe militar de 64 esses movimentos foram postos na ilegalidade e seus líderes perseguidos. Entretanto, a luta pela garantia dos direitos continuava.

Ainda pensando a década de 1960, o ano de 1968 foi emblemático na organização dos operários do Brasil. As greves eclodiram em várias partes do país. Em julho daquele ano, o *Correio da Manhã (RJ)* noticiou a ocupação de seis fábricas, em Osasco, por quase cinco mil operários. Uma dessas, era a Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários - Cobrasma. Segundo o jornal, 1732 operários da fábrica “mantiveram presos 16 engenheiros e 50 funcionários da administração, exigiam, em greve, aumento salarial de 35%, contrato coletivo de dois anos, aumentos periódicos e melhores condições de segurança e salubridade no trabalho.”³⁷⁷ Segundo a matéria de capa do jornal, o delegado regional do trabalho – general Moacyr Gaia – considerou a greve ilegal e enviou até a fábrica pelotões de choque, agentes do DOPS e da polícia federal. O delegado considerou um ato de desordem e de subversão dos operários. Dias depois, o jornal voltou a noticiar a greve na Cobrasma. Parte da fábrica havia voltado a funcionar, entretanto uma parte importante continuava em greve – a funilaria. Prisões de operários e líderes sindicais foram efetuadas.³⁷⁸ No dia 27 do mesmo mês, o discurso de Frederico Brandão, líder sindical, foi publicado no *Correio da Manhã (RJ)*. Sobre a greve da Cobrasma destacou que “paga um salário de miséria e não dá condições de trabalho. Contra isso, fizemos uma greve organizada, ordeira e por isso fomos reprimidos pela Polícia que espancou a gente sem piedade, deixando vários operários feridos e acamados até hoje.”³⁷⁹ O discurso do líder sindical registrava a denúncia da repressão sofrida pelos operários na luta por seus direitos.

³⁷⁶ COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório**. Tomo I. Parte II. A perseguição aos trabalhadores urbanos e o movimento operário. P.1

³⁷⁷ SP: OPERÁRIOS OCUPAM 6 FÁBRICAS E SÃO DESALOJADOS PELA POLÍCIA. *Correio da Manhã (RJ)*. 17 de julho de 1968. p. capa

³⁷⁸ OSASCO NÃO PÁRA A GREVE E MAIS CINCO SÃO PRESOS. *Correio da Manhã (RJ)*. 23 de julho de 1968. Sem num. de página

³⁷⁹ REGIME TOTALITÁRIO. *Correio da Manhã (RJ)*. 27 de julho de 1968. Sem núm. de página

Na região do ABC paulista, outras tantas fábricas – “Lonaflex, Fósforo Granada, Braseixos, Lâmpadas Osram e Metalúrgicas Keller”³⁸⁰ - também aderiram às greves contra o arrocho salarial imposto pelos militares e pela busca de melhores condições de trabalho e salário. Assim como os operários da Willys Overland de São Bernardo do Campo. Para o historiador, Antonio Luigi Negro, “as medições de forças, que as greves dos metalúrgicos de Contagem, ABC e Osasco promoveram no primeiro semestre de 1968,”³⁸¹ reanimaram o movimento sindical, trazendo-o de volta ao cenário político, “ressurgindo algumas corajosas paralisações ao longo do ano.”³⁸² O historiador Ari Couto diz que as lutas operárias marcaram os últimos anos da década de 1960 no país.³⁸³

Em 1968, as agitações sociais dos trabalhadores rurais em Pernambuco também eram de conhecimento das autoridades políticas e policiais do país. A historiadora Camila Melo estudou a greve organizada pelos trabalhadores rurais do Cabo de Santo Agostinho.³⁸⁴ Entretanto, no município vizinho, Jaboatão, nenhuma mobilização dos operários da Willys foi registrada.

Nos relatos orais, os operários e funcionários da administração da Willys Jaboatão foram categóricos ao dizer que na fábrica os “trabalhadores” eram “disciplinados”. Ainda segundo esses relatos não houve greve e nem atuação das organizações sindicais. A funcionária da Ford-Willys, Aparecida, lembrou: “os funcionários, quando havia greve de metalúrgico aqui em Pernambuco, os funcionários da Ford brigavam com o sindicato na porta que era para entrar, porque eles pagavam direitinho, a Ford era uma mãe, então eles brigavam realmente com o pessoal do sindicato para entrar, teve uma vez que teve até tiro, porque o sindicato queria segurar a gente de todo o jeito, e todo mundo entrou para trabalhar”³⁸⁵ Aparecida se referia, provavelmente, às greves em outras fábricas nas quais o sindicato dos metalúrgicos intervinha e ao tentar a adesão dos trabalhadores da Willys-Ford foram barrados.

³⁸⁰ SP: OPERÁRIOS OCUPAM 6 FÁBRICAS E SÃO DESALOJADOS PELA POLÍCIA. **Correio da Manhã (RJ)**. 17 de julho de 1968. p. capa

³⁸¹ NEGRO, Antonio Luigi. **Linhas de Montagem**: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978). São Paulo: Boitempo, 2004. P. 297

³⁸² NEGRO, Antonio Luigi. **Linhas de Montagem**: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978). São Paulo: Boitempo, 2004. P. 297

³⁸³ COUTO, Ari Marcelo Macedo. **Ao soar do apito a greve começou Cobrasma**: lutas e resistências (1962-1968). Dissertação de mestrado. PUC- SP, 2001.

³⁸⁴ Ver: MELO, Camila Maria de Araújo. **Entre dois senhores**: o patrão e a fome – as greves dos trabalhadores rurais no cabo de Santo Agostinho – PE, 1966 – 1968. *Dissertação*. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. 2018.

³⁸⁵ FILHO, José Matias de Lima Filho. Entrevista realizada no dia 15 de setembro de 2016. Cidade de Paulista. Pesquisadora: Karlene Araújo

³⁸⁶O *Diario de Pernambuco* registrou uma mobilização de greve dos metalúrgicos em Pernambuco no ano de 1979. A reclamação dos operários era por aumento salarial. Reclamava-se que os empresários conseguiram lucros exorbitantes e os operários recebiam salários miseráveis, muito abaixo do que julgavam ser um salário digno. No anúncio da possível greve, o jornal dizia que “para complicar mais ainda a situação, muitas indústrias metalúrgicas começaram a dispensar empregados e só a Caio Norte demitiu 190, cujas homologações estão sendo feitas no sindicato.”³⁸⁷

A luta dos operários da Willys de Jaboatão pelos seus direitos, nesta pesquisa de doutorado, foi analisada a partir dos processos trabalhistas impetrados na JCJ de Jaboatão. A ausência de greves, paralisações e reuniões sindicais não anularam as mobilizações desses operários na busca pela efetivação dos seus direitos. A memória afetiva construída por alguns operários da fábrica, a disciplina de trabalho diante das estratégias de exploração e até mesmo a apatia diante das tramas políticas não encerraram as discussões e leituras sobre o cotidiano fabril. O acesso aos processos trabalhistas nos permitiu identificar formas de exploração da Willys e discutir os operários como sujeitos históricos que registraram suas reivindicações de direitos trabalhistas na Justiça.

³⁸⁶ Estudos apontam que entre 1964 e 1978, a organização sindical dos operários em Pernambuco foi esvaziada pela repressão do governo militar. Nesse período, os sindicatos atuaram em funções burocráticas, como a homologação de rescisões contratuais. No final da década de 1970, registrou-se uma reorganização e novas mobilizações dos operários, com destaque para o sindicato dos metalúrgicos de Pernambuco. Para uma discussão aprofundada sobre o chamado "novo sindicalismo" em Pernambuco e a retomada das greves dos operários ver: ARAÚJO, Suzane Batista de. **“Temos que de novo ser donos da nossa casa”**: a (re) organização e atuação do Sindicato dos Metalúrgicos em Pernambuco 1978-1985. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2019. FERREIRA, Rafael Leite. O "novo sindicalismo" urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2012.

³⁸⁷ METALÚRGICO PRONTO PARA GREVE. DEPENDE SÓ DA REUNIÃO DE HOJE. *Diario de Pernambuco*. 6 de setembro de 1979. A-6. Local.

5.3 OS OPERÁRIOS: BUSCA PELOS DIREITOS TRABALHISTAS

5.3.1 A Junta De Conciliação e Julgamento de Jaboatão

A Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão localizava-se na região central da cidade, conhecida como Jaboatão velho. Estava, portanto, um pouco distante do prédio da Willys, cerca de 20 km. Há indícios de que a empresa levava seus operários a JCJ em caso de rescisão contratual. Seria o final digno para uma relação pautada pelo respeito? Ou seria mais uma estratégia de controle, poder e coação exercida pela empresa? A Willys “pegava a pessoa e levava lá, no dia da Justiça assinava lá, pagava tudo, nunca se deixou de pagar nada, pagava-se tudo, acertava-se tudo entendeu, e a pessoa ia embora com tudo certo, não tinha problema, nunca teve, eu nunca vi”³⁸⁸, relembrou Flérida Cortizo. As memórias da funcionária sobre as rescisões contratuais não contam sobre o depois. Ao assinar a rescisão de contrato que caminho seguia o operário da fábrica? Certamente, o depois não era de interesse da fábrica. O vínculo havia sido encerrado. A exploração da força de trabalho havia sido esgotada. À Willys interessava a certeza que o operário demitido fosse até a JCJ “quitar e dar fé” de não haver mais qualquer direito trabalhista a reclamar.

A Justiça do Trabalho é pensada neste trabalho como uma arena de conflitos, um campo de forças e negociações³⁸⁹ entre patrões, operários e os próprios agentes do judiciário. As memórias narradas pelos operários assumem um papel importante nessa arena. Seriam como uma torcida da Willys, entoando gritos de apoio, repetindo que na fábrica não tinha reclamações trabalhistas, tudo estava dentro da lei e o operário estava satisfeito.

Assim, os processos trabalhistas nos permitiram analisar estratégias de controle e disciplina usadas pela Willys. Levar o operário até a JCJ, demitir o operário dias depois dele ter protocolado uma reclamação trabalhista, demitir grupos de operários, não permitir a ação de líderes sindicais na fábrica, eram ações lidas e analisadas como peças do jogo de estratégias da fábrica. Agia para inibir a averbação de novos processos trabalhistas contra a empresa e disciplinar o corpo do operário para o trabalho e para o silenciamento de suas insatisfações. Pelo menos esse era o objetivo.

³⁸⁸ POZZAS, Flérida Cortizo. Entrevista realizada no dia 8 de julho de 2016. Cidade de Jaboatão dos Guararapes. Pesquisadora: Karlene Araújo

³⁸⁹ DA SILVA, Fernando TEIXEIRA. *O acordo e o acórdão: a justiça do trabalho no “longo ano de 1963”* in: DA SILVA, Fernando TEIXEIRA. **Trabalhadores no Tribunal: Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964**. São Paulo: Alameda. 2ª Ed. 2019. P. 34

Entretanto, apesar dessas estratégias alguns operários conseguiram chegar até a Justiça, impetrar processos trabalhistas e reclamar os seus direitos. Nem todos os operários conquistaram o que pleitearam. Alguns não compareceram a audiência de conciliação, sendo arquivado o seu processo. Diante dessas questões, os processos trabalhistas ainda nos permitiram analisar se um juiz era mais sensível à reclamação do operário ou aos argumentos da fábrica. Ao longo deste capítulo, apontaremos que este último ponto abordado foi importante para o desenrolar de alguns processos. Veremos, por exemplo, como um operário ganhou o direito de receber o pagamento por seus direitos trabalhistas e dois anos depois, mediante novas estratégias da fábrica e a mudança de juiz, ele perdeu a causa. Vale destacar, que a alternância dos juízes nas Juntas ocorria a cada dois anos.

Em dois processos trabalhistas distintos, um funcionário do escritório e dois operários impetraram reclamações semelhantes. A conclusão dos processos foi a mesma: arquivado. Os três afirmavam terem sido demitidos sem justa causa e não receberam os seus direitos. Na Ata de instrução, constava que sempre trabalharam horas extras sem receber pagamento por elas. Deilson Almeida, auxiliar de escritório, recebia mensalmente Cr\$ 604,70 e a soma das suas reclamações era de Cr\$ 3.793,40. Manoel Oscar, operário, recebia por mês Cr\$ 595,00 e requeria na justiça receber Cr\$ 925,76.³⁹⁰ O último reclamante, José Antônio, operário, ajudante, afirmou receber Cr\$ 445, 79 como salário.³⁹¹ Os três solicitaram que a JCI analisasse os seus direitos em audiência. Ninguém compareceu no dia marcado para audiência. Não existe registro de justificativa para a ausência. Assim, os reclamantes perdiam o direito de levar o processo até o julgamento, sendo arquivado. A leitura desses processos nos indica que quando o negociado, ou seja, o acordo prévio entre patrão e empregado não acontecia, era mais difícil para o operário ganhar a causa na justiça. Quando a reclamada não comparecia, a audiência era remarcada ou o julgamento ocorria à revelia. Reclamantes ausentes nas audiências contra a Willys e processos arquivados são facilmente localizados. Alguns vestígios indicam que o não comparecimento dos operários às audiências resultava de uma estratégia de coerção da fábrica. Exploração, controle e disciplina andaram ao lado das lutas por melhores condições de trabalho e de vida. Nesse campo de batalha as forças foram desiguais, é preciso termos essa clareza.

³⁹⁰JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 0570/70**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

³⁹¹JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 0654/69**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

As principais reclamações nos processos impetrados pela Willys na JCJ eram rescisões de contrato de operários, seguida do pedido de liberação das guias do FGTS. Os operários impetraram processos em busca do direito de receber pagamento referente ao aviso prévio, 13º salário, indenização em dobro, férias, desistência da estabilidade, pré-julgado 20³⁹², salário retido, horas extras, tempo não optante e insalubridade.

Nos detalhes, nas pequenas fissuras, buscaremos identificar os conflitos, as estratégias, os controles promovidos por um discurso da “ordem” e da “revolução de paz” que o governo militar e a Willys promoviam junto com o projeto de modernização e desenvolvimento para o país.

5.3.2 Cotidiano Fabril nos Processos Trabalhistas

A primeira história que contaremos é de Wilson Soares. Ele foi contratado em 16 de agosto de 1965 pelo Departamento de Peças da Willys, situado na Cidade de Olinda. Seu contrato foi assinado no escritório da empresa em Recife. Esse departamento abastecia com peças automotivas as revendedoras de carros Willys existentes em Recife e Caruaru. Wilson Soares residia no bairro de Água Fria, zona norte do Recife, região próxima à divisa com Olinda. A função que Wilson ocupou foi o de guarda-líder, uma espécie de vigia de obra, na edificação da fábrica Willys no km 19 da BR 101, em Jaboatão.³⁹³

O reclamante impetrou processo trabalhista contra a Willys Overland, alegando ter sido demitido, em dia 20 de julho de 1967, sem justa causa e sem receber seus direitos trabalhistas. Sua carga horária diária era de 8 a 12 horas, o que teria gerado horas extras. A reclamação trabalhista reivindicava o pagamento de indenização por tempo de serviço, aviso prévio, férias, 13º salário, horas normais (de salários retidos) e horas extras.³⁹⁴

Em audiência, a empresa alegou que o trabalhador desempenhou com negligência as suas funções e teria dormido no horário de trabalho. O julgamento ocorreu na 5ª JCJ de

³⁹²Prejulgados tem função normativa. Foi Incluído na CLT pelo Decreto-lei nº 8.737, de 19.1.1946. Foram substituídos pelas súmulas em 1969. O prejulgado 20 é o equivalente a Súmula 148. A normativa que computava a gratificação de Natal ao cálculo de indenização.

<https://rodolfopamplonafilho.jusbrasil.com.br/artigos/675122011/homogeneizacao-jurisprudencial-e-os-enunciados-da-sumula-de-jurisprudencia-dominante-do-tst?ref=serp>

<http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/S%C3%BAmulas%20Organizadas/2514/tst-sumula-148>

³⁹³ 5ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DO RECIFE. **PROCESSO nº 1242/67**. Acervo do Laboratório História e Memória UFPE/TRT 6ª Região. CFCH/UFPE.

³⁹⁴ 5ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DO RECIFE. **PROCESSO nº 1242/67**. Acervo do Laboratório História e Memória UFPE/TRT 6ª Região. CFCH/UFPE.

Recife, pois foi realizada nesta cidade a assinatura do contrato de trabalho. Os advogados da Willys não conseguiram provar que Wilson Soares havia cometido falta grave para justificar a demissão por justa causa. O reclamante apresentou duas testemunhas. Elas afirmaram em juízo nunca o terem visto dormindo no trabalho. Por outro lado, as duas testemunhas apresentadas pela fábrica afirmaram que Soares dormia durante o serviço. Para o juiz José Juricaba da Costa e Silva, não foi possível confirmar reincidência do ato. O vigia ainda conseguiu provar que de quatro em quatro semanas trabalhava em horário superior ao normal. O que gerou horas extras não pagas pela empresa.

As partes não entraram em acordo. O processo foi julgado procedente em parte. Wilson recebeu o valor referente à indenização por tempo de serviço, aviso prévio de 30 dias, 13º salário de 1967, um período completo de férias, horas extras, acrescidas de juros de mora legal e correção monetária, além dos honorários de seu advogado e sua assistente judiciária.

O argumento para a demissão por justa causa apresentado pelo representante da Willys era que Wilson Soares teria agido com *desídia*³⁹⁵ - negligência-, o que justificaria a demissão. Essa tese não se sustentou diante dos magistrados da primeira instância.

Além de acusar Wilson de *desídia*, uma tentativa de desqualificar o seu serviço, os representantes da empresa utilizaram o argumento de que a JCJ de Recife não era o fórum para tal tramitação, uma vez que Wilson Soares prestava seus serviços em Jaboatão. No entanto, ele foi contratado pelo Departamento de Peças em Olinda e sua carteira foi assinada no escritório da empresa em Recife. Os magistrados da primeira instância julgaram improcedente o argumento e assim fracassou a estratégia dos advogados para invalidar o processo.

Derrotada na primeira instância, a Willys recorreu ao TRT 6ª região usando das mesmas estratégias, ou seja, desqualificar o trabalhador e o fórum a que ele recorreu para reclamar. A decisão do TRT 6ª região manteve a sentença proferida pela primeira instância. Assim, Wilson Soares deveria receber os valores correspondentes aos direitos trabalhistas não pagos, com correção de juro e mora, que totalizou NCr\$ 900,00 (novecentos cruzeiros novos).

Os debates devem ter sido intensos entre os representantes da empresa e do advogado do vigia. As folhas paginadas do processo registraram até o número 132. Desse total, apenas 22 se conservaram arquivadas. A maioria dos registros, incluindo as falas das testemunhas, foi perdida. As informações muito sucintas dos depoimentos podem ser acessadas apenas pelos textos de decisão dos juízes.

³⁹⁵ 5ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DO RECIFE. **PROCESSO n° 1242/67**. Acervo do Laboratório História e Memória UFPE/TRT 6ª Região.

Em 1969, o processo sofreu uma reviravolta.³⁹⁶ A Willys não pagou o valor referente às horas extras e recorreu novamente a JCJ de Recife. Provavelmente, o Wilson Soares também foi surpreendido. Apresentando novos documentos e cálculos que não estavam disponíveis no processo, os advogados da WOB afirmaram que a empresa já havia pago mais que três vezes a quantidade de horas extras reclamadas por Wilson Soares. A reclamação do vigia da fábrica era pelo pagamento de 246,3 horas extras trabalhadas. Entretanto, a Willys conseguiu provar em juízo que havia pagado 782 horas extras a Wilson Soares. Mediante os novos documentos e cálculos, o Juiz da JCJ de Recife afirmou: “Recebeu [o trabalhador] mais do que pretendia, eis que não trabalhou outras horas extras, além daquelas mencionadas na sentença, como disse em seu depoimento. O que ocorreu pelo que se deduz, é que a reclamada na fase de instrução da Reclamação não comprovou o pagamento, daí a condenação, como diz, claramente, a fundamentação da decisão”.³⁹⁷

Como afirmamos diversas páginas não existem no processo. Nelas devia constar a forma como a empresa, passados dois anos do julgamento da primeira instância, comprovou que o vigia recebeu “mais do que pretendia” de horas extras, segundo a sentença do juiz Josué de Albuquerque Maranhão Filho. Esse magistrado não era o mesmo que condenou a Willys em 1967.

Vamos contar a segunda história. É a trajetória de Paulo Feliciano. Talvez Wilson Soares o tenha conhecido durante a fase de construção da fábrica.

Feliciano vivia em São Paulo, onde era operário na *Pfizer do Brasil*, empresa farmacêutica. Entretanto, ele era natural de Pernambuco e regressou ao estado para ser contratado pela Willys em maio de 1966. A viagem de regresso de Feliciano e sua família foi registrada em reportagem da Revista *Quatro Rodas* de junho de 1966, com o seguinte título: “Jipe de Chapéu de Couro revoluciona Jaboatão - Bom dia, progresso”.³⁹⁸ Segundo a revista, o trabalhador, pai de cinco filhos, teria dito a sua esposa: “Maria, vamos s’imbora prá Jaboatão, já vendi tudo de casa. Só vamos levar as redes, os troços da cozinha e as roupas. Pai mandou dizer que tão botando uma fábrica lá e tem emprego para todo mundo”.³⁹⁹

Ainda de acordo com a revista, Paulo Feliciano passou a trabalhar como operador de empilhadeira nas obras de construção da fábrica. “Está morando na Praia de Candeias, os

³⁹⁶ O processo trabalhista de Wilson tramitou em três momentos. Em 1967 na JCJ de Recife. No ano seguinte, seguiu para o Tribunal Regional do Trabalho 6ª região, porque não houve conciliação na primeira instância e a empresa recorreu. E em 1969, retornou a JCJ de Recife.

³⁹⁷ 5ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DO RECIFE. **PROCESSO nº 1242/67**. Acervo do Laboratório História e Memória UFPE/TRT 6ª Região. CFCH/UFPE.

³⁹⁸ JIPE CHAPÉU DE COURO REVOLUCIONA JABOATÃO. **Revista Quatro Rodas**. 1966.

³⁹⁹ JIPE CHAPÉU DE COURO REVOLUCIONA JABOATÃO. **Revista Quatro Rodas**. 1966.

meninos só saem da água para irem à escola e a mulher ficou boa da asma assim que chegou”⁴⁰⁰, afirmava a reportagem. A nova vida de Paulo Feliciano era, de acordo com a *Quatro Rodas*, o resultado do progresso gerado pela industrialização. Emprego, moradia, escola para as crianças, saúde para a família já estavam sendo assegurados. Além disso, Feliciano fazia o caminho inverso dos retirantes, que deixavam o Nordeste para São Paulo. Sua história confirmaria as promessas dos diretores da Willys e dos governantes; a construção de uma nova “civilização nordestina”⁴⁰¹ de onde ninguém precisaria sair.

Diversos operários podem ter migrado de vários lugares para trabalhar em Jaboatão movido pela expectativa do crescimento e do progresso. O futuro, enquanto conquista de melhores condições de trabalho, moradia e salário, parecia estar nesta cidade.

Dois anos e meio depois de aparecer como protagonista na reportagem da Revista *Quatro Rodas*⁴⁰² sobre a instalação da fábrica em Jaboatão, Paulo Feliciano foi demitido. O pedido de homologação da sua rescisão contratual tramitou na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão. O que ocorreu com Feliciano e sua família? Não temos registros. Poderia voltar a trabalhar em São Paulo? Teria sido empregado em outra indústria da região? Passaria a ser trabalhador rural? Ou ainda, no pior cenário, estaria desempregado por um período? De todo modo, seguiria a saga do trabalhador em busca do seu sustento e de sua família. A Willys não era mais a fonte para manter a moradia perto da praia, escola das crianças e saúde da família, conquistas, que segundo a *Quatro Rodas*, tinham sido asseguradas pelo progresso industrial da região. Era o fim do vínculo entre a indústria que se nomeava moderna e o bem estar social vivido pelo operário enquanto empregado da Willys.

Pelas informações do processo trabalhista, Paulo Feliciano recebia, como operário da fábrica, quase dois salários mínimos regional. Consta que o valor de seu salário pago pela Willys era de NCr\$ 254,40, enquanto o salário mínimo definido pelo Decreto nº 62461/1968 era de NCr\$ 129,60. Quando foi demitido, o trabalhador recebeu indenização, aviso prévio, 11 dias de férias, 13º salário e 3/12 avos do prejulgado-20. Não havia registros de salários atrasados. Aplicados os descontos, como a contribuição para o INPS, recebeu o valor líquido de NCr\$ 515,18, correspondente a pouco menos de quatro salários mínimos⁴⁰³.

⁴⁰⁰ JIPE CHAPÉU DE COURO REVOLUCIONA JABOATÃO. *Revista Quatro Rodas*. 1966.

⁴⁰¹ FÁBRICA WILLYS DE JABOATÃO É INÍCIO DE UMA GRANDE ARRANCADA NORDESTINA. *Diário de Pernambuco*. 16 e 17 de julho de 1966. (sábado e domingo). P.6. Segundo caderno

⁴⁰² JIPE CHAPÉU DE COURO REVOLUCIONA JABOATÃO. *Revista Quatro Rodas*. 1966.

⁴⁰³ JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 1188/68**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

Paulo Feliciano e Wilson Soares participaram da construção da fábrica que representaria o progresso. Os dois fizeram parte dessa história. Foram demitidos durante os dois anos seguintes do início de funcionamento da produção de carros. Exatamente no período em que se registrou na JCJ de Jaboatão o maior número de processos de rescisão de contrato impetrados pela Willys.

Apresentamos então, nosso terceiro personagem, Ivaldo.

Em 14 de junho de 1968, Ivaldo Salviano Machado impetrou reclamação trabalhista contra a Willys. O trabalhador reivindicava o direito de receber seu pagamento referente a dois dias de suspensão que lhe foi dado pelo chefe da sessão. Ivaldo Machado afirmou haver trabalhado 10 horas/dia quando o chefe mandou que ele montasse mais um carro. Entretanto, para o trabalhador aquele carro fazia parte da produção do dia seguinte e por isso não iria montá-lo. No dia 9 de julho daquele ano, a ação foi arquivada pela JCJ de Jaboatão, pois o operário não compareceu à audiência de conciliação.⁴⁰⁴

Um mês depois, Ivaldo voltou a JCJ de Jaboatão. Dessa vez para assinar o termo de rescisão contratual. A fábrica solicitou na Junta a homologação do fim do seu contrato. Ele recebeu o aviso prévio. Ora, a demissão ocorreu após ele ter impetrado processo contra a Willys e não ter comparecido à audiência. Seria uma represália ao seu comportamento reivindicatório?

Os três processos citados dão pistas das estratégias adotadas pela Willys durante os ritos de um processo trabalhista impetrados contra ela. Esses processos também indicam o regime de trabalho imposto aos operários e ao vigia. Se a fábrica, que se colocava como oportunidade de melhores condições de vida e de trabalho para o “novo homem do Nordeste”, conseguiu concretizar alguma mudança a longo prazo para a vida dessas pessoas, não ficou registrado.

Feliciano representava uma parcela dos operários que associava a Willys ao progresso e a modernização, assim como os discursos propagados pelos dirigentes da fábrica. Wilson e Ivaldo buscaram pelo reconhecimento e efetivação dos seus direitos trabalhistas junto à Justiça, indicando leituras sobre o cotidiano fabril. Os processos impetrados por eles desvelaram as estratégias de controle e exploração aos quais eram submetidos.

⁴⁰⁴JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 0555/68**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

5.3.3 Horas Extras

As reclamações mais recorrentes nos processos trabalhistas impetrados contra a Willys foram as horas extras. Seguimos com essas histórias.

Em uma quinta-feira, aos 14 dias do mês de junho no ano de 1973, Milton da Costa da Silva foi a JCJ de Jaboatão.⁴⁰⁵

Imagem 9: Processo Trabalhista

364/73

JUSTIÇA DO TRABALHO *Arquivo*

PODER JUDICIÁRIO
Junta de Conciliação e Julgamento de

PROC. N.º J. C. J. 364/73

DIST. N.º *Arquivo*

REDETE.: MILTON COSTA DE SOUZA

ADV.:

RECDO.: FORD BRASIL S/A

ADV.:

OBJETO.: HORAS EXTRAS

AUDIÊNCIAS
07/08/73 às 8.00
10.05.49 8.00
10.05.49 8.00
Vaga 15/8

AUTUAÇÃO
Aos 22 dias do mês de JUNHO
de 19 73, nesta cidade de JABOATÃO
e na Secretaria desta Junta de Conciliação e Julgamento,
autuo a PRESENTE RECLAMAÇÃO

[Signature]
Secretário

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 364/73. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

⁴⁰⁵JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 364/73. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

A imagem é a capa do processo trabalhista impetrado por Milton Costa. Informações importantes são extraídas desta página do documento. Reclamante, reclamado, número processo, Junta de Conciliação e Julgamento, qual a reclamação, as datas das audiências e o julgamento final, se foi arquivado, conciliado, improcedente ou procedente em parte.

Milton da Costa era empregado da Willys há pouco mais de dois anos. Exercia função de guarda - vigia. O trabalho era dividido em turno. A cada semana as equipes de vigilantes revezavam o turno, manhã, tarde e noite. Milton da Costa recorria novamente à Justiça pelo direito de receber o pagamento das horas extras e dos feriados trabalhados. Era o segundo processo que impetrava contra a fábrica. O primeiro processo, de número 263/73, foi arquivado no dia 5 de junho pela ausência do trabalhador na audiência.

As 08h45min da manhã, no dia 7 de agosto, ocorreu a primeira audiência referente ao proc.364/73, com a presença das partes, do juiz Sebastião José Freire e dos vogais, Sebastião de Arruda Falcão e Manoel Roberto de Lima. O vigia Milton Costa estava acompanhando de seu advogado, Marcos Antonio Soares Cunha. A Ford- Willys foi representada pelo preposto Antonio Tancredo Santos.

A primeira fala na audiência foi do advogado de acusação que logo pediu um aditamento ao processo. Milton havia “sido demitido como represália pela reclamação feita dos seus direitos constantes da inicial”.⁴⁰⁶ O advogado solicitou o acréscimo do 13º mês, aviso prévio, férias e liberação das guias do FGTS. Milton Costa fora demitido cinco dias após impetrar o segundo processo contra a fábrica.

O preposto da fábrica afirmou em juízo que o vigia foi demitido por justa causa. A reclamada acusava o empregado de ter agredido moralmente o líder da guarda. Este, por ordem superior, precisava revistar todos os vigilantes e Milton Costa reclamou da situação a qual foi submetido. A defesa da empresa declarou que a demissão se enquadrava no art. 482, alíneas b, h e k da CLT.

O artigo diz:

Art. 482 - Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

- a) ato de improbidade;
- b) incontinência de conduta ou mau procedimento;
- c) negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;

⁴⁰⁶JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 364/73**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM. P.5

- d) condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- e) desídia no desempenho das respectivas funções;
- f) embriaguez habitual ou em serviço;
- g) violação de segredo da empresa;
- h) ato de indisciplina ou de insubordinação;
- i) abandono de emprego;
- j) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- k) ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- l) prática constante de jogos de azar.⁴⁰⁷

As alíneas citadas pelo preposto dizem que é justa causa a demissão quando da “incontinência de conduta ou mau procedimento”, “ato de indisciplina ou de insubordinação” e “ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem”. Até o fim do processo, o preposto reforçou a tese de que o vigia não aceitou a ordem de revista e agrediu o seu superior, afirmando em juízo ter três testemunhas. Estas foram intimadas pelo juiz.

Sobre o pagamento das horas extras, o preposto garantiu que tudo havia sido pago e tinha como provar. Milton Costa trabalhava seis dias por semana e folgava um dia. O dia de descanso era de acordo com as possibilidades da empresa e poderia ser aos domingos ou não. Quanto ao pagamento dos feriados trabalhados, informou que a política da fábrica era o da compensação. Para cada feriado trabalhado, um dia de folga. Não adotavam o pagamento dos feriados em dinheiro com valor dobrado. A legislação vigente garantia o direito de receber pelo feriado trabalhado com pagamento em dobro do equivalente à hora de trabalho, ou um dia de folga.⁴⁰⁸

Na primeira audiência o reclamante levou uma testemunha que confirmou ter um dia de folga na semana, domingo ou não, e que os feriados eram pagos com outro dia de folga. A proposta de conciliação foi estabelecida pelo juiz no valor de Cr\$1.500,00 que foi recusada pelo representante da fábrica.

⁴⁰⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm

⁴⁰⁸ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm

A segunda audiência de conciliação e julgamento foi marcada para o dia 10 de agosto de 1973. Entretanto, no intervalo entre as duas audiências a defesa da Willys pediu a anulação “ab-initio”⁴⁰⁹ do processo, alegando o cerceamento da defesa. O pedido não teve efeito. Poucos dias depois, a JCJ recebeu outro documento da defesa. Assinado pelo advogado Octávio Bueno Magano, o documento contestava a reclamação movida pelo vigia e alegava ser inverídica a acusação que estava sendo feita. Solicitava a anulação do processo e apontava possíveis inverdades. O novo pedido foi elaborado em São Paulo. É possível que Octávio Bueno prestasse seus serviços advocatícios para a fábrica de São Bernardo do Campo. Não sabemos o motivo de acionar outros advogados em São Paulo. De todo modo, era um movimento atípico.

O processo não foi anulado e a segunda audiência foi mantida. Naquela manhã, a empresa não apresentou documentos que comprovassem os pagamentos das horas extras a Milton Costa. A Justiça ouviu as três testemunhas intimadas mais o líder da guarda, supostamente agredido moralmente pelo reclamante. Todos confirmaram a versão de Milton Costa, incluindo o testemunho do guarda líder. Não houve agressão, nem insubordinação. Milton havia reclamado da ordem de revista.

A justa causa da demissão não foi provada. A fábrica e o reclamante optaram por uma conciliação. À empresa ficou determinado o pagamento proposto no valor de Cr\$ 1.500,00 cruzeiros, mais as custas do processo.

As horas extras eram as mais recorrentes reclamações trabalhistas contra Willys e Ford. O crescimento dos rendimentos de uma fábrica em detrimento do trabalho extra de seus empregados era uma estratégia perversa. Contudo, a exploração não gerava um entendimento imediato para os operários - explorados. Ao contrário, eles foram envolvidos em discursos de acolhimento, pertencimento, desempenho e colaboração por parte de seus empregadores. Havia uma positividade no poder.

Ao estudar as operárias da fábrica de tecidos de Paulista, Anna Litwak afirma que a reclamação das horas extras também estava entre as mais recorrentes. A pesquisadora encontrou, nos processos trabalhistas da JCJ de Paulista, reivindicações para que o direito adquirido de trabalhar 8 horas por dia fosse respeitado. Em um dos processos estudado, a petição inicial revelava “que a provocação judicial foi motivada pela insatisfação das

⁴⁰⁹ “Expressão latina que significa desde o início, desde o começo. Exemplo: o processo é nulo *ab initio*.” <https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/963/Ab-initio>

trabalhadoras – que chegavam a fazer 12 horas de serviço – em tolerar a absurda situação de continuar trabalhando a mais e recebendo menos do que o que lhes era devido.”⁴¹⁰

As horas extras foram relatadas não só por quem as trabalhou. As famílias também guardaram memórias desses momentos. O filho de um operário da fábrica Studebaker, contou

Meu pai teve uma bonita vida na Studebaker. Durante toda a sua vida trabalhou na Studebaker. Ele dizia que teria dado educação a todos os seus filhos. Que ele tinha dinheiro suficiente para tal. [...] ele era bom nas ferramentas e nas tintas, e que todas aquelas horas, quando ele trabalhava 10-12 horas e sábados e 200 domingos, você sabe, é muito dinheiro. E aí ele trabalhava aos domingos, mas não todo domingo. Mas esses dois anos foram quando ele trabalhou os 200 domingos. Ele trabalhou sete dias por semana, 10 horas. E aí, se ele agüentasse, ele trabalhava 12 horas. E ele trabalhou sete dias por semana durante todo aquele tempo. Até que seus 200 domingos terminaram porque ele já não agüentava, e então ele diminuiu a velocidade. Então ele começou a trabalhar sentado... não dez horas... oito horas.⁴¹¹

As horas extras de trabalho expõem a exploração na qual os trabalhadores viviam nas fábricas. No caso da Studebaker, uma exploração que foi naturalizada pelos operários que acreditavam estar a serviço do desenvolvimento da nação. Essa ideia era sabiamente manobrada pelos patrões. O discurso de construir a nação mais poderosa do mundo com trabalho do seu povo conseguia fazer com que as exaustivas horas extras trabalhadas se tornassem apenas um degrau na realização da grande nação americana.⁴¹²

Na Willys Jaboaão, o operário também era parte integrante do discurso na construção de um sonho e de uma nova nação para o Brasil pós-64. Embora as horas extras, nesta fábrica, fossem a maior causa de reclamação dos operários, apresentada à Justiça do Trabalho, elas também se tornaram um lugar comum, naturalizada entre os que ali trabalhavam. Essa é uma leitura que os processos de homologação das rescisões do contrato de trabalho também nos permitem fazer. Esses processos serão apresentados logo mais.

⁴¹⁰ NEVES, Anna Maria Litwak. “**O direito que temos é o de morrer de fome**”: os operários da Companhia de Tecidos Paulista e a busca por direitos na Justiça do Trabalho (1950-1952). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2019. P. 128

⁴¹¹ MONTENEGRO, Antonio Torres. *Studebaker, Delco, Guide, general Motors na fala dos operários*. In: **Revista CLIO** – série História do Nordeste – nº 15 – 1994. P.26

⁴¹² MONTENEGRO, Antonio Torres. *Studebaker, Delco, Guide, general Motors na fala dos operários*. In: **Revista CLIO** – série História do Nordeste – nº 15 – 1994. P.26

5.3.4 Fgts e a Estabilidade

A Willys, e depois a Ford- Willys, também acionava a Justiça do Trabalho para buscar benefícios. O departamento jurídico da fábrica se ancorava na legislação como uma forma de controlar o operário e as suas possíveis ações trabalhistas. Rapidamente dominava as novas leis.

Em 1969, a Willys solicitou que a JCJ de Jaboaão liberasse informações sobre 73 ex operários referentes ao período anterior à opção deles pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. A Junta negou o pedido, afirmando ser competência do Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS dispor dessas informações. Este processo ocorreu dois anos depois da lei do FGTS entrar em vigor no país.⁴¹³ A procura da Willys por essas informações configura mais uma estratégia da empresa. Nesse caso, de posse dessas informações a fábrica procurava se antecipar a possíveis ações de ex operários reivindicando indenização pelo tempo de serviço, tentava mobilizar as informações a seu favor. A nova legislação do FGTS movimentou o setor jurídico da fábrica.

A lei nº 5.107 de 1966 instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. A proposta foi elaborada por Roberto Campos, Ministro do Planejamento do governo Castello Branco. A nova lei alterava dois artigos da Consolidação das Leis Trabalhistas que determinavam: a indenização para o trabalhador demitido sem justa causa corresponderia ao valor de um mês de salário por cada ano trabalhado para o mesmo empregador, e a garantia da estabilidade do trabalhador após 10 anos em uma mesma empresa do setor privado. Caso o trabalhador fosse demitido sem justa causa após adquirir estabilidade, a indenização dobraria, ou seja, corresponderia a dois salários por ano trabalhado.

⁴¹³JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 1120/69**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

Em resposta ao processo impetrado pela Willys a Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboaão tomou como base a lei que regulamenta o FGTS e o um decreto para formular a resposta. O art. 18 da lei 5.107 de 13 de setembro de 1966, nº II que diz no caso da extinção do contrato de trabalho do empregado não optante e “não havendo indenização a ser paga, ou decorrido o prazo prescricional para a reclamação de direitos por parte do empregado, a empresa poderá levantar a seu favor o saldo da respectiva conta individualizada, mediante comprovação perante o órgão competente do MTPS”. A JCJ também se apoiou no art. 33 do decreto nº 59.820 de 20 de dezembro de 1966, nº II, acrescenta ao termo anterior descrito: “a empresa deverá comprovar, perante a autoridade local do MTPS, a inexistência de indenização a ser paga, mediante cópia autenticada do pedido de demissão do empregado, feito na fôrma da Lei nº 4.066, de 28 de maio de 1962, ou ofício da Justiça do Trabalho, comunicando sentença irrecurável; ou, quando fôr o caso, o decurso do prazo prescricional.”(GRIFO NOSSO)
Ver: <https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=Art.+33+do+Decreto+59820%2F66>
<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11775406/artigo-18-da-lei-n-5107-de-13-de-setembro-de-1966>

Mário Carboni, em sua dissertação de mestrado em Direito do Trabalho e Seguridade Social, alerta que “o FGTS não se confunde com indenização, pois esta visa ao ressarcimento pelo dano causado pelo empregador ao empregado, em razão da perda de emprego, ao passo que o FGTS veio substituir o sistema de estabilidade, e apresenta natureza compensatória do tempo de serviço do empregado na empresa”⁴¹⁴. Foi apenas com a Constituição de 1988 que se passou a prever o pagamento de indenização por demissão sem justa causa ao estabelecer a multa de 40% calculada sobre o valor total dos depósitos no Fundo.

Em 1966, contudo, a lei determinava que os patrões deveriam depositar 8% do salário pago ao trabalhador em uma conta individual, valor que poderia ser sacado em caso de demissão ou para comprar a casa própria. Inclusive, o governo federal passou a administrar todos os depósitos do fundo por meio do Banco Nacional de Habitação - BNH e tais recursos seriam utilizados para financiar obras de infraestrutura, como saneamento básico, e construção de moradias.

A lei do FGTS afirmava ser uma opção do trabalhador manter a estabilidade ou migrar para o novo modelo. Na prática, as empresas forçavam os trabalhadores a realizarem a migração e contratavam apenas empregados que optassem pelo novo regime. Houve um debate à época para saber se o fim da estabilidade era constitucional, visto que a Carta de 1946 determinava esse direito trabalhista já instituído pela CLT. Esse debate perdeu sentido no ano seguinte a aprovação da lei do FGTS. A Constituição de 1967 previu no art. 158 a estabilidade, com indenização ao trabalhador despedido, ou fundo de garantia equivalente.

O FGTS foi apresentado como uma forma de modernizar as relações de trabalho no Brasil. Surgiu no conjunto de reformas elaboradas pelos militares e seu projeto de revolução do Estado, que incluía sua modernização. O Presidente Castello Branco afirmou:

Burlado pelos patrões e deformado pela escassa minoria dos trabalhadores que o alcançam, o instituto da estabilidade tornou-se um autêntico instituto da inquietação. A situação atual estimula a empregadora usar artifícios e a buscar, de qualquer modo, a dispensa por justa causa a fim de se livrar do ônus latente, ou, a evitar que o empregado atinja os dez anos, o indenizando antes de completar esse

⁴¹⁴ CARBONI, Mário Augusto. **Recuperação dos créditos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: revisão do atual modelo, em busca de efetividade.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. p. 14-15.

tempo, pelo receio de indisciplina e descaso pela produtividade do trabalhador que atinge a estabilidade⁴¹⁵

O então presidente classificava o direito à estabilidade como um entrave para a produtividade do trabalhador e um ônus para as empresas. A estabilidade era o principal ponto para a reforma, que proporcionaria, segundo o governo, o desenvolvimento do país. Sabe-se que o fim da estabilidade por tempo de serviço diminuiria os gastos dos empregadores com as dispensas e possibilitaria ainda redução de riscos e custos, a longo prazo, nas novas contratações.⁴¹⁶ Para o trabalhador, aumentava a precarização do trabalho com a perda da estabilidade e mesmo de sua indenização.

Para Aurélio Viana, senador do MDB, era “público e notório que o senhor Ministro do Planejamento vem defendendo essa tese que interessa aos grupos estrangeiros no sentido de extinguir o cerne da legislação social do Brasil, que é o instituto da estabilidade”⁴¹⁷. O deputado do MDB Franco Montoro afirmou: “se a estabilidade tem defeitos, e nós os reconhecemos, devem ser corrigidos, mas não ser eliminada a estabilidade”⁴¹⁸.

O governo militar investiu em propaganda para convencer a população de que o FGTS era a melhor opção e a estabilidade era algo que atrapalhava ou mesmo poderia acabar com uma carreira. A publicidade estatal dizia: “este homem não quer indenizações. Quer progredir no trabalho.”⁴¹⁹ A frase com letras grandes vinha ladeada pela figura de um jovem com olhar sério e determinado para o futuro. O texto, com letras menores, seguia assim:

Não há mais o fantasma da estabilidade, que aparentemente beneficiava [o trabalhador], mas que na maioria dos casos era o responsável pelo corte de muitas carreiras de futuro logo no começo [...] O seu primeiro dia de

⁴¹⁵CARBONI, Mário Augusto. **Recuperação dos créditos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: revisão do atual modelo, em busca de efetividade.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. p. 13.

⁴¹⁶CARBONI, Mário Augusto. **Recuperação dos créditos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: revisão do atual modelo, em busca de efetividade.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

⁴¹⁷FONTENELLE, André. **Em 1967, FGTS substituiu estabilidade no emprego.** Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/05/em-1967-fgts-substituiu-estabilidade-no-emprego>. Acessado em: 12/11/2019

⁴¹⁸FONTENELLE, André. **Em 1967, FGTS substituiu estabilidade no emprego.** Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/05/em-1967-fgts-substituiu-estabilidade-no-emprego>. Acessado em: 12/11/2019

⁴¹⁹ FONTENELLE, André. **Em 1967, FGTS substituiu estabilidade no emprego.** Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/05/em-1967-fgts-substituiu-estabilidade-no-emprego>. Acessado em: 12/11/2019

trabalho é muito mais tranquilo que o do seu pai. Ele está amparado pelo FGTS, uma conquista do trabalhador brasileiro e de sua família, que se tornou possível com a Revolução de 31 de março de 1964⁴²⁰

Como no discurso de Castello Branco, o direito à estabilidade era considerado um problema que ameaçava os empregos e o desenvolvimento do país. Sem tal direito, a vida do jovem seria melhor e mais tranquila que a do seu pai, a qual fica implícito, foi regida pela CLT.

Heliene Nagasava afirma que a nova legislação interessava aos empresários. Com a lei do FGTS, as empresas poderiam atrair os trabalhadores e operários e os estimular a permanecer no trabalho. Nesse caso, os patrões teriam mais segurança e controle sobre o tempo de permanência de cada empregado na sua empresa. Assim, o investimento financeiro para qualificar profissionalmente o trabalhador geraria retorno na produção. Para os empresários isso significava o aumento na receita da empresa. Nagasava diz que “o crescimento da oferta de mão de obra qualificada, o aumento da mobilização sindical, e a obrigação de pagar vultosas indenizações em caso de demissão sem justa causa, transformaram a estabilidade em obstáculo para o desenvolvimento empresarial, que passou a pressionar o governo para a alteração da lei.”⁴²¹

Operários da Ford - Willys que foram contratados ainda com a lei da estabilidade vigente fizeram a opção pelo FGTS. Essa informação apareceu em alguns processos trabalhistas nas quais a fábrica foi interpelada na Junta de Conciliação e Julgamento de Jabotão.

Um dos casos foi o processo requerido por Fernando Pontes. Ele foi admitido na WOB de São Bernardo-SP em junho de 1958. Era funcionário do setor administrativo. Transferido para a fábrica de Jabotão, não se sabe o ano. Na nova filial, trabalhou como subgerente geral, o seu salário era de CR\$ 2.252,00 cruzeiros. Morava em Boa Viagem⁴²² e era conhecido pelos operários como o comandante Pontes.⁴²³

⁴²⁰FONTENELLE, André. **Em 1967, FGTS substituiu estabilidade no emprego**. Agência Senado. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/05/em-1967-fgts-substituiu-estabilidade-no-emprego>. Acessado em: 12/11/2019

⁴²¹NAGASAVA, Heliene. **O sindicato que a ditadura queria: o Ministério do Trabalho no governo Castello Branco (1964 – 1967)**. Jundiaí: Paco editorial, 2018. P.48

⁴²²JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 1093/70**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.. p. 02

⁴²³FILHO, Luís Regueira Carneiro da Cunha. Entrevista realizada no dia 18 de maio de 2016. Cidade de Jabotão dos Guararapes. Instituto Histórico de Jabotão. Pesquisadora: Karlene Araújo

O processo citado referia-se à opção do trabalhador em migrar para o regime da Lei nº 5107 de 13.09.66, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Para tal, Fernando Pontes apresentou na JCJ de Jaboatão, em 01 de outubro de 1970, um documento assinado por ele, cujo título era “Declaração de Opção pelo FGTS”.

Outro documento integrante do processo, assinado por Fernando e pelo representante da Ford-Willys do Brasil, informava “tendo as partes, de comum acordo ajustado, a rescisão do respectivo contrato de trabalho, receberá o empregado, à título de indenização, a quantia de CR\$ 36.108,80 [...] sem prejuízo da continuidade da prestação de serviços por parte do empregado, já, então no regime do FGTS.” O valor da indenização foi pago em oito prestações de CR\$ 4.513,60 cruzeiros. O empregado dava plena quitação da indenização de seu tempo de serviço, contado até a homologação. Ou seja, referente a 12 anos de trabalho.

O Art. 1º, § 3º da lei do FGTS estabelecia: “os que não optarem pelo regime da presente Lei, nos prazos previstos no § 1º (365 contados da vigência da lei – 1º de janeiro de 1967) poderão fazê-lo, a qualquer tempo, em declaração homologada pela Justiça do Trabalho, observando-se o disposto no Art. 16”. Assim foi feito por Fernando Pontes e a Ford-Willys pouco mais de três anos após a lei entrar em vigor.

Em outro processo também contra a Ford-Willys, três operários foram demitidos e reclamavam sobre os valores recebidos. Parte da reclamação referia-se à discordância sobre o processo de opção pelo FGTS. Aldo Bartolomeu, Ronaldo Oliveira e Edésio da Silva acionaram a Ford-Willys do Brasil na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão em abril de 1971. Por meio do processo trabalhista 290/71, os três reclamavam do recolhimento do percentual referente às horas extras as suas contas vinculadas do FGTS. Além disso, acusavam a empresa de não haver recolhido também à conta do FGTS o valor do tempo de serviço correspondente ao período entre a admissão e a opção pelo novo regime.

Edésio da Silva não compareceu à primeira audiência e foi excluído do processo. Aldo e Ronaldo apresentaram os seguintes dados na petição assinada pelo advogado Sebastião Torres: o primeiro foi admitido em junho de 1966 e demitido em setembro de 1970, sem justa causa. A opção pelo FGTS ocorreu em abril de 1967, nove meses passados do ingresso no emprego; o segundo trabalhador foi admitido em março de 1966 e dispensado em setembro de 1970, com a opção pelo novo regime ocorrendo em março de 1967. Consta no processo que o trabalhador contava 11 meses e 15 dias no emprego quando migrou para o FGTS ⁴²⁴.

⁴²⁴JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 290/71**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. p. 02

Ainda na petição, o advogado registrou a queixa dos operários em relação ao Sindicato dos Metalúrgicos, onde ocorreu a homologação das rescisões. Segundo o texto da petição, o Sindicato não tinha condições de defender os direitos dos trabalhadores que escolheram então seguir os caminhos legais: “aquele órgão classista limita-se em conferir apenas os cálculos feitos pelo patrão e mais nada, tanto é que várias homologações feitas naquele órgão têm sido revisadas pela Justiça do Trabalho, e tem sido encontrados enganos contra o trabalhador”⁴²⁵, afirmava a petição.

À ausência de ação do sindicato, o advogado acrescentou que as atitudes/estratégias da Ford-Willys dificultaram a organização dos operários. Segundo o advogado “a empresa não ter, em tempo algum, permitido que o referido sindicato entrasse na fábrica para fazer associados, assim como nunca respeitou os aumentos dados pelo mesmo aqui.”⁴²⁶ A Willys mantinha seus operários longe de mobilizações e ações lideradas pelo sindicato, isso incluía, segundo relato, o não pagamento dos aumentos salariais que o sindicato conseguia.

Por meio do advogado José Thales Bortolato, a Ford-Willys respondeu às reclamações. Foi apresentada uma contestação de cinco páginas anexada ao processo. No documento, o advogado informou que a rescisão foi devidamente homologada e que os trabalhadores deram plena quitação, nada havendo a reclamar na Justiça do Trabalho. Dizia ainda que “descabe o pagamento de indenização – quando o período que precede a opção pelo regime do FGTS é inferior a um ano, nos expressos termos do artigo 16 da Lei 5107/66.”⁴²⁷ Sobre as horas extras, a resposta do advogado informa que não deveria ocorrer depósito de FGTS calculado sobre o valor de remuneração por trabalho extraordinário.

Na Ata de Instrução e Julgamento, os reclamantes disseram trabalhar nove horas por dia, obrigatoriamente, das 7 às 17 horas, com intervalo de uma hora de almoço. Esse horário era cumprido de segunda à sexta-feira, não havendo expediente aos sábados. A hora extra que se fazia, diária e obrigatoriamente, acima das 8 horas estabelecidas como carga-horária de trabalho era paga mensalmente. Ainda se sabe por meio deste documento do processo que os trabalhadores foram “convidados para assinar pelo novo regime”⁴²⁸.

⁴²⁵ JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 290/71.** Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. p. 02

⁴²⁶ JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 290/71.** Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. p. 02

⁴²⁷ JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 290/71.** Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. p. 15

⁴²⁸ JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 290/71.** Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. p. 15

O advogado dos reclamantes, também no registro da Ata de Instrução e Julgamento, contestou as alegações apresentadas pelo representante da empresa. Anunciava que não foi pago o valor referente ao período anterior a opção dos trabalhadores pelo FGTS. Além disso, apontava que a hora extra trabalhada diariamente em caráter obrigatório passava a fazer parte do salário mensal e por isso os cálculos para efeito de indenização e depósito no FGTS deveriam considerar as nove horas trabalhadas e não as oito horas registradas no contrato de trabalho.

Ao processo foram anexados os contracheques de Aldo Bartolomeu. Em um dos documentos, datado de 31 de agosto de 1970, alguns dias antes de sua demissão sem justa causa, consta o valor do seu salário base de NCr\$ 1.080,80 (salário mínimo era de NCr\$ 187,20), mais o valor das horas-extras de NCr\$ 118, 21 e o salário-família dos seus dois filhos, perfazendo um total de NCr\$ 1.211,61. A coluna dos descontos apresentava os valores referentes ao adiantamento quinzenal (cerca de 50%), ao desconto previdenciário, a um seguro e, em outros meses, às refeições.

Não houve conciliação entre as partes. O juiz Josué de Albuquerque Maranhão Filho, junto com os vogais, por unanimidade, considerou improcedente a reclamação. Sentenciou que, apesar de haver alguma polêmica entre julgadores e doutrinadores sobre o assunto, não existia amparo legal para a exigência de indenização pelo tempo de serviço anterior à opção do novo regime, quando se tratava de menos de um ano. Afirmou o juiz que a Lei do FGTS e a CLT não se referiam ao pagamento de fracionamento da indenização, ou seja, quando ela correspondia a alguns meses e não ao mínimo de um ano.

Sobre as horas extras, a sentença destacava que os trabalhadores perfaziam um total de 45 horas semanais (9 horas diárias), sem expediente aos sábados. Esse tempo de trabalho era inferior as 48 semanais determinada pela CLT. Portanto, concluiu o juiz, “como se vê, a jornada semanal era inferior ao permitido em lei [...] logo não havia hora extras. Assim, não há o que acrescentar aos cálculos homologados.”⁴²⁹ Devemos lembrar que Josué Maranhão foi o mesmo juiz que julgou o processo impetrado por Wilson Soares e que deu ganho de causa a Willys, depois de uma reviravolta na sentença.

Por fim, obrigou os reclamantes a pagarem as custas do processo no valor de Cr\$ 19,02, calculada sobre o valor mínimo arbitrado para o processo de Cr\$ 200,00, em audiência anterior. Se tomarmos a indenização recebida por Aldo Bartolomeu, um dos reclamantes, pela

⁴²⁹JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 290/71**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. p. 30

rescisão do contrato no valor de Cr\$ 2.011,82, pode-se concluir que o valor fixado para o processo, correspondia a menos de 10% do recebido após a demissão, uma quantia reduzida.

O advogado dos reclamantes não aceitou o resultado do julgamento. Impetrou um recurso ordinário, solicitando que os autos fossem remetidos ao Tribunal Regional do Trabalho 6º Região. Em seu texto de recurso reafirmou que o empregador era obrigado a depositar os valores correspondentes ao tempo de serviço inferior a um ano, antes da opção pelo novo regime, na conta vinculada de FGTS do trabalhador. Na disputa de interpretação sobre a nova lei, advogado dos reclamantes e juiz da JCJ de Jaboatão estavam em lados opostos. Este último concordava com a leitura da lei realizada pelo representante da Ford-Willys e anexada ao processo.

O advogado dos operários não admitia que estes não recebessem nada pelo tempo de serviço entre a admissão na empresa e a opção pelo FGTS. Nesse período, seus clientes trabalhavam com a perspectiva de ganhar direito à estabilidade ou serem indenizados em caso de demissão sem justa causa. Ao serem convidados pela empresa a aderirem ao FGTS e depois serem demitidos, sem justa causa, não receberam nada referente ao período anterior a opção: “dito tempo anterior, deveria ter o empregador, logo após a opção dos FGTS, ter contribuído, isto é, ter recolhido valor correspondente, aquele tempo na conta vinculada, o que nunca fez.”⁴³⁰ Como Aldo e Ronaldo, reclamantes neste processo, diversos outros trabalhadores deviam ter vivido essa situação na transição do regime de estabilidade para o do FGTS.

Sebastião Cassiano Tôrres, advogado dos operários com escritório na Pracinha do Diário – Recife -, parecia inconformado com a sentença do juiz da JCJ, Josué de Albuquerque Maranhão filho, escrevendo em seu recurso que “houve um forte e brusco engano daquela junta, ao prolar tão amarga sentença”⁴³¹.

A respeito das horas extras, o juiz da JCJ afirmou não existir, ou fez “vistas grossas”, como expressa o recurso, uma vez que nos contracheques anexados aos processos constam os pagamento das ditas horas. Neste caso, o advogado voltou a ser enfático em seu argumento crítico à sentença:

Ora, se a reclamada adotou que a jornada de trabalho dos rets. era de sete horas da manhã às dezessete, com uma hora de almoço, dando, portanto,

⁴³⁰JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 290/71. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. p. 72

⁴³¹JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 290/71. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. p. 72

nove horas diárias, e pagando uma hora em forma de extra, não cabe outra interpretação, pois, é essa a vontade da firma e ninguém pode contrariar, cabe tão somente a justiça social do trabalho reconhecer⁴³²

A Ford-Willys do Brasil deveria então recolher o FGTS com base no valor recebido pelo operário durante o mês e não pelo que estava registrado na Carteira Profissional. Para o advogado, a empresa tentava achar uma brecha para tirar vantagem sobre os operários. Aumentando o tom de seu recurso, perguntou Sebastião Cassiano ao Tribunal Regional do Trabalho: “o novo regime foi criado para prejudicar ou beneficiar o trabalhador? Houve interrupção [sic] do contrato de trabalho? A lei 5107/66 foi criada para castigar o trabalhador?”⁴³³ Estaria o advogado recorrendo à ironia em sua pergunta? Compartilhava da ideia de modernização do Estado, das relações de trabalho propostas por Castello Branco no pós-64 e no decorrer deste processo passou a desenvolver outra leitura? Não temos como responder com certeza, mas podemos pensar nessas possibilidades.

O juiz presidente da JCJ de Jaboatão ao receber o documento afirmou ser incabível o recurso interposto pelos reclamantes mediante a legislação vigente. Informou ainda que como o valor mínimo fixado para o processo era inferior a dois salários mínimos, este não poderia seguir para ser apreciado no tribunal superior. Mostrando-se, talvez, enraivecido pelas duras críticas do recurso, o juiz pediu que se notificassem os reclamantes para a realização do pagamento das custas do processo em até 48 horas, sob pena de execução.

As custas foram pagas e o processo seguiu para a instância superior. Continuavam firmes o advogado e os reclamantes. No Tribunal Regional do Trabalho o agravo de instrumento apresentado foi julgado sem suporte legal. Não se julgou o mérito das reclamações. No parecer constava que o agravo não poderia ser analisado, pois o valor mínimo do processo estabelecido na primeira instância era inferior a dois salários mínimos e a matéria em questão não era constitucional. Ressaltou-se ainda que quando da fixação do valor mínimo, também conhecido como valor de alçada, não foi manifestada nenhuma impugnação em tempo hábil. Neste caso, talvez Sebastião Cassiano não tenha atentado para o fato que o impossibilitaria de recorrer do resultado do julgamento da primeira instância, ou, quem sabe, não esperava uma tão “amarga sentença”. Mas, sabendo que com o valor mínimo estipulado pelo juiz da JCJ menor que o referente a dois salários mínimos não seria possível impetrar um recurso no TRT, porque o valor não foi questionado na primeira instância? Ou o que motivou

⁴³²JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 290/71**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. p. 73

⁴³³JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 290/71**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. p. 72

o advogado a continuar com o recurso, uma vez que a legislação vigente não permitia que fosse julgado?

A interpretação da lei do FGTS foi ponto de disputa entre empregados e empregadores nas instâncias judiciais. A Ford-Willys era acionada sob acusação de burlar a lei e criar artifícios para o não pagamento dos direitos dos operários. O presidente do Brasil, Castello Branco, dizia que o novo regime iria acabar com esse tipo de ação dos patrões, comum no tempo da estabilidade. A luta dos operários por direitos continuava e as estratégias da Willys não estavam encerradas.

5.3.5 Insalubridade

Como citado pelo advogado Sebastião Torres no processo anterior sobre o FGTS, a diretoria da Willys estava muito atenta para impedir que o Sindicato de Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas fizesse associados entre seus operários. A presença do sindicato nas reclamações trabalhistas era rara. Localizamos, entretanto, um processo no qual apareceu o órgão classista. O processo nº proc. 370/72 ⁴³⁴ era uma ação sobre a insalubridade na fábrica impetrada por dois soldados, no mês de julho de 1972.

Na Ata de instrução do processo, os operários denunciavam que, embora exercessem função considerada insalubre, não recebiam o acréscimo salarial de 20% pela insalubridade. Tal adicional aos ganhos dos empregados era assegurado pela legislação vigente. ⁴³⁵ Assim, solicitavam na Justiça o direito de receber o adicional de insalubridade e que a informação fosse anotada na carteira profissional. Os trabalhadores alegaram receber Cr\$ 1,91 por hora de trabalho.

Até janeiro de 1970, a gratificação sobre os serviços considerados insalubres era calculada com base no salário mínimo regional. A partir de então, a gratificação passou a ser calculada sobre o salário mínimo profissional – o salário pago pela empresa - por uma decisão

⁴³⁴ JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 370/72**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

⁴³⁵ “Art. 209 - Serão consideradas atividades e operações insalubres, enquanto não se verificar haverem delas sido inteiramente eliminadas as causas de insalubridade, aquelas que, por sua própria natureza, condições ou métodos de trabalho, expondo os empregados a agentes físicos, químicos ou biológicos nocivos, possam produzir doenças e constem dos quadros aprovados pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28.2.1967)”. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm

do TST.⁴³⁶ O novo cálculo beneficiaria os operários da Willys de Jaboatão, uma vez que os valores dos salários recebidos (salário mínimo profissional) eram mais altos que o salário mínimo regional.

Os reclamantes receberam a notificação da data da primeira audiência, via sindicato. No dia marcado, apenas Amaro Luiz, acompanhado de sua advogada, se fez presente. O soldador João Vicente dos Santos não compareceu, tendo o seu processo arquivado. O juiz presidente era novamente Josué de Albuquerque Maranhão Filho e a sua primeira ação foi tentar a conciliação. A empresa negava haver condições insalubres na fábrica e a conciliação foi negada. Foi fixado pelo juiz, o valor base de 600,00 cruzeiros para uma possível negociação. Não havendo acordo entre as partes, o juiz solicitou que um médico perito, da Delegacia Regional do Trabalho, se dirigisse até o local de trabalho do reclamante e produzisse um laudo, no prazo de 10 dias. No caso de reivindicação do acréscimo de insalubridade em processos judiciais, a lei determinava que um médico do trabalho fizesse a caracterização e classificação da mesma.⁴³⁷

Oito dias antes dessa primeira audiência, chegou à JCJ um documento do escritório de advocacia Mesquita Barros & Magano, com sede em São Paulo. Tratava-se de uma contestação da reclamação dos operários, classificando-a como descabidas. Como argumentação, afirmavam que os operários não eram expostos a “agentes físicos, químicos ou biológicos, nocivos, que possam produzir doenças ou intoxicações”, além disso, “a operação com solda não é realizada em caráter permanente, inexistindo qualquer insalubridade face às medidas protetoras que, cautelarmente, são adotadas pela reclamada.”⁴³⁸ Solicitava-se o julgamento do processo como improcedente. O pedido do advogado não foi aceito pela JCJ, mas o documento foi anexado aos autos do processo. Também foi adicionada uma procuração registrada em cartório de São Paulo, nomeando Cassio Mesquita Barros Jr. e Octávio Bueno Magano como representantes da Ford - Willys perante a Justiça do Trabalho, em qualquer juízo, instância ou tribunal. Vale ressaltar que a fábrica enviava para as audiências na JCJ de

⁴³⁶GRATIFICAÇÃO TEM NOVOS CALCULOS. **Diário de Pernambuco**. 18 de janeiro de 1970. Primeiro caderno. P.12

⁴³⁷ “§ 5º Para fins de instrução de processo judicial, a caracterização e classificação de insalubridade serão feitas exclusivamente por médico-perito, preferentemente especializado em saúde pública ou higiene industrial, designado pela autoridade judiciária, observadas as normas fixadas no presente artigo. (Incluído pela Lei 5.431, de 1968)”

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm

O trabalho com solda é citado no documento NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES. Ver:

http://www.ccb.usp.br/arquivos/arqpeessoal/1360237303_nr15atualizada2011ii.pdf

⁴³⁸JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 370/72**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. P.12

Jaboatão um preposto. O leitor deve lembrar que Octávio Megano já apareceu no processo impetrado por Milton Costa contra a Willys reclamando o pagamento de horas extras.

Com o prosseguimento do processo, o médico do trabalho entregou o laudo pericial no mês de outubro, depois de três visitas à fábrica. No documento, a primeira constatação realizada pelo médico foi o fato de João Vicente e Amaro Luiz não serem mais funcionários da Ford – Willys. Ou seja, foram demitidos no decorrer do processo trabalhista. Assim, a observação da insalubridade foi realizada com os operários que os substituíram na fábrica.

Constava no laudo que:

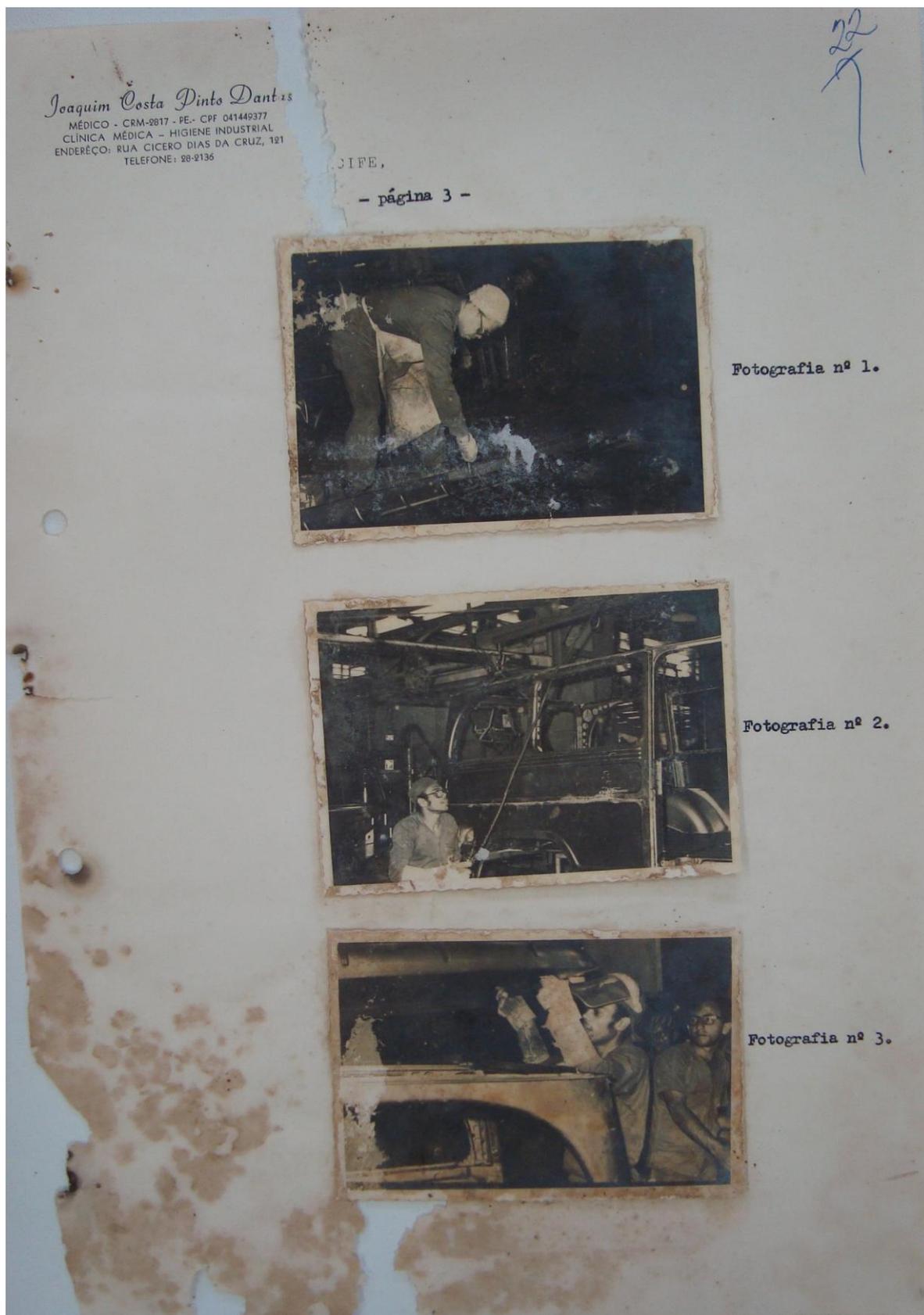
As atividades exercidas são várias, em rodízio, tendo cada trabalhador habilidade para trabalhar tanto com solda de ponto, solda elétrica, solda de oxiacetileno, quanto na montagem de veículos.

Colocam as peças nos seus devidos lugares, fazem transportar os veículos em montagem por meio de guinchos especiais e selecionam pequenas peças que serão usadas nos mesmos.⁴³⁹

Além da descrição acima, o perito fez fotografias como forma de registrar os objetos de suas análises nas diversas fases de montagem dos carros. Fotografias da pintura do teto de uma Rural; colocação e ajuste de teto; uso de solda para fixar o teto; solda de oxiacetileno em pequenas peças; solda de oxiacetileno no acabamento do carro e uso de solda elétrica.

⁴³⁹JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 370/72**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. P. 20

Imagem 10: Operários na linha de montagem



JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 370/72. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª Região.

Imagem 11: Operários na linha de montagem



JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 370/72.

Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

A sequência de seis fotografias apresentadas nas imagens 9 e 10 anexadas ao laudo também produziram uma narrativa. Na narrativa imagética, os operários estão seguros e equipados para o trabalho. Na fotografia 3 é possível percebermos outro operário que observa o trabalho daquele que estava sendo fotografado. O que nos sugere uma movimentação no local de trabalho, o trânsito de outros operários além do que estava desempenhando o trabalho. Entretanto apenas o operário em primeiro plano apresenta equipamentos de segurança. Certamente, as fotografias seguiram um roteiro. Os operários pousaram para o perito. As três primeiras fotografias nos sugerem situações mais vulneráveis dos operários, na fotografia 1, provavelmente o operário inalou a fumaça da solda por apresentar proteção apenas para os olhos. Nas fotografias 4, 5 e 6 os operários apresentam situações de maior segurança e maior controle dos equipamentos de proteção. A produção dos sentidos para essa sequência de 6 fotografias está voltada para a não periculosidade e a salubridade no ambiente de trabalho.

O perito concluiu que não existia a insalubridade. A justificativa assegurou boas condições de aeração no setor, registrou o uso de equipamento de proteção individual e o principal argumento se referia “ao caráter não permanente das operações de soldagem, sendo observado por mim o tempo de exposição aos agentes físicos e químicos”.⁴⁴⁰ Como as fotografias provaram, segundo o registro do perito.

Não se ressaltou, contudo, sobre a impossibilidade de observar as condições de trabalho impostas aos dois reclamantes do processo, visto que já não trabalhavam mais no local. Apontamos essa ação como mais uma estratégia da Willys. Os operários que impetraram processo foram demitidos. Ao chegar um perito na fábrica os dois novos operários estavam bem equipados e em segurança no trabalho.

A audiência de instrução e julgamento foi no mês de novembro de 1972. Amaro Luiz não compareceu. Nenhuma das partes fez qualquer pontuação sobre o laudo pericial. O juiz Josué de Albuquerque Maranhão Filho alegou que a proposta de conciliação foi prejudicada pela ausência do reclamante na audiência. O processo foi julgado improcedente. O trabalhador não estava presente para ouvir a decisão. Também não ouviu que deveria pagar os honorários do perito. Entretanto, a pedido do juiz uma notificação foi enviada a Amaro Luiz e ao sindicato.

O desfecho do processo se deu com o pagamento realizado pelo sindicato. Uma carta precatória seguiu para a JCJ do Cabo, uma vez que o reclamante residia na jurisdição daquela

⁴⁴⁰JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 370/72**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. P.21

Junta. A notificação foi entregue a esposa de Amaro Luiz. O operário não foi mais localizado pela Justiça.

Para a Justiça do Trabalho, o laudo provou que a fábrica oferecia aos seus operários boas condições de trabalho. Equipamentos de segurança, óculos, roupas especiais, além de cada operário poder exercer várias funções na linha de montagem, o que não os levaria a uma doença por esforço repetitivo na mesma função ou por um longo período de exposição a produtos químicos como a solda. Essa estratégia de trabalho da Willys já havia sido registrada nos relatos de memória de Antonio Justolino.

Processos trabalhistas de operários que reclamavam por direito a insalubridade em outras fábricas são quase sempre acompanhados de relatos de doenças ou acidentes de trabalho.⁴⁴¹ Na Willys ou Ford-Willys não foram identificados. Não encontramos nenhum registro de acidente de trabalho. Esse nosso registro é no sentido de reafirmar o controle que a fábrica assumiu em relação ao seu espaço e seus operários. A Willys produziu, para os operários, setores da imprensa e o governo, a imagem da eficiência da produção e do cumprimento das normas.

No único processo, que temos registro, com a atuação do sindicato junto aos operários, a empresa consegue desqualificar suas reivindicações. A reclamação foi julgada improcedente. O sindicato saiu derrotado. Aos operários restou a rescisão de contrato. A fábrica que se apresentava como moderna operava no sentido de aumentar a produtividade e os lucros. As estratégias de ação de controle da Willys reforçavam a “revolução de paz” defendida à época. Com operários sem acesso às mobilizações sindicais, as suas reclamações tramitaram silenciosamente pela Justiça do Trabalho. Essas questões fazem pensar na construção de um “novo homem”, disciplinado para o trabalho urbano fabril, proposta pela Willys. Um homem comprometido com o trabalho e com a fábrica. Conectado ao maquinário e aos equipamentos de trabalho que a Willys oferecia. Não poderiam ter ligações com reivindicações, mobilizações e nem o sindicato da sua categoria.

⁴⁴¹Ver: NEVES, Anna Maria Litwak. **“O direito que temos é o de morrer de fome”**: os operários da Companhia de Tecidos Paulista e a busca por direitos na Justiça do Trabalho (1950-1952). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2019.

SANTOS, Emanuel Moraes Lima dos. A fábrica de tecidos da Macaxeira e a Vila dos Operários: a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2017.

TAVARES, Marcelo Góes. **DO TECER DA MEMÓRIA AO TECIDO DA HISTÓRIA**: Operários, trabalho e política na indústria têxtil em Fernão Velho (Maceió, AL, 1943-1961). Tese. Programa de pós-graduação em História – UFPE.

A ideia de construir esse “novo homem” foi proposta de Henry Ford no começo do século XX. Ele defendia a formação de “um novo tipo de homem adequado a um novo tipo de trabalho e de progresso de produção.”⁴⁴² A ideia foi abandonada por Ford ao criar novas estratégias de controle e exploração para os seus operários, entretanto, sobreviveu por muitas décadas e foi adotada em muitos lugares. O historiador Joshua Freeman acredita que as fábricas [gigantes] ajudaram a criar um “novo homem” “com um senso de tempo ditado pelas necessidades de massa, atividades coordenadas e pelos ritmos do maquinário, comprometidos com a ideia de progresso através da inovação técnica e do aumento da eficiência, que adotaram produtos fabris e a estética industrial.”⁴⁴³ Aos operários da Willys de Jabotão, ser esse “novo homem” como integrante da “revolução de paz” implicava ser alvo de formas de controle e disciplinamento para a nova ordem social e política.

⁴⁴² FREEMAN, Joshua B. **Mastodontes**: A história da fábrica e a construção do mundo moderno. São Paulo: Todavia. 1ª Ed. 2019. P. 143.

⁴⁴³ FREEMAN, Joshua B. **Mastodontes**: A história da fábrica e a construção do mundo moderno. São Paulo: Todavia. 1ª Ed. 2019. P. 320

6 FIM DO VÍNCULO TRABALHISTA

Em estudo recente, Joshua Freeman afirma que desde o séc. XVIII, na Inglaterra, se reconhece a revolução provocada pelas fábricas gigantes, chamadas por ele de Mastodontes. O maquinário, a força de trabalho, as mudanças físicas, sociais e culturais, a quantidade de bens de consumo e os modos de produção contribuíram para a constituição da fábrica como detentora de “sonhos e pesadelos associados à industrialização e mudança social”.⁴⁴⁴ Às fábricas se atribuiu um aparato capaz de movimentar projetos industriais que almejassem a melhoria social. A elas se ligaram a ideia de progresso e modernidade, bem como se produziu, no seu entorno, uma atmosfera romântica.

Sobre as fábricas automobilísticas, o historiador diz que empregaram milhares de operários e despertaram fascínio e veneração nas pessoas desde o início do século XX. A linha de montagem, uma criação de Henry Ford, foi uma inovação técnica e organizacional que provocou mudanças gigantescas na produção do bem de consumo, pois aumentou a velocidade e a eficiência do processo. O novo modelo de produção gerou uma nova economia política capaz de transformar a vida das pessoas, de pagar altos salários e de exercer um controle mais rígido na disciplina dos trabalhadores: “parte do que tornava o fordismo tão fascinante era a promessa de um aumento generalizado do padrão de vida.”⁴⁴⁵ Uma das campanhas lançadas pelo fordismo associava os altos salários pagos ao valor acessível do automóvel, possibilitando aos trabalhadores acesso ao bem de consumo e com isso fazer a economia girar. Também foram lançadas, por esse sistema, diversas formas de controle sobre o operário, tanto no ambiente de trabalho quanto na sua vida privada.

Muitas das práticas descritas por Freeman, na construção da maquinaria chamada de fordismo - produção em massa, método Ford ou sistema Ford - nos Estados Unidos no início do séc. XX puderam ser observadas na Willys Jabotão na década de 1960. Por exemplo, como a fábrica conseguiu movimentar discursos de melhores condições de vida e de trabalho para homens e mulheres de Pernambuco e com isso desenvolveu uma série de práticas no

⁴⁴⁴FREEMAN, Joshua B. **Mastodontes**: A história da fábrica e a construção do mundo moderno. São Paulo: Todavia. 1ª Ed. 2019.

⁴⁴⁵FREEMAN, Joshua. “Eu venero as fábricas”: fordismo, trabalho e a atmosfera romântica da fábrica gigantesca in: FREEMAN, Joshua B. **Mastodontes**: A história da fábrica e a construção do mundo moderno. São Paulo: Todavia. 1ª Ed. 2019.

sentido de construir o sentimento de gratidão dos seus operários, ao ponto de ser considerada por alguns deles como uma mãe.⁴⁴⁶

As formas de controle e exploração praticadas pela fábrica de automóveis de Jaboatão puderam ser identificadas com o estudo dos processos trabalhistas. Observou-se, por exemplo, que mecanismos diferentes, de controle, exploração e disciplina, foram aplicadas sobre o trabalhador rural da região.⁴⁴⁷ O emprego da mão de obra local e a sua profissionalização feita na própria fábrica também são entendidos, por muitos estudiosos, como estratégia de controle e produtividade das fábricas. O investimento de treinamento profissional para formação da mão-de-obra visava um maior comprometimento do operário com o emprego e um aumento na produção, ou seja, um maior controle sobre cada operário e maior lucro. Essa ideia ia ao encontro das diretrizes de outras empresas e empresários durante o período ditatorial no país, segundo Heliene Nagasava.⁴⁴⁸ Os diretores das Willys de Jaboatão, e depois na gestão Ford, classificavam essa estratégia como sendo a valorização do “elemento humano no Nordeste”.⁴⁴⁹

Como dissemos em outras partes dessa narrativa, a Willys foi construída em uma região marcada pela produção da cana de açúcar, com a presença de muitos engenhos e usinas. Uma região também marcada pela fome e pelo trabalho extenuante do trabalhador rural. O trabalho que marcou sua pele, tão rapidamente envelhecida. Cortar a cana era, muitas vezes, o único caminho para não morrer de fome e não deixar a família totalmente desamparada. Os empregadores, donos de engenhos e usinas, sabiam a condição social na

⁴⁴⁶ No Brasil, a gratidão entre os trabalhadores para com seus empregadores tem uma formação histórica. Sidney Challob reflete sobre a gratidão ou a “qualificada ingratidão” ser prevista na legislação vigente em meados do séc. XIX. Os estudos do historiador sobre essa questão são pautados nos processos de escravos em busca da alforria. A leitura do trabalho de Challob, faz refletir que, talvez, a gratidão pese nas decisões, de impetrar processos, dos trabalhadores até os dias atuais. Não raro, ouvimos que o trabalhador foi ingrato ao lutar na justiça por seus direitos.

CHALHOUB, Sidney. Ações cíveis envolvendo escravos no século XIX. In: **II Encontro Nacional da memória da Justiça do trabalho**. Tribunal Regional do trabalho 15ª região. Centro de Memória, arquivo e Cultura. Campinas, 2017.

⁴⁴⁷ Importante ressaltar que estudos sobre as fábricas têxteis de Pernambuco descrevem outras formas poder operadas pelos patrões para controle e exploração dos operários e aumento da produtividade e dos lucros da empresa. Para uma discussão detalhada sobre essas fábricas ver: SANTOS, Emanuel Moraes Lima dos. **A fábrica de tecidos da Macaxeira e a Vila dos Operários**: a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2017. NEVES, Anna Maria Litwak. **“O direito que temos é o de morrer de fome”**: os operários da Companhia de Tecidos Paulista e a busca por direitos na Justiça do Trabalho (1950-1952). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2019.

⁴⁴⁸ NAGASAVA, Heliene. **O sindicato que a ditadura queria: o Ministério do Trabalho no governo Castello Branco (1964 – 1967)**. Jundiá: Paco editorial, 2018

⁴⁴⁹ A FORD EM JABOATÃO. **Diário de Pernambuco**. 14 de setembro de 1975. Terceiro caderno. P.9

qual os trabalhadores viviam. Não pagar os salários em dia e explorar a força de trabalho dessas pessoas eram artes de perpetuar os anos de lucros e enriquecimento das poucas famílias, detentoras do poder na região. Historiadores como Christine Dabat, Antonio Montenegro e Pablo Porfírio narram as lutas dos trabalhadores rurais de Pernambuco pela sobrevivência. Não o faremos aqui. Mas precisamos entender que essa forma de trabalho era até então a única possível, e conhecida, para muitos homens, mulheres e crianças da região.

Isso nos ajuda a entender, ao menos em parte, como os operários da Willys, também explorados em sua força de trabalho, construíram uma memória positiva do trabalho fabril. A exploração, o controle e a disciplina da fábrica eram aplicados sob um teto, abrigados de sol e chuva. O trabalho manual se dava com máquinas, parafusos, tintas e tecidos. Em nada a nova condição lhes aproximava do trabalho com enxadas, foices e facões.

Neste capítulo, estudamos as rescisões de contratos homologadas na Junta de Conciliação e julgamento de Jaboatão. Analisamos o fim do vínculo trabalhista que a Willys estabeleceu com os seus operários. Era a fábrica que impetrava esses processos. Nesses documentos foram estabelecidas outras formas de ação, diferentes das observadas quando a fábrica surgia como reclamada nos processos. Investigamos como a Willys que se apresentava como a redenção, de melhores condições de trabalho e vida, aos seus operários, passou a significar, em pouco tempo, vulnerabilidade e instabilidade para eles.

Ao analisar esses documentos, identificamos a prevalência da negociação entre o patrão e os empregados. Talvez para o operário, no momento de rompimento de contrato, receber o oferecido pela fábrica era menos prejudicial do que enfrentar uma batalha jurídica que se prolongaria e sem garantia de ganhos. Entendemos que a relação fábrica – operário não era entre iguais. A negociação era uma relação de forças. Nesses processos trabalhistas, a Justiça do Trabalho tem apenas a função homologadora dos “acordos” previamente estabelecidos. Essas homologações, realizadas por um juiz trabalhista, eram previstas em lei.

Esses processos nos guiaram para a trajetória fabril percorrida por alguns operários. Quanto tempo de trabalho na fábrica? Quais direitos foram pagos com a rescisão do contrato de trabalho? Os processos deram indícios, vestígios da forma como os operários foram sendo construídos como “trabalhadores da Willys”. Inseridos em um sistema capitalista, industrial, urbano e fabril de exploração, eles foram alvos de práticas e discursos que visaram enquadrá-los como “trabalhador modelo da Willys” – silenciosos, gratos, produtivos e vulneráveis.

As estratégias da Willys de Jaboatão apontam para um *Modus Operandi*. Os discursos propagados pelo governo militar, auto intitulado “revolucionário”, de promoção da região Nordeste, a forma como o aparato jurídico da fábrica operou na Justiça do Trabalho e a

construção da ideia de pertencimento sobre os operários indicam as formas de operação da Willys em Pernambuco. Os operários são personagens importantes. Analisar suas trajetórias no momento exato do fim do contrato oferece outras perspectivas dessa história.

6.1 HOMOLOGAÇÕES

De um total de 92 processos trabalhistas estudados, a Willys apareceu como requerente da homologação da rescisão de contrato em 79 deles. Foram quase 200 operários demitidos, entre os anos de 1967 e 1970. Nesse período, a fábrica já estava sob o controle acionário da Ford, entretanto na documentação continuava o nome Willys ou Ford-Willys.

O ato de encerrar o contrato de trabalho estava regulamentado pelo Art. 477 da Lei 5.562 de 12 de dezembro de 1968.⁴⁵⁰ No parágrafo 1º, a lei diz que “o pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão de contrato de trabalho firmado por empregado com mais de 90 (noventa) dias de serviço só será válido quando feito com a assistência do respectivo sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social ou da Justiça do Trabalho.”⁴⁵¹ No caso dos processos de demissões de operários da Willys, mesmo os trabalhadores com menos de 90 dias de serviço, tiveram seus casos levados à Justiça do Trabalho e não passaram pelo sindicato. A fábrica se utilizava da legislação como meio de controle sobre os seus operários. A Willys procurava direcionar os passos dos seus trabalhadores, inclusive na saída. Retirava-se qualquer participação do sindicato no processo, mesmo de demissão.

As homologações, normalmente, eram processos pequenos e rápidos, com duração de apenas uma sessão. Esses documentos foram importantes para entendermos as tramas, as redes e as negociações que envolveram a Willys e os seus operários. Neles devem ser encontrados o pedido de rescisão feito pela fábrica, o recibo de quitação onde constam os dados do operário, o valor pago e o termo de rescisão assinado.

Esse tipo de processo trabalhista, não raramente, são postos de lado pelos historiadores, que desejam estudar aqueles constituídos por petições, testemunhas, inquéritos,

⁴⁵⁰ O primeiro processo localizado sobre rescisão contratual é do ano de 1967 quando ainda estava em vigor a lei 4.066 de 28 de maio de 1962. A lei regulamentava as demissões para empregados com mais de um ano de serviço. Foi revogada pela lei Lei 5.562 de 12 de dezembro de 1968.

Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4066.htm

⁴⁵¹ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5562-12-dezembro-1968-358607-publicacaooriginal-1-pl.html>

ata de julgamento e acórdãos ⁴⁵². Entretanto, as homologações nos mostraram o quanto prevalecia, naquele momento, nas relações de trabalho o negociado sobre o legislado. Nesse caso, a Justiça era acionada apenas para homologar um acordo feito previamente. Se por um lado a ida do trabalhador à Justiça do Trabalho já era uma forma muitas vezes injusta, de receber os seus direitos trabalhistas, realizando conciliações que lhe ofereciam menos do valor devido, fosse por uma questão de tempo na tramitação dos processos, fosse para que não existissem recursos junto à segunda instância, por outro lado, temos as negociações realizadas sem o aparato da legislação ou a presença do sindicato.

Para Fernando Teixeira, o acesso dos trabalhadores à Justiça do trabalho significava não anular as estratégias de ação que lhes eram possíveis. É nesse sentido que três caminhos poderiam ser percorridos. A negociação entre patrão e empregado, a intervenção normativa da Justiça e as greves. ⁴⁵³ No caso da fábrica de Jabotão, ora a Willys já chegava à Junta com a negociação realizada, ora o operário recorria ao poder intervencionista dos juízes do trabalho. Fernando Teixeira diz que as homologações são “acordos denominados de ‘extrajudiciais’, embora o tribunal os homologue, conferindo assim chancela legal ao acertado entre as partes.”

⁴⁵⁴

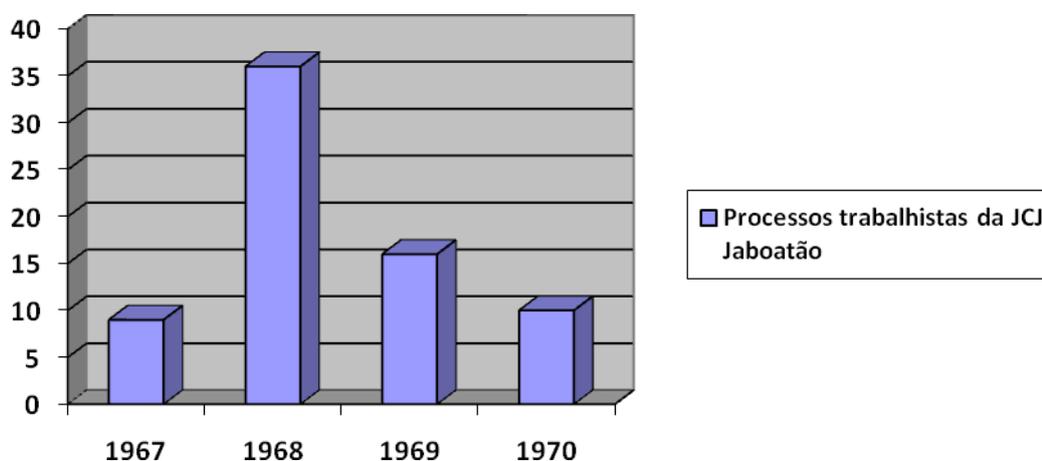
O total de processos de homologações da Junta de Conciliação e Julgamento de Jabotão está assim distribuído:

⁴⁵² Acórdãos são sentenças normativas.

⁴⁵³ DA SILVA, Fernando TEIXEIRA. **O acordo e o acórdão**: a justiça do trabalho no “longo ano de 1963” in: DA SILVA, Fernando TEIXEIRA. *Trabalhadores no Tribunal: Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964*. São Paulo: Alameda. 2ª Ed. 2019

⁴⁵⁴ DA SILVA, Fernando TEIXEIRA. **O acordo e o acórdão**: a justiça do trabalho no “longo ano de 1963” in: DA SILVA, Fernando TEIXEIRA. *Trabalhadores no Tribunal: Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964*. São Paulo: Alameda. 2ª Ed. 2019. P.130

Tabela 4 - Rescisões de contrato de trabalho.



Fonte: Laboratório História e Memória das UFPE e TRT 6ª região

Quase 66% das homologações foram realizadas nos anos de 1968 e 1969. Reiteramos que foram os dois primeiros anos após a venda da Willys para a Ford. Esses anos foram de transição entre uma empresa e a outra. O que teria levado a fábrica a demitir tantos operários? Segundo Flérida Cortizo, os operários eram “demitidos” para que a carteira profissional fosse assinada já como Ford do Brasil. A ex funcionária disse que também passou por essa experiência. Foi demitida em junho de 1969 e readmitida em janeiro do ano seguinte. Recebeu indenização e continuou o trabalho na fábrica.⁴⁵⁵ O seu processo de rescisão de contrato não foi localizado. Os processos estudados não permitem formular uma resposta para a quantidade de demissões.

Quando assinava o recibo de quitação geral, o operário declarava que nada mais havia a reclamar da fábrica. Nos processos consultados, todos os trabalhadores assinaram seus nomes, o que indica algum grau de alfabetização, não necessariamente de entendimento do que estava sendo firmado.

Nos processos de rescisão contratual requeridos pela Willys, quase em sua totalidade, tem registro do pagamento aos operários demitidos dos valores referentes às horas extras. São 10, 16 ou mais horas extras trabalhadas em benefício e rendimento econômico da fábrica e que, em parte, somente na demissão foram recebidas pelos operários. O direito trabalhista de

⁴⁵⁵ POZZAS, Flérida Cortizo. Entrevista realizada no dia 8 de julho de 2016. Cidade de Jabotão dos Guararapes. Pesquisadora: Karlene Araújo

receber horas extras foi adquirido no final da década de 1940 e tratado nos artigos 59 a 61 da CLT.

O pagamento final a ser realizado pela fábrica era baseado no cálculo entre os direitos, que o operário ainda deveria receber, e os descontos. Calculava-se, no geral, descanso semanal remunerado, horas extras, férias, aviso prévio, indenização e 13º salário. Os descontos eram referentes ao pagamento do INPS, adiantamentos de férias, salário e 13º salário, os valores de uso restaurante.

Sobre o fim do vínculo empregatício pode-se pensar a princípio, duas questões. A vulnerabilidade na qual os operários estavam submetidos. Encerrava-se o trabalho na indústria moderna automobilística. A segunda questão consiste em pensarmos que durante o período de trabalho desses operários a Willys se beneficiou com a exploração da mão de obra e com pagamentos que só foram realizados, em parte, na negociação de rescisão.

Vamos narrar algumas histórias desses processos de homologações e seus sujeitos históricos. O primeiro processo de demissão que localizamos foi contra José da Conceição Rodrigues. No dia 3 de julho de 1967, o trabalhador assinou o termo dando quitação geral, irrestrita e irrevogável "para nada mais haver ou reclamar a título de aviso prévio extraordinário, 13º salário, descansos remunerados, diferenças de salário e por quaisquer outros títulos ou direitos decorrentes do contrato de trabalho, considerando-se integralmente pago e satisfeito."⁴⁵⁶ Com o processo se encerrava o vínculo, que por poucos dias não completou um ano.

No documento não consta o motivo da demissão. O operário recebeu o valor de NCr\$ 501,77, já com os descontos referentes ao INPS, adiantamentos de férias e do 13º salário e do restaurante. Ao negociar diretamente com a empresa, e assinar termo de quitação na JCJ, o operário declarava não haver outros direitos que julgasse pertinente na Justiça do Trabalho.

Outros 78 processos seguiram esse padrão. A maioria sem identificação de cargo, sem informação do endereço do operário. Dos quase 200 operários demitidos nos anos de 1967 a 1970, apenas um, pelo que consta nos processos, foi para transição do regime de estabilidade para opção do FGTS. Não encontramos qualquer registro nos jornais sobre essa quantidade de demissões.

No ano de 1968 ocorreu a maioria de homologações de rescisões individuais. Em apenas cinco processos, identificamos rescisões coletivas, totalizando 19 operários e um

⁴⁵⁶JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 477/67**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

funcionário do almoxarifado. A reclamante era Willys Overland do Brasil S/A.⁴⁵⁷ Na tarde do dia 31 de outubro de 1968, os operários Mauro Alves, Manoel Adonias, José Pacheco e João Ferreira assinaram as rescisões de contrato com a Willys na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão. Haviam sido demitidos dias antes. Trabalharam na fábrica entre 2 e 5 anos. As informações estão no proc. 1065/68. Todos tinham contratos de horistas. A estratégia da Willys para demissão no ano de 1968 parece ter ido à contramão das homologações com dois ou mais operários. Foram as rescisões individuais que ganharam volume nos processos arquivados pela Justiça do Trabalho.

Em 1969, a fábrica continuou com as homologações de rescisões de contrato na Junta de Jaboatão. Manoel Miguel e Edgar Costa estavam entre os demitidos. Os dois operários foram contratados antes da inauguração da fábrica, em meio aos vários discursos que colocavam a Willys no lugar de promotora de melhores condições de vida e de trabalho. Os processos de rescisão apresentaram poucas informações individuais dos operários.

O processo 1434/69 era o registro do fim do vínculo empregatício entre a fábrica e os dois operários. Um mensalista, o outro horista. Esse processo apresentava um bom exemplo do regime de contrato de trabalho estabelecido pela fábrica.

Nesse processo trabalhista, Manoel Miguel da Silva foi registrado como horista, embora não especifique a função de trabalho. Consta que foi contratado em maio de 1966. Ganhava por hora trabalhada o valor de 0,82 centavos de cruzeiros novos. Com a rescisão do contrato recebeu da empresa o total de Ncr\$ 178,23 (cruzeiros novos), correspondentes a 207 horas normais trabalhadas no mês de outubro de 1969, 40 horas de descanso semanal remunerado, 3 horas extras e 10/12 avos do 13º salário, retirados os descontos.⁴⁵⁸

O outro operário demitido em novembro de 1969 foi Edgar Costa Silva.⁴⁵⁹ O processo não informava a função desempenhada na fábrica, mas dizia que o regime de trabalho era de

⁴⁵⁷ JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 1065/68.** Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 1121/68.** Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 0987/68.** Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 0913/68.** Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 0588/68.** Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

⁴⁵⁸ JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 1434/69.** Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

⁴⁵⁹ JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 1434/69.** Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

mensalista. Edgar foi contratado em janeiro do ano de 1966. Seis meses antes da inauguração. No recibo de quitação geral constava que Edgar Costa recebeu o total de Ncr\$ 1.541,67. Seu salário mensal era de 678,40 cruzeiros novos.

No dia oito de agosto do mesmo ano, a fábrica homologou a rescisão de 10 operários. Nenhum registro dessas demissões foi localizado além do processo nº 1034/69.⁴⁶⁰ Os operários haviam sido admitidos entre maio de 1966 e março de 1969. Esse tipo de processo trabalhista nos permite dizer que os muitos operários trabalharam apenas meses, ou pouco mais de um ano na fábrica. Desses 10 operários, 4 trabalhavam no setor de funilaria, 1 horista na linha final, 1 mensalista, 1 segurança e 2 eram do setor de manutenção.

Não localizamos registros nos jornais sobre as demissões. Entretanto, encontramos no *Diário de Pernambuco* muitos anúncios de ofertas de emprego na Willys. Em sua maioria, exigiam experiência na área, grau de estudo mínimo e, no caso das vagas para segurança, necessitava apresentar estatura mínima para desempenhar a função. Para cargos de secretária era exigido capacitação para redação em português e inglês. Em contrapartida, a fábrica dizia oferecer: "salário compensador, ótimo ambiente de trabalho, semana de 5 dias, assistência médica, restaurante no local"⁴⁶¹ Os anúncios de emprego do ano de 1969 diferenciavam-se dos anúncios publicados no ano de inauguração da fábrica. Em 1966, anunciavam-se as vagas e não eram feitas exigências para ocupar o cargo disponível. Ao contrário, a formação profissional seria oferecida pela própria fábrica.

O ano de 1969 foi descrito no jornal como promessa de grande sucesso para a Willys/Ford. No mês de janeiro, em solenidade que aconteceu na fábrica de Jaboatão, o representante da Willys Gerald Hough foi condecorado com “a medalha do Mérito Cidade do Recife pelos relevantes serviços prestados à comunidade recifense, visando desenvolvimento das atividades industriais na área do Recife metropolitano”⁴⁶² No *Diário de Pernambuco*, estabelecia-se uma continuidade dos discursos veiculados desde 1966 sobre a Willys. Na solenidade, um representante da Prefeitura do Recife agradeceu os esforços emanados pela fábrica no sentido de desenvolver social e economicamente a região. Destacou “o desejo de

⁴⁶⁰ JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. **PROCESSO 1034/69**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

⁴⁶¹ WILLYS OVERLAND. **Diário de Pernambuco**. 5 de fevereiro de 1969. P. 2. Primeiro caderno
VER TAMBÉM: WILLYS OVERLAND. **Diário de Pernambuco**. 9 de fevereiro de 1969. P. 2. Primeiro caderno

WILLYS OVERLAND. **Diário de Pernambuco**. 9 de fevereiro de 1969. P. 23. Primeiro caderno

WILLYS OVERLAND. **Diário de Pernambuco**. 11 de fevereiro de 1969. P. 2. Primeiro caderno

⁴⁶² CONDECORADO GERENTE REGIONAL DA WILLYS. **Diário de Pernambuco**. 5 de janeiro de 1969. P. 12. Primeiro caderno

colaborar para que o Nordeste seja transformado numa região próspera e rica, proporcionando mão de obra para seus filhos desempregados e distribuindo riquezas para melhoria das nossas condições sócio-econômicas.”⁴⁶³

Aquele seria o melhor ano para a indústria automobilística no Brasil. Acompanharia uma curva de crescimento de vendas observada no mundo inteiro. Segundo publicação no jornal, a Willys previa crescimento do seu parque industrial pelo país. Em 1969, a produção da Willys e Ford correspondia a 24,2% de todo mercado automobilístico brasileiro. As vendas da empresa (Ford –Willys) tinham crescido exponencialmente no último ano. Só a Rural Willys havia alcançado um aumento de 19,3% de suas vendas no país.⁴⁶⁴

Em abril de 1969, a fábrica de Jaboatão reuniu gerentes e contadores, representantes das revendedoras do Nordeste, vindos de várias cidades. Eles participaram de estágios e cursos oferecidos pela empresa.⁴⁶⁵ No final do ano, em novembro, as revendedoras autorizadas dos carros Willys-Ford registraram o aumento no faturamento e na procura pelos veículos da empresa. Nos jornais já eram publicadas, com bastante animação, as propagandas e o início das vendas dos modelos do ano de 1970.⁴⁶⁶

A Willys continuava a promover ações e estratégias que davam visibilidade pública e política à fábrica. Registrava-se o aumento de vendas, reuniões de administrações de vendas, ofertas de emprego. O cotidiano de desenvolvimento e enriquecimento fabril caminhava em paralelo ao cotidiano das demissões dos operários. Essas não eram merecedoras de nota no jornal.

A felicitação pelos 3 anos de instalação da fábrica em Pernambuco foi publicada em novembro. A reportagem apontou que a fábrica empregava 400 funcionários e produzia 560 carros por mês, o necessário para abastecer o mercado da região. Essa produção, destacava a imprensa, era responsável por gerar “novos empregos e benefícios a mais de 2000 habitantes da região”⁴⁶⁷. Talvez estivesse contabilizado nesse número de beneficiados as famílias dos operários e empregos diretos e indiretos. O discurso publicado apresentava semelhanças com

⁴⁶³ GERENTE REGIONAL DA WILLYS RECEBE MEDALHA DA PMR. 7 de janeiro de 1969. P. 7. Primeiro caderno

VER TAMBÉM: GERENTE REGIONAL DA WILLYS CONDECORADO COM MEDALHA DO MÉRITO CIDADE DO RECIFE. *Diário de Pernambuco*. 12 de janeiro de 1969. P. 4. SEGUNDO caderno

⁴⁶⁴ AS BOAS PREVISÕES PARA 1969. *Diário de Pernambuco*. 26 de janeiro de 1969. P. 4. Segundo caderno

⁴⁶⁵ ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS PARA VENDAS FORD/WILLYS. 12 de abril de 1969. P. 3. Primeiro caderno

⁴⁶⁶ CIDAR NA LINHA FORD-WILLYS “70”. *Diário de Pernambuco*. 16 de novembro de 1969. P. 2. Segundo caderno

⁴⁶⁷ WILLYS FAZ TRÊS ANOS NO NORDESTE. *Diário de Pernambuco*. 02 de novembro de 1969. P. 3. Segundo caderno

os que circularam três anos antes, quando a festa era de inauguração da fábrica. “O aproveitamento do elemento humano local e a formação de novos técnicos e profissionais mediante treinamento constante, tem contribuído para a fixação do nordestino, diminuindo o êxodo para o sul.”⁴⁶⁸ Um Nordeste do trabalho e do desenvolvimento que permitia a fixação da moradia desses sujeitos. O que foi apresentado como promessa em 1966 passou a ser apontado como uma realidade em 1969. Mas uma realidade próspera para quem? Para a os operários que tiveram o fim do vínculo trabalhista com a fábrica?

Nesse sentido, pensamos nos enquadramentos construídos com os operários da Willys. Num primeiro momento, era o da redenção pelo trabalho. No segundo momento, era o da vulnerabilidade e da instabilidade provocadas pelo desemprego. Não existe uma ruptura brusca entre os enquadramentos, uma vez que são constituídos nas relações. Havia uma maleabilidade. Em ressonância com as teorias de Judith Butler, o emprego na fábrica e o fim do contrato de trabalho podem ser observados como uma relação de enquadramento. A autora diz que a relação “não mantém nada integralmente em um lugar, mas ele mesmo se torna uma espécie de rompimento perpétuo, sujeito a uma lógica temporal de acordo com a qual se desloca de um lugar para o outro.”⁴⁶⁹

Durante o governo militar no Brasil, foram lançadas as bases que desejavam fazer do país o líder industrial da América Latina. A indústria automobilística ganhou popularidade. Com “a criação de uma sólida base industrial se constituiu o núcleo da política de governo durante a ditadura. O controle salarial, a proteção ao mercado local e o fortalecimento da infra-estrutura foram os principais instrumentos adotados para estimular os investimentos na indústria.”⁴⁷⁰

O sucesso econômico no setor automobilístico no Brasil se deu a partir de 1967, com o aumento de vendas e de produção. Existia uma crescente demanda por veículos devido às características do sistema de transporte implantado no país. Os militares defenderam a

⁴⁶⁸ WILLYS FAZ TRÊS ANOS NO NORDESTE. *Diário de Pernambuco*. 02 de novembro de 1969. P. 3. Segundo caderno

⁴⁶⁹ BUTLER, Judith. **Quadro de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016 . p. 26

⁴⁷⁰ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar. 2014.

integração do país a partir das rodovias, de 1967 a 1974 o setor cresceu e a taxa média chegou a 20% ao ano.⁴⁷¹

O crescimento no setor automobilístico foi explicado pela combinação dos investimentos do capital estrangeiro, apoio e isenções fiscais do Estado, pela “sensação” de prosperidade que o “milagre econômico” lançara, o poder de compra e a crescente demanda dos consumidores. “O governo criara instrumentos de crédito ao consumidor para aquisição de carros, o que provocou a explosão da demanda. Foi nessa época que se notou uma mudança na produção: a de carros de passeio passou a crescer muito mais rapidamente que a de caminhões e ônibus.”⁴⁷²

Vale ressaltar que, segundo estudos, a primeira metade da década de 1960 foi de aperto para o setor automobilístico. A cada novo ano, contudo, o setor comemorava a diminuição entre o número de habitantes para cada carro fabricado no Brasil.⁴⁷³

Tabela 5 - Média do número de habitantes por carro na década de 1960, no Brasil.

ANO	Número de habitantes para 1 carro
1960	60
1963	50
1964	47,4
1965	41,7
1966	38,7

Fonte: *O Jornal*⁴⁷⁴

⁴⁷¹ SANTOS, Angela M. Medeiros M; BURITY Priscilla. O complexo automotivo. In: FILHO, Jorge Kalhache; SÃO PAULO, Elizabeth Maria de. (orgs) **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. Biblioteca Digital.

⁴⁷² SANTOS, Angela M. Medeiros M; BURITY Priscilla. O complexo automotivo. In: FILHO, Jorge Kalhache; SÃO PAULO, Elizabeth Maria de. (orgs) **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. Biblioteca Digital.

⁴⁷³ SANTOS, Angela M. Medeiros M; BURITY Priscilla. O complexo automotivo. In: FILHO, Jorge Kalhache; SÃO PAULO, Elizabeth Maria de. (orgs) **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. Biblioteca Digital.

⁴⁷⁴ Ver:

MERCADO AUTOMOBILÍSTICO. **O jornal (RJ)**. 5 de janeiro de 1960. P. 6. Primeira sessão.

SÔBRE RODAS. *O jornal (RJ)*. 6 de janeiro de 1963. 4º caderno. P.6

VOLKSVAGEN DO BRASIL. **O jornal (RJ)**. 23 de abril de 1965. 1º caderno. P.6

EUA LIDERAM FROTA MUNDIAL E BRASIL OCUPA O 10º LUGAR NAS ESTATÍSTICAS. **O jornal (RJ)**. 1 de agosto de 1965. 4º CADERNO. P.6

AUTOMÓVEIS. *O jornal (RJ)*. 27 de março de 1966. 4º caderno. P.4

Ao pensar na frota mundial, no ano de 1965, por exemplo, o Brasil com 41,7 habitantes por cada veículo ocupava o 10º lugar no ranking. A liderança era dos Estados Unidos com 2,2 habitantes por veículo, seguido da França com 4,5 e Inglaterra com 5,22.⁴⁷⁵

Nesse mesmo período, a Willys Overland do Brasil superou suas próprias marcas de crescimento e se projetava como o maior fabricante no mercado automobilístico. A fábrica nacional fechou o ano de 1965 vendendo “7.818 veículos em dezembro, superando todos os recordes anteriores da indústria brasileira e latino-americana.”⁴⁷⁶ A produção total anual foi de 53.818 carros vendidos. Como estratégia industrial e de mercado, a Willys montou suas fábricas em diferentes estados do país. Os seus representantes desenhavam para o ano de 1967 a produção de 70.000 novos carros. O discurso de que o país entrava em um momento economicamente estável mobilizava o setor automobilístico.

O ano de 1966 para a indústria automobilística já começaria a mostrar novos caminhos. O processo inflacionário, vivido no Brasil, dava sinais de uma estabilização. Visando esse cenário a WOB lançou o Programa de Investimentos para o Futuro. Como base, o novo programa teria duas vertentes: modernizar e expandir.⁴⁷⁷

A indústria automobilística passou a investir em anúncios e propagandas em jornais, revistas e televisão. Cada novo lançamento de um carro era divulgado em todo o país. É possível destacarmos alguns carros de sucesso na década de 1960. Da montadora Willys, os modelos Aero Willys, Interlagos, Jipe, Gordini e o Itamaraty. Da Volkswagem, o fusca e a Kombi. Como carro esportivo era o da fabricante Puma que ganhava destaque. O Opala, ou o “chevrolet opala”, lançado em 1968, produzido pela General Motors do Brasil, marcou o final da década.

Em Recife, o Opala foi lançado durante o mês de dezembro daquele ano. No dia do lançamento, na sede do Esporte Clube do Recife, na presença de cerca de duas mil pessoas, foram apresentados um carro na versão sedan e outro na versão luxo. Com um painel moderno, bancos confortáveis e motor silencioso, era chamado de “carro-vida, o carro-beleza, o carro-sensação.”⁴⁷⁸

⁴⁷⁵ EUA LIDERAM FROTA MUNDIAL E BRASIL OCUPA O 10º LUGAR NAS ESTATÍSTICAS. **O jornal (RJ)**. 1 de agosto de 1965. 4º CADERNO. P.6

⁴⁷⁶ WILLYS BATE RECORDE DE TODOS OS TEMPOS NA INDÚSTRIA BRASILEIRA E LATINO-AMERICANA. **Diário de Pernambuco**. 8 de janeiro de 1966. Primeiro caderno. P.5

⁴⁷⁷ RELATÓRIO DA DIRETORIA. Willys Overland do Brasil S.A Indústria e Comércio. Julho de 1966. Referente ao exercício entre 1 de julho de 1965 e 30 de junho de 1966.

⁴⁷⁸ O RECIFE APLAUDE O ‘OPALA’. **Diário de Pernambuco**. 22 de dezembro de 1968. Segundo caderno. P.3

Os primeiros automóveis chegaram ao Brasil no início do século XX. Os desafios logo foram lançados: era preciso ter estradas que ligassem o país de um lado a outro. O carro no Brasil, assim como em outros países, se apresentou como uma opção viável de transporte. O bem de consumo poderia unir tecnologia e luxo ao alcance das mãos, chamando a atenção da elite brasileira.⁴⁷⁹ Para o pesquisador Joel Wolf, entre os anos de 1900 e 1930, o carro foi alçado quase a um posto mítico que seria capaz de unir a nação brasileira além de promover a paz social e o desenvolvimento econômico do país. Essa construção de carro como símbolo de união e desenvolvimento foi explorado sob uma nova percepção das necessidades do Brasil e dos brasileiros a partir de 1960, como discutido anteriormente. Segundo Wolf, a escolha do carro como símbolo de progresso foi própria das nações modernas, como França e Estados Unidos, ou das que assim se pretendiam. Ele defende a tese de que a indústria automobilística, para as elites brasileiras, empresários e Estado, seria capaz de acabar com os problemas sociais, econômicos e políticos do país. O consumo de carros no Brasil se ligava diretamente ao comércio internacional, visto que eles só passaram a ser produzidos no Brasil a partir da década de 1950. Essa prática ajudava a criar um crescente movimento de importação de bens de consumo por brasileiros.

Ainda para Wolf, a ligação do brasileiro com o carro se estreitou ao longo do século XX, mas foi com a criação da indústria automobilística na década de 1950 que essa relação construiu laços mais fortes. Nesse momento, as grandes fábricas de automóveis passaram a divulgar e comercializar o carro como um bem de consumo para a classe média, construindo a ideia de um estilo de vida moderno ligado ao automóvel. Foi a partir de então que a influência desse mercado ultrapassou o limite do seu público alvo e o desejo de consumo atingiu aqueles que não teriam renda para comprar um carro.⁴⁸⁰ Os automóveis, ao longo da história do Brasil, principalmente a partir dos anos 1950 e 1960, tornaram-se um dos principais símbolos, para setores da sociedade e do Estado, de esperança de crescimento econômico e formação de um país moderno e desenvolvido.⁴⁸¹

⁴⁷⁹WOLF, Joel. **Autos and Progress: The Brazilian Search for Modernity**, Oxford University Press USA - OSO, 2010. ProQuest Ebook Central.

<http://ebookcentral.proquest.com/lib/vand/detail.action?docID=3053782>.

Created from vand on 2018-09-04 06:35:34.

⁴⁸⁰WOLF, Joel. **Autos and Progress: The Brazilian Search for Modernity**, Oxford University Press USA - OSO, 2010. ProQuest Ebook Central.

<http://ebookcentral.proquest.com/lib/vand/detail.action?docID=3053782>.

Created from vand on 2018-09-04 06:35:34.

⁴⁸¹WOLF, Joel. **Autos and Progress: The Brazilian Search for Modernity**, Oxford University Press USA - OSO, 2010. ProQuest Ebook Central.

<http://ebookcentral.proquest.com/lib/vand/detail.action?docID=3053782>.

A Willys parou de fabricar carros em Jaboatão no final da década de 1970. Entretanto, a fábrica continuou ativa. Em 1976, o presidente da Ford, Joseph O'neil, declarou sobre os novos investimentos que a empresa faria no Brasil e os planos para a fábrica de Jaboatão. Iniciariam novas atividades em Pernambuco,

Da produção de luvas de segurança e uniformes de trabalho, para uso dos funcionários de todas as unidades industriais. Com essa linha, a Ford ampliou as oportunidades de emprego no Nordeste, onde mantêm a fábrica de utilitários, para atendimento as necessidades de toda a região ⁴⁸²

O destaque para o registro feito no *Diario de Pernambuco* é para o início de uma nova produção na fábrica de Jaboatão. Passaram a fabricar, além dos carros, equipamentos que seriam usados pelos “funcionários” – operários da empresa no Brasil. Falou-se também da ampliação da oferta de empregos. Alguns meses mais tarde, o jornal publicava matéria intitulada *Dez anos de excelentes resultados*.⁴⁸³ Os resultados diziam dos 35 mil carros fabricados em pernambuco, dos 400 empregos diretos e 2000 indiretos ofertados pela fábrica.

Os jornais continuaram publicando ofertas de emprego oferecidas pela fábrica ao longo da década de 1970. Assim como ficaram registradas as menções do “excelente” trabalho prestado ao Nordeste do Brasil.

Foi no ano de 1970 que localizamos os últimos processos trabalhistas de rescisão contratual impetrados pela Willys e Ford-Willys. São 10 processos. Demissão de 27 operários. Esses processos se diferenciaram dos impetrados nos anos anteriores. Constavam mais informações sobre os operários, oferecendo algumas características dos homens e mulheres demitidos, data de admissão, opção pelo FGTS, data de demissão, de nascimento, estado civil e número da carteira profissional. Não havia, contudo, registro das funções nas quais trabalhavam.⁴⁸⁴

Created from vand on 2018-09-04 06:35:34.

⁴⁸² PRESIDENTE DA FORD DIZ OS NOVOS INVESTIMENTOS. **Diario de Pernambuco**. 4 de janeiro de 1976. p.7. terceiro caderno.

⁴⁸³ DEZ ANOS DE EXCELENTES RESULTADOS. **Diario de Pernambuco**. 16 de maio de 1976. p.10. terceiro caderno.

⁴⁸⁴ JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO **0033/70**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO **0624/70**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO **0096/70**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

No dia 4 de fevereiro de 1970, Carlos Rodrigues, casado, 27 anos, compareceu à Junta e assinou a homologação do fim do contrato de trabalho. A relação trabalhista entre Carlos e a Willys durou 6 anos e 1 mês. No processo número 0157/70, afirmava-se que o operário morava no distrito de Prazeres – Jaboatão. A moradia estava geograficamente próxima da fábrica. Enquanto contratado da fábrica, recebia o salário no valor de 426,80 cruzeiros novos. Com a rescisão recebeu Ncr\$ 992,75. O valor correspondia a pouco mais de dois meses de salário. Com o desemprego, quanto tempo esse operário conseguiria manter as condições de vida que havia construído? Não sabemos. Mas, é possível pensar que processo trabalhista poderia marcar na vida de Carlos o fim de promessa de boas condições de vida, salário e trabalho.

Em 10 processos trabalhistas do ano de 1970, coletamos informações de 21 operários. Faremos alguns apontamentos gerais com esses dados.

O primeiro destaque é sobre a localização da moradia. Seis operários residiam em Jaboatão – Prazeres e Comportas -, 2 em Olinda – Varadouro e Ouro Preto -, 1 em Abreu e Lima, 1 em Carpina e 11 eram moradores de Recife – Ibura, Jardim São Paulo, Jordão, Várzea, Afogados, São José e Boa Vista. A maioria desses 21 operários morava em Jaboatão e Recife. Residiam em áreas urbanas. Em contrapartida, outros processos trabalhistas registraram operários que moravam em engenhos do município de Jaboatão.

O segundo dado analisado informa do estado civil dos operários. Quatorze operários diziam ser casados, sete solteiros e um viúvo. Constava se recebiam o salário família, um direito trabalhista regulamentado pelo Decreto nº 53.153, de 10 de dezembro de 1963. O decreto garantia um auxílio para o sustento e educação dos filhos dos trabalhadores. Era obrigação dos empregadores fazer o pagamento. No caso de pai e mãe empregados,

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO **0316/70**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO **0447/70**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO **0494/70**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO **0721/70**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO **0371/70**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO **0289/70**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO **0157/70**. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

receberiam separadamente o auxílio para cada filho e filha menores de 14 anos de idade. O pagamento deveria ocorrer juntamente com o salário mensal e corresponderia a 5% do salário mínimo local.⁴⁸⁵ Às crianças, filhos e filhas dos operários da Willys, eram oferecidas condições de vida e de educação que não lhes exigia a responsabilidade de ajudar no sustento da família. Naquelas décadas de 1960 e 1970, em regiões próximo à fábrica, muitas crianças, com 9 ou 10 anos de idade, realizavam algum tipo de trabalho rural nas plantações de cana. “Iniciando a jornada muito prematuramente”, as crianças assumiam comportamentos adultos, participando diretamente do trabalho e da renda familiar.⁴⁸⁶ Era totalmente negado o direito à infância.

O terceiro ponto, a respeito dos processos trabalhistas do ano de 1970, é sobre a faixa etária. Os operários tinham entre 22 e 40 anos de idade. Um grupo de pessoas jovens e em plena idade de força de trabalho. Se pensarmos, outra vez, um paralelo com a região produtora de cana-de-açúcar, no entorno da Willys, encontraríamos trabalhadores rurais desenvolvendo suas atividades sob o sol, chuva, com extenuantes horas seguidas de corte da cana, as péssimas condições de moradia e alimentação e precário acesso aos direitos trabalhistas. Eram fatores que levavam a um acelerado desgaste do corpo e um envelhecimento físico de um trabalhador rural na faixa etária de 40 anos de idade.⁴⁸⁷ Aos operários da Willys eram apresentadas condições muito distintas de trabalho. Jornada de 8 horas, segunda a sexta, alimentação em restaurante e assistência médica ainda eram oferecidas ao operário urbano. Enquanto integrante da fábrica, o operário experimentava algumas práticas de um bem-estar social que o diferenciava da maioria dos outros trabalhadores da região.

As rescisões de trabalho dos anos de 1967 a 1970, que foram estudadas, nos permitiram perceber que a fábrica usou diferentes estratégias a cada ano. Ora impetrando diversos processos individuais, ora processos coletivos com a demissão de mais de 10 operários. As leituras desses processos indicam um emaranhado de ações políticas e de controle adotados pela Willys em Pernambuco. Na mesma medida que cortavam o vínculo

⁴⁸⁵ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53153-10-dezembro-1963-393293-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁴⁸⁶ PEREIRA, Clarisse dos Santos. **Precarização e resistência:** a vida dos trabalhadores rurais nos processos trabalhistas (Goiana, 1979-1980). Dissertação. 2017. Programa de Pós-graduação em História – UFPE. P.72

⁴⁸⁷ Ver:

PEREIRA, Clarisse dos Santos. **Precarização e resistência:** a vida dos trabalhadores rurais nos processos trabalhistas (Goiana, 1979-1980). Dissertação. 2017. Programa de Pós-graduação em História – UFPE.

MONTENEGRO, Antonio Torres. O trabalhador rural nas barras da Justiça do Trabalho (1964-1974). *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 7, n.1, abril, 2014.

trabalhista com dezenas de operários publicavam nos jornais um aumento no seu quadro de vagas. Não só em decorrência das demissões, mas porque a fábrica continuava a expandir sua produção. O desenvolvimento econômico da região e a valorização do material humano faziam parte dos discursos propagados pela Willys e do acordo político firmado antes da sua inauguração em Jabotão. Com poucos meses ou anos de trabalho os operários, contudo, vivenciavam instabilidade – do emprego, da moradia, do sustento da família e da educação e saúde oferecidas aos filhos e filhas.

As demissões homologadas pela JCJ de Jabotão assinalavam para os operários o fim da ligação com a indústria nomeada moderna e promotora de melhores condições sociais. Os processos de rescisão permitiram identificar a grande rotatividade dos empregados da fábrica. O operário como “novo homem” e “novo trabalhador”, se constituía dentro da fábrica, na realização do trabalho, enquanto existia vínculo empregatício. As mudanças sociais e econômicas para a vida do operário só eram possíveis enquanto “trabalhador da Willys”. Com a demissão, restava-lhe a vulnerabilidade e não o usufruto das promessas de melhorias, sociais e econômicas para a região Nordeste, feitas pelos dirigentes da fábrica durante a década de 1960. A modernidade oferecida pela Willys se realizava na linha de produção, mas não era garantia de cidadania. Com as rescisões encerrava-se o vínculo com as vivências de bem estar social e as novas experiências de trabalho apresentadas pela fábrica.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 14 de abril de 1964, o *Correio da Manhã* apresentou na capa do seu jornal as primeiras ações adotadas pelo governo Castello Branco. O general destacava a necessidade de reformas, sem especificar em quais setores. Dizia, "tranquilize-se o povo brasileiro, que elas serão devidamente equacionadas e terão andamento adequado".⁴⁸⁸ Naquele momento, para o "povo brasileiro" não era possível prever o que aconteceria nos 21 anos em que se viveu sob os cerceamentos e repressões do governo militar. Entretanto, Castello Branco pedia confiança no novo governo, instaurado após um golpe. Segundo o general presidente "o movimento revolucionário de abril foi feito pelo povo e pelas Forças Armadas e jamais poderia frustrar os anseios dos brasileiros."⁴⁸⁹ O registro no jornal diz que um dos objetivos do "movimento vitorioso de abril" era atender as expectativas vindas das várias regiões do país.

Naquela terça-feira de meados de abril, Castello Branco concedeu entrevista ao *Correio da Manhã*. Na sua casa, vestindo uniforme militar, falou também sobre a relação do Brasil com Cuba e sobre os trabalhadores brasileiros. Embora, no jornal, os temas estejam publicados em locais diferentes, os assuntos veiculados na capa e tratados na entrevista conversavam entre si. Disse que o "problema cubano" era relevante e seria tratado mais a frente. Para os trabalhadores, afirmou que a "revolução mantém leis trabalhistas." Sobre o Nordeste do Brasil e seus trabalhadores rurais, a vigilância era acompanhada atentamente. As mobilizações sindicais eram observadas pelo governo. Construiu-se sobre essa região do país uma associação a Cuba. Pairava o medo de que os trabalhadores se organizassem e promovessem uma revolução.

O Comando Supremo da Revolução, em nota divulgada, considerava "irreversíveis as conquistas sociais contidas na legislação Brasileira". A nota seria uma resposta aos operários e sindicatos que, segundo o novo governo, estariam espalhando boatos e provocando inquietações entre os trabalhadores. A nota oficial destacava quatro pontos e afirmava garantir os direitos trabalhistas vigentes.

- 1) A revolução vitoriosa levada a cabo pelas Forças Armadas, com apoio do povo, considera irreversíveis as conquistas sociais legítimas, contidas na legislação trabalhista em vigor.
- 2) Os trabalhadores continuam em pleno gozo de seus direitos, agora mais do que antes, porque livre da influência política partidária.

⁴⁸⁸ CASTELLO: REFORMAS SEM PRESSÕES. *Correio da Manhã (RJ)*. 14 de abril de 1964. capa.

⁴⁸⁹ CASTELLO: REFORMAS SEM PRESSÕES. *Correio da Manhã (RJ)*. 14 de abril de 1964. capa.

3) A Justiça do Trabalho permanece em pleno funcionamento na sua missão de defesa dos justos interesses e de harmonizar as divergências entre empregados e empregadores

4) O Comando Supremo da Revolução está certo de que os trabalhadores brasileiros saberão não dar ouvidos a estes boatos e, desprezando os elementos perturbadores, saberão cumprir seus deveres e obrigações, inseparáveis que são dos direitos constantes da legislação trabalhista brasileira.⁴⁹⁰

Assim, o governo registrava que a ordem seria mantida no país. À classe trabalhadora cabia o afastamento das mobilizações sindicais, cumprirem seus deveres e obrigações para garantir que os direitos trabalhistas fossem assegurados. Ainda segundo a matéria do jornal, a Justiça do Trabalho continuaria em pleno funcionamento, julgando e conciliando as “divergências” entre patrões e empregados.

A questão dos direitos dos trabalhadores era um dos principais pontos de mudança exigidos por setores empresariais apoiadores do golpe. Heliane Nagavase, nas suas pesquisas, analisou as ações desses setores da sociedade que desejavam alterações e até o fim de alguns direitos trabalhistas. No caso estudado por Nagavase, desejavam que o Ministro do Trabalho, Arnaldo Sussekind, assinasse o fim do regime de estabilidade do emprego. Os documentos analisados apontavam que empresários e pessoas ligadas à área econômica pressionavam o governo militar por mudanças das leis trabalhistas para que se tornassem menos “protecionistas e intervencionistas”. Segundo Nagavase, “para os principais jornais que apoiaram o golpe, a ascensão dos militares ao poder significava um rompimento com a política trabalhista do governo anterior”.⁴⁹¹ Para a autora, os objetivos desses setores foram alcançados com a Lei que instaurou o FGTS.

A partir dos processos trabalhistas, impetrados nas Juntas de Conciliação e Julgamento no estado de Pernambuco, identificamos que na tentativa de burlar a Justiça do Trabalho, muitos empregadores demitiram seus empregados antes que atingissem a estabilidade trabalhista garantida pela lei e, ora os readmitia, depois de um tempo, para que desempenhassem o mesmo trabalho, mas com um novo contrato, regido pela lei do FGTS, ora admitindo novos trabalhadores para assumirem os cargos. A pesquisadora Ana Beatriz Silva destaca que

⁴⁹⁰ REVOLUÇÃO MANTÉM LEIS TRABALHISTAS. *Correio da Manhã (RJ)*, 14 de abril de 1964. capa.

⁴⁹¹ AGAVASA, Heliane. *O sindicato que a ditadura queria: o Ministério do Trabalho no governo Castello Branco (1964 – 1967)*. Jundiaí: Paco editorial, 2018.p.50

O empobrecimento geral da população assalariada e a grande rotatividade da força de trabalho, possibilitada pela implantação do FGTS, levaram ao aumento da mão de obra disponível e disposta a aceitar salários cada vez mais baixos e condições de trabalho cada vez mais precárias. Com um exército industrial de reserva cada vez maior, o preço da força de trabalho declinava ainda mais.⁴⁹²

Como demonstramos nesta tese, a Willys recorreu a estratégia de demitir funcionários para recontratá-los sob o regime da nova lei do FGTS. Mas também, destacamos que, entre 1968 e 1969, houve uma crescente quantidade de demissões, ao mesmo tempo em que anúncios de vagas de emprego enchiam as páginas dos jornais locais. Era a rotatividade da força de trabalho possibilitada por um aumento da mão-de-obra disponível logo após a implantação da nova lei em 1967.

Para o trabalhador, durante os governos militares, as muitas promessas e criação de empregos, que geraram um aumento no número de assalariados, andaram em paralelo ao arrocho salarial, as repressões sindicais e as mudanças na legislação trabalhista, como o fim da estabilidade. Registrava-se ainda um aumento vertiginoso no número de acidentes de trabalho. No ano de 1968, segundo dados registrados no Mensário Estatístico do Instituto Nacional de Previdência Social – INPS -, referente a trabalhadores urbanos, foram 454.097 acidentes de trabalho. Em 1969, o número subiu mais que o dobro e chegou a 1.058.296 registros. Em 1970, atingiu 1.220.111 acidentes de trabalho registrados.⁴⁹³ Para Ana Beatriz Silva, houve uma crescente na produtividade no trabalho entre os anos de 1966 e 1974; registrou-se também um aumento na pressão e no controle para que o trabalhador oferecesse à empresa uma entrega maior da sua força de trabalho. Essa pressão afetava diretamente a saúde e ao bem estar do trabalhador; exigia-se um cumprimento maior de horas extras; a jornada de trabalho era exaustiva e o somatório desses diversos fatores provocava no trabalhador um envelhecimento precoce e desencadeava uma série de doenças ao longo dos anos.⁴⁹⁴

Os estudos sobre os trabalhadores e as relações de trabalho cresceram entre os historiadores. Até meados da década de 1960, esse era um campo fértil de estudo para os sociólogos e cientistas políticos. O acesso a documentos produzidos pela Justiça do Trabalho

⁴⁹² SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. O “campeão mundial de acidentes de trabalho”: Controle social, exploração empresarial-militar brasileira. **Revista Mundos do Trabalho**. Vol 7. N 13. Jan-jun de 2015. P. 162

⁴⁹³ SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. O “campeão mundial de acidentes de trabalho”: Controle social, exploração empresarial-militar brasileira. **Revista Mundos do Trabalho**. Vol 7. N 13. Jan-jun de 2015. P.151-173.

⁴⁹⁴ SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. O “campeão mundial de acidentes de trabalho”: Controle social, exploração empresarial-militar brasileira. **Revista Mundos do Trabalho**. Vol 7. N 13. Jan-jun de 2015. P.151-173.

proporcionou (e proporciona) aos historiadores mergulhos em novas histórias. As pesquisas têm gerado a produção de uma série de artigos, dissertações, teses e a formação de grupos de estudo sobre o tema. Novas narrativas, novos sujeitos, personagens que contam a história do Brasil. Localizamos este trabalho, como aponta Ângela de Castro Gomes, em uma História Social do Trabalho. Os trabalhadores, as trabalhadoras, seus locais de lazer, de trabalho, de moradia, as reivindicações políticas e sociais são discussões importantes nesse campo de pesquisa.

Para tanto, investigamos os acordos e disputas políticas pela sede da nova filial no estado que dataram ainda do final da década de 1950. Documentos do Departamento de Estado norte americano falavam do interesse dos Estados Unidos de que a fábrica fosse instalada aos arredores da cidade do Recife. As prefeituras de Olinda, Caruaru, Recife e Jaboatão disputaram o novo empreendimento. Os jornais que circularam em Pernambuco na década de 1960 publicaram que, por apoio do então governador do estado Paulo Guerra, Jaboatão foi a escolhida. Depois dessa escolha foi o momento de buscar recursos financeiros e incentivos fiscais do governo militar para garantir a construção da primeira fábrica de carros do Nordeste. A Willys buscou e recebeu apoio da SUDENE, com a chancela de Castello Branco, que investiu Cr\$ 9.800.000 de cruzeiros no projeto da fábrica.

Disputas políticas, discursos, propagandas fizeram parte da construção da história da Willys em Pernambuco. Ao longo dos anos de estudos sobre a fábrica, conseguimos entender como os discursos, mobilizados pelos militares, de integração e modernização do país, de valorização do homem e do desenvolvimento industrial foram pontos de conexão com os discursos da Willys.

Outro ponto de sintonia, entre os projetos de ação da Willys e dos militares, diz sobre as agitações sociais e políticas dos trabalhadores pelo Brasil. As mobilizações dos trabalhadores rurais de Pernambuco eram conhecidas pelas autoridades brasileiras e governo dos Estados Unidos.⁴⁹⁵ O discurso do medo, da subversão e do comunismo no período pré-golpe de 1964 era forte. No documentário *Brazil - The troubled land*, produzido em 1961 por Helen Rogers, mostrava-se como o medo de que a população rural, pobre, submetida a péssimas condições de vida e trabalho, fosse protagonista de uma nova revolução como a ocorrida em Cuba. Essa percepção social e política informavam as autoridades políticas brasileiras e estadunidenses. No final do documentário, a jornalista norte americana

⁴⁹⁵ Documentário "Brazil - The troubled land" (1964) [Legendado Pt-BR]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jWq4__898mg. Acessado em: 13 de abril de 2020.

entrevistou com Celso Furtado, na sede da SUDENE. Helen Rogers perguntava o que os Estados Unidos podiam fazer? Quem ouvia os trabalhadores? Como podiam ajudar para conter as greves e mobilizações políticas? Rogers mobilizava uma postura imperialista que desqualificava as ações desenvolvidas pela SUDENE, comandada por Celso Furtado, como também a organização dos trabalhadores nas Ligas Camponesas e nos sindicatos. No documentário, se construiu uma narrativa que o medo do avanço do comunismo estava apoiado em três eixos: o avanço das esquerdas, a presença de uma elite atrasada e conservadora e as condições míseras de trabalho e vida dos trabalhadores rurais.

Alguns anos depois da realização desse documentário, a fábrica Willys foi construída numa área de tradição de organização e mobilização dos trabalhadores rurais. Agenciou-se em então a ideia de redenção e salvação desse trabalhador por meio de uma “revolução de paz” e do progresso ofertado pela empresa norte americana. Negava-se ou mesmo reprimia-se o protagonismo desse operário no processo, desqualificando sua organização e qualificando a solução apresentada pela modernização imperialista proposta pela Willys em sintonia com os governos militares.

Cerca de 400 operários foram empregados nos primeiros anos de funcionamento da fábrica. Nos documentos pesquisados, nenhum registro de mobilização ou greve desses operários foi encontrado. Identificamos diversas estratégias adotadas pela Willys de Jaboaão para disciplinar, controlar e explorar os seus operários. Uma das formas foi a construção pela Willys, junto aos seus operários, do sentimento de pertencimento e de gratidão dos “trabalhadores” para com a fábrica. Essa estratégia contribuiu para a formulação de uma memória saudosa, festiva e afetuosa que os operários tinham sobre o período trabalhado na fábrica. Para alguns operários, as lembranças construíram a ideia de uma fábrica-mãe.

O sistema de controle e exploração fazia parte do dia a dia de trabalho de centenas de operários. Destacamos, com a análise dos processos trabalhistas, que as reclamações dos operários e as estratégias utilizadas pela fábrica além de explorar a força de trabalho e inseri-los em um sistema disciplinar, tornou silenciosa a luta dos operários na Justiça. Fora da Justiça do Trabalho nenhum registro de reivindicação. Nos jornais, não localizamos notícias das demissões. Nos processos trabalhistas encontramos os registros de horas extras trabalhadas, de suspensões de operários que se recusaram a trabalhar mais que o devido para um dia, a busca pelo pagamento de indenização e insalubridade.

Willys/Ford produziram carros em Pernambuco por cerca de 10 anos. O investimento político e econômico, inclusive do estado brasileiro, para que a fábrica fosse construída em Jaboaão parece ter gerado grandes lucros à empresa, como indicavam os números de carros

vendidos e as comemorações publicadas nos jornais. Tal produção seguiu um padrão das grandes fábricas localizadas pelo mundo. Essas fábricas não foram construídas para permanecerem por muitas décadas no mesmo local. Eram parte de um modelo industrial marcado não por sua “sustentabilidade em qualquer local, mas seu ressurgimento em novos lugares, com novas forças de trabalho, novos recursos naturais e condições de atraso a ser exploradas.”⁴⁹⁶

Para Nagasava “desde o primeiro dia, a ditadura havia deixado claro que era necessário conter a ação política da classe trabalhadora”.⁴⁹⁷ No anúncio do general Castello Branco, publicado no *Correio da Manhã*, já havia o alerta de que se deveriam harmonizar as divergências entre empregadores e empregados e que estes saberiam desprezar os perturbadores e cumprir as obrigações e deveres. Novas leis trabalhistas, repressão aos sindicatos, ilegalidade para as mobilizações de trabalhadores (rurais e urbanos) foram praticados pelo governo militar para controlar esses setores sociais. Ao mesmo tempo havia uma positividade nessas ações dos governos e da própria Willys que ofereceria o desenvolvimento por meio da industrialização em uma região representada como marcadamente agrária e atrasada como o Nordeste do Brasil.

O discurso do moderno “implicava um repúdio do passado, uma rejeição do antiquado em troca do mais atualizado, um abraço no progresso.”⁴⁹⁸ Havia nessa proposta uma positividade colocada em funcionamento pelos militares para uma região que enxergava o passado como o atraso das secas e da fome e que devia projetar um futuro, longe da revolução de esquerda. O operário da Willys “foi moderno” para a empresa enquanto era útil na linha de montagem. A produção de carros cessou no final da década de 1970. Era o momento de procurar outros lugares com novas oportunidades de mão de obra e incentivos do estado. Os governos militares começaram um ciclo de crises políticas e econômicas no Brasil. Em 1979, explodia novamente grandes greves de trabalhadores rurais e urbanos em Pernambuco. Alguns operários e funcionários continuaram o trabalho na fábrica Willys, como Antonio Justolino e Flérida Cortizo.

Pernambuco voltou a ser sede de uma fábrica carros em 2016. O Jeep voltou a ser fabricado pelo “povo do nordeste”. A nova fábrica, agora pertencente ao grupo Fiat, foi

⁴⁹⁶FREEMAN, Joshua B. **Mastodontes**: A história da fábrica e a construção do mundo moderno. São Paulo: Todavia. 1ª Ed. 2019. P.15

⁴⁹⁷NAGASAVA, Heliene. **O sindicato que a ditadura queria**: o Ministério do Trabalho no governo Castello Branco (1964 – 1967). Jundiaí: Paco editorial, 2018. P.35

⁴⁹⁸ FREEMAN, Joshua B. **Mastodontes**: A história da fábrica e a construção do mundo moderno. São Paulo: Todavia. 1ª Ed. 2019. P.16

construída outra vez nas margens da BR 101, agora no município de Goiana- PE. Diariamente os ônibus da empresa buscam seus operários em municípios vizinhos produtores de cana-de-açúcar, para mais um dia de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Revisitando o campo: lutas, organização, contradições - Pernambuco 1962-1987**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade federal de Pernambuco. Recife. 2003.
- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Sindicalismo Rural em Pernambuco nos anos 60: Lutas e Repressão. Clio Série História do nordeste. N°22**
- ACIOLI, Vera Lúcia Costa; SANTOS, Valéria José da Silva. **Jaboatão hoje, dos Guararapes, da indústria, do comércio e do turismo, revisitado pelas práticas laborais do Jaboaão Velho, das usinas e dos engenhos**. Recife, 2012. Disponível em: <http://memoriaehistoria.trt6.gov.br/cadastros/bibliografias/arquivo/23>
- AGAMBEM, Giorgio. **O que é contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó – SC: Argos, 2009.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.
- ALCÂNTARA, Christiane. **Perfil Parlamentar século XX: Paulo Guerra, frases e fases de uma trajetória política**. Assembléia Legislativa de Pernambuco. Recife, 2011.
- “Aliança para o Progresso”**: Resultado de Inquérito. São Paulo: Ed. Brasiliense de Bolso, 1963.
- AQUINO, Cely Bezerra. **A educação em Jaboaão nas mãos de um comunista**. (1947-1951). Dissertação de mestrado. Universidade federal de Pernambuco. CE. Educação. 2007
- ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira. **TERESINA (IN) DESEJADA E PULSANTE: Pobreza, Modernização e Memórias da capital na década De 1970**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.
- ARAÚJO, Suzane Batista de. **“Temos que de novo ser donos da nossa casa”**: a (re) organização e atuação do Sindicato dos Metalúrgicos em Pernambuco 1978-1985. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2019.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961 – 1964**. Op. Cit. p. 84. DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe. 6aed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006
- BARROS, Arthur Victor Gonçalves de. **“A pobreza como estopim da revolução”**: a Aliança para o Progresso em Pernambuco (1959-1964). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, 2017.
- BARROS, Júlio César Pessoa de Barros. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. Dissertação apresentada

ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2013.

BORELLO, Jose Antonio. **An evaluation of SUDENE's industrialization program: The case of Pernambuco (Brazil), 1960—1975.** Thesis presented to the University of Ottawa. Department of Geography. Ontario, Canadá. 1984. University Microfilms International, 300 N. Zeeb Road Ann Arbor, MI 48106. Order Number 1330997.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza.** 10ª reimpressão da 1ª edição. São Paulo: Brasiliense

BRUNO, Regina. **O estatuto da terra: entre a conciliação e o confronto.** Estudos Sociedade e Agricultura. 5 de novembro de 1995.

BRUNO, Regina; CARVALHO, Abdias Vilar de. **Entrevista: José Gomes Da Silva.** Estudos Sociedade Agricultura, 6, julho 1996: 36-48.

BUTLER, Judith; ATHEANASION, Athena. **Dispossession: The Performative in the Politica.**

CABRAL, Renan. 1959. **Das Ideias À Ação, A Sudene De Celso Furtado – Oportunidade Histórica E Resistência Conservadora.** Cadernos do Desenvolvimento vol. 6 (8), maio de 2011. Disponível em:
http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109201209490.CD8_0_018.pdf.
 Acesso em: 11 de out. 2019

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A ditadura dos empreiteiros: empresa nacionais de construção pesada, suas formas associativas, e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985.** Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social da UFF. Niterói, 2012

CARBONI, Mário Augusto. **Recuperação dos créditos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: revisão do atual modelo, em busca de efetividade.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

CAVALCANTI, Geane Bezerra. **A atuação da Igreja Progressista junto aos Conselhos de Moradores do Recife: do Regime militar à redemocratização (1964 – 1985).** Disponível em:
<http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/2413/1540>. Acesso em: 11 de out. 2019

CERVO, A.L.; BUENO, C.. **História da política exterior do Brasil.** Brasília: Editora da UnB, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Ações cíveis envolvendo escravos no séc. XIX.** Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho. Câmara Brasileira do Livro: Campinas - São Paulo. 2008

CHALHOUB, Sidney. **O conhecimento da História, O direito à memória e aos arquivos judiciais.** Junho, 2005. Disponível em:
file:///C:/Users/User/Downloads/O_conhecimento_da_historia%252C_o_direito_a_memoria_e_os_arquivos_judiciais.pdf. Acesso em: 11 de out. 2019

CHALHOUB, Sidney. **Ações cíveis envolvendo escravos no século XIX**. In: II Encontro Nacional da memória da Justiça do trabalho. Tribunal Regional do trabalho 15ª região. Centro de Memória, arquivo e Cultura. Campinas, 2017.

CHAVES, Luciano Athayde. A Emenda Constitucional no 24/99 e o Processo do Trabalho: Mutações infraconstitucionais e ajustes conforme a Constituição. **Revista de Informação Legislativa**, Ano 50 Número 197 jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496968/000985740.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 de out. 2019

CONDINI, Martinho. **Educar para a liberdade: a construção da educação libertadora de Dom Helder Camara à luz da pedagogia freiriana**. Doutorado em educação. São Paulo. PUC, 2011. Disponível em: <http://www.paulus.com.br/loja/appendix/3819.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2019

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Análise e perspectivas da indústria automobilística**. Departamento Econômico. Biblioteca da SUDENE.

CORRÊA, Larissa Rosa. A “Rebelião dos índices”: Política salarial e a Justiça do Trabalho na ditadura civil-militar (1964 – 1968) In: GOMES, Ângela de Castro; TEIXEIRA, Fernando. **A justiça do Trabalho e sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil**. Campinas – SP: Editora da Unicamp. 2013

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório**. Tomo I. Parte II. A perseguição aos trabalhadores urbanos e o movimento operário.

COUTO, Ari Marcelo Macedo. **Ao soar do apito a greve começou Cobrasma: lutas e resistências (1962-1968)**. Dissertação de mestrado. PUC- SP, 2001.

CRESPO, Enes Paulo. **Comunicação e Libertação. Relato analítico da trajetória de um militante junto a camponeses em Pernambuco. 1955 – 1990**. Dissertação de mestrado em Administração Rural e comunicação Rural, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2003.

CUNHA, Diogo. **A revolução faltará ao encontro**. Publicado em Carta Maior, o portal da esquerda. 02 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-revolucao-faltara-ao-encontro/4/43756>

DABAT, Christine Rufino. Uma “caminhada penosa”: A extensão do direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco. **Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica** – N. 26-2, 2008.

DA SILVA, Fernando TEIXEIRA. O acordo e o acórdão: a justiça do trabalho no “longo ano de 1963” In: DA SILVA, Fernando TEIXEIRA. **Trabalhadores no Tribunal: Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964**. São Paulo: Alameda. 2ª Ed. 2019

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento: Um desafio para o historiador: entre a esfinge e a fênix**. São Paulo: Editora UNESP. 2013.

DROPPA, Alisson. O poder normativo e a consolidação da justiça do trabalho brasileira: a história da jurisprudência sobre o direito coletivo do trabalho. IN: **Revista Tempo**. (Niterói, online) vol. 22 n. 40. P.220-238, mai-ago, 2016

DROPPA, Alisson. Justiça do Trabalho e as conquistas dos direitos: o direito de conhecer a história da Justiça do Trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 3, n. 5, janeiro-junho de 2011, p. 316—320.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**. 6aed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

EISENBERG, Peter Louis. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora da Unicamp, 1977

FALLAICE JÚNIOR, José Ernesto Mattoso; REGO, Marcos Lopez. **A implantação da indústria automotiva no Brasil sob a ótica do gerenciamento de projetos**. Anais do II SINGEP e I S2IS – São Paulo – SP – Brasil – 07 e 08/11/2013.

FELDHUS, Paulo Raphael Pires. **A confederação nacional da indústria e o nordeste brasileiro: o desenvolvimento nas páginas de Desenvolvimento & Conjuntura. (1957-1964)**. Tese. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Brasília. 2014

FERREIRA, Rafael Leite. **O "novo sindicalismo" urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2012.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014

FERNANDES, Raquel de Araújo Uchôa. **Entre o chão e a gestão da fábrica: as trajetórias dos trabalhadores da FACIT**. Tese (doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade de Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012. 260f.

FORTES, Alexandre. **O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59, p. 587-606, setembro-dezembro 2016.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

FONTENELLE, André. **Em 1967, FGTS substituiu estabilidade no emprego. Agência Senado**. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/05/em-1967-fgts-substituiu-estabilidade-no-emprego>

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

FOUCAULT, Michel. A “Governamentalidade”. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber. Coleção ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a Genealogia, a História. In FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Coleção ditos e escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. O que são Luzes? . In: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Coleção ditos e escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FREEMAN, Joshua B. **Mastodontes: A história da fábrica e a construção do mundo moderno**. São Paulo: Todavia. 1ª Ed. 2019.

GALVÃO, Andréia; CASTRO, Bárbara; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **Reforma Trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo**. Cad. CRH vol.32 no.86 Salvador May/Aug. 2019 Epub Oct 10, 2019.

GAMARNIK, Cora. El fotoperiodismo y La guerra de Maldivas: uma batalha simbólica. In: MAUAD, Ana; MRAZ, Jonh. **Fotografia e história**. Montevideo: CFD Ediciones, 2015.

GASPAR, Lúcia; BARBOSA, Virgínia. (orgs) **Fundação Joaquim Nabuco 60 Anos: Fontes Para A Sua História, 1949-2009**. Fundação Joaquim Nabuco. 2009. Disponível em: https://www.fundaj.gov.br/images/stories/biblioteca/inventarios/Fundaj_60_ANOS_15_julho_2009.pdf

GOMES, Ângela de Castro; Da Silva, Fernando Teixeira. Os direitos sociais e humanos dos trabalhadores no Brasil: a título de apresentação. In: GOMES, Ângela de Castro; Da Silva, Fernando Teixeira. **A Justiça do Trabalho e sua História**. Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 2013.

GOMES, Ângela de Castro; DA SILVA Fernando Teixeira. (Org.) **A Justiça do Trabalho e sua história**. 1 ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2013

GOMES, Ângela de Castro. **O Desmonte da Proteção Social dos Trabalhadores no Brasil**. CECINE UFPE. 15 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xiGbc7seDs>

GOMES, Angela de Castro. Entrevista. **Labuta #11 O que é história social do trabalho?**. Parte 1. Disponível em: https://lehmt.org/2020/04/12/labuta-11-o-que-e-historia-social-do-trabalho-entrevista-com-angela-de-castro-gomes-parte-1/?fbclid=IwAR2U3mCKqIVk0E4RclRPrJ8_uoIe061nOa-Wm4fiQnQzx2kfnmrygp9IUM4

GUIMARÃES NETO, Regina B. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, Robson [et al.]. **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Florianópolis/SC: Ed. da UFSC, 2012.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração, memória e práticas culturais**. Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: EdUFMT. 2006.

GUIMEIRO, Rafael. **O Nordeste em dois tempos:** a “Operação Nordeste” e a Política de Desenvolvimento Regional do Governo Lula. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. IN: NOVAIS, Fernando Antonio; FORASTIERE, Rogerio. (orgs) **Nova História em perspectiva.** Cosacnaify. 2011

GT Reforma Trabalhista CESIT. IE/UNICAMP. **Dossiê (em construção): Reforma Trabalhista.** Campinas, 2017.

JABOATÃO: Histórias, Memórias e Imagens. Jaboatão dos Guararapes: Fundação YApotan. Companhia editora de Pernambuco. 1966.

JUDT, Tony. De quem é esta história? A Guerra Fria em retrospecto. In: **Reflexões sobre um século esquecido, 1901-2000.** Rio de Janeiro: Objetiva. 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado.** Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Ponto de vista, perspectiva e temporalidade – Contribuição à apreensão historiográfica da História In: **Futuro passado:** Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC- Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e História Social In: **Futuro passado:** Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC- Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. História, histórias e estruturas temporais formais In: **Futuro passado:** Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC- Rio, 2006.

LIMA, João Policarpo R; SICSÚ, Abraham Benzaquem; PADILHA, Maria Fernanda F. G. Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, nº 4, out-dez. 2007

LINS, Aline Maria Grego. **A TV JORNAL E OS ANOS 60: GLÓRIAS E CRISES DE UMA EMISSORA LOCAL** In: II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. UFRGS. Florianópolis, de 15 a 17 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/2o-encontro-2004-1>. Acesso em 25 mar. 2018

LOPES, José Sérgio Leite. **Vapor do Diabo:** O trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil:** 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar. 2014.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar. 2014.

MELO, Camila Maria de Araújo. **Entre dois senhores: o patrão e a fome – as greves dos trabalhadores rurais no cabo de Santo Agostinho – PE, 1966 – 1968**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. 2018.

MONTENEGRO, Antonio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Processos trabalhistas: mobilização social, arquivamento e historiografia*. In: TAVARES, Marcelo Góes; MONTENEGRO, Antonio Torres (orgs). **Histórias de Trabalhadores e da Justiça do Trabalho**. Arapiraca: Eduneal. 2018

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Studebaker, Delco, Guide, general Motors na fala dos operários**. In: Revista CLIO – série História do Nordeste – nº 15 – 1994. P.19-38

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Direitos trabalhistas e assassinato em tempos de regime militar e civil (1972 – 1973): o indiciamento dos irmãos Barreto**. Disponível em: <http://memoriaehistoria.trt6.gov.br/cadastros/bibliografias/arquivo/19?> Acessado em: 29 de janeiro de 2020.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Ação trabalhista, repressão policial e assassinato em tempos de regime militar**. Topoi, v.12, n. 22, jan-jun. 2011, p.228 – 249.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **O trabalhador rural nas barras da Justiça do Trabalho (1964-1974)**. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 7, n.1, abril, 2014.

MONTENEGRO, Antonio. **As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964. Projeto História**. Revista do Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP. São Paulo, nº 29, tomo 02, 2004.

MONTENEGRO, Antonio. Ligas camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília (Orgs.). **O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. Recurso digital. Formato epub.

NAGASAVA, Heliene. **O sindicato que a ditadura queria: o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964 – 1967)**. Jundiá: Paco editorial, 2018

NEGRO, Antonio Luigi. **FORD WILLYS década de 1960: Sistema Auto de dominação e metalúrgicos do ABC**. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: São Paulo. 1999

NEGRO, Antonio Luigi. **Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)**. São Paulo: Boitempo, 2004.

NEGRO, Antonio Luigi. A fome a vontade de comer. Opções de desenvolvimento e conflitos sociais e políticos In: **História: Cultura e Sentimento. Outras história do Brasil**.

MONTENEGRO, Antonio Torres (orgs). Recife: Editora Universitária; Cuiabá: Editora da UFMT. 2008.

NETO; Thiago Oliveira. **Rodovia Transamazônica: falência de um grande projeto geopolítico**. Revista Geonorte, Edição Especial 3, V.7, N.1, p. 282-298, 2013. (ISSN – 2237-1419)

NEVES, Anna Maria Litwak. **“O direito que temos é o de morrer de fome”**: os operários da Companhia de Tecidos Paulista e a busca por direitos na Justiça do Trabalho (1950-1952). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2019.

OLIVEIRA, Adriana Freire de. **A consolidação do Moderno: análise da obra do arquiteto Maurício Castro**. 2º Seminário DOCOMOMO N-NE. Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia Salvador, 04 a 07 de junho de 2008.

ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar. 2014.

PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve: o nordeste do Brasil, 1955-1964**. Rio de Janeiro: Editora Record. Tradução de Ariano Suassuna. 1972.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A LUTA PELA TERRA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ migrações, conflitos e violência no campo**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2013.

PEREIRA, Clarisse dos Santos. **Precarização e resistência: a vida dos trabalhadores rurais nos processos trabalhistas (Goiana, 1979-1980)**. Dissertação. 2017. Programa de Pós-graduação em História – UFPE.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Revista Brasileira de História. vol.27 nº.53. São Paulo, Jan./June. 2007.

PORFIRIO, Pablo. **O tal de Natal: Reivindicação por direito trabalhista e assassinatos de camponeses. Pernambuco, 1963**. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59. P.745-766, setembro-dezembro 2016.

PORFIRIO, Pablo. **Medo, Comunismo e Revolução**. Recife: Editora. da UFPE. 2009.

PORFIRIO, Pablo. **Francisco Julião: em luta com seu mito. Golpe de Estado, Exílio e redemocratização do Brasil**. PACO Editorial: Jundiaí, SP, 2009.

PORFIRIO, Pablo. Histórias, fotografias e trabalhadores do Brasil. In: OLIVEIRA, Rodrigo Perez; SILVA, Daniel Pinha (orgs). **Tempos de Crise: ensaios de história política**. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2020.

RAPOSO, Cristhiane Laysa Andrade Teixeira. Justiça do Trabalho nas usinas e engenhos de Pernambuco: relações de trabalho na zona canavieira (1964-1965). **Revista Dia-Logos**, v. 12, n. 1, p. 72-90, jan.-jun. 2018.

RAMALHO, José Ricardo. **O estado-patrão e a luta operária: O caso FNM**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

REIS, Daniel Aarão. E assim se fez um país... In: **Modernização, Ditadura e Democracia 1964-2010**. Coordenação Daniel Aarão reis. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2015. **Construtora Norberto Odebrecht**.

RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 24 /2004. FGV-EAESP/GVPESQUISA. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3052/P00290_1.pdf

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM CAMARA.

RIBEIRO, Luís Antônio Torres. **Otimização de máquinas de corte em fábricas de chicotes elétricos**. Dissertação apresentada na Universidade Federal de Pernambuco. Departamento de engenharia de produção. 2013

RIDENTI, Marcelo. Que história é essa? IN: **Versões e ficções: o seqüestro da história**. Editora Fundação Perseu Abramo. 1997.

RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite. **Assistencialismo, Primeiro-Damismo e Manipulação Social: A Atuação de Lúcia Braga no estado paraibano na década de 1980**. História e Cultura, Franca, v. 6, n. 2, p.178-198, ago-nov. 2017.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Emanuel Moraes Lima dos. **A fábrica de tecidos da Macaxeira e a Vila dos Operários: a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2017.

SARDENBERG, Cecilia M B. O gênero da memória: lembranças de operários e lembranças de operárias In: E.Passos, I.Alves e M. Macêdo (orgs.) "**Metamorfoses: Gênero na Perspectiva Interdisciplinar**", NEIM/UFBA, 1998.

SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças Políticas em Pernambuco: A(s) Frente(s) do Recife (1955-1964)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. CFCH. História, 2009.

SANTOS, Angela M. Medeiros M; BURITY Priscilla. O complexo **automotivo**. In: **FILHO, Jorge Kalhache; SÃO PAULO, Elizabeth Maria de. (orgs) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. Biblioteca Digital.

SCHMIDT, B. B.. A sapateira indisciplinada e a mãe extremosa: disciplina fabril, táticas de gênero e luta por direitos em um processo trabalhista (Novo Hamburgo-RS, 1958-1961). In: Ângela de Castro Gomes; Fernando Teixeira da Silva. (Org.). **A Justiça do Trabalho e sua história**. 1 ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2013.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **O “campeão mundial de acidentes de trabalho”:** **Controle social, exploração empresarial-militar brasileira.** Revista Mundos do Trabalho. Vol 7. N 13. Jan-jun de 2015. P.151-173.

SILVA, Diego Carvalho da. **Partidos e alianças políticas na “Moscuzinho do Brasil”:** **os comunistas e as eleições municipais de outubro de 1947 em Jaboatão –PE.** 1 ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2017.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. O Brasil no mundo. In: **Modernização, Ditadura e Democracia 1964-2010.** Coordenação Daniel Aarão reis. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

SILVA, Lywistone Galdino da. **Tipologia das dinâmicas de urbanização na franja rural-urbana em Jaboatão dos Guararapes – Região metropolitana do Recife.** Dissertação (de mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia. Recife: 2010.

SILVA, Pollyanna Cristina da Assumpção; ARAÚJO, Hellom Lopes. A Reforma Trabalhista e a Precarização do Trabalho da Mulher. **Revista Pensar Direito**, Vol. 9, No.2 , JUL/2018

SOARES FILHO, JOSÉ. Acordo Trabalhista, fator de injustiça. **Revista LTR.** Ano 50. Nº 7. Julho 1986.

SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo do Arraes: Nacionalismo em crise – 1955 / 1964.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SONNERWEND, Márcio Antonio. **Jeep** (Série Clássicos do Brasil). São Paulo: Editora Alaúde. 2013

TAVARES, Marcelo Góes. **DO TECER DA MEMÓRIA AO TECIDO DA HISTÓRIA:** Operários, trabalho e política na indústria têxtil em Fernão Velho (Maceió, AL, 1943-1961). Tese. Programa de pós-graduação em História – UFPE.

TAVARES, Marcelo Góes; MONTENEGRO, Antonio Torres (orgs). **Histórias de Trabalhadores e da Justiça do Trabalho.** Arapiraca: Eduneal, 2018.

TEIXEIRA, Flávio W. **O Movimento e a linha:** presença do Teatro do Estudante e do Gráfico Amador no Recife (1946-1964). Ed. UFPE: Recife, 2007.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira. **Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970:** Diálogos entre religião e política. Recife: Editora UFPE. 2015

WOLF, Joel. **Autos and Progress:** The Brazilian Search for Modernity, Oxford University Press USA - OSO, 2010. ProQuest Ebook Central.

DOCUMENTÁRIO

Documentário "Brazil - The troubled land" (1964) [Legendado Pt-BR]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jWq4__898mg. Acesso em 22 mar. 2020

DOCUMENTOS

OFICIAIS DO GOVERNO

CENSO DEMOGRÁFICO 1960. VII Recenseamento Geral Do Brasil, Série Regional, Pernambuco. Volume I - Tomo VI. Fundação Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística, Departamento de Estatísticas de População.

CENSO DEMOGRÁFICO 1970. VIII Recenseamento Geral, Série Regional, Pernambuco. Volume I -Tomo X. Fundação IBGE - Instituto Brasileiro de Estatística, Departamento de censos.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010.

DEPARTMENT OF STATE, AIRGRAM. A-92 CONFIDENCIAL. 21 de março de 1963.

DEPARTMENT OF STATE, AIRGRAM. A-184. CONFIDENCIAL. 11 de junho de 1964

RELATÓRIOS DA DIRETORIA. WILLYS. (1959, 1962, 1963, 1965, 1966)

SUDENE. *Processo 2.986/64*. 01 de dezembro de 1964. Documento digitalizado e disponibilizado pelo projeto Procondel.

SUDENE. *Processo 2.986/64*. 22 de dezembro de 1964. Documento digitalizado e disponibilizado pelo projeto Procondel.

SUDENE. *Processo 2.986/64*. 01 de setembro de 1966. Documento digitalizado e disponibilizado pelo projeto Procondel.

SUDENE. *Processo 2.986/64*. 17 de abril de 1967. Documento digitalizado e disponibilizado pelo projeto Procondel.

SUDENE. *Processo 2.986/64*. 04 de outubro de 1968. Documento digitalizado e disponibilizado pelo projeto Procondel.

SUDENE. *Processo 1.041/64*. 02 de dezembro de 1964. Documento digitalizado e disponibilizado pelo projeto Procondel.

SUDENE. *Processo 3536/66*. 19 de maio de 1967. Documento digitalizado e disponibilizado pelo projeto Procondel.

SUDENE. *Resolução nº 1072*. 11 de janeiro de 1965. Documento digitalizado e disponibilizado pelo projeto Procondel.

SUDENE. *Resolução nº 1608*. 08 de julho de 1965. Documento digitalizado e disponibilizado pelo projeto Procondel.

SUDENE. *Resolução nº 2437*. 02 de setembro de 1966. Documento digitalizado e disponibilizado pelo projeto Procondel.

SUDENE. *Resolução nº 2775*. 21 de dezembro de 1966. Documento digitalizado e disponibilizado pelo projeto Procondel.

SUDENE. *Resolução nº 3075*. 17 de maio de 1967. Documento digitalizado e disponibilizado pelo projeto Procondel.

SUDENE. *Resolução nº 3235*. 18 de agosto de 1967. Documento digitalizado e disponibilizado pelo projeto Procondel.

SUDENE. *Resolução nº 4032*. 23 de outubro de 1968. Documento digitalizado e disponibilizado pelo projeto Procondel.

JORNAIS E REVISTAS

Correio da Manhã (RJ)

Diario de Pernambuco.(1950 – 1979)

Diario do Congresso Nacional

Diario de Notícias (RJ)

Jornal O Pequeno (PE)

Jornal do Commercio (Pe)

Jornal do Brasil (RJ)

O Cruzeiro (revista)

O Jornal (RJ)

Revista das Classes Produtoras

Revista Quatro Rodas

Revista Marítima Brasileira (RJ)

Revista Manchete (RJ)

Realidade. Edição Nordeste. Novembro de 1972. Ano VII. Nº 80.

The New York Times

Última Hora

PROCESSOS TRABALHISTAS

5ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DO RECIFE. PROCESSO nº 1242/67.
Acervo do Laboratório História e Memória UFPE/TRT 6ª Região. CFCH/UFPE.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 0555/68.
Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 1168/68.
Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 07/68.
Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 1065/68.
Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. - LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 1121/68.
Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. - LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 0987/68.
Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. - LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 0913/68.
Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. - LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 0588/68.
Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 1120/69.
Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 0654/69.
Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 1462/69.
Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 1039/69.
Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 33/70.
Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 0570/70. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 1093/70. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 0624/70. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. - LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 0316/70. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. - LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 0447/70. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. - LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 0494/70. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. - LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 0721/70. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. - LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 0371/70. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. - LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 0289/70. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. - LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 0157/70. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 290/71. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 370/72. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região. – LAHM

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 263/73. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. PROCESSO 364/73. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE NAZARÉ DA MATA. PROCESSO 0192/65. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região- LAHM.

ENTREVISTAS

BARBOSA, Antonio Justolino. Entrevista realizada no dia 27 de março de 2018. Cidade de Jaboatão dos Guararapes. Fábrica TCA. Pesquisadora: Karlene Araújo

CRESPO, Enes Paulo. *Paulo Crespo (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1990. 46p. dat.

FILHO, José Matias de Lima Filho. Entrevista realizada no dia 15 de setembro de 2016. Cidade de Paulista. Pesquisadora: Karlene Araújo

FILHO, Luís Regueira Carneiro da Cunha. Entrevista realizada no dia 18 de maio de 2016. Cidade de Jaboatão dos Guararapes. Instituto Histórico de Jaboatão. Pesquisadora: Karlene Araújo

POZZAS, Flérida Cortizo. Entrevista realizada no dia 8 de julho de 2016. Cidade de Jaboatão dos Guararapes. Pesquisadora: Karlene Araújo

SENTIEIRO, Arthur. Entrevista realizada no dia 16 de junho de 2014. Encaminhada por email. Pesquisadora: Karlene Araújo

GLOSSÁRIO

AB-INITIO – Significa desde o início. É uma expressão latina.

ATA DE INSTRUÇÃO – Onde se registra as testemunhas e se produz as provas

DESÍDIA – Quando se desenvolve o trabalho com desleixo ou negligência

PREJULGADO 20 – Uma normativa que computava a gratificação de Natal ao cálculo de indenização em caso de demissão.

PROCESSO ARQUIVADO - O processo trabalhista era arquivado quando o reclamante não comparecia a audiência.

REVELIA – Julgamento sem a presença do réu, ou do reclamado no caso dos processos trabalhistas.

TÊRMO DE RECLAMAÇÃO – Página inicial do processo onde os reclamantes registram as suas reivindicações.

ANEXO A – Fotografia do artista plástico Carybé

Artista plástico Carybé e o seu mural em concreto feito sob encomenda para Willys Overland de Jaboatão- PE. Parede externa do restaurante da fábrica.

Fonte: <http://www.elfikurten.com.br/2011/02/arte-de-carybe-sua-paixao-pela-bahia.html>



ANEXO B – Willys Overland de Jabotão

As três primeiras fotografias do anexo B fazem parte do acervo pessoal de Arthur Sentieiro.

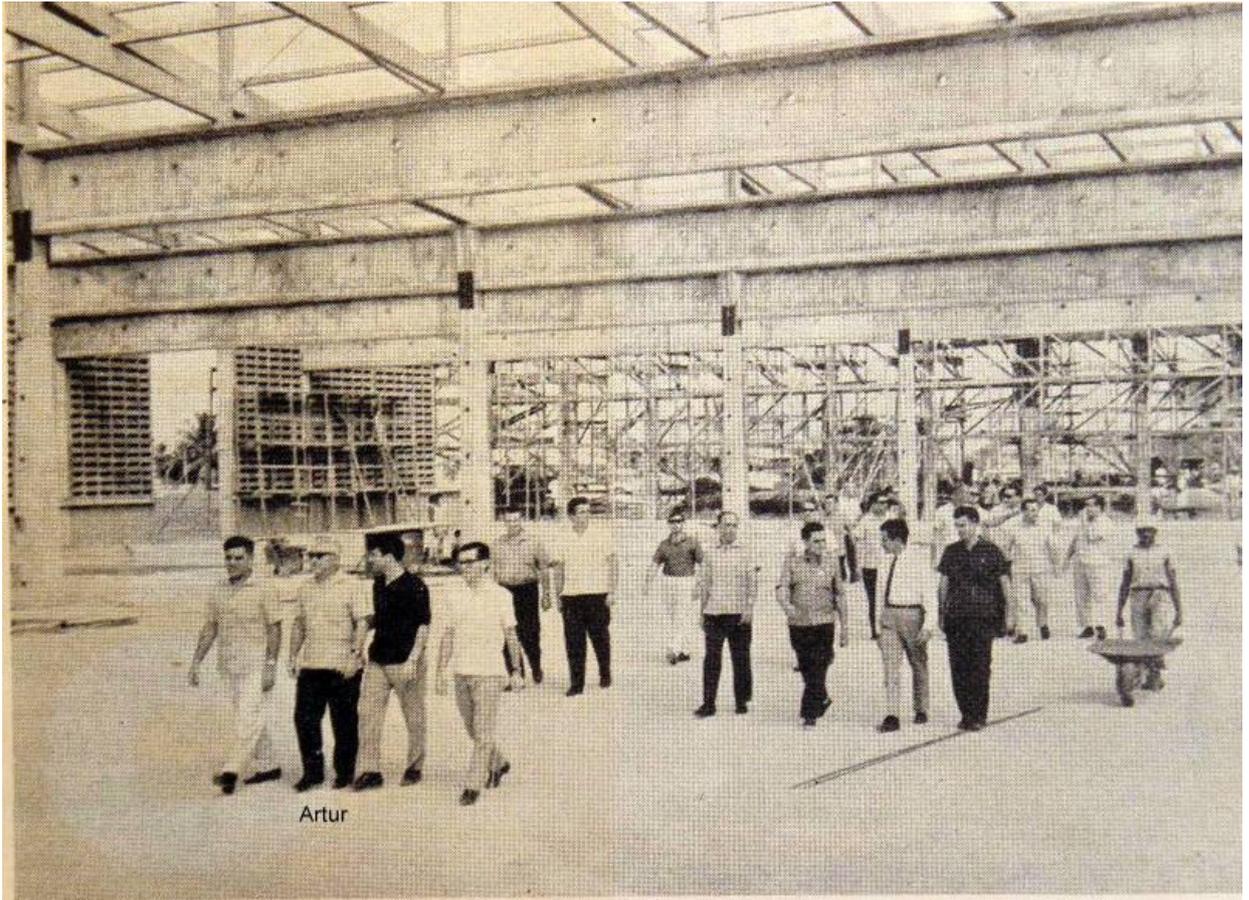
Sem data. A quarta fotografia é da placa da construção da Willys Overland de Jabotão.

Registro feito por Karlene Araújo ao visitar as instalações da fábrica.



Jeep {Chapeu de Couro} numero 1 saindo da linha em Jabotão





Artur

Os participantes, visitando as obras da nossa Fábrica de Jabotão.

